

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



MICHELE AMORIM BECKER

OPINIÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO DOS RISCOS
SOCIOAMBIENTAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SERGIPE

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016

MICHELE AMORIM BECKER

**OPINIÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO DOS RISCOS
SOCIOAMBIENTAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SERGIPE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

FEVEREIRO 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B395o Becker, Michele Amorim
Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe / Michele Amorim Becker ; orientador Antônio Carlos dos Santos. – São Cristóvão, 2016.
277 f. : il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Riscos ambientais. 2. Comunicação de riscos. 3. Comunidades tradicionais. 4. Desvio de águas – São Francisco, Rio. I. Santos, Antônio Carlos dos, orient. II. Título.

CDU: 504.61:69(282.281.5)(813.7)

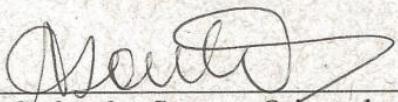
MICHELE AMORIM BECKER

**OPINIÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO DOS RISCOS
SOCIOAMBIENTAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SERGIPE**


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 29 de fevereiro de 2016.

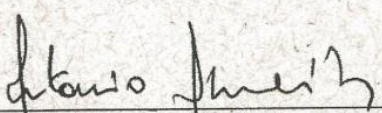
BANCA EXAMINADORA



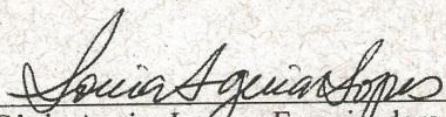
Dr. Antônio Carlos dos Santos - Orientador
Universidade Federal de Sergipe



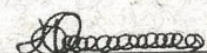
Dr. Raymond Corriveau - Examinador Externo
Université du Québec à Trois-Rivières



Dr. Antônio Ribeiro de Almeida Júnior - Examinador Externo
Universidade de São Paulo



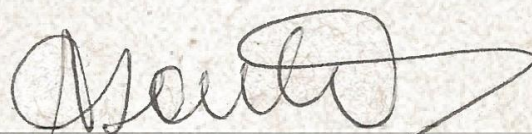
Dra. Sônia Aguiar Lopes - Examinadora Externa
Universidade Federal de Sergipe



Dr. Antônio Vital Menezes de Souza - Examinador Interno
Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão/SE
Fevereiro 2016

Este exemplar corresponde à versão da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

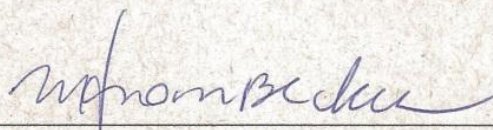
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Antônio', is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA

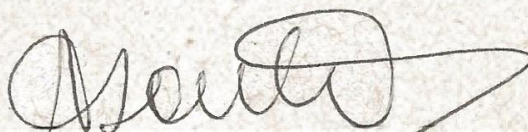
Universidade Federal de Sergipe

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.



Michele Amorim Becker

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe

*Aos amigos índios e quilombolas que tive
o prazer de conhecer e que respeito profundamente.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste doutorado não teria sido possível sem a presença de pessoas tão especiais, que brindaram minhas conquistas e alegrias, mas também me envolveram de amor nos momentos de angústia e preocupação. Agradeço especialmente:

Aos meus pais, Vitor e Laura, pessoas lindas que escolhi para trilharem o caminho da vida junto comigo. Para vocês todo o meu amor e gratidão!

Ao meu grande amor e principal incentivador, Evaldo, agradeço de todo o coração as palavras de incentivo e as inúmeras contribuições feitas durante a minha trajetória de estudos. Saiba que sem você ao meu lado eu não teria conseguido!

Aos meus amados filhos, Rômulo e Eduardo, agradeço pela compreensão nos momentos de ausência, mas, principalmente, pelos gestos de amor e de carinho que recebo de vocês todos os dias. Espero que essa minha dedicação aos estudos seja fonte de inspiração para o crescimento pessoal de vocês.

A todos meus amigos e familiares, especialmente meus avós Neusa e Rui (*in memoriam*) e meus irmãos Michel e Marcel, pelas palavras de incentivo e gestos de carinho ao longo de minha vida.

Ao professor Antônio Carlos, orientador e amigo, meu sincero agradecimento pela atenção dedicada à minha formação acadêmica. Continuo afirmando, seu comprometimento com a vida acadêmica me serve de exemplo!

Ao professor Raymond Corriveau, pelo acolhimento que recebi nas “terras geladas do Norte”, mas, sobretudo, pelas excelentes contribuições à pesquisa. Espero poder revê-lo mais vezes.

Ao corpo docente do Prodepa pelo intercâmbio de conhecimento. Especial gratidão aos professores Antônio Vital, Maria José e Rosemeri, pois jamais duvidaram do meu potencial enquanto pesquisadora.

Aos colegas do Grupos de Pesquisas *Filosofia e Natureza* e *Ética e Filosofia Política* por tornarem minha incursão à Filosofia mais agradável e esclarecedora.

Aos colegas do Prodema, em especial Christiane, Carla Taciane, Syndiane, Izaclaudia e Agripino Alexandre, pelas produtivas conversas realizadas nestes últimos seis anos de mestrado e doutorado. Sentirei saudades!

Aos amigos índios Xokó e quilombolas da Resina que me acolheram de braços abertos em suas comunidades. Obrigada por me proporcionarem essa experiência ímpar. E saibam, nossas conversas não encerram aqui!

Por fim, agradeço às instituições de fomento à pesquisa do meu país que contribuíram de forma decisiva para o bom andamento desta investigação científica: a CAPES pelo financiamento da “Bolsa de Doutorado” junto ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS) e da “Bolsa Sanduíche” para a realização do estágio de pesquisa junto ao *Département de Lettres et Communication Sociale*, de *l’Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR)*, na província do Québec, Canadá. Bem como, ao CNPq pelo financiamento do projeto *Ética socioambiental em comunidades tradicionais do Baixo São Francisco em Sergipe* (Edital Capes 18/2012) coordenado pelo Prof. Dr. Evaldo Becker, junto ao grupo de pesquisa Filosofia & Natureza (PRODEMA/CNPq), que possibilitou a aquisição de equipamentos e os custos da pesquisa de campo.

Panta rei os potamós ... (tudo flui como um rio)

HERÁCLITO DE ÉFESO

*Uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar
a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica que
inclui o solo, a água, a fauna e flora e também as pessoas.*

ALDO LEOPOLD

*O diálogo não é um produto histórico, é a
própria historicização.*

PAULO FREIRE

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o nível de participação das comunidades tradicionais do Baixo São Francisco, especialmente a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina, no processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição do rio São Francisco e quais foram suas contribuições para a formação da opinião pública sergipana sobre o projeto hídrico. A presente pesquisa foi realizada à luz da Convenção 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais. Duas hipóteses serão comprovadas: primeira, o baixo nível de participação das comunidades tradicionais no processo de comunicação dos riscos socioambientais deve-se a um “não reconhecimento” desses atores sociais enquanto atores de fala, pois tanto o gestor do projeto quanto a imprensa sergipana desconsideram as experiências e as percepções dessas comunidades em relação ao rio e ao ambiente em que vivem; segunda, a restrição desses atores sociais na esfera pública acaba por reduzir também a influência dos mesmos na formação da opinião pública sergipana no que concerne à transposição. A metodologia utilizada é a pesquisa participante, com uma abordagem qualitativa. Seu procedimento metodológico está dividido em três etapas: a pesquisa bibliográfica, imprescindível em qualquer investigação científica; a pesquisa de campo, com um caráter etnográfico, que possibilita um melhor entendimento sobre as relações sociais, culturais e de trabalho das comunidades tradicionais com o rio São Francisco; e a pesquisa documental, fundamental para compreender o nível de participação dessas comunidades no processo comunicativo. Esta pesquisa insere-se no campo Interdisciplinar, pois dialoga com diversas áreas do conhecimento, a exemplo das Ciências Ambientais, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Os resultados evidenciam que durante todo o processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição as comunidades tradicionais observadas tiveram seu direito à participação negligenciado pelo poder público e pela imprensa. Elas afirmam que o acesso à informação foi mínimo e a única forma de se comunicar com os demais membros da sociedade foi por meio de manifestações populares, organizadas por movimentos sociais. Por conseguinte, o acesso restrito à esfera pública impossibilitou que as experiências e percepções dessas comunidades tradicionais influenciassem a opinião pública sergipana sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, enfraquecendo o processo democrático.

PALAVRAS CHAVE: Comunicação de Riscos. Comunidades Tradicionais. Transposição

ABSTRACT

This research aims at analyzing the level of participation of traditional communities from the lower São Francisco, particularly the *Indigenous Xokó Community* and the *Quilombola Community of Resina*, in the process of communicating socio-environmental risks concerning the transposition of the São Francisco, as well as their contributions to the public opinion in Sergipe concerning this project. This study was conducted in the light of Convention 169 of ILO, concerning indigenous and tribal societies. Two hypotheses shall be proved: first, the low level of participation from traditional communities in the process of communicating socio-environmental risk is caused by a “non recognition” of these social actors as actors of speech, since both the managers of the project and the press from Sergipe refuse to take into account the experiences and perceptions from these communities concerning the river and the environment in which they live. Second, the restriction of these actors when it comes to the public sphere implies a reduction of their influence on the public opinion of Sergipe concerning the transposition. The methodology we used was the participative research, with a qualitative approach. The methodological procedure is divided in three steps: bibliographical research, which is highly important in any scientific enquiry; field research, with an ethnographic emphasis, which allows a better understanding of the social, cultural and work relations the traditional communities hold with the São Francisco; and documental research, which is fundamental to understand the level of participation these communities have in the communicative process. This research has an interdisciplinary character, since it deals with different areas of knowledge, such as environmental sciences, humanities and applied social sciences. The results clarify that, through the entire process of communicating the socio-environmental risks of the transposition, the traditional communities we observed had their right to participation neglected by both the public power and the press. They claim their access to information was minimal, and the only way available for them to communicate with other parts of society consisted of popular manifestations, organized by social movements. Therefore, the restricted access to the public sphere made it impossible for the experiences and perceptions coming from traditional communities to influence the public opinion of Sergipe when it came to the project of transposition of the waters of the São Francisco River, weakening the democratic process.

KEY WORDS: Risk communication. Traditional communities. Transposition.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette recherche est d'analyser le niveau de participation des communautés traditionnelles qui habitent aux rives du fleuve São Francisco au Brésil, spécialement les *Amérindiens Xokó* et la *Communauté Quilombola de la Resina*, dans le processus de communication des risques sociaux et environnementales de la dérivation du fleuve São Francisco et quels ont été leurs contributions pour la formation de l'opinion publique de la région de Sergipe sur ce projet hydrique. Cette recherche a été développée à la lumière de la Convention 169 de l'Organisation Internationale du Travail (OIT, 1989), qui vise à sauvegarder les intérêts des peuples indigènes et tribaux. Deux hypothèses seront confirmées : la première c'est que le bas niveau de participation des communautés traditionnelles dans le processus de communication des risques sociaux et environnementales est dû à la « non reconnaissance » des conditions équitables de paroles de ces acteurs sociaux, puisque aussi bien le gestionnaire du projet que la presse de Sergipe méprisent les expériences et les perceptions de ces communautés au sujet du fleuve et de l'environnement qu'elles habitent; deuxièmement, la restriction de ces acteurs sociaux dans l'esphère publique finit par réduire aussi leur influence dans la formation de l'opinion publique de la région de Sergipe au sujet de la dérivation du fleuve. Cette recherche utilise la méthode participative, avec un 'approche qualitative. Sa procédure méthodologique est divisée en trois étapes : la recherche bibliographique, indispensable dans une recherche scientifique; la recherche sur terrain à caractère ethnographique, qui rend possible une compréhension plus précise des rapports sociaux, culturelles et de travail de ces communautés traditionnelles avec le fleuve São Francisco; et finalement la recherche fondée sur des documents, fondamental pour mieux comprendre le niveau de participation de ces communautés dans le processus communicatif. Cette recherche s'inscrit dans le champ interdisciplinaire, en fonction du dialogue établi avec plusieurs domaines de la connaissance tels que les Sciences Environnementales, les Sciences Humaines et les Sciences Sociales Appliquées. Les résultats de cette recherche montrent qu'au long de tout le processus de communications des risques sociaux et environnementales de la dérivation du fleuve São Francisco les communautés traditionnelles étudiées ont eu ses droits à la participation méprisés aussi bien par le pouvoir public que par la presse. Les communautés affirment que l'accès à l'information a été minimum et que l'unique voie de se faire entendre par les autres membres de la société a été par des manifestations populaires, organisées par des mouvements sociaux. Par conséquent, l'accès restreint à la sphère publique a rendu impossible de faire que les expériences et perceptions de ces communautés traditionnelles puissent influencer l'opinion publique de la région de Sergipe au sujet du projet de dérivation du Fleuve São Francisco, et ça a affaibli le processus démocratique.

MOTS-CLEFS : Communication des risques. Communautés traditionnelles. Dérivation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Área de influência do Projeto de Integração	25
Figura 02 – Tripé da Comunicação de Riscos	27
Figura 03 – Mapa político de Sergipe	30
Figura 04 – Modelo da Teoria da Informação	80
Figura 05 – Modelo de Comunicação em dois níveis	80
Figura 06 – Modelo sociométrico	81
Figura 07 – Modelo transacional	82
Figura 08 – Modelo interacionista e sistêmico	83
Figura 09 – Modelo de orquestra	84
Figura 10 – Modelo de hipertexto	85
Figura 11 – Modelo situacional	86
Figura 12 – Grau de controle na participação	97
Figura 13 – Níveis de participação no processo comunicativo	101
Figura 14 – Níveis de integração em projetos de comunicação participativa na gestão de recursos naturais	103
Figura 15 – Entrada para o Ouricuri	152
Figura 16 – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	154
Figura 17 – Aldeia Indígena Xokó e as terras da Caiçara à esquerda	159
Figura 18 – Escola Estadual Indígena Dom José Brandão de Castro	170
Figura 19 – Cartografia social da Resina	172
Figura 20 – Quilombola lava louça e trata o peixe às margens do rio	180
Figura 21 – Casamento do Cacique Bá com a índia Danielle Xokó	182
Figura 22 – Guerreiros e guerreiras dançam Toré em torno do mastro	183

Figura 23 – Foz do rio São Francisco (lado de Sergipe)	
com o farol do Cabeço ao fundo	184
Figura 24 – Crôa do antigo povoado Cabeço	185
Figura 25 – Mulheres quilombolas dançam Maracatu	185
Figura 26 – Antigo porto da Caiçara em terras Xokó	186
Figura 27 – Visita à sede da Fazenda Capivara, Brejo Grande/SE	187
Figura 28 – Cacique Bá lidera índios durante o Toré	187
Figura 29 – Quilombolas acampados na entrada da Fazenda Capivara	188
Figura 30 – Usina Hidrelétrica do Xingó vista em solo sergipano	189
Figura 31 – Barragem do Xingó vista em solo alagoano	189
Figura 32 – Ruínas da sede da Fazenda Belém, Porto da Folha/SE	190
Figura 33 – Cacique Bá e seus guerreiros	191
Figura 34 – Crianças enfeitadas para a festa da retomada da terra	192
Figura 35 – Abertura da Exposição “ <i>Natureza e cultura do povo Xokó</i> ”	193
Figura 36 – Mulheres quilombolas dançam Maracatu durante	
romaria em defesa do rio São Francisco	194
Figura 37 – Pescadores quilombolas tecem rede enquanto	
aguardam o fim do defeso	195
Figura 38 – Quilombolas trabalhando no cultivo do arroz	196
Figura 39 – Cartaz de divulgação da Exposição “ <i>Les Rivières et des hommes</i> ”	198
Figura 40 – Mapa das bacias doadora e receptora e a localização	
dos canais Norte e leste da transposição	203
Figura 41 – Panorama dos bancos de areia no rio São Francisco em 2014	212
Figura 42 – Panorama dos bancos de areia no rio São Francisco em 2015	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distinção entre os conceitos de Comunidade e Sociedade em Tönnies	50
Quadro 2 – Estruturas de relações sociais de reconhecimento	66
Quadro 3 – Critérios estabelecidos para uma prática de Comunicação Social	130
Quadro 4 – Etapas para elaboração de um plano de comunicação	131
Quadro 5 – Proposta para construção da Matriz de Sensibilidade	202
Quadro 6 – Riscos socioambientais identificados no RIMA	208
Quadro 7 – Riscos socioambientais identificados nos jornais sergipanos	217
Quadro 8 – Classificação de sensibilidade na percepção dos riscos socioambientais	226
Quadro 9 – Matriz de Sensibilidade	226

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo em valor absoluto de notícias produzidas sobre a transposição nos jornais sergipanos	213
Gráfico 2 – Comparativo em valor absoluto de notícias que tratam dos riscos socioambientais da transposição	216
Gráfico 3 – Faixa etária dos entrevistados em porcentagem	220
Gráfico 4 – Nível escolar dos entrevistados em porcentagem	220
Gráfico 5 – Qualidade da informação recebida sobre a transposição	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
CHESF	Companhia Hidroelétricas do São Francisco
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CR	Comunicação de Risco
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISO	Organização Internacional de Normalização
MI	Ministério da Integração Nacional
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan Americana de Saúde
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBA 03	Programa de Comunicação Social do Projeto de Integração do São Francisco
PRODEMA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
TCU	Tribunal de Contas da União
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	OPINAR PARA DEMOCRATIZAR	40
2.1	Opinião pública e vontade geral em Rousseau	42
2.2	Opinião pública e vontade social em Tönnies	48
2.3	Opinião pública e vontade coletiva em Habermas	55
2.4	Esfera pública e reconhecimento em Honneth	60
2.5	Aplicabilidade na pesquisa de opinião pública	67
2.5.1	A técnica de observação indireta	72
2.5.2	A técnica de observação direta	73
2.6	Conclusão do capítulo	75
3	COMUNICAR PARA LEGITIMAR DECISÕES	77
3.1	Comunicar e Informar: perspectivas possíveis no lugar social	78
3.2	Comunicação e participação social	95
3.3	Informação e risco: construções sociais	105
3.3.1	Construção social da Informação	105
3.3.2	Construção social do Risco	110
3.4	Gestão de riscos	118
3.5	Comunicação de riscos socioambientais	119
3.6	Plano de comunicação	124
3.7	Conclusão do capítulo	135
4	CONHECER PARA COMPREENDER	137
4.1	Contribuições da Antropologia na pesquisa de campo	140
4.2	(Re) Conhecendo as Comunidades Tradicionais	144
4.2.1	Definição de comunidade tradicional	149
4.2.2	Comunidades tradicionais e o Baixo São Francisco	153
4.2.3	Comunidade Indígena Xokó	159
4.2.4	Comunidade Quilombola da Resina	172
4.3	Para ver, rever e vivenciar: diário de campo	181
4.4	Conclusão do capítulo	199

5	ANALISAR E INTERPRETAR	200
5.1	Reverendo o Projeto de Transposição	202
5.1.1	Riscos identificados no RIMA	205
5.1.2	Riscos identificados nos discursos jornalísticos	213
5.1.3	Riscos percebidos pelas comunidades tradicionais	219
5.2	Comunicação dos Riscos Socioambientais da Transposição	228
5.3	Conclusão do capítulo	233
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
	REFERÊNCIAS	246
	APÊNDICE	266
	ANEXOS	272

1 INTRODUÇÃO

A revolução do século XXI não é a da informação, mas a da comunicação. Não é a da mensagem, mas da relação. Não é a da produção e da distribuição da informação por meio de tecnologia sofisticada, mas das condições de aceitação ou de sua recusa pelos milhões de receptores, todos sempre diferentes e raramente em sintonia com os emissores.

WOLTON

As discussões em torno da problemática socioambiental¹ apresentam-se cada vez mais urgentes. Embora haja um consenso de que é preciso fazer uso de boas práticas a fim de garantir a conservação do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais, ainda não se chegou a um denominador comum quanto ao modelo político-econômico mais apropriado para atingir tais fins com maior eficácia. Muitos estudiosos têm se valido desse embate contemporâneo para formular suas teorias e sugerir novos paradigmas² no intuito de sanar a crise ambiental³ instaurada na sociedade ocidental no século XX.

Não obstante, verifica-se a necessidade de se ampliar o nível participativo nas discussões que tangem o meio ambiente, haja vista que os reflexos dessa crise têm repercutido diretamente nas relações sociais e econômicas ao redor do mundo⁴. Assim, encorajar um maior envolvimento dos cidadãos na discussão de temas que lhes atingem diretamente tem sido considerado por especialistas⁵ como o melhor caminho para se alcançar um maior

¹ De acordo com Santilli (2005), o socioambientalismo desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade das espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores de justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental.

² Ver Kuhn (1995); Santos (2010); Sachs (2002); Jacobi (2012).

³ Ver Leff (2006); Acsegrad (2004); Santos Filho (2011).

⁴ Ver Barlow (2009); Lasserre (2009); Bonin (2010).

⁵ Ver Akoun (1994); Bessette (2004); Gardère et Gardère (2008).

engajamento de todos na resolução de problemas socioambientais e, consequentemente, na formação de sociedades mais justas e democráticas.

Nessa mesma perspectiva, entende-se que o fortalecimento de estudos em Comunicação de Riscos pode contribuir para a formação de opiniões mais qualificadas, sobretudo quanto aos riscos e impactos socioambientais causados por ações antrópicas no meio ambiente. Pois, enquanto “[...] um processo interativo de troca de informação e de opiniões entre os indivíduos, grupos e instituições [...]” (NRC, 1989, p. 21)⁶ que integram a arena social, a Comunicação de Riscos oferece a oportunidade de comunicar os riscos e mediar possíveis conflitos socioambientais de maneira planejada, transparente e sensível às necessidades da comunidade.

No caso específico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional⁷ (PISF), as críticas em relação ao empreendimento, sobretudo no que se refere ao elevado número de condicionantes ambientais, alto custo das obras e possível mercantilização de recursos naturais estiverem presentes desde o seu início, como é possível verificar em Andrade (2002), Alves (2008) e Dhesca Brasil (2010). No entanto, essas críticas se agravaram nos últimos anos em função de disputas político-econômicas, como foi perceptível no processo eleitoral de 2014 para presidente do Brasil.

Segundo uma série de reportagens sobre a transposição realizadas pela BBC Brasil em junho de 2014, a obra deveria ter sido entregue em 2010, mas em função de um erro técnico no projeto inicial o prazo foi estendido para o final de 2015. No início deste mesmo ano surgiram rumores de que o empreendimento seria finalizado em 2016. Já em outubro de 2015, o Ministério da Integração divulgou que 81% das obras haviam sido executadas (sendo o Eixo Norte com 82,2% e o Eixo Leste com 79,2%) e que a expectativa de entrega passaria para início de 2017⁸. Além disso, em decorrência do mesmo erro técnico, o custo final do projeto praticamente dobrou, passando dos iniciais R\$ 4,5 bilhões para R\$ 8,2 bilhões. Importante lembrar que os recursos disponíveis para a execução do Projeto de Integração são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁹, um programa do governo federal brasileiro

⁶ Tradução livre de “[...] an interactive process of exchange of information and opinion among individuals, groups and institutions”.

⁷ O Projeto de Integração do Rio São Francisco (nomenclatura utilizada pelo Governo Federal para dar sentido de unidade nacional) também é conhecido popularmente como transposição do São Francisco ou, simplesmente, transposição.

⁸ Para ler matéria completa: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/11/transposicao-do-sao-francisco-sera-concluida-ate-2017-diz-ministerio.html>.

⁹ Dentre as prioridades do PAC - criado em janeiro de 2007, durante o segundo mandato do governo Lula - estão os projetos de infraestrutura, tais como: saneamento, transporte, habitação, energia e recursos hídricos.

que engloba um conjunto de políticas públicas tendo como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil.

As críticas e percepções diferenciadas do Projeto de Integração acabaram por levar esta pesquisadora à realização da dissertação *Ética e Comunicação de Riscos na Transposição das Águas do Rio São Francisco*¹⁰. Naquela ocasião, procurava-se analisar de que forma a Comunicação de Riscos poderia contribuir para uma discussão ética sobre o uso da água doce, sobretudo no que concerne ao Rio São Francisco. Desse modo, a investigação priorizou o período histórico de 2004 a 2007¹¹, por meio de análise documental do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto em questão e da análise dos discursos de três jornais sergipanos (*Correio de Sergipe, Jornal da Cidade e Cinform*) sobre os possíveis riscos e impactos a serem causados pela transposição à sociedade.

Os resultados deste estudo demonstraram que: 1) o RIMA informa os quarenta e quatro impactos identificados pela equipe técnica que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), no entanto o documento enaltece os impactos positivos – a exemplo da qualidade de vida e do estímulo à economia e ao desenvolvimento regional – em detrimento dos impactos negativos – a exemplo do risco de perda da biodiversidade, ruptura de relações sociocomunitárias e risco de interferência no Patrimônio Cultural; 2) os jornais sergipanos informam os riscos à população, sobretudo aqueles diretamente ligados à região do Baixo São Francisco – tais como, risco de salinização da água, risco de perda da biodiversidade, redução de oferta hídrica e inviabilidade de projetos futuros; 3) verifica-se um esforço tanto do gestor do projeto quanto da imprensa sergipana de divulgar os riscos do projeto de transposição, contudo os discursos reforçam a ideia de uma “não-neutralidade discursiva” (PÊCHEUX, 2009), haja vista que cada um enfatiza em seu discurso apenas os aspectos que mais lhe convêm; 4) apesar de os riscos serem informados à sociedade, a Comunicação de Riscos – enquanto uma etapa fundamental na Gestão de Riscos (LEISS & CHOCIOLO, 1994); (RENN, 2010) – e que vem sendo encorajada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) nos últimos anos, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil – não foi contemplada neste processo comunicativo.

¹⁰ Dissertação de mestrado realizada no período de 2010 a 2011, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos.

¹¹ Cf. Becker e Santos (2014), este marco temporal é determinado pela publicação do RIMA em consonância com o período em que ocorreram às audiências públicas para apresentação e discussão do projeto de transposição. No final de 2007, após uma série de liminares, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo federal à dar prosseguimento ao início das obras.

No que tange à participação da sociedade, especialmente das comunidades tradicionais sergipanas no debate sobre o bom uso das águas do rio São Francisco e dos possíveis riscos e impactos da transposição, observam-se ainda dois fatores relevantes: primeiro, a falta de um plano de comunicação, por parte do Governo Federal, que contemple as comunidades tradicionais de Sergipe; segundo, a baixa “polifonia” (BAKHTIN, 2010) nas notícias e reportagens analisadas.

No primeiro caso, tem-se o Programa de Comunicação Social (PBA 03), cujo objetivo é motivar a participação da sociedade nas diferentes fases do Projeto, por meio da constituição de um canal de comunicação entre o empreendedor e a sociedade. (BRASIL, 2005, p. 5). O problema é que o PBA 03 identifica como público alvo apenas as populações localizadas na Área de Influência Direta (AID), ou seja, área por onde passam os canais de condução da água transposta. A região do Baixo São Francisco, segundo dados do RIMA (Figura 01), é considerada como Área de Influência Indireta (AII), portanto, as comunidades que lá habitam, mesmo sendo afetadas pelo empreendimento hídrico, não foram contempladas por este programa de comunicação. Observa-se ainda que o PBA 03 é de responsabilidade técnica de uma socióloga do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cabendo à Assessoria de Comunicação do Ministério da Integração apenas a execução do mesmo. Não obstante, apesar de todas as discussões travadas nesses últimos anos, sobretudo quanto à falta de democratização no processo de comunicação e na tomada de decisão que envolve o Projeto de Integração, o mesmo não passou por nenhuma reformulação.

Já no segundo caso, conforme enfatiza Becker (2011, p. 132), a baixa polifonia nos discursos jornalísticos deve-se ao fato de que apenas alguns políticos que levantam bandeira de defesa do rio São Francisco, representantes de instituições públicas, de entidades de classe e da sociedade civil organizada, além de membros da igreja e pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe, falam sobre riscos, impactos e consequências da transposição. Contudo, num universo de aproximadamente quatrocentas notícias e reportagens analisadas, raras foram as vezes em que as vozes ou opiniões dos ribeirinhos de Sergipe estiveram presentes nos debates sobre a transposição.

Diante dos fatores apresentados, o estudo preliminar pôs em xeque a real contribuição do gestor do projeto e da imprensa sergipana na formação e/ou publicização das opiniões sobre o tema e questiona-se quanto à qualidade do processo comunicativo no âmbito dessas

comunidades, especialmente no que se refere às questões socioambientais ligadas ao rio São Francisco.

Figura 01 - Áreas de influência do Projeto de Integração



FONTE: BRASIL, 2004

Além disso, os resultados obtidos na pesquisa realizada em nível de mestrado também contribuíram para a formulação de duas questões de pesquisa nesta investigação doutoral: 1) As comunidades tradicionais que habitam o Baixo São Francisco participam *quantum* do processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição? 2) E quais as implicações desta participação no que concerne à formação da opinião pública sergipana sobre o projeto em questão?

De acordo com Augras (1970, p. 11), “o estudo da opinião parece ser essencialmente interdisciplinar”, pois consegue produzir um diálogo entre diversas áreas do conhecimento, a exemplo da filosofia, da sociologia, da psicologia, da história, da comunicação e da ciência política. Ademais, os estudos em opinião pública podem assumir tanto um caráter teórico quanto empírico. Talvez seja por este motivo que a autora tenha dividido seu livro *Opinião Pública* em duas partes: a teoria e a prática. Especificamente na segunda parte, interessa para este estudo analisar os métodos de pesquisa da opinião pública. “Dois tipos principais parecem destacar-se: a observação indireta e a observação direta, intensiva ou extensiva. A primeira lida com documentos, a segunda com pessoas” (AUGRAS, 1970, p. 102).

Nesse sentido, pretendemos demonstrar que, mesmo intuitivamente, durante o mestrado realizou-se o método de observação indireta, por meio da análise de documentos primários e secundários (RIMA e jornais sergipanos) sobre os riscos socioambientais da transposição e, com base nos dados obtidos por esta pesquisa prévia, no doutorado foi possível à aplicação do método de observação direta, por meio de entrevistas individuais e conversas grupais.

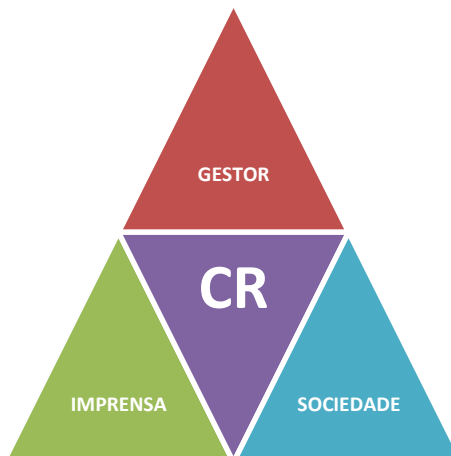
Vale salientar ainda que a Comunicação de Riscos (CR)¹², enquanto uma etapa presente em todas as demais etapas da Gestão de Riscos (ISO 31000:2009) se propõe a pensar um processo comunicativo e dialógico respaldado pelo tripé: Gestor do Projeto - Imprensa - Sociedade Civil (Figura 02). Desta maneira, enquanto no mestrado analisou-se o discurso do gestor e da imprensa sobre os riscos da transposição; no doutorado procurou-se compreender a percepção desses riscos (previamente mapeados) nas comunidades tradicionais ribeirinhas, para então, analisar de maneira mais profunda o grau de participação desses atores sociais na formação da opinião pública sobre a temática em questão. Pois, somente com a análise do processo de comunicação junto à sociedade é possível dar por encerrado um ciclo de estudos sobre os riscos socioambientais da transposição do rio São Francisco.

Ademais, amparada por princípios éticos como transparência e participação, a Comunicação de Riscos se apresenta como um importante instrumento na mediação de

¹² Para fins de esclarecimento é importante destacar que ao longo deste estudo serão utilizadas duas nomenclaturas - *Comunicação de Riscos* e *comunicação dos riscos*. O primeiro caso refere-se a uma etapa fundamental no processo de Gestão de Riscos, conforme a ISO 31000, enquanto que o segundo caso diz respeito ao ato de se comunicar, isto é, uma ação inerente ao homem.

conflitos socioambientais, isto porque privilegia dois direitos fundamentais do Homem: o *direito à informação*¹³ e o *direito à comunicação*¹⁴.

Figura 02 - Tripé da Comunicação de Riscos



FONTE: BECKER, 2011.

Nesse sentido, o intuito de delimitar a pesquisa no âmbito das comunidades tradicionais (indígena e quilombola) do Baixo São Francisco, em Sergipe, justifica-se por dois motivos: primeiro, são essas comunidades que convivem e sobrevivem diretamente do rio, portanto, têm experiências de vida que não podem ser negligenciadas no processo comunicativo e de Gestão de Riscos; segundo, pelo reconhecimento oficial que as comunidades tradicionais têm recebido nos últimos anos, tanto do Governo Federal quanto dos organismos internacionais, para a cooperação e a conservação do meio ambiente.

Conforme Decreto Presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, o Governo Federal institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Ao longo dos seis artigos que compõem o Decreto, o

¹³ Segundo a Constituição do Brasil (Artigo 5º, Inciso XXXIII), "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo", princípio que deve ser garantido como forma de aprimorar a transparência e a democracia participativa.

¹⁴ Sendo a Comunicação uma necessidade humana que, uma vez não atendida, põe em risco a manutenção da vida e o bem-estar do indivíduo, evidentemente é um direito - fundamental e inalienável, que permeia todos os outros direitos humanos e é condição primordial para o exercício destes. Por este motivo, há 70 anos o direito à Comunicação é reconhecido no ordenamento jurídico em diversas instâncias. A ONU, em dezembro de 1946, "reconhece a importância transversal da comunicação para o desenvolvimento da humanidade, enquanto um direito humano fundamental". A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 19º afirma que "todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão". No ordenamento jurídico brasileiro, especificamente a Constituição de 1988 afirma no Artigo 5º, Inciso IX que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

governo reconhece formalmente, a existência das chamadas populações "tradicionais" do Brasil e estende esse reconhecimento, feito parcialmente na Constituição de 1988 apenas aos indígenas e aos quilombolas. Assim, segundo o Decreto Presidencial, comunidades tradicionais são definidas como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Não obstante, a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), faz menção à particular contribuição dos povos indígenas e tribais¹⁵, à diversidade cultural, bem como à harmonia social e ecológica para com a humanidade. O documento internacional traz em seus artigos referências claras das preocupações que os países signatários devem ter diante do tema nele tratado, como, por exemplo, no caso do Artigo 4º que traz:

1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados; 2. Tais medidas especiais não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados. (OIT, 1989).

Ou ainda, conforme o Art. 15º que garante:

1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados; 2. Em caso de pertencer ao estado à propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades. (OIT, 1989).

Mas, apesar dos direitos garantidos por meio de leis federais e de convenções internacionais, as comunidades tradicionais continuam travando incansáveis lutas pelo

¹⁵ Cf. OIT (1989) são considerados povos indígenas e tribais: os povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam dos outros setores da coletividade nacional; e os povos indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma determinada região geográfica na época da conquista ou colonização.

reconhecimento de suas culturas que tem o território como referência. Pois, de acordo com Acselrad (2013), as comunidades tradicionais, seus territórios e os recursos naturais contidos nesses espaços de ocupação, bem como todos os conhecimentos adquiridos por meio da vivência constituíram-se, historicamente, como objeto de disputa frente às forças do mercado de terras, do agronegócio, da mineração ou dos grandes projetos de desenvolvimento.

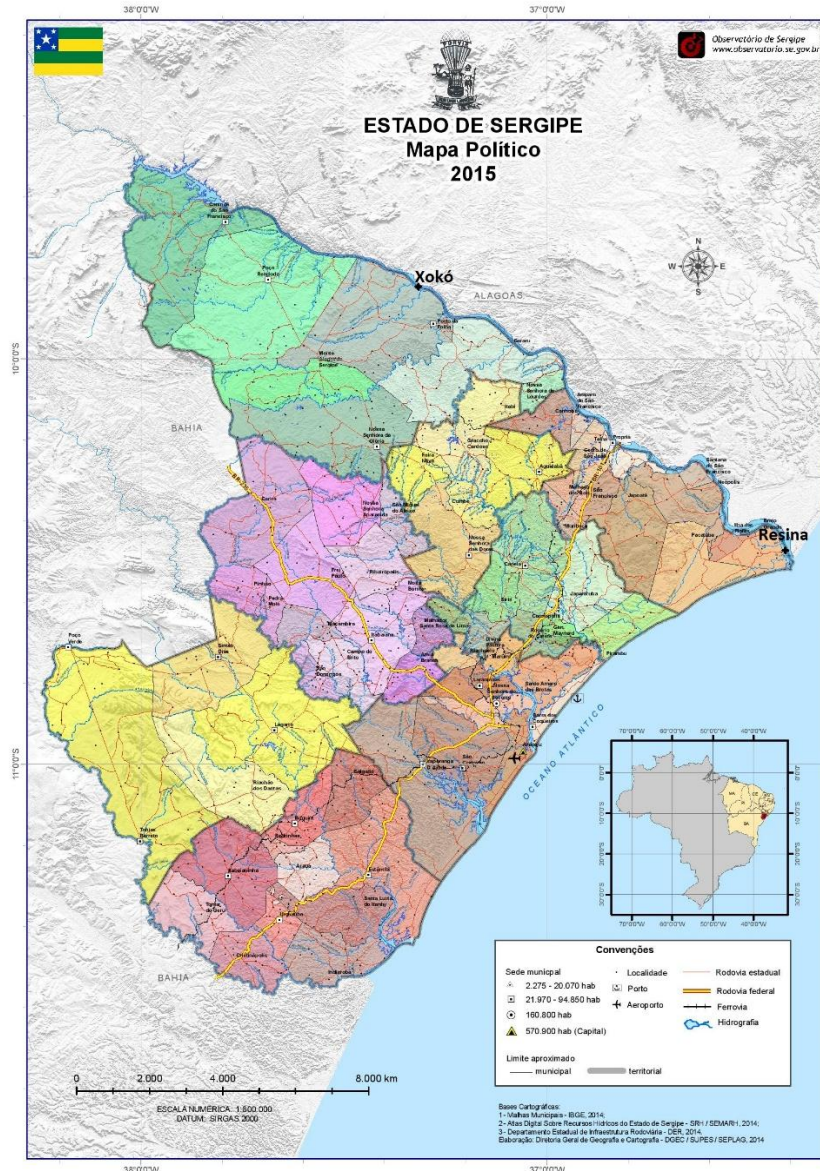
No caso específico do rio São Francisco, segundo dados do projeto “Experiências em Cartografia Social” (ACSELRAD, 2013, p. 7-9), a distribuição espacial das experiências de mapeamento participativo, realizado entre os anos de 1992 a 2012, evidencia que a maior parte dos conflitos se dá em termos de luta por reconhecimento territorial. Além disso, os grupos identitários que protagonizam tais experiências são em sua maioria étnicos e extrativistas. E, finalmente, as áreas que foram objeto de mapeamento, do ponto de vista de sua condição jurídica são, sobretudo, terras indígenas e/ou terras tradicionalmente ocupadas.

Diante do quadro apresentado até o momento, é possível definir como espaço de pesquisa a região compreendida pelo Baixo São Francisco, especialmente no que concerne o território político de Sergipe, uma vez que nos interessa compreender o processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição em comunidades tradicionais e suas contribuições para a formação da opinião pública sergipana. Para tanto, foram analisadas duas comunidades tradicionais: a Comunidade Indígena Xokó, situada na Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha e que integra a região do Alto Sertão Sergipano e a Comunidade Quilombola da Resina, localizada no município de Brejo Grande, pertencente a região do Baixo São Francisco Sergipano (Figura 03).

O propósito de se trabalhar com comunidades tradicionais cuja cultura, as estruturas sociais e as relações de trabalho são diferenciadas, deve-se ao entendimento de que os riscos são “socialmente construídos” (HANNIGAN, 2009) a partir da “percepção de risco” (SLOVIC, 1987) que cada indivíduo ou grupo social tem do ambiente em que vive. A percepção, por sua vez, é o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, que inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar. Através da percepção um indivíduo organiza e interpreta as suas impressões sensoriais para atribuir significado ao seu meio. As percepções sobre a realidade estão relacionadas com o modo como os seres humanos aprendem a ver o mundo, a partir de suas experiências anteriores e também do modo como são educados. Por isso, se diz que a percepção é efeito da cultura e determina comportamentos, orientando a tomada de decisão referente ao que se percebe. Mas, “se a percepção é culturalmente constituída, a percepção do

risco também o é. Assim, o risco e a percepção de risco são resultados de construções sociais, tendo uma dimensão física, subjetiva e multidimensional” (BRASIL, 2010b).

Figura 03 - Mapa político de Sergipe



FONTE: Adaptado de SERGIPE, 2015.

O objetivo central desta pesquisa de doutorado é, portanto, analisar o nível de participação das comunidades tradicionais do Baixo São Francisco, especialmente a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina, no processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição e quais foram suas contribuições para a formação da opinião pública sergipana sobre este projeto hídrico. Para atingir o escopo inicial deste estudo elencaram-se quatro objetivos específicos: identificar quais são os riscos socioambientais mais proeminentes na região do Baixo São Francisco em Sergipe; verificar

de que forma tais riscos socioambientais são comunicados nas comunidades tradicionais observadas; analisar a percepção das comunidades tradicionais em relação aos riscos socioambientais; analisar a participação das comunidades tradicionais observadas durante o processo de discussão dos riscos e impactos do projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Duas hipóteses serão testadas nesta investigação: 1ª) o baixo nível de participação das comunidades tradicionais no processo de comunicação dos riscos socioambientais deve-se a um “não reconhecimento” desses atores sociais enquanto atores de fala, pois tanto o gestor do projeto quanto a imprensa sergipana desconsideram as experiências e as percepções dessas comunidades em relação ao rio e ao ambiente em que vivem; 2ª) a restrição desses atores sociais na esfera pública acaba por reduzir também a influência dos mesmos na formação da opinião pública sergipana no que concerne à transposição.

Importante salientar que esta investigação científica trará em sua metodologia uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Denzin e Lincoln (1994), trata-se de uma perspectiva multimetódica¹⁶ que prioriza um enfoque interpretativo e naturalista do sujeito de análise. Já Maxwell (1999, p. 42) enfatiza que “os pontos positivos da pesquisa qualitativa derivam principalmente de sua aproximação indutiva, de sua centração sobre as situações ou populações específicas e seu acento sobre as palavras mais que sobre os números”¹⁷.

Ainda segundo Maxwell (1999), existem cinco objetivos particulares de pesquisa para os quais os estudos qualitativos são particularmente apropriados: 1) compreender a significação para a população estudada dos eventos, das situações e das ações nas quais ela está envolvida, assim como a análise que ela faz de sua vida e de suas experiências; 2) compreender o contexto particular em que a população está e a influência desse contexto em suas ações; 3) identificar os fenômenos e as influências não previstas e produzir sobre eles novas teorias enraizadas (*grounded theory*); 4) compreender o processo pelo qual os eventos e as ações ocorrem; 5) desenvolver explicações causais.

Conforme Paillé e Mucchielli (2008, p. 48-49), no caso das ciências sociais e humanas, a análise qualitativa traz consigo a emergência da produção de um sentido compartilhado. Ela é “[...] uma experiência significativa do mundo da vida (*lebenswelt*), uma

¹⁶ Por não possuir um conjunto fechado de metodologias próprias, os investigadores qualitativos recorrem às narrativas, aos métodos e técnicas etnográficos, à entrevista, psicanálise, estudos culturais, observação participante, etc.

¹⁷ Tradução livre de «Les forces de la recherche qualitative dérivent principalement de son approche inductive, de sa centration sur des situations ou des populations spécifiques et de son accent sur les mots plus que sur les nombres ».

transação experiencial, uma atividade de produção de sentidos que não podem ser reduzidos a operações técnicas [...]”¹⁸. Por serem experiências, em sua maioria, sociais e culturalmente constituídas e compartilhadas, acabam por exigir do pesquisador “[...] o espírito curioso, o coração sensível e a consciência atenta [...]”¹⁹.

Em virtude da natureza qualitativa, esta pesquisa doutoral também se insere perfeitamente “no campo interdisciplinar e transdisciplinar que atravessa as ciências físicas e humanas” (NELSON *et al.* 1992), pois dialoga com diversas áreas do conhecimento, a exemplo das Ciências Ambientais, Ciências Humanas (Filosofia, Antropologia, Geografia, História, Psicologia) e Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação Social, Ciência Política e Gestão de Risco).

Em conformidade com o método de abordagem estabelecido, a pesquisa participante será o procedimento metodológico utilizado nesta investigação científica, pois segundo Peruzzo (2006, p. 125), “consiste na *inserção* do pesquisador no *ambiente natural* de ocorrência do fenômeno e de sua *interação* com a situação investigada”. Este tipo de pesquisa implica na presença constante do observador no ambiente investigado para que ele possa “ver as coisas de dentro”. Além disso, pressupõe o compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado, de modo consistente e sistematizado.

De acordo com Santos (2005, p. 101), trata-se “de uma relação de troca de conhecimentos entre os sujeitos ou o exercício de uma razão comunicativa”. A pesquisa participante ressalta, portanto, o compromisso do pesquisador em relação ao direito que as pessoas têm de pensar, produzir e dirigir os usos de seus saberes para si próprias. Este tipo de metodologia pode também contribuir para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais, como sugere Santos (2005, p. 102-103): a) valorizando o diálogo; b) valorizando a diversidade e a existência de um saber popular que deve ser mobilizado de forma ativa; c) evidenciando que o conhecimento é o resultado da ação de uma coletividade humana sobre o seu ambiente ao longo do tempo; d) estimulando os processos participativos; e) realizando um processo de reflexão sobre a realidade vivida (mundo da vida) e suas relações com os sistemas políticos e econômicos; f) promovendo ações e mudanças na realidade; g) promovendo uma racionalidade dialógica ou uma razão comunicativa.

¹⁸ Tradução livre de « [...] une expérience signifiante du monde-vie (*lebenswelt*), une transaction expérientielle, une activité de production de sens qui ne peuvent pas être réduits à des opérations techniques [...] »

¹⁹ Tradução livre de « [...] l'esprit curieux, le coeurs sensible et la conscience attentive [...] »

Na área da Comunicação Social, a pesquisa participante passa a ser uma das metodologias usadas, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, a partir de duas motivações: a realização de uma pesquisa inovadora de caráter qualitativo que permitisse elevado grau de profundidade; e a preocupação em ir além da constatação crítica sobre a manipulação da mídia e seu poder de influência e, ao mesmo tempo, contribuir para o avanço da pesquisa em comunicação e para a transformação social. Nessa perspectiva, ressalta Peruzzo (2006), a pesquisa participante, na área da Comunicação, adquire três finalidades: primeiro, observar fenômenos importantes, especialmente os ligados a experiências populares de comunicação voltadas para o desenvolvimento social; segundo, realizar estudos de recepção de conteúdos da mídia e os mecanismos de apropriação de mensagens ou mesmo de reelaboração de mensagens; e, terceiro, que os resultados da pesquisa pudessem retornar ao grupo pesquisado e ser aplicado em seu benefício.

Contudo, convém observar que há diferentes modalidades de pesquisa participante, sendo elas: a da observação participante; a pesquisa participante propriamente dita; e a pesquisa-ação. Nesta pesquisa de doutorado, em específico, utilizar-se-á a modalidade de observação participante. Sobre essa modalidade, Peruzzo (2006) salienta que o pesquisador se insere no grupo, participando de suas atividades (com maior ou menor intensidade), porém, o investigador não “se confunde” com o grupo. Seu papel é o de observador. O pesquisador também é autônomo. O “grupo” não interfere na pesquisa no que se refere à formulação dos objetivos e as demais fases do projeto, nem no tipo de informações registradas e nas interpretações dadas ao que foi observado.

Faz-se necessário esclarecer, entretanto, que na observação participante o observador torna-se ele mesmo instrumento de observação. Ele compartilha a condição humana com os sujeitos que observa e compreende o mundo social numa interação observador-observado. Neste sentido, a observação participante pode ser considerada como uma técnica de pesquisa qualitativa que “[...] convém bem à situação do pesquisador que deseja compreender um meio social que lhe é estranho ou externo no início, permitindo-lhe se integrar progressivamente às atividades das pessoas que lá vivem” (LESSARD-HÉBERT *et al.*, 1990, p. 151)²⁰.

²⁰ Tradução livre de « [...] convient bien à la situation du chercheur qui souhaite comprendre un milieu social qui lui est *étranger* ou *extérieur au départ*, lui permettant de s'intégrer progressivement aux activités de gens qui y vivent »

Ainda quanto ao procedimento metodológico, este foi estabelecido em três etapas, sendo que cada uma delas contemplou técnicas de pesquisa específicas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A *pesquisa bibliográfica*, conforme descreve Stunpf (2006), pode ser considerada, num sentido mais amplo, como o planejamento global e inicial de qualquer trabalho científico que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente ao assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o pesquisador examinou, de forma que evidencia o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões.

Num sentido restrito, é o conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (STUMPF, 2006, p. 51).

A pesquisa bibliográfica, indispensável à atividade científica, possibilitou a elaboração da fundamentação teórica do estudo ora proposto. Assim sendo, foram consultados livros, artigos, periódicos, anais e teses que versam sobre as categorias de análise identificadas pela pesquisadora ao longo do doutorado, quais sejam: opinião pública (ROUSSEAU, 1989; 1992; 2001), (TÖNNIES, 1979; 2006a; 2006b), (HABERMAS, 1997; 2003; 2007), AUGRAS (1970), PRICE (1994), (LANE e SEARS, 1966), (SAUVY, 1977); riscos socioambientais (DOUGLAS E WILDAVSKY, 2012) (BECK, 2010), (HANNIGAN, 2009); gestão de risco (ISO, 2009), (ALMEIDA, 2011); comunicação de risco (CORRIVEAU, 1999; 2004; 2012), (OPAS, 2009), (MONTEIRO, 2009); e comunidades tradicionais (ACSELRAD, 2004; 2013), (DIEGUES, 2000; 2001; 2005), (DANTAS, 1997, 2000), (CUNHA, 2012), (RIBEIRO, 1996; 2010), entre outros.

A *pesquisa documental*, segundo Moreira (2006, p. 271), “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”. No caso da pesquisa científica, ela pode servir ao mesmo tempo como método e técnica. O primeiro, porque pressupõe o ângulo escolhido como base de investigação. O segundo, porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados. Na maioria das vezes é qualitativa, uma vez que verifica o teor do material selecionado para análise. “As fontes de análise documental frequentemente são de origem secundária, ou seja, constituem conhecimento,

dados ou informações já reunidos ou organizados” (MOREIRA, 2006, p. 272). Dentre as fontes secundárias apresentadas por Moreira estão: as mídias impressa e eletrônica e relatórios técnicos. Além disso, ressalta a autora, “a opção por este tipo de análise, indica que o pesquisador possui intuição ou informação suficiente para guiá-lo na consulta a determinadas bases documentais” (MOREIRA, 2006, p. 274).

Diante do quadro exposto, cabe destacar que a pesquisa documental contribuiu para um melhor entendimento dos riscos socioambientais que podem vir a ser causados pela transposição na região do Baixo São Francisco em Sergipe e o nível de participação das comunidades tradicionais no processo de comunicação e de gestão das águas do “Velho Chico”.

Enquanto que na *pesquisa de campo* foram utilizadas as técnicas de coleta de dados, conforme indicam Marconi & Presotto (2009, p. 14-16), ou seja: *observação participativa*, quando o pesquisador se insere no grupo pesquisado e participa de suas atividades valendo-se dos sentidos (ver e ouvir) para a obtenção dos dados em determinado período de tempo, sistematizando-os durante a produção do diário de campo, com anotações e fotografias do ambiente; *entrevista livre filmada*, por ser em profundidade e não havendo um roteiro a ser seguido, o pesquisador leva o entrevistado a manifestar suas ideias espontaneamente. Neste caso, em específico, a utilização do audiovisual enquanto instrumento metodológico contribui ainda com a ideia de observação do real pela imagem, bem como na produção de documentos digitais sobre as comunidades tradicionais estudadas; e *aplicação de formulário* (APÊNDICE A), técnica de levantamento de dados útil, sobretudo, em comunidades menos letradas, pois trata-se de uma série organizada de perguntas escritas, cujas respostas são dadas pelo entrevistado, mas a aplicação do instrumento de pesquisa é realizada pelo próprio pesquisador.

Vale destacar que tanto as entrevistas livres quanto os formulários foram realizados com os mesmos indivíduos que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), em conformidade com as exigências do Comitê de Ética da UFS, e um Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome (APÊNDICE C), garantindo à pesquisadora o direito de uso de depoimento e imagem para fins de divulgação desta pesquisa. Estes indivíduos, por sua vez, foram selecionados por meio de *amostra não probabilística intencional*, pois, segundo Duarte (2006), sua definição depende do julgamento do pesquisador e não de um sorteio a partir de um determinado universo de pessoas, ou seja, esse tipo de amostra possibilita a escolha de indivíduos que têm o que dizer sobre o tema em

questão. Por conseguinte, também se optou pela *história oral* enquanto método de pesquisa para a coleta de narrativas da experiência humana com o intuito de levantar por meio de depoimentos, informações sobre a temática dos riscos socioambientais da transposição percebidos pelas comunidades acompanhadas.

A análise e interpretação dos dados coletados a partir das entrevistas foram realizadas com a ajuda da Análise do Discurso, pois entende-se que os discursos²¹ emitidos trazem na sua constituição traços histórico-sociais, que exigem do analista mais do que a compreensão do conteúdo explícito, mas do contexto histórico e de seus enquadramentos sociais e culturais. Ou ainda, como descreve Orlandi (1999), ao levar em conta o homem na sua história, seus processos e suas condições de produção de linguagem, por meio da análise estabelecida entre a língua e os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.

Discussões com o orientador, professores e colegas, bem como participação em seminários, colóquios, congressos também fizeram parte do método de trabalho adotado. Não obstante, vale ressaltar a contínua participação no Grupo de Estudo Filosofia e Natureza (CNPq/UFS) e no Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental – (LICA/CNPQ/UFS), haja vista que esta pesquisa se insere perfeitamente no âmbito das investigações realizadas pelos grupos em questão.

Além disso, é necessário ressaltar a importância do estágio de doutorado junto ao Departamento de Comunicação Social da *Université du Québec à Trois Rivières* (UQTR), no Canadá, durante o período de setembro de 2014 a agosto de 2015. Com a supervisão do professor doutor Raymond Corriveau, especialista na área de Comunicação de Riscos, tivemos acesso a uma vasta bibliografia nas áreas de “comunicação e gestão de riscos”, “comunicação participativa”, “comunicação ambiental”, além de referências sobre “planos de comunicação”. Essa pesquisa bibliográfica foi fundamental para a elaboração do capítulo voltado à Comunicação e Informação.

²¹ “Por discurso entende-se aqui uma atividade comunicativa, produtora de sentido, construída por sujeitos sociais nas interações de que participam. O discurso se manifesta linguisticamente por meio de texto, este, por seu turno, pode se materializar nas formas oral e escrita. E em face dos propósitos deste trabalho, texto é aqui tomado como unidade de análise, por pressupor que é nele e por meio dele que se podem evidenciar e analisar os elementos linguísticos, enunciativos, e os extralinguísticos que compõem as suas condições de produção e recepção. Em suma, teórica e metodologicamente falando, é no texto e por meio dele que se pode entender como se dá o funcionamento do discurso” (SILVA, 1999, p 87).

Além disso, nos foi dada a oportunidade de participar de três seminários do *Groupe de recherche interdisciplinaire sur la communication, l'information et la société (GRICIS)*²² e um seminário do *Groupe de recherche en développement de l'enfant et de la famille (GREDEF)*²³. Participamos ainda, na qualidade de ouvinte, da disciplina «*Communication et dialogue civil*», ministrada pelo professor doutor Jason Luckerhoff, no Programa de Mestrado do Departamento de Comunicação Social da UQTR. Essas trocas de experiências e conhecimentos acadêmicos foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Não obstante, tivemos também a oportunidade de apresentar em nível internacional os resultados preliminares desta pesquisa de doutorado. Cabe aqui destacar a participação no 83º *Congrès de l'ACFAS (Assotiation francophone pour le savoir)*, realizada na cidade de Rimouski, entre os dias 25 a 29 de maio de 2015. Durante o evento apresentamos uma comunicação oral intitulada «*Communication de risques sociaux et environnementaux dans la dérivation du fleuve São Francisco au Brésil*» e outra comunicação em formato de banner com o título «*L'éthique environnemental dans les communautés traditionnelles du fleuve São Francisco au Brésil*». E, para fechar nossa estadia no Canadá com chave de ouro, realizamos a Exposição «*Les Rivières et des hommes*»²⁴, ocorrida entre os dias 14 e 27 de setembro de 2015, na Sala Municipal de Grandes-Piles, Canadá.

Esta tese está organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No Capítulo *Opinar para democratizar*, trataremos da formação do conceito de opinião pública e a sua importância para a legitimação de Estados democráticos. Para tanto, será apresentado o estado da arte em autores como: Jean-Jacques Rousseau, que no século XVIII se utiliza do termo opinião pública como forma de enfatizar a importância de se levar em consideração os costumes e os anseios dos cidadãos na formulação das leis gerais ou constitucionais, já que as leis só serão legítimas na medida em que expressarem as demandas e posições da vontade geral; Ferdinand Tönnies, que no século XIX estabelece uma compreensão sociológica da opinião pública como uma forma de vontade social; e Jürgen Habermas, que no século XX dá ênfase aos conceitos de opinião pública, sociedade civil e esfera pública para tratar da vontade coletiva na formação de uma democracia deliberativa.

²² Seminário sobre Simondon, apresentado por André Mondoux; Seminário sobre Honneth, apresentado por Julien Rueff; Seminário sobre Innis, apresentado por Marc-Olivier Gouette-Coté e Simon Claus.

²³ Seminário «*L'ethnographie institutionnelle*» apresentado por Vicky Lafantaisie.

²⁴ Na exposição foram apresentadas 12 fotografias que retrataram o ambiente do Baixo São Francisco, bem como a cultura das comunidades indígena e quilombola, analisadas nesta pesquisa. As molduras que embelezavam as imagens foram produzidas por dois jovens artesões Xokó, Yatan e Inajar. Também foram expostas telas e estamparias de dois artistas vinculados à UQTR, Lorraine Beaulieu e Javier Escamilla, que trabalham com os conceitos de meio ambiente e multiculturalismo em suas peças.

Para relacionar os conceitos de opinião pública e comunidades tradicionais, discutiremos a noção de acesso à esfera pública e a luta por reconhecimento em Axel Honneth, pois, segundo este autor contemporâneo, são as lutas pelo reconhecimento e a defesa da identidade e da autonomia que assumem a forma de luta pela igualdade de acesso ao direito de justiça e ao uso equitativo dos recursos públicos, bem como uma maior participação na formação pública da vontade coletiva. Ao final deste capítulo, apresentaremos a aplicabilidade da opinião pública por meio dos métodos de pesquisas de “observação indireta” e “observação direta”, (AUGRAS, 1970).

O Capítulo *Comunicar para legitimar decisões* apresentará um panorama histórico das teorias sociais da Comunicação, bem como dos conceitos e dimensões relacionadas ao Risco na tentativa de esclarecer o leitor qual o entendimento que se tem sobre os termos – Comunicação e Risco – e como estes podem ser pensados ao se correlacionarem. Em seguida, trataremos da ideia de que tanto a informação quanto o risco são construídos socialmente e que por esse motivo é fundamental à pesquisa levar em consideração os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos das comunidades estudadas. Finalmente, será apresentado o conceito de Comunicação de Riscos, enquanto um processo comunicativo que garante espaços democráticos de participação dos atores envolvidos em questões socioambientais, sobretudo no que tange aos processos de tomada de decisão.

No Capítulo *Conhecer para compreender* discorreremos, primeiro, sobre as contribuições da Antropologia Visual para se pensar a postura adotada pela pesquisadora durante a realização da pesquisa de campo, haja vista que além do diário de campo a pesquisa também se utiliza da fotografia²⁵ e do audiovisual²⁶ (ANEXO DVD) enquanto técnicas de coleta de dados. Em seguida, trataremos do conceito de comunidades tradicionais e como estas estão sendo (re) conhecidas e incorporadas no ordenamento jurídico brasileiro. Também serão apresentadas as comunidades tradicionais que foram objeto de estudo nesta pesquisa doutoral, quais sejam: Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina. Ambas comunidades estão localizadas no Estado de Sergipe e encontram-se em momentos

²⁵ Durante o doutorado foram realizadas três exposições fotográficas, cujo intuito foi a popularização da ciência. A primeira ocorreu no espaço da Escola Indígena Xokó, em 2013, como título “Território e identidade Xokó”; a segunda foi realizada no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART/UFS), em 2013, com o título “Natureza e cultura do povo Xokó” e a terceira exposição ocorreu no Canadá, com o título “*Les Rivières et des hommes*”, em 2015.

²⁶ O audiovisual é considerado como uma importante ferramenta de pesquisa, pois com ele é possível ver e rever as paisagens e os depoimentos dos entrevistados, suas expressões e emoções quantas vezes forem necessárias. Além disso, a junção deste material audiovisual possibilitou na produção de um curta-metragem, cujo objetivo é a divulgação da pesquisa.

político-econômico muito distintos. A primeira tem seu território garantido por lei desde 1991 e, em função disto, já garantiu uma série de avanços políticos e econômicos que favorecem toda a comunidade. A segunda segue há mais de dez anos em busca do reconhecimento territorial e, por este motivo, vivencia uma série de entraves em termos estruturais. Interessa também discorrer sobre quais são as efetivas contribuições dessas comunidades para o equilíbrio e a conservação do meio ambiente, à luz da Convenção 169 da OIT.

O Capítulo *Analisar e interpretar* será dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa. Primeiro, apresentaremos uma revisão do projeto de transposição, fruto da pesquisa de mestrado realizada junto ao Prodepa, com a identificação dos riscos presentes no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e a identificação dos riscos veiculados nos jornais sergipanos. Além disso, serão analisados os depoimentos das comunidades tradicionais em relação ao projeto de transposição para, então, apresentar a construção de uma Matriz de Sensibilidade, fruto da sistematização, análise e interpretação dos dados referentes às percepções de riscos socioambientais. A análise sobre o processo de comunicação dos riscos socioambientais, o nível de participação das comunidades tradicionais estudadas e a influência destas na formação da opinião pública sergipana encerram este capítulo.

Finalmente, espera-se que os resultados desta tese de doutorado possam contribuir com as discussões acadêmicas acrescentando, de modo interdisciplinar, o olhar analítico das relações socioculturais com o meio ambiente. Em termos mais práticos, almeja-se viabilizar a produção de uma nova exposição, cujo o título “O homem e o rio”, pretende contar as histórias de índios e quilombolas do Baixo São Francisco²⁷; bem como a produção de um Curta-metragem²⁸ que será disponibilizado à sociedade, enquanto registro audiovisual das opiniões expressas pelos integrantes das comunidades tradicionais de Sergipe sobre os riscos e impactos causados por ações antrópicas no rio São Francisco.

²⁷ Há previsão de realização da Exposição “O homem e o rio” no segundo semestre de 2016.

²⁸ A produção e a edição do curta-metragem estão previstas para o decorrer de 2016.

2 OPINAR PARA DEMOCRATIZAR

A opinião pública, transformada em poder comunicativo segundo processos democráticos, não pode “dominar” por si mesma o uso do poder administrativo; mas pode, de certa forma, direcioná-lo.

HABERMAS

A Opinião²⁹ corresponde sempre a um juízo formulado a respeito de qualquer fato e a sua dimensão pública surge quando essa opinião é partilhada com um vasto número de indivíduos, a tal ponto que a observação emitida poderia ser de qualquer um deles. Naturalmente que esta definição é demasiado simplista e meramente introdutória, não fosse a complexidade do tema inseparável da teia social e do processo comunicativo.

Neste contexto, surgem de imediato algumas indagações que se prendem com a análise da própria expressão “opinião pública”. De quem são as opiniões que formam a opinião pública? A opinião pública exprime necessariamente um consenso ou a opinião de uma maioria? Admite-se que a opinião pública tem poder ou é a *mídia*³⁰ que tem o poder enquanto formadora de opinião?

Para Alfred Sauvy (1977), a opinião pública é quase uma força abstrata que nenhuma constituição prevê de forma institucionalizada, mas cuja expressão constitui o fundamento implícito de todas as democracias. O autor ainda afirma que:

²⁹ Segundo Habermas (2003, p. 110 e 111), “*Opinion* assume em inglês e em francês o sentido nada complicado do termo latino *opinio*, a opinião, o juízo sem certeza, não plenamente demonstrado. A linguagem técnica filosófica, da “*doxa*” de Platão até o “*Meinen*” de Hegel, corresponde nisso exatamente ao entendimento semântico da linguagem cotidiana. Para nosso contexto, contudo, o outro significado de *opinion* é mais importante, ou seja, “*reputation*”, a reputação, a consideração, aquilo que se coloca na opinião dos outros. Opinião no sentido de uma concepção incerta, que primeiro ainda teria de passar pela tese da verdade, liga-se a *opinion* no sentido de um modo de ver da multidão, questionável no cerne. Nisso, a palavra carrega tão fortemente o tom significacional de opinião coletiva que se tornam dispensáveis, como pleonasmos, todos os atributos que apontam para o seu caráter social”.

³⁰ Termo derivado do latim *médium* (meio) e *media* (meios). São os canais ou ferramentas usadas para armazenamento e transmissão de informação ou dados. Na Contemporaneidade, *mídia* passa a ser usada como sinônimo de meios de comunicação de massa.

[...] a opinião é um árbitro, uma consciência, diremos que quase um tribunal desprovido de poder jurídico, mas receado. É o foro interior de uma nação. A opinião pública, esse poder anônimo, é uma força política e essa força não foi prevista por nenhuma constituição. (SAUVY, 1977).

As primeiras teorizações acerca da opinião pública surgiram durante o século XVIII, período no qual diversos pensadores aludiram à expressão para justificar certas atitudes, porque no nível individual a opinião confundia-se com uma atitude. Contudo, para entender o sentido de opinião pública, proposto por Habermas, em *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade* (1997) é preciso que se compreenda o conceito de opinião na Modernidade, pois, segundo o filósofo alemão, o conceito em torno do termo “opinion” não evolui de forma direta para os termos *public opinion* ou *opinion publique*, “versão do final do século XVIII, que se liga ao tirocínio de um público capaz de julgar, pois os dois sentidos originais – o mero palpite e a reputação que se coloca no espelho das mentes – estão em antítese àquela racionalidade que a opinião pública pretende” (HABERMAS, 2003, p. 111). No inglês, a evolução de *opinion* para *public opinion* passa pela noção de espírito público. No francês, *opinion publique* é considerada opinião do povo sustentada pela tradição e pelo bom senso, seja por Rousseau ou pelos enciclopedistas. Mas, “só quando ela é atribuída pelos fisiocratas ao próprio *public éclair* é que a *opinion publique* passa a ter o rigoroso significado de uma opinião que, através da discussão crítica na esfera pública, é purificada numa opinião verdadeira” (HABERMAS, 2003, p. 117).

Diante disso, o objetivo deste Capítulo é analisar as principais teorias sobre Opinião Pública a partir de três pensadores importantes, situados em momentos distintos da História: Jean-Jacques Rousseau, Ferdinand Tönnies e Jürgen Habermas. A escolha desses três autores, em específico, se dá pelo fato de os mesmos pertencerem a correntes teóricas distintas, mas, sobretudo, por Habermas ter sido leitor dos dois primeiros. Rousseau afirma em seu livro *Do Contrato Social* (1762), não ser a natureza, mas a opinião que decide as escolhas e os prazeres dos homens. Assim, quanto mais as opiniões se aproximam da unanimidade, tanto mais prevalece a vontade geral. Na introdução à *Crítica da Opinião Pública* (1922), Tönnies enfatiza que sua compreensão de opinião do público enquanto uma forma de vontade social é central no conjunto de suas ideias e se relaciona com as diferenciações existentes nos conceitos de comunidade e sociedade. Já Habermas ressalta em *Direito e Democracia* (1997) que a sociedade civil pode, por meio da opinião pública, influenciar o complexo parlamentar na tomada de decisão. É possível identificar nessas breves passagens, conceitos importantes que norteiam este estudo: opinião e vontade geral em Rousseau; opinião do público e vontade

social em Tönnies; opinião pública e vontade coletiva em Habermas. No caso de Honneth, aluno de Habermas, o objetivo central de sua obra *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, é mostrar como os indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual e participam da ação coletiva e das lutas sociais no seio da esfera pública. Nesse sentido, cabe demonstrar como esses conceitos contribuirão para as reflexões teóricas e práticas desta pesquisa.

2.1 Opinião pública e vontade geral em Rousseau

Em seu livro *Opinião pública e revolução* (1989), Milton Meira do Nascimento enfatiza que, se na tradição filosófica que antecede o século XVIII, o conceito de opinião fora relegado à condição de sombra perturbadora da verdade, obstáculo da razão, ou como movimento incerto do espírito em oposição à ciência; no século das Luzes, este conceito passa por transformações significativas a ponto de ser encarado positivamente, sobretudo por pensadores e revolucionários franceses do Círculo Social que se utilizam das obras de Rousseau, especialmente *Do Contrato Social* e da *Carta a d'Alembert*, para pensar uma teoria da opinião pública.

O Círculo Social, conforme descreve Nascimento (1990, p. 71), foi uma organização revolucionária fundada em 1790, na França, pelo jornalista Nicolas de Bonneville e pelo abade Claude Fauchet. “A organização e seus membros, dentre os quais figuravam Condorcet e Brissot, tiveram um peso considerável enquanto grupo de atuação direta no processo revolucionário até a queda dos girondinos”, quando foram levados à guilhotina pelos jacobinos de Robespierre. Sua presença constituiu-se, naquela época, de uma verdadeira máquina de propaganda, com uma editora, *L’Imprimerie du Cercle Social*, de onde saíam vários jornais e livros de autores simpatizantes do grupo, dentre eles a *Bouche de Fer*, cujo objetivo primeiro era a formação e a amplificação da opinião pública, bem como a vigilância pública³¹.

³¹ “Desde 1789, Bonneville já vinha publicando regulamente o jornal *Le tribun du peuple*, em forma de cartas. Esse estilo, ele havia tirado das *Cartas de Junius*, da Inglaterra, publicadas nos jornais populares, os *Advertisers*, que abriam espaço para comunicações e artigos de autores anônimos. Foi num desses jornais que leu as cartas assinadas por *Junius*, que continham terríveis ataques à corte de Georges III. Bonneville queria que a França também tivesse seus Junius e, por isso, decidiu constituir uma caixa de correspondência aberta a todos os que desejassem manifestar-se sobre os problemas que envolviam o momento político francês. A essa caixa de correspondência deu o nome de *Bouche de Fer*” (NASCIMENTO, 1990, p. 71).

O resultado desse exercício de vigilância pública, proposto pelo Círculo Social durante a Revolução, era a transparência da sociedade. Pois, nada deveria ficar oculto e o que o povo dizia através da opinião pública aos seus censores era a mais perfeita expressão da verdade. Contudo, o que fica explícito nessa questão é que o povo, para exercer o poder de vigilância, sem cometer enganos e injustiças, precisaria estar muito bem esclarecido. Caberia, então, aos homens de letras a ação de esclarecer o povo que ao longo da história sempre foi oprimido pelo poder tirânico do rei. Sobre isso, escreve Marilena Chauí no Prefácio do mesmo livro:

A opinião pública é o encontro entre a razão e o povo esclarecido, torna-se lugar da verdade e seu poderio depende de conseguir impor-se aos homens no poder. Com isso, o critério da verdade deixa de ser meramente teórico para tornar-se eminentemente prático (CHAUI, 1989, p. 15).

A opinião pública, neste momento da História, passa a ser concebida como direito do homem e do cidadão, e como verdade que vem a público, trazida pelo próprio público. Ela converte-se como arma de defesa da liberdade de expressão e, sobretudo, institui-se como “uma espécie de máquina de guerra ideológica ‘improvisada’, durante o século XVIII, pelas elites intelectuais e pela burguesia de toga, a fim de legitimar suas próprias reivindicações no campo político e enfraquecer o absolutismo régio” (CHAMPAGNE, 1996, p. 48).

Nessa mesma perspectiva, Chauí afirma que o conceito de opinião pública presente no Iluminismo, “[...] forma-se a partir de grupos de homens ilustrados – pedagogos, preceptores, guias, juízes do povo - e sua força não provém do discurso desses homens e sim de que seja aceita e assimilada pelo público esclarecido” (CHAUI, 1989, p. 15).

Contudo, Champagne (1996) vai além, enfatizando que, com a rejeição da legitimidade do tipo monárquico e sua substituição pela soberania nacional e/ou popular, continha um alargamento de conteúdo, oriunda “das Luzes”. Com efeito, a opinião pública não podia continuar sendo a das minorias esclarecidas (os “sábios”). Sob a pressão de uma verdadeira corrente revolucionária, ela deveria se alargar e tornar-se de uma parcela muito mais numerosa do povo (os “cidadãos”) e, principalmente, daquela que nos “clubes”, participava mais ou menos ruidosamente da vida política e, ocasionalmente, saía de casa para se manifestar na via pública. Em outras palavras, “a ‘opinião pública’ tornou-se uma força de ação autônoma que reivindicava o exercício do poder” (CHAMPAGNE, 1996, p. 51).

A concepção de uma opinião pública onde o intelectual tem um papel fundamental na transformação da sociedade, um compromisso inexorável com a verdade e com a necessidade de ser reconhecido por um público, não se configura, segundo Nascimento (1989), como a leitura mais adequada das obras de Rousseau sobre o tema em questão. Isto porque, para o filósofo genebrino a opinião pública não é uma força a ser produzida pelos homens das letras. Ela possui leis próprias e qualquer interferência em seus domínios só pode ter o objetivo de preservá-la, se a considerarmos como o conjunto dos costumes de um povo.

Aquilo que não é um problema para d'Alembert ou para Diderot, isto é, que as luzes da ciência chegassem gradualmente a todos numa marcha irreversível, desde que os homens de letras se empenhassem no processo de erradicação da superstição e dos preconceitos e assumissem a tarefa de formar uma opinião pública esclarecida, não aparece em nenhum momento em Rousseau. Para ele, não é possível formar a opinião pública, mas preservá-la. (NASCIMENTO, 1989, p. 54).

Sobre esta questão, cabe enfatizar que apesar de Rousseau servir de inspiração para os revolucionários franceses em virtude de sua respeitada teoria política, também é este autor, de acordo com Ganochaud (1978), quem apresenta pela primeira vez o termo “opinião pública” a fim de designar uma realidade coletiva, uma força social cuja importância não pode deixar de ser conhecida. Ou seja, antes dele nenhum outro pensador havia utilizado tal expressão³².

Noëlle-Neumann, em seu livro *The spiral of silence* (1993), também compartilha a ideia de que Rousseau tenha sido o primeiro filósofo moderno a se utilizar do termo opinião pública com pretensões conceituais³³. Segundo a socióloga alemã:

³² Cf. GANOCHAUD, Colette. *Opinion publique et changement social chez Jean-Jacques Rousseau*. Revue française de science politique. v. 28, n. 5, Paris, 1978, pp. 899-927. « C'est dans la Lettre à d'Alembert sur les spectacles, en 1758, que Rousseau emploie pour la première fois le terme d'opinion publique afin de désigner une réalité collective, une force sociale, dont l'importance ne doit pas être négligée. Il nous y a comme un précurseur dans ce domaine de la psychologie sociale ainsi que dans bien d'autres, puisque aucun penseur ne semble avoir fait usage de cette expression avant lui ».

³³ No Capítulo 7 - *Launching the Term "Public Opinion": Jean-Jacques Rousseau* (Lançamento do termo “opinião pública”: Jean-Jacques Rousseau) – a autora da Teoria Espiral do Silêncio faz uma análise do referido termo na obra do pensador genebrino tendo como subsídio duas pesquisas acadêmicas: a primeira, intitulada *Der Begriff der öffentlichen Meinung im Werk Rousseaus* (O conceito de opinião pública na obra de Rousseau) foi defendida por Christine Gerber (1975), uma estudante de mestrado em Jornalismo da *Johannes Gutenberg - Universität*, Mainz, Alemanha, que ao se utilizar da Análise de Conteúdo encontrou 16 usos de "opinião pública", cerca de 100 usos de "opinião" conectados com algum adjetivo ou outro substantivo que não seja "público", e 106 casos de "público" ou "publicidade" - usado em conexão com o respeito público; a segunda referência diz respeito à primeira tese de doutorado defendida na França sobre o tema, justamente por Colette Ganochaud, em 1978, com o título *L'opinion publique chez Jean-Jacques Rousseau* (Opinião Pública em Jean-Jacques Rousseau). Além dessas referências, outros autores mais contemporâneos como Price (1994) e Barros Filho (2008), amparados em Noëlle-Neuman, reforçam a ideia de que Rousseau tenha sido o primeiro pensador moderno a utilizar o termo “opinião pública”. Para Traquina (2012), com Rousseau o termo “opinião pública” ganha claramente um sentido político.

Rousseau, mais claramente do que qualquer um antes dele, capta o aspecto essencial da opinião pública, permitindo-nos, finalmente, reconhecer todas as suas manifestações: apresenta um compromisso entre o consenso social e convicções individuais (NOELLE-NEUMANN, 1993, p.86-87, Tradução Nossa).³⁴

Rousseau, no entanto, não chega a elaborar uma teoria sistemática e rigorosa da natureza da opinião pública, conforme enfatiza Ganochaud. Ao contrário, no termo “opinião pública” é possível encontrar uma série de expressões que às vezes se assemelham e em outros momentos se refutam.

De início, é impossível encontrar em Rousseau uma definição clara e unívoca de opinião pública e mesmo de estabelecer distinções entre os diversos sentidos que, de acordo com o contexto, pode-se dar a esta expressão. Pode, com efeito, ser uma opinião comum predominante em um determinado grupo social, ou uma mentalidade coletiva, uma força invencível e constrangedora. Além disso, Rousseau consegue substituir o termo opinião pública só pela palavra opinião ou ainda por expressões metafóricas tais como “o olhar”, “os olhos”, os clamores, a estima pública (GANOCHAUD, 1978, p. 900. Tradução Nossa).³⁵

Essas *nuances* são claramente perceptíveis em textos como o *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* (1755)³⁶ e *Considérations sur le gouvernement de Pologne et sur la réformation projetée* (1782)³⁷. Para Rousseau, no *segundo Discurso*, o homem em sociedade cada vez mais se distancia do estado de natureza, o que o leva a um processo de alienação já que não vive por si mesmo, mas na dependência do olhar dos outros, ou melhor, de modismos. Esta ideia confirma-se na passagem a seguir:

[...] o selvagem vive em si mesmo; o homem sociável, sempre fora de si, só sabe viver segundo a **opinião** dos outros, e é, por assim dizer, unicamente através do julgamento deles que toma conhecimento de sua própria existência (ROUSSEAU, 1989, p. 117. Grifo nosso).

³⁴ Tradução livre de “Rousseau, more clearly than anyone before him, captures the essential aspect of public opinion, allowing us finally to recognize all its manifestations: it presents a compromise between social consensus and individual convictions”

³⁵ Tradução livre de « Tout d’abord, Il est impossible de trouver chez Rousseau une définition claire et univoque de l’opinion publique et même d’établir des distinctions nettes entre les divers sens que, suivant le contexte, on pourrait donner à cette expression. Il peut, en effet, s’agir soit d’une opinion commune répandue dans un groupe social, soit d’une mentalité collective agissante, soit d’une force invincible et contraignante. En outre, il arrive à Rousseau de substituer au terme d’opinion publique le seul mot d’opinion ou encore des expressions métaphoriques telles que « le regard », « les yeux », ou « la voix du public », ou tout simplement de s’intéresser à ses cris, à ses clameurs, à l’estime publique ».

³⁶ Versão em português: Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1989).

³⁷ Versão em português: Considerações sobre o governo da Polônia (1992)

Enquanto que nas *Considerações*, Rousseau aconselha os cidadãos da Polônia a trabalharem, sem descanso, para elevar o patriotismo de seu povo ao mesmo tempo em eles próprios se elevam por meio da estima pública. Para tanto, é preciso fazer com que:

[...] todos os cidadãos, se sintam incessantemente sobre os olhos do público, que nenhum avance ou triunfo a não ser pelo favor público, que nenhum posto, nenhum cargo seja preenchido a não ser pelo voto da nação e que, afinal, desde o último nobre, desde mesmo o último campônio, até o rei, se possível todos dependam de tal maneira da **estima pública** que não possa nada fazer, nada adquirir, triunfar sobre ela e sem ela. (ROUSSEAU 1982, p. 89, Grifo Nosso).

Em outras palavras, podemos identificar que em alguns momentos Rousseau descreve uma opinião maléfica, voltada ao modismo, enquanto em outros momentos ele trata de uma opinião benéfica, que garante a manutenção dos costumes. Mas é no capítulo XII do Livro II *Du Contrat Social* (1762)³⁸ que o conceito de Rousseau se torna mais evidente, sobretudo, quando o autor trata da opinião pública enquanto parte integrante da estrutura do Estado, até então composta por três tipos de leis: políticas, civis e criminais. Para o pensador genebrino:

A essas três espécies de leis, junta-se uma quarta, a mais importante de todas, que não se grava no mármore nem no bronze, porém nos corações dos cidadãos; que faz a verdadeira constituição do Estado; que ganha todos os dias novas forças; que, quando outras leis envelhecem ou se extinguem, as reanima ou supre, conserva um povo no espírito de sua instituição e substitui gradualmente a força da autoridade pela do hábito. Refiro-me aos usos, aos costumes e sobretudo à **opinião**, parte desconhecida de nossos políticos, mas da qual depende o sucesso de todas as demais [...] (ROUSSEAU, 2001, p. 66. Grifo nosso).

Já no capítulo VII do Livro IV do *Contrato Social*, Rousseau escreve sobre a relação direta da opinião pública com a manutenção dos costumes:

É inútil distinguir os costumes de uma nação dos objetos de sua estima, uma vez que tudo se prende ao mesmo princípio e se confunde necessariamente. Entre todos os povos do mundo, não é a natureza, mas a opinião que decide da escolha de seus prazeres. Reformai as opiniões dos homens e seus costumes se depurarão por si mesmos. Amamos sempre o que é belo ou o que consideramos tal, mas é nesse julgamento que nos enganamos, razão pela qual é mister regulá-lo. Quem julga os costumes julga a honra, e quem julga a honra tira sua lei da opinião (ROUSSEAU, 2001, p. 153).

³⁸ Versão em português: Do Contrato Social (2001)

Neste mesmo capítulo do *Contrato Social*, Rousseau (2001, p. 152-153) afirma ainda que “a opinião pública é a espécie de lei cujo ministro é o censor”, pois “assim como a declaração da vontade geral se faz pela lei, a declaração do julgamento público se faz pela censura”. Entre as funções dos censores romanos, nos quais Rousseau se inspira, incluía-se a de zelar pelos costumes públicos. Contudo, o censor não é tido como um moralista a conduzir a opinião, mas apenas como um declarador da vontade geral. Mas o que é a vontade geral em Rousseau? Sobre isso, é possível encontrar resposta no Capítulo III do Livro II do *Contrato Social*, quando o filósofo genebrino escreve:

Via de regra, há muita diferença entre vontade de todos e a vontade geral; esta se refere somente ao interesse comum, enquanto a outra diz respeito ao interesse privado, nada mais sendo do que a soma das vontades particulares. Quando, porém, se retiram dessas mesmas vontades os mais ou menos que se destroem mutuamente, resta, como soma das diferenças, a vontade geral. (ROUSSEAU, 1996, p. 38).

Mas, Rousseau não para por aqui. Segundo ele, a vontade geral, para ser verdadeiramente geral, deve partir de todos e aplicar-se a todos. “Importa, pois, para se chegar ao verdadeiro enunciado da vontade geral que não haja sociedade parcial no Estado e que cada cidadão só venha a opinar de acordo com seu próprio ponto de vista” (ROUSSEAU, 1996, p. 41). No entanto, é preciso compreender que “[...] o que generaliza a vontade é menos o número de votos que o interesse comum que os une, pois, nessa instituição, cada qual se submete necessariamente às condições que impõe aos demais” (ROUSSEAU, 1996, p. 41).

Para Noelle-Neuman (2014), Rousseau não especifica a relação precisa entre a *volonté générale* (que se diferencia da privada e egoísta *volonté de tous*) e opinião pública. Pois, assim como a lei é o meio pelo qual a vontade geral é declarada em si, a censura é o meio de declarar o julgamento das pessoas. Nessa perspectiva, a vontade geral poderia ser pensada como a consolidação da opinião pública e esta, por sua vez, tornar-se-ia consolidada nas leis que se seguem a partir dela.

Habermas (2003, p.120), ao contrário, inviabiliza esse tipo de leitura que aproxima a opinião pública da vontade geral, pois, segundo ele, em Rousseau “a *volonté générale* é antes um consenso dos corações do que dos argumentos”, uma vez que “bastaria o bom senso (*bons sens*) para perceber o bem-comum”, haja vista que “longos debates dariam ênfase a interesses particulares”. Em outras palavras, no entendimento de Habermas (2003, p. 123), “Rousseau quer democracia sem discussão pública”.

Apesar da simpatia expressa pela teoria rousseauiana³⁹, Habermas defende um ideal democrático embasado numa política deliberativa que “[...] obtém sua força legitimadora na estrutura discursiva de uma formação da opinião e da vontade, a qual preenche sua função social e integradora graças à expectativa de uma qualidade racional de seus resultados” (HABERMAS, 1997, p. 28). Por isso, o nível discursivo do debate político constitui a variável mais importante da teoria habermasiana, conforme será apresentado mais à frente.

2.2 Opinião pública e vontade social em Tönnies

Ferdinand Tönnies começa a investigar a questão da opinião pública no seu primeiro e mais conhecido trabalho, *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887)⁴⁰ e, a partir dos resultados obtidos, desenvolve um vasto tratado intitulado *Kritik der öffentlichen Meinung* (1922) que, conforme afirma Slavko Splichal em seu artigo *A teoria de Ferdinand Tönnies sobre opinião pública como uma forma de vontade social* (2006), apesar de consistir indubitavelmente numa das análises mais coerentes sobre opinião pública, permanece praticamente ausente de qualquer trabalho acadêmico sobre o assunto⁴¹.

Várias razões podem ser atribuídas ao esquecimento ou falta de repercussão da obra de Tönnies. Com a ascensão do Nazismo, explica Splichal (2006), as ciências humanas na Alemanha amargaram a posição de inimigos do “Grande Reich”. Além disso, a *Zeitungswissenschaft* (ciência do jornalismo alemão), enquanto pesquisa acadêmica jornalística, desintegrou-se e se rendeu às instituições acadêmicas americanas, para onde se exilaram muitos cientistas europeus. “A pesquisa sobre comunicação e opinião pública apresentava um rápido avanço nos Estados Unidos, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, enquanto desaparecia na Europa. Somente no pós-guerra os estudos sociais são

³⁹ Em seu artigo *Rousseau e Habermas*, Dutra (2012, p. 56) escreve que apesar de Habermas afirmar no prefácio do livro *Direito e democracia* que é Kant, e não Hegel, o apoio do seu estudo, o nome que realmente estrutura a obra é o de Rousseau. “Da mesma forma, entre Hobbes e Rousseau, Habermas tem clara simpatia teórica por Rousseau. Ele gostaria de reconstruir e incorporar Rousseau em sua própria teoria discursiva do direito e da democracia”.

⁴⁰ Versão em espanhol: *Comunidad y asociación* (1979).

⁴¹ Para se ter ideia, nenhuma das obras citadas foram traduzidas para o português até o momento, o que dificulta o acesso para o público lusófono. O que se encontra em português, para consulta acadêmica, são alguns fragmentos do *Crítica*, traduzidos por Beatriz Fontana no livro *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. O livro *Comunidade e sociedade* conta com traduções em inglês, francês e espanhol; contudo, sua *Crítica à opinião pública* nunca foi publicada para o inglês e se mantém fora do alcance de uma parte significativa do mundo.

retomados na Europa, sob forte influência dos estudos americanos” (SPlichal, 2006, p. 46).

Outro motivo que pode ter levado a teoria da opinião pública de Tönnies ao ostracismo, segundo Splichal (2006, p. 47), é o fato desta se diferenciar significativamente da tendência em voga à época, haja vista que ela é “tipicamente alemã”, na medida em que trata das “circunstâncias tradicionais, religiosas e culturais” sob as quais se forma a opinião pública. Ao contrário do tratamento típico da tradição anglo-saxônica que enfatiza em seus estudos as formas e meios pelos quais a opinião pública efetivamente afeta o governo.

Nesse sentido, Tönnies representa a continuação de uma tradição que não era apenas endossada na Alemanha. Pois, anterior à socialização da pesquisa sobre opinião pública no século XX, muitos pesquisadores – como Tönnies e o próprio Rousseau – analisavam a opinião pública em relação à religião, à classe média, ou burguesa e consideravam o público como categoria social que gerava a opinião pública. Este é justamente um dos principais motivos que nos leva a melhor compreender a teoria da opinião pública de Tönnies, justamente porque nos propicia uma ponte de ligação entre as leituras realizadas em Rousseau, considerado um dos primeiros autores a tratar do tema no século XVIII com um viés político e social, e em Habermas, citados pela maioria dos trabalhos acadêmicos sobre opinião pública a partir da última década do século XX⁴².

Apesar de se especializar em filosofia política, sobretudo na literatura hobbesiana, Tönnies sempre demonstrou fascínio pela teoria social, tanto que fundou a Associação Alemã de Sociologia, em parceria com Simmel, Sombart e Weber, entre outros; além de fundar os “informes sociais” que incluía, dentro do campo da “sociografia”, a descrição objetiva de um conjunto de eventos sociais. Ademais, por estar à frente de sua época, Tönnies ficou conhecido como o primeiro intelectual a delinear a posição fundamental da opinião pública dentro da sociologia empírica.

Em *Comunidade e Sociedade* (1979), Tönnies estabelece uma compreensão sociológica da opinião pública como uma forma de vontade social. Contudo, para compreender sua teoria é fundamental estabelecer a oposição entre dois tipos de vontade - a vontade orgânica (*Wesenwille*) e a vontade reflexiva (*Kürwille*), uma vez que esses dois tipos

⁴² Cf. Splichal (2006, p. 47), Habermas pode ser considerado como outro exemplo de isolamento, pois seu livro *Strukturwandel der Öffentlichkeit* (Mudança estrutural da esfera pública, tradução para a edição em português) foi publicado na Alemanha em 1962 e traduzido para o inglês apenas em 1989. “Até então, seu trabalho era praticamente desconhecido pelos intelectuais falantes de inglês. Após a tradução, passou, da noite para o dia a fazer parte da literatura básica da área, tendo sido reimpresso sete vezes nos últimos seis anos”.

de vontades condicionam a dois tipos de grupo social – comunidade (*Gemeinschaft*) ou sociedade (*Gesellschaft*). De acordo com Splichal (2006), a distinção entre comunidade e sociedade é fundamental na visão do autor para uma melhor compreensão do tema (Quadro 1).

Quadro 1 – Distinção entre os conceitos de Comunidade e Sociedade em Tönnies

COMUNIDADE	SOCIEDADE
FORMAS ELEMENTARES	
Compreensão (<i>Verständnis</i>)	Contrato (<i>Vertrag</i>)
Tradição (<i>Brauch</i>)	Norma (<i>Satzung</i>)
Fé (<i>Glaube</i>)	Doutrina (<i>Lehre</i>)
FORMAS COMPLEXAS	
Acordo (<i>Eintracht</i>)	Convenção (<i>Konvention</i>)
Costume (<i>Sitte</i>)	Legislação (<i>Gesetzgebung</i>)
Religião (<i>Religion</i>)	Opinião Pública (<i>Öffentlichen Meinung</i>)

Fonte: Adaptado de TÖNNIES (1922) *apud* SPLICHAL, 2006, p. 53.

Comunidade é, portanto, tida enquanto uma forma de organização social tradicional e articulada, fundamentada em relações pessoais, costumes e fé. Conforme Tönnies, a teoria da comunidade parte do pressuposto de uma perfeita unidade das vontades humanas enquanto condição original ou natural que persiste apesar da sua dispersão empírica. Essa condição natural se manifesta em múltiplas formas, como por exemplo, na relação entre marido e mulher, em seu sentido biológico natural ou, ainda, nas relações entre irmãos e irmãs ou entre descendentes.

Por este motivo, é possível afirmar que o verdadeiro fundamento da unidade e, consequentemente, a possibilidade de se viver em comunidade é estabelecido: primeiro, nas relações consanguíneas; segundo, na proximidade física; e, por último, para os seres humanos com proximidade intelectual que buscam o “entendimento”. De acordo com o autor:

O sentimento recíproco, obrigatório, como vontade peculiar de uma comunidade, receberá o nome de consenso (*verständnis*). Representa a força particular e

propensão social que mantém unidos os seres humanos como membros de uma totalidade” (TÖNNIES, 1979, p. 45, Tradução Nossa)⁴³.

A busca pelo consenso ou compreensão, enquanto forma elementar de convivência em comunidade leva os integrantes deste grupo a estabelecerem acordos. Da mesma forma que a tradição repassada de pai para filho ou dos mais velhos para os mais jovens da comunidade, sobretudo com o uso da história oral e da memória coletiva possibilita ao grupo a garantia de preservação dos costumes. Por fim, a fé, enquanto forma elementar de seus integrantes passa a ser apresentada na forma complexa da religião.

Já o conceito de sociedade refere-se a uma organização social racional, urbana e industrial (em grandes cidades e estados), fundamentada em relações impessoais, interesses especiais, convenções, lei e opinião pública, respectivamente. De acordo com Tönnies (1979, p. 67, Tradução Nossa): “A teoria da sociedade trata da construção artificial de uma amalgama de seres humanos em que a superfície se assemelha a comunidade, onde os indivíduos convivem pacificamente”⁴⁴. No entanto, em sociedade cada um se manifesta por si mesmo e de maneira isolada, em virtude de sua individualidade. O problema é que esta manifestação de vontade se dá em tensão com os demais. Por isso, é necessário que os integrantes deste grupo se sintam capazes e movidos a proporcionar algum tipo de bem, desde que receba algo que considere melhor.

Neste sentido, Tönnies estabelece como formas elementares da sociedade a formulação de contratos que em sua forma complexa deverão estabelecer convenções; bem como, para que haja um convívio pacífico e uma vontade semelhante é preciso que os indivíduos deste grupo social estabeleçam normas e estas resultarão na legislação, onde a vontade comum será contemplada; e, finalmente, a doutrina enquanto um conjunto de princípios que servem de base para o grupo e que será aplicada, em sua forma complexa, por meio da opinião pública. A sociedade também é caracterizada pela posição central da classe média.

Tanto a comunidade quanto a sociedade podem tomar diferentes formas, em diferentes graus, simultaneamente dentro da mesma estrutura social. Isso porque, os dois grupos sociais atrelados aos dois tipos de vontades representam as ideias fundamentais de “conceitos de

⁴³ Tradução livre de “El sentimiento recíproco, obligatorio, como voluntad peculiar de una comunidad, recibirá el nombre de consenso (*Verständnis*). Representa la particular fuerza y propensión social que mantiene unidos a los seres humanos como miembros de una totalidad”.

⁴⁴ Tradução livre de “La teoría de la *Gesellschaft* o asociación trata de la construcción artificial de una amalgama de seres humanos que en la superficie se asemeja a la *Gemeinschaft* o comunidad en que los individuos conviven pacíficamente”.

normalidade” (*Normalbegriffe*) que, segundo Tönnies, são “coisas do pensamento”, ou abstrações puras, apenas possíveis na sociologia pura e, por definição, impossíveis de serem “verificadas” e que:

A sociologia pura não descreve a realidade social positiva e variável: é estática e universal e, assim, sempre representa o ponto de partida que permite aplicações históricas [sociologia aplicada] e pesquisas empíricas [sociologia empírica] (SPLICHAL, 2006, p. 49-50).

Para Tönnies, as ideias aproximam o pesquisador da realidade. Elas não são ferramentas produzidas e usadas pelo pesquisador para reconhecer a realidade e investigar o mundo experimental. Uma vez que o ponto de partida é sempre uma tese geral com a qual resultados específicos são alcançados. Portanto, o início apoia-se na sociologia pura e é seguido da sociologia aplicada (na qual ideias “firmes” e estáticas são aplicadas aos acontecimentos históricos dinâmicos) e empíricas (como a sua análise sociológica do suicídio, crimes, eleições e greves).

Tönnies explica a diferença entre vontade orgânica e vontade reflexiva apoiado no seu modelo que diferencia comunidade e sociedade e auxilia na inclusão do conceito de opinião do público na sua teoria social geral. De acordo com as formas de vontade social a opinião do público pode ser determinada de três modos:

- 1) Pela relação com a *religião* enquanto uma forma de vontade comunal correspondente/oposta: a opinião do público é uma forma racional de religião. Ambas representam uma forma coletiva de vontade espiritual e moral. A opinião do público desempenha na sociedade o papel que a religião tem na comunidade “tradicional”;
- 2) Pela relação com a *doutrina* enquanto uma forma elementar de vontade societal; da mesma forma que fé e religião são uma totalidade, também o são a opinião do público e a doutrina;
- 3) Pela relação (diferença) com os sujeitos de outras formas de vontade societal complexa – lei e convenções: o sujeito das convenções e a sociedade; o sujeito da legislação e o estado, o sujeito da opinião do público é o público e a república dos eruditos como seu centro.

A partir da sua compreensão de opinião enquanto vontade, Tönnies delinea a opinião do público como uma forma de vontade reflexiva. A vontade social se articula como uma vontade comunal e societal de acordo com: a) sua relação com o comportamento social e

atividade social; b) dentro de uma estrutura, de acordo com suas relações com ações específicas e com a dissolução de, principalmente, atividades comuns e uma organização coletivamente unida; c) como se revela em pensamento e em reconhecimento da realidade, isto é, em crenças, ou nos modos como as opiniões individuais são formadas.

Já na introdução à Crítica, o autor enfatiza que sua compreensão de opinião do público enquanto uma forma de vontade social é central no conjunto das suas ideias. Esse conceito relaciona sua teoria da opinião pública com seu modelo de diferenciação entre comunidade e sociedade. “A opinião do público é uma forma de vontade societal, mais precisamente, é uma das suas formas mais “altas”, ou complexas – enquanto a religião é uma forma de vontade comunal” (SPLICHAL, 2006, p. 56).

Desde seus primeiros trabalhos, Tönnies considera que a opinião pública é erudita e racional, isto é, uma forma de vontade social baseada na vontade racional e no consenso entre a opinião individual (privada) e a pública. Na verdade, é exclusivamente por essa razão que indivíduos razoáveis conseguem agir segundo suas opiniões. A opinião do público é uma forma de vontade coletiva complexa associada às dimensões éticas e estéticas da vida coletiva, enquanto a convenção é associada fundamentalmente com o geral e o econômico e a legislatura, com a vida política. “Em outras palavras, convenção é, de fato, um resultado (*vorschrift*), ou seja, uma recomendação ou diretiva; legislação é uma ordem (*befehl*), ou seja, um mandato ou interdição, enquanto uma opinião do público é um julgamento (*urteil*)”. (TÖNNIES [1922, p. 228] apud SPLICHAL, 2006, p. 56). Tönnies faz ainda uma distinção entre três diferentes significados de opinião pública:

1. Opinião publicada (*öffentliche Meinung*): representa a “opinião publicamente expressa” de um indivíduo, ou seja, uma opinião endereçada a recipientes em geral e diferente da opinião “interna”, particular de um indivíduo como, por exemplo, uma opinião íntima e confidencial, endereçada a um grupo seletivo e pré-selecionado de indivíduos. Segundo Tönnies, opinião publicamente expressa deve ser estritamente diferenciada de expressão de opinião em geral e ambas diferenciadas da mesma opinião de dois ou mais indivíduos.
2. Opinião pública (*eine öffentliche Meinung*) aparece quando uma opinião publicada se torna na opinião de muitos, de uma maioria de um “círculo” aberto ou fechado, especialmente se ela expressa apoio ou oposição. Isso quer dizer que, nos seus elementos básicos, a opinião publicada se torna uma aquiescência, ou, ao menos é

entendida como tal. Nesse sentido, opinião pública representa uma transição de uma publicada para opinião do público. O atributo público, aqui, significa publicização.

3. Opinião do público (*die öffentliche Meinung*) é, segundo Tönnies, a única concepção teórica pura. Sua formação e expressão estão relacionadas a um grande público que aparece em “estados agregados”, determinados pelo grau no qual o público é internamente harmonioso. O sujeito da opinião do público é, assim, o público, uma formação social transitória, como uma massa ou multidão dispersa.

De acordo com Splichal (2006, p. 64), a concepção de público (grande público) de Tönnies como categoria social que serve de base para uma opinião do público e não para a opinião pública “é mais adequada – primeiramente mais dialética e, portanto, mais universal – do que, por exemplo a de Habermas [...] baseada na pressuposição da competência dialógica dos indivíduos”. Segundo o comentador, “para Habermas, significado e essência de público residem na possibilidade de cidadãos participarem, em nível de igualdade, em discussões públicas livres, sem quaisquer conflitos de interesse e, desse modo, chegarem ao consenso”. Ao contrário de Tönnies, para quem um grande público funciona dentro de vários “círculos” nos quais se torna audível.

Um público é formado por certos tipos de eventos – na política, na ciência, nas artes, ou em relação à “pessoa de projeção” – por pessoas capazes e desejosas de proferir julgamento sobre esse evento e que possuem competência e educação – membros do mundo intelectual (TÖNNIES 1922 *apud* SPLICHAL, 2006, p. 63).

Desse modo, um grande público constitui uma unidade limitada espacialmente a uma nação, determinado pela atenção de uma questão pública e, assim, temporária e internamente dividida segundo a firmeza de uma opinião formada. Pois, somente um público composto por indivíduos espacialmente dispersos, embora espiritualmente conectados, distinguidos por sua educação, imparcialidade política e apoio aos interesses públicos gerais pode agir como sujeito na formação da opinião do público.

Ainda segundo Tönnies (2006, p. 105), a “luta de opiniões” que se alternam na arena pública, por exemplo, a mídia, não é exatamente uma luta dentro da formação de opinião pública, da qual apenas os “escolhidos” podem participar. É mais adequado referir-se a ela como uma luta para uma opinião do público, isto é, para indivíduos que abraçarão a opinião expressa ou publicada e/ou apresentarão como sua própria opinião. Contudo, o autor faz uma ressalva importante em relação à imprensa. Segundo Tönnies (2006, p. 118), o jornalista deve

equilibrar os interesses do proprietário e do partido, ou do governo, e, ao mesmo tempo estar atento ao público, pois: “A corrupção da imprensa só é um sinal surpreendente da corrupção da vida pública”. Haja vista que “[...] a natureza da comunicação pública não se caracteriza pelo desejo de verdade, mas pelo efeito externo que possa produzir” (TÖNNIES, 2006, p. 127).

2.3 Opinião pública e vontade coletiva em Habermas

Em seu livro *Strukturwandel der Öffentlichkeit* (1962)⁴⁵, Habermas realiza uma espécie de genealogia dos termos opinião e opinião pública desde os pensadores antigos até os modernos. Contudo, é nos textos de autores como Hobbes⁴⁶, Locke⁴⁷ e Rousseau que ele vai se embriagar de ideias para formar sua tese de um espaço público burguês. Não nos cabe aqui fazer essa retomada histórica, como Habermas já o fez. Neste momento, basta-nos compreender como esse autor constrói suas concepções de sociedade civil, esfera pública e opinião pública para, então, verificar se existem similitudes ou não com os discursos de Rousseau e Tönnies, haja vista que tais pensadores foram lidos pelo filósofo contemporâneo.

Em *Direito e Democracia* (1997), Habermas enfatiza que o significado de sociedade civil com o qual ele trabalha não coincide com a sociedade civil burguesa de Hegel, nem tampouco privilegia a economia através do trabalho, capital e mercados de bens, como sugere Marx⁴⁸. A sociedade civil, em Habermas, compõe-se de “[...] movimentos, organizações e

⁴⁵ Versão em português: *Mudança estrutural da esfera pública* (2003).

⁴⁶ Hobbes em *Os elementos da lei natural e política* dedica-se a pensar sobre o conhecimento, a opinião e a crença. Para ele, duas coisas estão necessariamente implicadas na palavra conhecimento: uma é a verdade e a outra é a evidência, pois aquilo que não é verdadeiro nunca pode ser conhecido. A opinião, portanto, é a admissão de que uma proposição pode ser tida como verdadeira, enquanto que a crença é a opinião admitida a partir da confiança em outros homens. Isto é, “tanto a ciência quanto a opinião são o que designamos comumente pela palavra consciência [...] tal palavra é usada por aqueles que têm uma opinião não apenas sobre a verdade da coisa, mas também sobre o conhecimento que têm dela” (HOBBS, 2010, p. 27).

⁴⁷ Locke no *Ensaio acerca do entendimento humano* defende tenazmente a ideia de que a “lei da opinião” serve como categoria de nível equivalente a lei divina e estatal. Como indica a formulação completa “*Law of Opinion and Reputation*”, em Locke reaparece o sentido originário daquilo que se coloca na opinião dos outros; por outro lado, essa opinião está nitidamente depurada da inconfiabilidade do mero palpite, da aparência externa e até mesmo enganadora. “Contudo, a “lei de opinião” não é, de modo algum, entendida como lei de opinião pública, pois essa opinião não surge de uma discussão pública, pelo contrário, ela ganha sua obrigatoriedade por um consenso secreto e tácito” (HABERMAS, 2003, p. 113).

⁴⁸ Cf. Hansen (2007, p. 96), “[...] com Hegel, a sociedade civil passou a compreender não mais o Estado em sua globalidade, mas apenas um momento no processo de formação do Estado. Tal perspectiva prossegue com Marx, que, concentrando sua atenção no sistema das necessidades (que constitui apenas o primeiro momento da sociedade civil hegeliana), compreende a sociedade civil como a esfera exclusiva das relações materiais ou econômicas. Fazendo uma inversão completa do significado tradicional, Marx não apenas separa a sociedade civil do estado, como faz dela o momento, ao mesmo tempo, fundante e antitético de suas teorias”.

associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas públicas, condensam-se e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99). A sociedade civil, deste modo, forma-se em um núcleo onde os discursos se institucionalizam e se transformam em temas de interesse geral, cujo objetivo principal é solucionar problemas.

Mas, em quais direitos fundamentais essa sociedade civil estaria apoiada? Conforme o filósofo alemão, as principais características da sociedade civil seriam: liberdade de opinião e de reunião, bem como o direito de fundar sociedades e associações livres; a liberdade de imprensa, que garante a infraestrutura da comunicação pública, a qual deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas; o sistema político que deve estar sensível às influências da opinião pública, e por fim, a proteção da privacidade que se caracteriza como uma zona inviolável da integridade pessoal, da formação do juízo e da consciência autônoma.

Contudo, Habermas salienta que apesar das garantias expressas pelos direitos fundamentais, não é possível manter constantemente a sociedade civil protegida contra deformações, a exemplo de regimes totalitários que sufocam a liberdade comunicativa dos cidadãos. É preciso, portanto, que as estruturas comunicacionais da esfera pública sejam mantidas intactas.

No que concerne ao conceito de esfera pública, na perspectiva habermasiana, pode-se entender como um espaço público onde se constrói a opinião pública, por meio do agir orientado pelo entendimento mútuo. Ou ainda, “[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p.92).

A comunicação habermasiana, neste sentido, é concebida como um processo dialógico, através do qual sujeitos, capazes de linguagem e ação, interagem com fins de obter um entendimento. Esse entendimento mútuo, segundo Habermas, é contrário à ideia de uma orientação para o sucesso, pressuposto pela racionalidade instrumental. Pois, “[...] na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o *sucesso*, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções”. Essa situação é contrária no agir comunicativo, uma vez que os atores envolvidos tratam de “[...] harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um *acordo*

existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas” (HABERMAS, 2003, p. 164).

Nesta formulação sucinta estão delineados alguns pontos centrais da sua teoria da ação comunicativa. São eles: a compreensão da comunicação como interação, e a centralidade da linguagem como *médium* privilegiado do entendimento - daí a noção de dialogia e a compreensão do entendimento como sendo o objetivo da comunicação. Isto porque, o processo de entendimento mútuo visa um acordo que depende de uma anuência racionalmente motivada ao conteúdo proferido. Por este motivo, “o acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações [...] este assenta-se sempre em convicções comuns”. (HABERMAS, 2003, p. 165).

Importa ressaltar que, na esfera pública, as manifestações são acolhidas de acordo com temas e tomadas de posição pró ou contra; as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Tais opiniões enfeixadas são transformadas em opinião pública através do modo como surgem e através do amplo assentimento de que gozam.

Contudo, é preciso que se tenha cuidado com os ditames de nossa época, pois, “[...] uma opinião pública não é representativa no sentido estatístico. Ela não constitui uma agregação de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas privadamente; por isso, ela não pode ser confundida com resultados da pesquisa de opinião” (HABERMAS, 1997, p. 94). Na verdade, a concepção habermasiana de opinião pública guia-se pelo assentimento de temas e contribuições que só se formam no resultado das controvérsias mais ou menos amplas, nas quais propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de forma mais ou menos racional, configurando-se assim uma possibilidade de variação no nível discursivo da formação da opinião e na qualidade dos resultados. Sobre isso, Habermas escreve que:

A qualidade de uma opinião pública constitui uma grandeza empírica, na medida em que ela se mede por qualidades procedimentais de seu processo de criação. Vista pelo lado normativo, ela fundamenta uma medida para a legitimidade da influência exercida por opiniões públicas sobre o sistema político (HABERMAS, 1997, p. 94).

Percebe-se que na esfera pública luta-se por influência. Nessa luta, entretanto, não se aplica somente a influência política já adquirida (de funcionários comprovados, de partidos políticos estabelecidos ou de grupos conhecidos), mas também o prestígio de grupos e pessoas que conquistaram influência em esferas públicas especiais (a exemplo de membros de igrejas,

literatos e artistas notórios ou cientistas com elevada reputação). Além disso, esclarece Habermas:

A vitalidade e a possibilidade de influência da sociedade civil sobre o sistema político dependem da existência de um espaço público minimamente “poroso”, uma vez que esse espaço representa a arena privilegiada de atuação política dos atores da sociedade civil, constituindo, ainda, a arena de difusão dos conteúdos simbólicos e das visões de mundo diferenciadas que alimentam as identidades de tais atores (HABERMAS *apud* HANSEN, 2007, p. 102).

A questão em jogo, para Habermas, é que essas redes de influências podem até manipular as opiniões públicas, porém não poderão comprá-las publicamente, nem tampouco obtê-las à força. Isso porque, a opinião pública enquanto uma expressão de um entendimento mútuo só tem validade se for produzida dentro de espaços democráticos onde todos têm o direito de opinar e, por estarem envolvidos de forma equitativa no processo, tratam de chegar a um acordo. Segundo o autor, os mais e os menos são retirados e o que se assenta sempre são as convicções comuns, uma vez que:

A ideia de democracia apoiada no conceito do discurso, parte da imagem de uma sociedade descentrada a qual constitui – ao lado da esfera pública política – uma arena para a recepção, a identificação e o tratamento de problemas de toda a sociedade (HABERMAS, 1997, p. 24).

Diante do quadro teórico exposto pode-se afirmar que as primeiras considerações sobre o conceito de opinião e opinião pública assinalam que para Hobbes e Locke a opinião continuava presa à tradição filosófica pertencente ao domínio do falso, do movimento incerto do espírito e em oposição à ciência; em Rousseau, a opinião pode ser entendida sob *nuances* diferentes - positivas e negativas - de acordo com o contexto em que o termo está inserido. De acordo com o filósofo genebrino, a opinião pública não pode ser construída, mas apenas preservada, pois está a serviço da manutenção dos costumes de um povo. Para Habermas, em contrapartida, a opinião pública é um processo em construção de um entendimento mútuo sobre um tema específico.

Sobre a perspectiva de uma racionalidade do agir comunicativo, ou ainda, de uma tentativa de se formar um público esclarecido entende-se que Habermas se aproxima muito mais da visão dos enciclopedistas, como também do ideário de um público esclarecido em Kant, que propriamente do conceito de opinião pública de Rousseau.

Em Kant, interessa o conceito de “uso público da razão” como forma de sair da menoridade intelectual, tal como é tratado no opúsculo *Resposta à pergunta: que é o Esclarecimento? (Aufklärung)*. Segundo o filósofo alemão, o homem deve ser considerado como o próprio culpado de sua menoridade se a causa não se encontrar na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se a si mesmo sem a tutela de outrem. Talvez seja por isso que o lema do *Aufklärung* seja “*Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento”, ou seja, para se emergir da menoridade é preciso que o indivíduo seja capaz de ter pensamento próprio e que espalhe “em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo” (KANT, 2009, p. 64). Isto é, para que o esclarecimento venha à tona, entretanto, é preciso que se tenha liberdade de fazer *uso público* de sua razão e, não somente o *uso privado* da razão, em todas as questões. Kant complementa:

O uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*Aufklärung*] entre os homens. O uso privado da razão pode, porém, muitas vezes ser muito estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento [*Aufklärung*]. Entendo, contudo, sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do *mundo letrado*. Denomino uso privado aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo cargo público ou função a ele confinado (KANT, 2009, p. 65-66).

Sobre isso, em *Direito e democracia*, Habermas questiona um determinado conceito de opinião pública, comumente aceito, segundo o qual, a imprensa seria a formadora desta “opinião pública”. Ao retomar o conceito de opinião pública tratado pelos pensadores e panfletistas modernos, e o conceito de uso público da razão, tal como formulado por Kant, que exige a completa autonomia no posicionamento emitido, Habermas afirmará que a opinião professada na contemporaneidade, pelos órgãos de imprensa, é de fato uma “opinião privada”, haja vista que os profissionais da comunicação não agem de forma autônoma, mas seguem direcionamentos impostos pela linha editorial da empresa onde trabalham, cujo direcionamento dos discursos visam interesses privados e não o “bem público”, banalmente apregoados.

2.4 Esfera pública e reconhecimento em Honneth

Conforme vimos, a abordagem sobre a esfera pública⁴⁹ encontra suas origens, em grande medida, na obra de Habermas, escrita em alemão em 1962, sob o título *Strukturwandel der Öffentlichkeit* e traduzida para o português como *Mudança estrutural da esfera pública*. Nesta obra, Habermas tenta reencontrar os elementos históricos de um projeto que possa responder ao ideal da razão emancipatória, herdado pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Essa resposta, segundo o autor, é encontrada nas estruturas de sociabilidade e de comunicação da burguesia culta do final do século XVIII. Assim, ele escreve:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão pública não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (HABERMAS, 2003, p. 42).

Desse modo, comenta Voirol (2008), as práticas das pessoas privadas reunidas em um público e que se entrelinham com obras da cultura (nos salões do século XVIII) oferecem a base de um modelo de comunicação sem coerção entre pessoas livres no uso público da razão. Assim, Habermas mobiliza um quadro de análise articulado sobre o princípio de publicidade em Kant que pode ser sintetizada em três dimensões: primeiro, que as pessoas privadas façam um uso público de sua razão, o que significa tornar público a uma audiência as razões privadas, ou seja, pensar por si mesmo; segundo, que as pessoas privadas sejam autônomas, isto é, capazes de construir uma linha de conduta correspondente aos imperativos morais universais; terceiro, que o poder legislativo esteja submetido ao juízo de um público que faz uso público de sua razão e seja, por conseguinte, fruto de um consenso público.

Contudo, é importante enfatizar que o princípio de publicidade é um ideal normativo, ou seja, possui apenas um potencial de orientação para a ação. Já o projeto de Habermas

⁴⁹ O conceito de esfera pública pode ser caracterizado como sendo de cunho interdisciplinar, tendo em vista sua inserção cada vez maior nas pesquisas vinculadas aos campos das ciências humanas, ciências sociais e nas ciências políticas.

consiste em se apoiar sobre esse princípio para construir seu próprio quadro de análise da esfera pública. Assim, acrescenta Voirol (2008, p. 36) “[...] a análise das mutações estruturais da esfera pública se encontra marcada por esse entendimento de tradução sociológica, de uma categoria filosófica e visa uma análise detalhada de sua transformação histórica”. Em outras palavras, é apoiando-se sobre o princípio de publicidade e mostrando como este pode ser traduzido na história como um princípio normativo de orientação prática no centro de esferas sociais específicas que Habermas identifica uma esfera de emancipação.

Já em *Direito e Democracia* (1997), Habermas reformula a teoria da esfera pública na tentativa de identificar as condições práticas e universais do entendimento comunicativo. Isso será chamado por ele de “pragmática universal”, cuja tarefa é reparar e reconstruir as condições de possibilidades universais do entendimento mútuo, pois é através da linguagem que se alcançará um consenso e uma ordem coletiva sem a prática da coerção. No caso da autonomia, ela não estaria mais ligada às condições econômicas ou às disposições subjetivas adquiridas no decorrer do processo de socialização, mas a um processo dialógico em que as normas e as interpretações são submetidas à deliberação. A autonomia surge, em outros termos, da aquisição de competências comunicativas. Portanto, em Habermas, escreve Voirol:

[...] uma pessoa é autônoma desde que disponha das competências comunicativas necessárias para participar em um processo de deliberação racional, desde que seja capaz de tomar parte de uma argumentação reflexiva e pública apoiada sobre uma avaliação dos enunciados normativos com base em um ponto de vista moral dialógico e supostamente descentrado (VOIRAL, 2008, p. 40).

Contudo, a construção teórica de Habermas suscitou inúmeras discussões e foi objeto de críticas advindas tanto da filosofia quanto das ciências sociais e das disciplinas históricas. Uma delas, e que nos interessa diretamente, diz respeito ao fato de que o modelo habermasiano de esfera pública não possibilitaria a igual participação de todas e todos em processos de deliberação coletiva. Sobre isso, Voirol acrescenta:

A observação mais elementar de uma situação de comunicação coloca em evidência a desigual participação em uma deliberação, o desequilíbrio na expressão dos pontos de vista, os processos de imposição das opiniões, a recusa do acesso à esfera de discussão, a dominação linguística ou ainda a posse desigual dos recursos simbólicos indispensáveis para a argumentação pública (VOIROL, 2008, p. 43)

Tais críticas à teoria habermasiana acabaram por levar a uma reformulação profunda do modelo de esfera pública, cabendo a Axel Honneth, aluno de Habermas, fazê-la. Deste

modo, ao invés de se inspirar no modelo kantiano para a concepção de esfera pública, Honneth busca inspiração no jovem Hegel, por meio de sua concepção de reconhecimento, e nas contribuições da psicologia social, desenvolvido por George Herbert Mead. Essas escolhas conceituais levam Honneth a um distanciamento de Habermas, sobretudo em três aspectos: a crítica, inicial, de um modo de vida sem relações de poder; a introdução, posterior, de um modelo de luta social na teoria da esfera pública, e, por fim, a crítica do modo de análise das ameaças que pesam sobre a esfera pública contemporânea.

Assim, o objetivo central de Honneth na obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003), é mostrar como indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual. Para o autor, isso ocorre por meio de uma luta por reconhecimento intersubjetivo⁵⁰ e não por autoconservação, como salientam Maquiavel e Hobbes⁵¹. Desta forma, em Honneth, os indivíduos e os grupos sociais somente podem formar sua identidade quando forem reconhecidos intersubjetivamente. Esse reconhecimento ocorre em diferentes dimensões da vida: no âmbito privado do amor, nas relações jurídicas e na esfera da solidariedade social. Mas, essas três formas também “[...] explicam a origem das tensões sociais e as motivações morais dos conflitos” (SALVADORI, 2011, p. 190).

Para Honneth (2003), em consonância com Hegel, a primeira forma de reconhecimento consiste nas emoções primárias, ou seja, no *Amor*. Para investigar essa esfera, o autor volta-se aos trabalhos da psicologia infantil de Donald Winnicott⁵² e conclui que o amor é uma forma de reconhecimento e, por meio dele, o indivíduo desenvolve uma confiança em si mesmo, indispensável para seus projetos de autorrealização pessoal. Assim, o autor escreve:

Desse modo, colocarmo-nos em condição metodológica de tirar das análises de Winnicott acerca do processo de amadurecimento na primeira infância ilações a

⁵⁰ “O jovem Hegel assumia que as reivindicações individuais por reconhecimento intersubjetivo da identidade constituem-se na vida social desde a sua origem como uma tensão moral da sociedade. Mas é a partir de George Herbert Mead, que Honneth assume a possibilidade de dar a ideia hegeliana uma inflexão empírica” (VENTURA, 2011, P. 159).

⁵¹ “Honneth, seguindo Hegel em sua crítica ao modelo hobbesiano de luta genérica de todos contra todos, vai afirmar por meio do conceito de eticidade a existência prévia de uma vida intersubjetiva que envolve todo o processo humano de socialização e formação da identidade” (VENTURA, 2011, p. 160).

⁵² Na relação de mãe e filho, Winnicott verifica duas fases: a primeira, chamada de “dependência absoluta”, é uma fase de simbiose, ou seja, quando mãe e filho estão em um estado de indiferenciação. Porém, para ampliar o campo social de atenção, a mãe deve romper sua identificação com o bebê e este deve aprender que a mãe é algo do mundo e não está a sua inteira disposição. Na segunda, chamada de “dependência relativa”, a criança desenvolve sua capacidade para uma ligação afetiva. A criança reconhece o outro como alguém de direitos próprios, independentes. Mas, para alcançar essa independência do outro, a criança tem que desenvolver dois mecanismos psíquicos: destruição (mordidas no corpo da mãe) e os fenômenos e objetos transacionais (travesseiro, brinquedos), como elos de mediação entre uma fase de fusão e de separação.

respeito da estrutura comunicativa que faz do amor uma relação particular de reconhecimento recíproco. (HONNETH, 2003, 174).

A segunda forma de reconhecimento, estaria embasada no princípio de igualdade dentro da esfera das relações jurídicas, ou seja, no *Direito*. De acordo com Honneth, nas ciências do direito⁵³ tornou-se natural efetuar uma distinção dos direitos subjetivos em direitos liberais de liberdade (século XVIII), direitos políticos de participação (século XIX) e direitos sociais de bem-estar (século XX). Segundo ao autor, a primeira categoria refere-se aos direitos negativos que protegem a pessoa de intervenções desautorizadas do Estado, com vista a sua liberdade, sua vida e sua propriedade; a segunda categoria, aos direitos positivos que lhe cabem com vista a participação em processos de formação pública da vontade; e a terceira categoria, finalmente, àqueles direitos igualmente positivos que a fazem ter parte, de modo equitativo, na distribuição de bens básicos. Sobre isso, Honneth escreve:

Para poder agir como uma pessoa moralmente imputável, o indivíduo não precisa somente da proteção jurídica contra interferências em sua esfera de liberdade, mas também da possibilidade juridicamente assegurada de participação no processo público de formação da vontade, da qual ele faz uso, porém, somente quando lhe compete ao mesmo tempo um certo nível de vida (HONNETH, 2003, p. 192-193).

De modo geral, enfatiza Salvadori (2011, p. 191), “[...] essa evolução mostra a integração do indivíduo na comunidade e a ampliação das capacidades, que caracterizam a pessoa de direito”. Assim, reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno, ou seja, um sujeito é respeitado se encontrar reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na garantia de participar do processo público de formação da vontade e na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso. Em outras palavras, a pessoa é reconhecida como autônoma e moralmente imputável ao desenvolver sentimentos de autorrespeito. Sobre isto, afirma Honneth:

⁵³ Para fundamentar sua reflexão sobre o Direito, Honneth utiliza-se das obras de *Georg Jellinek*, que distingue em sua teoria do status três tipos diferentes: o status negativo, o status positivo e o status ativo; em *Robert Alexy*, ele enfatiza a fundamentação sistemática dos direitos individuais fundamentais; em *Thomaz Humphrey Marshall*, sua tentativa de reconstruir o nivelamento histórico das diferenças sociais de classe como processo gerido de ampliação dos direitos individuais fundamentais; e em *Talcott Parsons*, com sua teoria madura da sociedade, fazendo dela o ponto de referência de uma exposição do desenvolvimento do direito moderno.

Assim, como no caso do amor, a criança adquire a confiança para manifestar espontaneamente suas carências mediante a experiência continua da dedicação materna, o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico. Que o auto-respeito é para a relação jurídica o que a autoconfiança era para a relação amorosa (HONNETH, 2003, p. 194).

A terceira e última esfera de reconhecimento remete à aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores existentes na comunidade, ou seja, a *Solidariedade*. Segundo Honneth, para poderem chegar a uma autorrealização infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. Por meio dessa esfera, gera-se a autoestima, ou seja, uma confiança nas realizações pessoais e na posse de capacidades reconhecidas pelos membros da sociedade. Neste sentido, Honneth acrescenta:

A auto compreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos; nesse sentido, essa forma de reconhecimento recíproco está ligada também a pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns [...] seu alcance social e a medida de sua simetria dependem então do grau de pluralização do horizonte de valores socialmente definidos, tanto quanto do caráter dos ideais de personalidade aí destacados (HONNETH, 2003, p. 200).

Honneth enfatiza ainda que a forma de estima social é diferente em cada período histórico. Exemplo disto seria a passagem progressiva, na modernidade, da categoria de “honra”, para as categorias de “reputação” e “prestígio” no espaço público da sociedade. Neste sentido, comenta Ventura (2011, p. 160), “[...] a organização moderna da estima social constitui-se pela disputa de um referencial valorativo passível de mensurar a contribuição social de determinadas propriedades e capacidades”. Enquanto que o conteúdo das interpretações depende de “[...] qual grupo social consegue interpretar de maneira pública as próprias realizações e formas de vida, interpretações que se configuram como um campo permanente de luta social e conflitos culturais”.

Nesta perspectiva, os grupos sociais e os meios de força simbólica definem as relações estima social que justificam tanto a reputação social quanto os padrões de distribuição de renda. Daí a tensão permanente entre o princípio da igualdade e as desigualdades factuais que

induzem à luta social, isto é, “[...] entre o direito universal à igualdade e os diferentes valores que são atribuídos aos desempenhos diferenciados que compõem a divisão social do trabalho à depreciação dos respectivos estilos de vida” (VENTURA, 2011, p. 161).

As transformações graduais das esferas de reconhecimento legal e da estima social resultam, nesta lógica, em lutas dos mais diversos grupos que buscam tornar possíveis suas aspirações sociais, afetivas e psicológicas. Portanto, é por meio das lutas intersubjetivas que os sujeitos buscam ganhar aceitação de suas reivindicações identitárias e assim, consolidar um horizonte de interpretação de valores para suas práticas. Vale esclarecer que os processos de luta são inseparáveis de um conjunto de direitos que assegurem a expansão crescente de sua autonomia. Isto porque, as lutas por reconhecimento constituem-se em seus contextos históricos e culturais particulares, mas postulam um reconhecimento social e normativo e suas respectivas orientações de valor e de modos de vida, ou seja, a gramática dessas lutas tem um caráter moral. Assim, as lutas pelo reconhecimento e a defesa da identidade e da autonomia “[...] podem assumir a forma de luta pela igualdade de acesso ao direito de justiça e ao uso equitativo dos recursos públicos e maior participação na formação pública da vontade coletiva” (VENTURA, 2011, p. 161).

A singularidade do sujeito, portanto, depende das estruturas intersubjetivas e das relações de reconhecimento (Quadro 2), pois permite assegurar que encontremos no outro e na coletividade, nos diferentes níveis da estrutura do reconhecimento, o respeito social constitutivo de uma relação positiva do sujeito consigo mesmo. Já a autonomia do sujeito, constitutiva da dinâmica da esfera pública, se encontra modificada em relação àquela proposta por Habermas, haja vista que passamos de uma concepção centrada na competência comunicativa para uma concepção centrada na integridade de si.

O exercício do desrespeito social que implica, por exemplo, a violência psíquica, a exclusão da coletividade pública, a humilhação pública, tem implicações negativas sobre a construção de si, mas também causa graves problemas para a autonomia dos sujeitos e sua capacidade de participar na dinâmica da esfera pública (VOIROL, 2008, p. 47).

Honneth toma o exemplo dos grupos sociais dominados e das formas de conflito que não se manifestam imediatamente nas sociedades atuais. Ele parte do princípio de que existem formas múltiplas de morais, diferenciadas e socialmente situadas. Além disso, a expressão pública dos sentimentos de injustiça se encontra abafada por sutis formas de repressão

simbólica como, por exemplo, ao acesso escolar que assegura aos grupos dominantes o domínio sobre os recursos simbólicos permitindo a decodificação de suas próprias normas de ação enquanto que aos grupos dominados, as reivindicações morais tendem a ficar à margem das formulações públicas de injustiça social.

Quadro 2 – Estruturas das relações sociais de reconhecimento

MODOS DE RECONHECIMENTO	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
DIMENSÃO DA PERSONALIDADE	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
FORMAS DE RECONHECIMENTO	Relações primárias (amor e amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
POTENCIAL EVOLUTIVO		Generalização, materialização	Individualização, igualização
AUTORRELAÇÃO PRÁTICA	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
FORMAS DE DESRESPEITO	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
COMPONENTES AMEAÇADOS DA PERSONALIDADE	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Fonte: Adaptado de HONNETH (2003)

Segundo Honneth, para cada forma de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) há uma autorrelação prática do sujeito (autoconfiança nas relações amorosas e de amizade, autorrespeito nas relações jurídicas e autoestima na comunidade social de valores). A ruptura dessas autorrelações pelo desrespeito gera lutas sociais. Portanto, quando não há um reconhecimento ou quando esse é falso, ocorre uma luta em que os indivíduos não reconhecidos almejam as relações intersubjetivas do reconhecimento. Assim, toda a luta por reconhecimento tem seu início marcado por uma experiência de desrespeito. O desrespeito ao amor, pode ser caracterizado por maus-tratos e a violação que ameaçam a integridade física e psíquica; o desrespeito ao direito está relacionado a privação de direitos e exclusões, pois isso atinge a integridade social do indivíduo como membro de uma comunidade político-jurídica; o desrespeito à solidariedade pode ser identificado por degradações e ofensas, que afetam os sentimentos de honra e dignidade do indivíduo como membro de uma comunidade cultural de valores.

Diante deste quadro, afirma Ventura (2011, p. 167), “[...] o que está em jogo não é o meio pelo qual a luta social por reconhecimento, torna pública sua adesão crítica aos discursos de justificação da dinâmica de valores que conserva a desigualdade e a dominação”. Cabe à teoria explicitar como a dinâmica das experiências morais motivam ações de resistência política. Pois, “[...] ainda que não encontrem visibilidade na esfera pública política e institucional, a experiência do descontentamento da resistência e da luta social tem como base de motivação experiências morais e psicológicas”. Estas não necessariamente ganham enquanto tais, reconhecimento oficial na esfera política, posto que as experiências são traduzidas publicamente por uma semântica diferente ou inadequada a suas pretensões de reconhecimento.

Para Voirol (2008, p. 52), a perspectiva do reconhecimento busca completar uma concepção de esfera pública centrada na formulação de enunciados ou de pretensões de validade apoiando-se, assim, nas pretensões de reconhecimento e nas experiências da relação do sujeito consigo mesmo e com o outro. Ou seja, a estrutura normativa da comunicação social não se resume somente a modalidade de troca de argumentos, mas engloba também modalidades de autorrealização por meio de atos discursivo e não-discursivos. Já a interação social não é regulamentada somente pelo acordo, mas também pelo reconhecimento da singularidade e do valor da ação dos sujeitos individualizados.

2.5 Aplicabilidade na pesquisa de Opinião Pública

Em seu livro *Opinião Pública*, Monique Augras (1970), afirma que os conceitos historicamente apreendidos sobre o termo “opinião pública” acabam por se revelar ambíguos, vagos e indeterminados, quando o investigador levanta um questionamento sobre eles e busca a sua aplicabilidade. Tal problemática se confirma no trecho do texto: “No nível individual, opinião confunde-se com atitude. No nível coletivo, aparece como entidade mítica: a opinião pública é o sentimento do povo”, (AUGRAS, 1970, 12). Para romper com essa suposta ambiguidade, num primeiro momento do livro, Augras faz uma retomada teórica e histórica sobre o termo; para, num segundo momento, discutir sua aplicabilidade, tão em voga na década de 1970⁵⁴.

⁵⁴ Entre o final da década de 1960 e o início de 1970, “as concepções de opinião pública são, aparentemente, varridas pela tecnologia das sondagens de opinião”. Foi nesse período que o conceito de opinião pública tomou uma noção de conteúdo politicamente indiscutível, sobretudo no marketing político e junto aos conselheiros em

Em sua base teórica, Augras (1970, p. 12) retorna aos Antigos para enfatizar a ligação da expressão “opinião pública” à atividade política; uma vez que “[...] são as deliberações dos cidadãos da *Polis* grega, realizadas no local do mercado, o *ágora*, que orientam a tomada das decisões pelo governo ateniense”. Contudo, a opinião na *polis* expressa os sentimentos de um grupo restrito da população: os cidadãos adultos. Mulheres, escravos e *metoecus*⁵⁵ não podiam expressar suas opiniões, nem tampouco participar da *polis*, pois, a democracia ateniense apoiava-se num conceito de povo muito específico. O mesmo acontece com a *Vox Populi* dos Romanos. O *fórum* substitui a *ágora*, e apenas os cidadãos de Roma têm direito a expressar sua opinião.

Na Idade Média, a homogeneidade dos sistemas de valores e de crenças permite a expressão de opiniões coesas em torno da fé cristã, por meio do conceito de *Consensus Omminium* (acordo de todos). “Num mundo estruturado em termos essencialmente religiosos, a oposição só pode manifestar-se no plano teológico. É necessário extirpar a heresia, pois a simples possibilidade de sua existência está em contradição com as normas que regem a sociedade cristã” (AUGRAS, 1970, p. 13). Já o Renascimento marca o advento do indivíduo e com ele o direito à diversidade das opiniões. A hegemonia da Idade Média acaba com a instauração da Reforma que consagra a vitória da opinião crítica.

Na Modernidade, entretanto, a opinião crítica passa do plano de reivindicação para o da afirmação, desenvolvendo um papel preponderante nas origens intelectuais da Revolução Francesa de 1789, como já foi destacado no início deste capítulo. Sobre isso, a autora destaca:

A Revolução Francesa tanto prezava a voz do povo, que no calendário Republicano, colocou ao lado da Festa da Razão, a da Opinião. A opinião estava quase deificada. As proclamações republicanas assim principiavam: ‘O Povo decidiu’. Lastimavelmente, quanto mais se falava em decisão popular, menos se votava. A opinião expressava a voz do grupo que estava no poder (AUGRAS, 1970, p. 14).

O século XIX assiste ao estabelecimento da Revolução Industrial e, consequentemente, a expansão da imprensa atrelada ao reconhecimento da nova classe média. A organização do trabalho e a expansão do comércio exigiam um crescente número de trabalhadores alfabetizados. Com o aumento considerável no número de leitores e a mecanização no processo de prensa, a comercialização dos jornais tornou-se possível, e as

comunicação. “Os líderes políticos aprendiam a se servir das novas mídias (rádio e televisão), que supostamente influenciavam a opinião”. (CHAMPAGNE, 1996, p. 81-82).

⁵⁵ Estrangeiro que possuía permissão para residir na antiga Atenas. (HOUAISS, 2009, p 1283).

reivindicações da classe média passarem de um nível predominantemente político para também sociais e econômicos. A opinião pública passa a ser considerada como um importante instrumento de controle social, pois: “Numa opinião pública esclarecida, podíamos encontrar um tribunal que reunia toda a sabedoria e toda a justiça da nação” (TRAQUINA, 2012, p. 47). Essa concepção está amplamente apoiada nas ideias dos “utilitaristas ingleses”, a exemplo de Bentham e Mill.

O século XX, conforme Augras (1970, p. 15) “[...] vê o advento das democracias modernas, a proliferação da técnica de cortejar e manipular a opinião, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa”. Mas é por meio da teoria democrática que os jornalistas salientam o seu duplo papel: como porta-voz da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade; e como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes. Assim, “[...] na era das comunicações de massa, a massa teria condições de informar o governo sobre as repercussões de seus atos, num processo contínuo de *feedback*”.

A breve descrição história apresentada por Augras evidencia a existência da opinião como uma força, cuja expressão toma maior importância na medida em que se desenvolvem os meios de informação e comunicação. No entanto, para pensar a opinião pública numa perspectiva prática, a autora adota a concepção de Berger (1957), ou seja, que “[...] a opinião é um fenômeno social. Existe apenas em relação a um grupo, é um dos modos de expressão desse grupo e difunde-se utilizando as redes de comunicação do grupo” (BERGER *apud* AUGRAS, 1970, p. 16).

A autora expressa ainda a necessidade de abandonar o entendimento da opinião pública como se fosse uma entidade mítica ou um sentimento geral - que poderia ser compreendida como uma opinião estática - e, em seu lugar, dedicar-se a estudar as modalidades da opinião dinâmica, mais próxima da conscientização. Para isso, investiga os fatores que a influenciam: fatores psicológicos, sociológicos e históricos.

Para compreender o primeiro deles, o fator psicológico - nível interpessoal -, Augras diferencia dois termos normalmente tidos como sinônimos: a opinião, que se relaciona a crenças e ideologias, e a atitude, que se refere a um aspecto mais concreto. Mas é relevante considerar que a opinião expressa, sobretudo, aspectos afetivos. E a idealização segue este

mesmo mecanismo: ao idealizar o seu próprio grupo ou outro, cria-se estereótipos⁵⁶. Assim, fatores afetivos e não racionais influenciam as opiniões individuais e podem levar à ação.

Do ponto de vista sociológico, é de sumo interesse verificar como se expressa a opinião, de acordo com a estrutura social da nação, isto é, a conjuntura socioeconômica, a variável ecológica⁵⁷, a estruturação dos grupos e as redes de comunicação. Para tanto, Augras (1970, p. 17) sugere uma distinção entre grupos primários e secundários. Os grupos primários são comunidades de contato direto (tribo, família). Neles, as relações entre os indivíduos são nitidamente definidas pelo *status* de cada membro. “Os problemas que se lhe defrontam são de natureza concreta. A discussão é do tipo democrático direto. As decisões são tomadas de acordo com a opinião preponderante do grupo, geralmente de um líder”. Enquanto que os grupos secundários compõem a sociedade complexa, marcada pelas atividades diversificadas e por problemas não abstratos. “O debate entre os cidadãos do estado complexo faz-se em termos ideológicos, e não concretos. [...] Nas sociedades modernas democráticas, a decisão pertence à opinião majoritária”.

Aqui, um aspecto que merece destaque é o da comunicação dentro de cada grupo. Segundo Augras (1970, p. 43) pode-se considerar todas as relações entre indivíduos como processos de transmissão de informação, ao mesmo tempo em que o grupo, no seu conjunto, atua como receptor e fonte de informação: *receptor* de informações provindas de grupos exteriores, transmissor destas informações para seus membros; *fonte*, para grupos exteriores a ele. Nesse sentido, “a formação das opiniões será influenciada não só pelo envolvimento afetivo ligado a maior ou menor ação, mas também pela quantidade de informação recebida, sua orientação, seu sentido”.

Nessa perspectiva, verifica-se a presença de um papel privilegiado, sobretudo nos grupos primários: a do líder. Sua função fundamental no processo de comunicação é o de catalisar e transmitir informação, ou seja, provoca reações do grupo, catalisa-as e transmite em retorno a informação para o grupo, provocando novas reações. Na formação da opinião, sua influência é particularmente importante, uma vez que o líder pode atuar em favor do seu grupo ou transmitir informações tendenciosas para provocar reações de modo que somente o líder tire proveito.

⁵⁶ Os pioneiros, Tarde, Le Bon, o próprio Freud, destacaram a importância dos fatores afetivos e das raízes inconscientes no comportamento coletivo”, conforme Augras (1970, p.31).

⁵⁷ As características geográficas e climáticas de uma região determinam as diferentes formas de *habitat*, os diferentes modos de vida e de estruturação do espaço social, de acordo com Augras (1970, p. 38-40); Rousseau (1996, p. 59-62); e Claval (2010, p. 25-30)

Embora a história forneça casos de manipulação da opinião em proveito de uma só pessoa, tal fenômeno só pode processar-se com o consentimento implícito do grupo. As reações do grupo são genuínas; podem ser refletidas, mas não criadas a partir do nada. Em última análise, o líder atua como canal de transmissão do grupo para si próprio, num verdadeiro processo em *feedback* (AUGRAS, 1970, p. 43).

Essa rede de comunicação entre grupos e indivíduos apresenta-se de maneira demasiadamente esquemática, cujo objetivo é clarificar a cadeia relacional que se forma ao se estabelecer um diálogo interpessoal ou intergrupar. O problema todo se encontra no fato de que, na realidade, o indivíduo não pertence a um grupo apenas, conforme já evidenciou Tönnies na formulação dos conceitos de “comunidade” e “sociedade”. Mais do que isso, o indivíduo pode ser considerado como um elo entre os vários grupos e, desta forma, “[...] a comunicação entre dois grupos de que faz parte pode muito bem processar-se através dele”. (AUGRAS, 1970, p. 44). Desse ponto de vista, o indivíduo passa a ser um *canal de transmissão* entre grupos. Mas, no plano da opinião, se os grupos dos quais o indivíduo faz parte estiverem em conflito, as pressões contraditórias podem levar a reações de fuga da situação conflitiva e, conseqüentemente, um reforço das atitudes afetivas, identificadas principalmente nos grupos primários.

Há, portanto, um divórcio entre os processos de comunicação e de expressão das opiniões dos membros dos dois grupos. Esse divórcio vai provocar uma série de ambiguidades no conceito de opinião. Sobre isso, a autora complementa: “Os países em via de desenvolvimento caracterizam-se pela heterogeneidade das estruturas sociais. No Brasil, instituições complexas e grupos primários coexistem. Daí uma série de ambiguidades, que dão feições específicas à vida política” (AUGRAS, 1970, p. 18). E que evidenciam a importância de estudos que se propõem a realizar um cruzamento de dados sobre a formação da opinião, isto é, tanto no âmbito da sociedade (grupos secundários), quanto da comunidade (grupos primários).

No que diz respeito aos fatores históricos, Augras (1970, p. 45-46) afirma que os fatores que desencadeiam uma corrente de opinião normalmente definem-se em torno de um tema ou um assunto; e que a natureza do assunto pode ser variada, mas está submetida ao fluxo dos acontecimentos históricos. Por este motivo, não só varia a natureza do acontecimento, como também sua importância, uma vez que “o acontecimento influencia a opinião porque funciona como informação”. Ademais, é o assunto que interessa à opinião,

pouco importando se em pouco tempo todos o tenham esquecido. No que concerne ao estudo da opinião pública o problema, logo, não é saber quais são os acontecimentos que provocam a mobilização da opinião, mas sim porque atuam desta maneira e como interferem na percepção dos indivíduos sobre o tema em questão.

Nesse sentido, são empregadas técnicas de aproximação para a realização de um estudo objetivo da opinião. Tais técnicas podem ser agrupadas em dois tipos principais: experimentação e observação. “A experimentação situa-se geralmente no nível interpessoal, em pequenos grupos, pelo motivo óbvio da relativa facilidade de manipulação [...] a observação inclui desde a análise histórica e sociológica até a pesquisa ‘armada’, que utiliza questionários, entrevistas, etc...” (AUGRAS, 1970, p. 20). Para esta pesquisa, em específico, interessa compreender a técnica de observação e seus possíveis desdobramentos, isto é, observação indireta e observação direta, para aplicá-las tanto na pesquisa documental quanto na pesquisa de campo, já previstas no procedimento metodológico.

2.5.1 A técnica de observação indireta

Em seu livro *Méthodes des Sciences Sociales*, Maurice Duverger (1961, p. 95) afirma que “[...] são muitos, e bem variados, os documentos nos quais os fenômenos sociais deixam sua marca: arquivos, levantamentos estatísticos, imprensa, documentos pessoais, instrumentos e ferramentas, imagens, fotografias, filmes, discos, fitas gravadas, etc...”. Ao se realizar um rigoroso estudo da opinião pública, não se pode deixar de lado importantes fontes de informação. “Nelas, se apoiam, quase que exclusivamente, as pesquisas históricas”, comenta Augras (1970, p. 104-105), ao complementar: “É bem verdade que raras vezes tais documentos restituem a expressão genuína da opinião pública”, mas a análise de seu conteúdo proporciona “[...] material de pesquisa para a investigação de tendências das influências dos grupos de pressão”.

A autora traz como exemplo a própria imprensa. Para ela, o conteúdo da imprensa nunca deve ser confundido com a expressão da opinião em um determinado momento. “Supõe-se que os leitores de determinado órgão de imprensa comprem-no porque os conceitos nele emitidos correspondem, em certo grau, a suas próprias opiniões” (AUGRAS, 1970, p. 104). Nesse sentido, o levantamento dos conteúdos da imprensa justificar-se-ia, como

aproximação para a pesquisa de opinião, uma vez que o jornal reflete antes de tudo a opinião daqueles que o financiam, quer sejam partidos políticos ou grupos econômicos⁵⁸.

Em virtude da relação direta que se estabelece entre a informação que é transmitida pelos meios de comunicação à sociedade e os interesses escusos de grupos políticos e econômicos por detrás de algumas notícias é que somente os conhecimentos técnicos não bastam para uma investigação profícua. É preciso situar tal investigação dentro de limites que somente a reflexão crítica pode identificar. Sobre isso, a autora escreve:

As etapas da análise requerem o roteiro de qualquer pesquisa científica: definição dos objetivos (o que se tenciona investigar?), escolha da amostra (quais os documentos interessantes para a pesquisa?), elaboração dos instrumentos (quais serão as categorias de classificação necessárias e suficientes para avaliar o conteúdo?), utilização dos instrumentos (análise propriamente dita) e conclusão (AUGRAS, 1970, p. 106).

Do ponto de vista prático, entende-se que essa etapa prévia de análise da opinião pública - ou seja, a observação indireta - foi contemplada por Becker (2011) durante a realização da pesquisa documental que avalia os processos de comunicação dos riscos relacionados à transposição, a partir do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), do projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, e os discursos contidos nos principais jornais sergipanos (*Correio de Sergipe*, *Jornal da Cidade* e *Cinform*) durante o período histórico de 2004 a 2007. Os principais resultados desta análise serão apresentados no Capítulo 5 e servirão de suporte para a construção de uma Matriz de Sensibilidade, servindo como indicadores de riscos socioambientais relacionados diretamente ao trecho do Baixo São Francisco.

2.5.2 A técnica de observação direta

Os métodos de observação direta são dirigidos a indivíduos ou grupos, uma vez que procuram investigar, da maneira mais profunda possível, as atitudes e opiniões dessas pessoas. Na procura de um levantamento exaustivo e profundo, esse método utiliza-se das técnicas de entrevistas individuais. Elas podem obedecer a regras mais restritas ou mais livres, a exemplo das entrevistas: estruturada, semiestruturada ou livre. Também podem incluir a

⁵⁸ Essa ideia é compartilhada por diversos teóricos da Comunicação, dentre eles: Lage (2009), Medina (1988), Traquina (2012), Thompson (1998), bem como pelo próprio Tönnies (2006a).

aplicação de questionários⁵⁹ ou de formulários⁶⁰. Mas, em todos os casos, “deve conseguir a confiança do entrevistado, através de comportamento misto de neutralidade e de simpatia, em proporções cuja dosagem exige vários anos de prática, além das necessárias qualidades pessoais de objetividade e comunicação”. (AUGRAS, 1970, p. 115-116). Além disso, é importante que o papel do entrevistador seja muito bem definido. Para tanto, ele terá que definir cuidadosamente os seus objetivos e identificar-se para que o entrevistado o aceite sem reticências.

Na observação direta e intensiva procura-se principalmente a profundidade. Nesse sentido, salienta Augras (1970, p. 116) “[...] não se trata de obter uma imagem da opinião geral da população, como no caso da sondagem. O objetivo dessa técnica é recolher informações sobre atitudes e opiniões particularmente significativas”. No caso dos líderes é possível investigar, inclusive, a influência que os mesmos exercem sobre a opinião pública, mas para isso é preciso cotejar as observações obtidas por meio da entrevista com os dados recolhidos por meio de uma sondagem.

Dentre os tipos de entrevistas utilizadas nas pesquisas de opinião pública, dois tipos básicos são mais utilizados: o diretivo e o não diretivo. A entrevista diretiva consiste em fazer uma lista de perguntas já estruturadas. De acordo com a autora, a vantagem dessa modalidade é que a entrevista segue um roteiro mais ou menos constante e todos os aspectos concernentes ao assunto abordados. Contudo, o entrevistado não se exprime de maneira espontânea e os dados recolhidos podem se mostrar superficiais. Por outro lado, a entrevista não diretiva deixa o entrevistado mais à vontade. “O entrevistador possui também uma lista de temas a investigar, mas esta lhe serve apenas como esquema de referência para interpretar as atitudes do entrevistado” (AUGRAS, 1970, p. 117).

Importante enfatizar que para esta pesquisa doutoral, o tipo de técnica proposto foi o da entrevista livre (entrevista não diretiva), por entender que sendo em profundidade e não havendo um roteiro a seguir, a pesquisadora levará o entrevistado a manifestar suas ideias espontaneamente. A utilização dessa técnica também está em consonância com outro método proposto - a história oral – que permitirá a coleta de narrativas da experiência humana com o intuito de levantar, por meio de depoimentos, informações sobre a temática dos riscos socioambientais da transposição percebidos pelas comunidades tradicionais estudadas.

⁵⁹ Instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes sem a presença do pesquisador.

⁶⁰ Nome geralmente usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador, numa situação “face-a-face” com o entrevistado.

Contudo, para que a entrevista surta o efeito desejado será necessário, primeiro, iniciar a construção da Matriz de Sensibilidade apontando seus indicadores, ou seja, os riscos socioambientais da transposição. Seus indicadores serão produzidos a partir dos dados retirados da pesquisa documental (observação indireta) e seu grau de sensibilidade - ou a percepção dos riscos por parte das comunidades - serão obtidos por meio das técnicas de coleta de dados propostas nesta pesquisa de campo (entrevista livre e aplicação de formulário).

2.6 Conclusão do capítulo

O intuito deste capítulo era o de analisar as principais teorias sobre Opinião Pública, que no nosso entendimento, poderiam contribuir com esta pesquisa de doutorado. O primeiro autor escolhido foi Rousseau, pois conforme escrevem os especialistas contemporâneos sobre o tema, foi o “Cidadão de Genebra” quem utilizou pela primeira vez o termo “opinião pública” com pretensões conceituais e um sentido político claramente definido. Importa enfatizar que para Rousseau (2001), quanto mais as opiniões se aproximam da unanimidade, tanto mais prevalece a vontade geral. Tönnies (1979), por sua vez, traz uma relevante contribuição nos estudos que privilegiam as diferenças entre “comunidade” e “sociedade”, enfatizando que a opinião pública pertence às formas complexas da sociedade e, portanto, caracteriza-se como uma vontade social. O sociólogo alemão também apresenta três diferentes significados de opinião pública (opinião publicada, opinião pública e opinião do público) consideradas importantes para nossas reflexões. Enquanto que Habermas (1997) pretende demonstrar que é na “esfera pública” que a sociedade civil constrói a opinião pública - por meio do agir comunicativo orientado pelo entendimento mútuo - cujo objetivo é a luta por influência no processo de tomada de decisão sobre assuntos que são de interesse comum à sociedade. Assim, a opinião pública para Habermas se caracterizaria como uma vontade coletiva. No caso específico de Honneth (2003), sua teoria sobre a “luta por reconhecimento” nos possibilitou uma melhor compreensão sobre como os indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual e participam da ação coletiva e das lutas sociais no seio da esfera pública. Segundo o autor em um processo de deliberação, os atores sociais (participantes) esperam não apenas que seus enunciados encontrem lugar no processo de argumentação, mas também que toda a pessoa seja considerada de maneira positiva, como forma de reconhecimento. Entretanto, é na ausência de uma dessas partes que se configura a ideia de

“não-reconhecimento” ou de desrespeito. Finalmente, Augras (1970) nos permitiu refletir sobre o processo prático nos estudos de opinião pública, trazendo importantes considerações sobre as técnicas de observação direta e indireta.

Entendemos, portanto, que a partir das leituras investidas nestes autores poderemos avançar em relação as análises sobre quais formam as contribuições e influências das comunidades tradicionais na formação da opinião pública sergipana sobre riscos do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Contudo, antes disto precisamos compreender melhor o que vem a ser a “Comunicação” e como ela pode contribuir para a legitimação da tomada de decisão em sociedades contemporâneas e democráticas.

3 COMUNICAR PARA LEGITIMAR DECISÕES

Um governo democrático aberto à participação é aquele que informa corretamente, ouve cuidadosamente e consulta ativamente a população.

DÍAZ BORDENAVE

Este capítulo tem como objetivo mostrar de que forma a Comunicação pode contribuir para a legitimação de decisões que interferem diretamente no meio ambiente e na vida de cidadãos que integram uma sociedade que se diz democrática, como é o caso do Brasil. Para tanto, desdobraremos esse capítulo no sentido de melhor clarificar conceitos importantes para a construção desse entendimento. Começaremos por diferenciar os conceitos de “comunicação” e “informação” para melhor compreender quais são as perspectivas possíveis de utilização e de interpretação desses termos no “lugar social”, ou seja, no espaço onde as relações sociais e as trocas simbólicas acontecem; e, nessa perspectiva, analisar qual a importância de se pensar numa comunicação participativa enquanto uma estratégia para se ampliar a cidadania, na medida em que transforma o lugar social.

Em seguida, tratar-se-á da concepção sociológica que defende a ideia de que tanto a “informação” (ARAÚJO, 2001; GUERRA, 2009; TRAQUINA, 1999; 2012) quanto o “risco” (BECK, 2010; BRETON, 2012; HANNIGAN, 2009) são construídos socialmente e dependem da percepção dos atores, ou seja, das significações e dos valores que são postos em jogo durante a apreciação de determinadas situações. Pois uma decisão de mudança, no sentido de minimizar os riscos em sociedade ou mesmo de promover uma cultura de prevenção deve levar em consideração, segundo Douglas e Wildavsky (2012), aspectos da vida afetiva, do trabalho, da relação social, familiar, religiosa e cultural. Nessa perspectiva, a qualidade da informação que é produzida e transmitida à sociedade, bem como a comunicação de riscos enquanto um processo comunicativo que garante espaços democráticos de participação dos atores envolvidos em questões socioambientais, sobretudo no que tange os processos de tomada de decisão, têm importantes contribuições a dar à Gestão de Riscos e consequentemente à comunicação de riscos. Por fim, trataremos da importância de um plano

de comunicação no desenvolvimento de ações assertivas e compartilhadas com os demais membros da sociedade.

3.1 Comunicar e Informar: perspectivas possíveis no lugar social

Da comunicação animal à linguagem humana, da imprensa à televisão, da publicidade à internet, dos ruídos à opinião pública.... Tudo pode ser considerado como comunicação e troca de informação. Nascida na segunda metade do século XX, as Ciências da Informação e da Comunicação se transformaram num vasto campo de pesquisas “multidisciplinares” (WOLF, 2003) que buscam “acrescentar novas vozes” (MATTELART E MATTELART, 2009) às questões sempre contemporâneas. De lá para cá, diversos pesquisadores têm produzido modelos diferenciados de comunicação. Esses modelos, representados por esquemas, são a concretização de suas referências teóricas e de suas questões de pesquisa, mas também têm como objetivo servir de guia e orientar as análises dos fenômenos da comunicação.

Nosso intuito neste item é demonstrar que as teorias estão diretamente atreladas às preocupações históricas e sociais de seu tempo. Por isso, as definições de comunicação e informação estão em constante mutação, assim como as problemáticas que as cercam. Cada aproximação, por um modelo, busca dar uma inteligibilidade e coerência à pesquisa, ou seja, um sentido ao fenômeno comunicacional analisado sobre um determinado ponto de vista. Nenhum desses modelos carrega consigo a exclusividade da “verdade”. Ao contrário, cada um busca um entendimento preciso sobre um determinado fenômeno. Em outras palavras, cada esquema funciona como uma lente que permite visualizar a comunicação de diferentes ângulos. Os modelos esquemáticos que apresentaremos a seguir serão divididos em três categorias, propostos por Mucchielli (2008): A) os modelos positivistas; B) os modelos sistêmicos; C) os modelos construtivistas.

A) Os modelos positivistas

Os dois modelos de comunicação que serão apresentados abaixo fazem parte de uma mesma linha epistemológica, isto é, são essencialmente positivistas. Eles buscam resolver problemas comunicacionais numa perspectiva de causa-efeito.

Modelo da teoria da informação - O primeiro modelo de comunicação (Figura 04) foi proposto pelo matemático e engenheiro estadunidense Claude E. Shannon, em seu artigo *The Mathematical Theory of Communication*, publicado no *Bell System Technical Journal*, em 1948. Shannon, então funcionário da *Bell Telephon*, propõe um modelo linear de comunicação que busca compreender qual é a melhor forma para codificar a informação que um emissor queira transmitir para um receptor por meio de um canal (telefone, telegrafo...). Em 1949, com a publicação do livro *The Mathematical Theory of Communication*, em co-autoria com o também matemático estadunidense Warren Weaver, é que a teoria da informação passa a ser amplamente divulgada. Esta teoria foi a primeira a considerar a comunicação como um problema matemático rigorosamente embasado nos ramos da estatística e da teoria da probabilidade. Ela possibilitou aos engenheiros da comunicação um modo de determinar a capacidade de um canal de comunicação em termos de ocorrência em “bits”⁶¹. Importante destacar que esta teoria considera que de um lado da comunicação há uma fonte e do outro um receptor. A fonte transmite um sinal que é captado pelo receptor. O sinal pode ser impedido por ruído e a mensagem chegar de forma distorcida ao destinatário. Este modelo ocupa-se do ato de codificar e decodificar mensagens. Ele não se preocupa com a semântica dos dados transmitidos, mas pode envolver aspectos relacionados com a perda de informação na compreensão e na transmissão da mensagem devido aos ruídos presentes no canal ou no processo de transmissão.

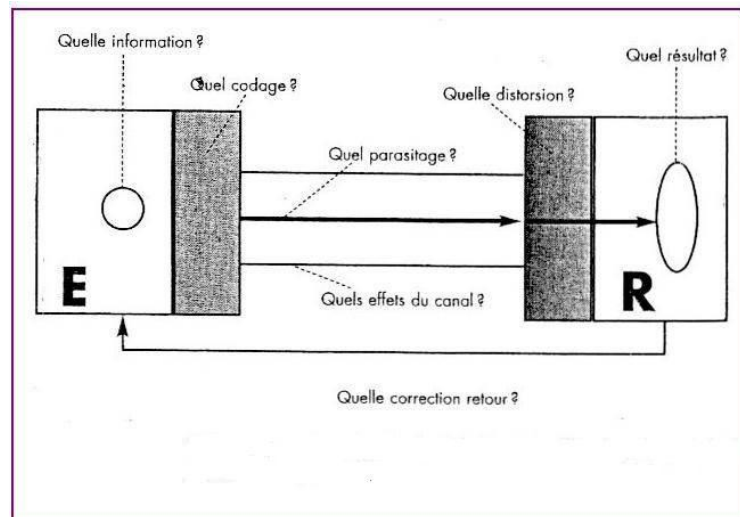
Modelo da comunicação em dois níveis – Produto dos estudos que eram desenvolvidos nos Estados Unidos na década de 1950, este modelo de comunicação (Figura 05) busca analisar a influência que as mídias (rádio e televisão) podem exercer sobre o público em duas etapas de recepção (*Two-Step Flow*). Mas porque duas etapas? Porque segundo as pesquisas de Paul Lazarsfeld, a mídia não agiria diretamente sobre o público. A influência da mídia passaria por um grupo intermediário, conhecido como “líderes de opinião”. Estes, por sua vez, estariam diretamente ligados a outros grupos e influenciando a opinião dos indivíduos. De acordo com Mucchielli (2008, p. 60), “no começo, o objetivo era de reduzir o público as manipulações da propaganda; em seguida, o problema foi tentar aumentar a eficácia das campanhas eleitorais”⁶². Atualmente, este esquema é muito utilizado

⁶¹ Bit (significação para o dígito binário) é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida, usada na computação e na Teoria da Informação. Um bit pode assumir somente dois valores: 0 ou 1, que significa corte ou passagem de energia respectivamente.

⁶² Tradução livre de « Au début, l’objectif était de soustraire le public aux manipulations de la propagande; ensuite, le problème a été de chercher à accroître l’efficacité des campagnes électorales ».

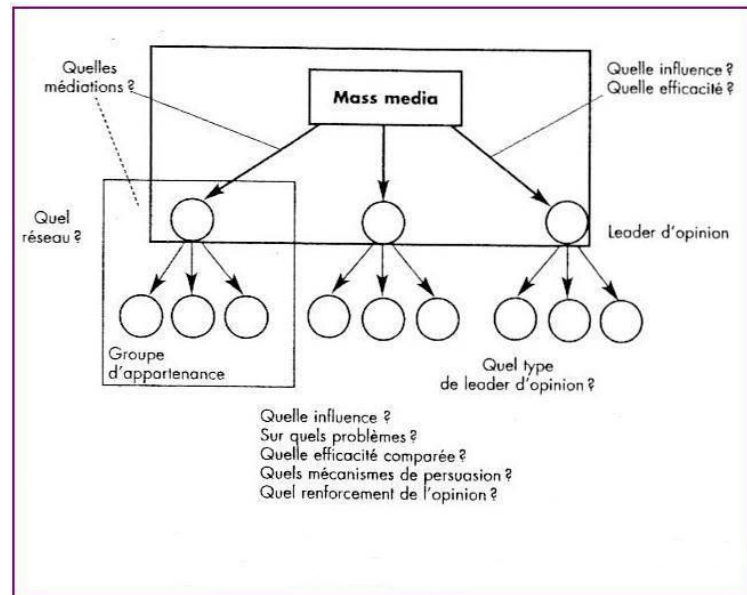
na publicidade, pois acredita-se que uma vez identificados os líderes de opinião, é possível influenciar as pessoas que estão à sua volta.

Figura 04 - Modelo da Teoria da Informação



Fonte: MUCCHIELLI, 2008.

Figura 05 - Modelo da Comunicação em dois níveis



Fonte: MUCCHIELLI, 2008.

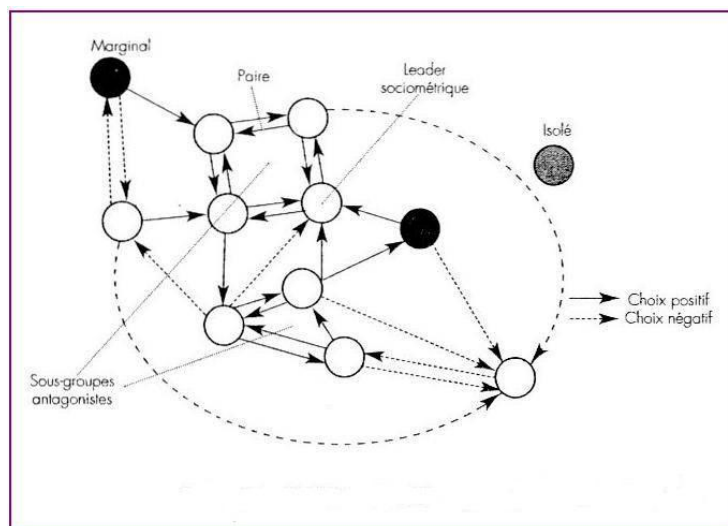
B) Os modelos sistêmicos

Os modelos de comunicação do tipo sistêmicos visam a analisar a permanência e as mudanças dos sistemas de comunicação. Conforme Mucchielli (2008), eles são elaborados a partir de pesquisas realizadas nos anos 50 e 60, sobretudo na Europa, e estabelecem uma

ruptura epistemológica em relação aos modelos precedentes, haja vista que pela primeira vez emerge uma noção de “estrutura” ou de “relação” nos estudos comunicacionais.

Modelo sociométrico – Este modelo pode ser considerado como o primeiro a ser parcialmente sistêmico (Figura 06). Nele, a comunicação é definida como uma relação de afinidades (positivas ou negativas, de simpatia ou antipatia) estabelecida em um local de trocas. Ao mesmo tempo, ele também pode ser considerado como um canal privilegiado de transporte de informação, pois “a estrutura informal do grupo vai facilitar ou não a passagem da informação”. Por exemplo, ao se criar um novo grupo de trabalho, inicialmente se interroga cada integrante do grupo para saber o que ele deseja ou não deseja trabalhar. Ao final, recolhe-se tanto os aspectos positivos, quanto os negativos. Estes, por sua vez, serão traduzidos na forma de um diagrama chamado “sociograma”. Para Mucchielli (2008, p. 63), o problema principal para os pesquisadores desta época é centrar-se sobre a “estrutura afetiva” dos grupos e sobre os “papéis” ocupados pelos membros do grupo. Enquanto que a principal questão que sustenta este modelo é: Qual mudança deve-se operar para melhorar a forma e a estrutura do local de trocas?

Figura 06 - Modelo sociométrico

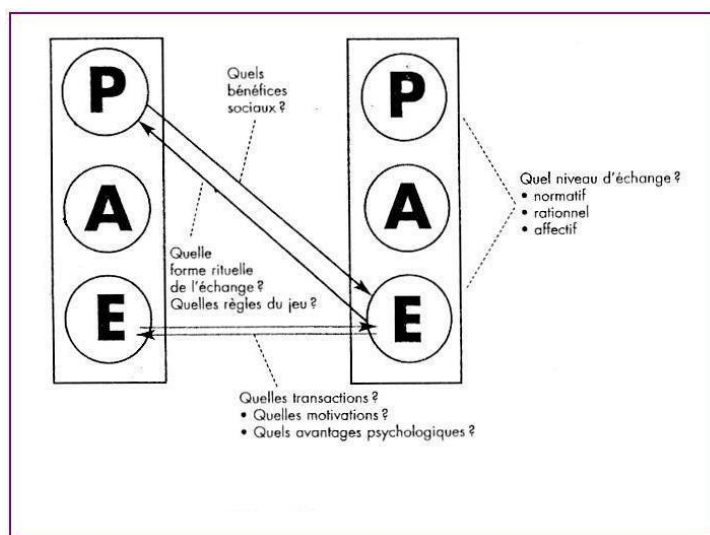


Fonte: MUCCHIELLI, 2008.

Modelo transacional – Já nos anos 70, o modelo de comunicação que prevalecia era o modelo sistêmico de “análise transacional” (Figura 07). Éric Berne é considerado o pai da

análise transacional⁶³ e seu interesse centra-se sobre os jogos de relações e os tipos de comunicações implícitas que se estabelecem nas relações interpessoais. A noção de regra do jogo ou de sistema interativo também pode ser encontrado nas análises de Paul Watzlawick e em outros autores da Escola de Palo Alto que buscam explicar a noção de comunicação paradoxal. Além disso, o modelo de análise transacional faz referência à psicologia permitindo observar a comunicação em diversos níveis: o nível normativo (parental), o nível racional (adulto) e o nível emotivo (criança). A partir deste modelo, é possível evidenciar a existência de transações visíveis e socialmente aceitáveis, mas também transações escondidas e ligadas às motivações individuais.

Figura 07 - Modelo transacional



Fonte: MUCCHIELLI, 2008.

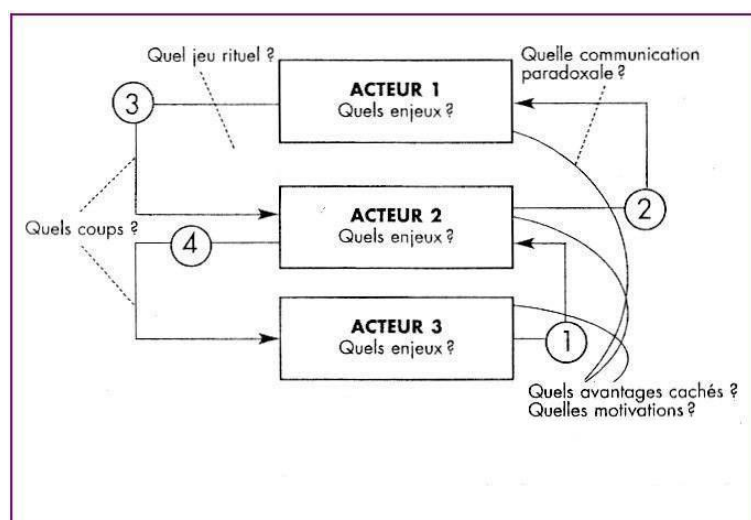
Modelo interacionista e sistêmico – Este modelo de comunicação é encontrado principalmente nos trabalhos realizados na Escola de Palo Alto e traz consigo uma nova definição da comunicação (Figura 08). Os pesquisadores desta escola estão interessados nos sistemas de trocas e nas comunicações paradoxais. Para ilustrar este modelo, Mucchielli (2008) utiliza-se da análise do “jogo burocrático à francesa”⁶⁴, realizado pelo sociólogo

⁶³ A análise transacional pode ser considerada como o início da psicoterapia, mas também como uma teoria da psiquiatria social, pois ela se propõe a estudar o psiquismo das pessoas ao analisar suas relações sociais. Ela retira seu nome da palavra “*transaction*” em inglês que se designa a uma troca, verbal ou não.

⁶⁴ *Le Phénomène bureaucratique*, Paris, Le Seuil, 1963, coll. Points et Essais.

Michel Crozier⁶⁵ que, em suas análises descreve as tendências burocráticas e o sistema de relações entre indivíduos nas organizações modernas, sobretudo na França. Este modelo de comunicação se assemelha muito a um jogo de xadrez, ou seja, existem regras que regem o todo (sistema). Nele, a comunicação se estabelece em níveis hierárquicos (subordinados e superiores) evitando uma discussão mais franca e direta (face-a-face). O resultado desse sistema, segundo os estudos de Crozier, seria uma falta de eficácia e de iniciativa em função das regras estabelecidas.

Figura 08 - Modelo interacionista e sistêmico



Fonte: MUCCHIELLI, 2008.

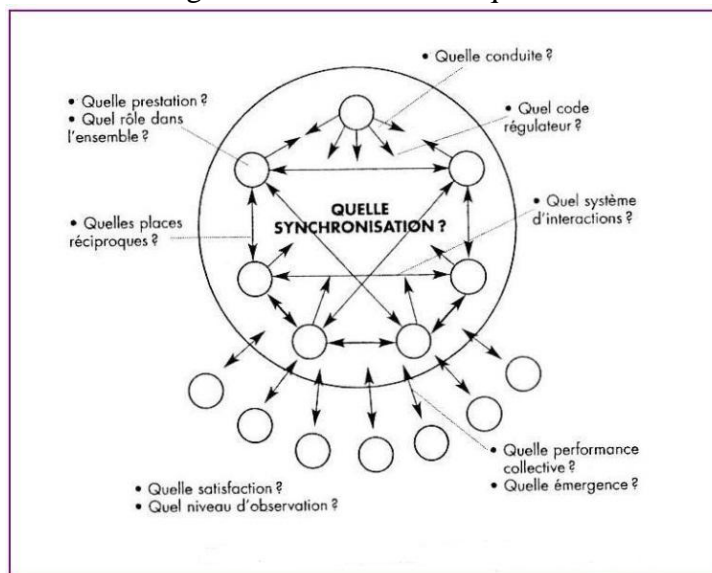
Modelo de orquestra – O modelo de orquestra (Figura 09) foi introduzido por Yves Winkin⁶⁶, no seu livro *La nouvelle communication* (1981). Neste modelo, a comunicação é definida como uma produção coletiva de um grupo que trabalha sob o comando de um líder. De acordo com Mucchielli (2008), a problemática principal a ser analisada por meio deste modelo é compreender como se articulam as trocas individuais para que finalmente ocorram produções coletivas. Como numa orquestra, a comunicação é uma “produção coletiva” que depende da interação e participação de todos os músicos que integram a orquestra para que se chegue a uma única sinfonia. Por fim, é interessante notar que os espectadores também fazem

⁶⁵ Em 1959, Crozier é convidado pela Fundação Ford a participar da Escola de Palo Alto, na Califórnia, e começa a ter seus textos publicados em inglês.

⁶⁶ Professor da Universidade de Liège e da Escola Superior de Letras e Ciências Humanas de Lyon, Winkin é mundialmente reconhecido por seu trabalho sobre antropologia da comunicação, onde ele se propõe a analisar o mundo social a partir de uma antropologia cognitiva, visual e simbólica.

parte do sistema, pois a orquestra interage com seu público, criando a cada nova apresentação uma expressão coletiva diferenciada.

Figura 09 - Modelo de orquestra



Fonte: MUCCHIELLI, 2008

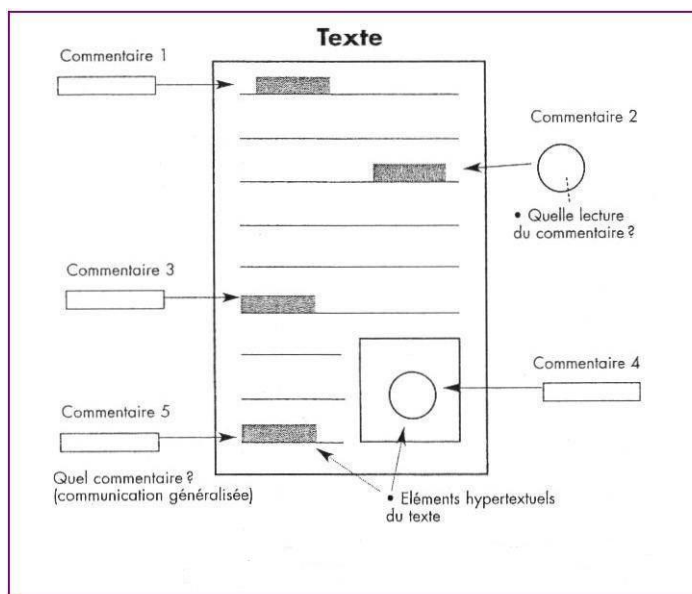
C) Os modelos construtivistas

Os dois modelos que serão apresentados a seguir integram, segundo Mucchielli (2008), uma base epistemológica ligada às teorias construtivistas e em contraposição ao realismo. Isso significa dizer que para os modelos construtivistas não existe um “sistema de comunicação” pré-definido, pois se considera a comunicação como um debate latente, que se elabora (constrói) entre os atores reunidos numa estrutura social. O significado do debate não está explícito no início, ele deriva das várias interpretações que ocorrer no próprio debate, haja vista que o intuito da comunicação é a construção do saber e do sentido compartilhado.

Modelo de hipertexto – Este modelo é considerado como construtivista (Figura 10) porque considera a comunicação como um debate (um texto) que liga os atores a uma estrutura social. O sentido do debate, no entanto, não está presente no seu início, mas se desenrola a partir da leitura de certo número de interpretações sobre o próprio debate. Este modelo, segundo Mucchielli (2008, p. 55), é uma metáfora daquilo que estamos habituados a lidar nos computadores e nas redes sociais, ou seja, “[...] de um texto que aparece sobre a tela do computador, podemos clicar em cima de uma palavra que nos levará a outras explicações e

comentários”⁶⁷ que, por conseguinte, levará o analista da mensagem a formular outros sentidos à comunicação. Importante enfatizar que neste modelo de hipertexto repousam pelo menos duas questões: Qual o debate implícito que pode emergir dos comentários feitos? Como cada um interpreta e retraduz a mensagem inicial?

Figura 10 - Modelo de hipertexto

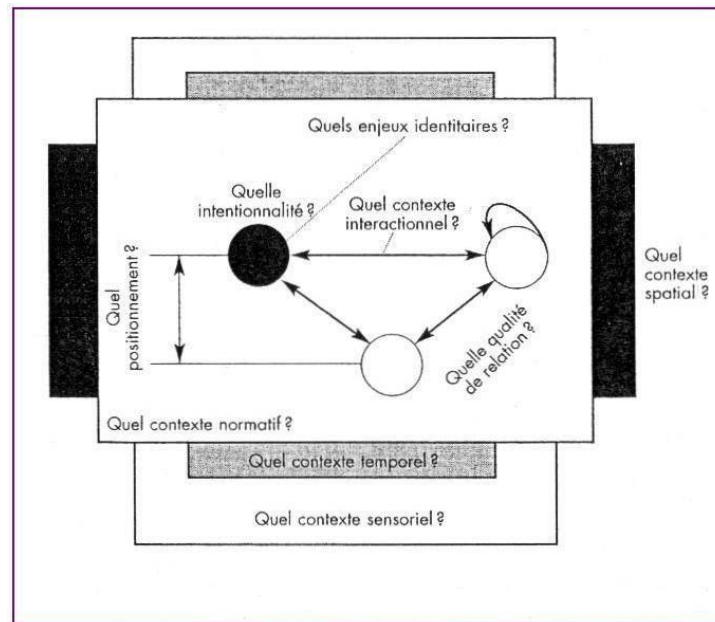


Fonte: MUCCHIELLI, 2008

Modelo situacional – Este modelo visualiza a comunicação como um processo (Figura 11). Ele consiste em fazer aparecer os diferentes contextos (ou dimensões da situação) dentro dos quais toda a comunicação funciona necessariamente. Para que as trocas de sentidos ocorram é preciso compreender os contextos nos quais a comunicação se desenrola. Contudo, tais contextos estão diretamente ligados a outras situações que devem ser levadas em consideração pelo analista: o contexto de posicionamentos relativos, de intencionalidade, de ações estruturantes, de constrangimentos situacionais, de temporalidade e de questionamentos dos atores, etc. Já o sentido final da comunicação é uma síntese dos diferentes significados que aparecem por meio desses contextos. Assim, afirma Mucchielli (2008), a interpretação do fenômeno de comunicação observado terá suas raízes dentro de um processo de diferentes contextualizações, cujas referências e os significados das trocas são plurais e o “sentido partilhado” passa ser o objetivo fim.

⁶⁷ Tradução livre de « [...] dans le texte qui apparaît sur l’écran de l’ordinateur, on peut cliquer sur un mot pour faire apparaître des explications et des commentaires qui vont s’inscrire sur l’écran ».

Figura 11 - Modelo situacional



Fonte: MUCCHIELLI, 2008

A partir da exposição desses modelos comunicacionais é possível constatar que tanto a definição do termo comunicação quanto os problemas relacionados à ação de se comunicar variam em função de preocupações sociais. Por exemplo, enquanto o desafio dos modelos positivistas é o de analisar os efeitos da comunicação e sua eficácia, para os modelos sistêmicos o intuito é o de analisar a permanência e as mudanças dos sistemas de comunicação. Já a preocupação comum aos dois modelos construtivistas refere-se à construção de um “sentido compartilhado” da mensagem pelos atores comunicacionais. Cabe ao pesquisador, dispor de teorias e modelos suficientemente variados para melhor enquadrar o fenômeno a ser analisado.

No caso específico desta pesquisa, entende-se que o modelo mais adequado para analisar o processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição seja o modelo situacional⁶⁸, pois a partir dele pode-se responder sete questões importantes para a constatação de que há ou não há um sentido compartilhado no processo comunicacional analisado. São elas: “Quais questões identitárias e com qual intencionalidade? ”, “Que contexto normativo? ”, “Qual posicionamento? ”, “Qual o contexto interacional e qual a qualidade da relação? ”, “Qual o contexto temporal? ”, “Qual o contexto espacial? ”, e, “Qual o contexto sensorial? ”.

⁶⁸ A análise do processo de comunicação dos riscos se dará no capítulo intitulado “Analisar e Interpretar”.

Conforme análise de Armand e Michele Mattelart (2009, p. 10), a história das teorias da comunicação não pode ser compreendida a partir de uma abordagem excessivamente cronológica, pois o “fluxo e refluxo de problemáticas impedem que se conceba essa trajetória de modo linear”. Os autores buscam demonstrar que “[...] antigos debates sobre objetos e estratégias de estudo, há muito tempo julgados resolvidos e ultrapassados, repentinamente voltam a surgir”. É o caso da metodologia etnográfica em comunicação, inicialmente utilizada por integrantes da Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, que procuravam compreender as interações sociais com base numa microssociologia que parte das manifestações subjetivas do ator. Esse tipo de metodologia retorna nos anos oitenta “[...] por ocasião da crise de visões totalizantes da sociedade” e, novamente, são adotadas em pesquisas de comunicação no século XXI, sobretudo quando se discute a comunicação e a participação social de comunidades minoritárias em sociedades democráticas.

Já Dominique Wolton, em seu livro *Penser la communication* (1997), afirma que a comunicação é uma área particularmente difícil de ser analisada, porque se trata de uma atividade humana por excelência. Cada um se encontra simultaneamente nos papéis de ator e analista, e pensa não precisar de nenhum conhecimento além dos que já possui para compreender o básico.

Contudo, enfatiza Wolton (1997), são os estudos acadêmicos que pesquisam os efeitos, origens e funcionamento do fenômeno da Comunicação Social em seus aspectos tecnológicos, sociais, econômicos, políticos e cognitivos. No que se refere ao plano teórico, a comunicação apresenta-se como um campo de pesquisa que mobiliza em torno de dez disciplinas: antropologia, linguística, filosofia, direito, psicologia, história, sociologia, economia, ciências políticas e ciências cognitivas. Assim, explica o autor, falar de conhecimentos para comunicação é conservar no espírito a necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

A comunicação é um objeto de conhecimento interdisciplinar, proporcional à sua dimensão antropológica, e essa dimensão de *cruzamento* deve ser preservada para evitar uma especialização que, aparentemente, transmite segurança, mas que na realidade é redutora e empobrecedora” (WOLTON, 1997, p. 69)⁶⁹

⁶⁹ Tradução livre de « La communication est un objet de connaissance interdisciplinaire, à la mesure de sa dimension anthropologique, et cette dimension de *carrefour* doit être préservée pour éviter une spécialisation, apparemment rassurante, mais en réalité réductrice et appauvrissante ».

É preciso, portanto, pensar a comunicação dentro de seu contexto, ou seja, compreender que não há comunicação sem sociedades e que são os contextos sociais que darão sentido e especificidade os procedimentos de comunicação aparentemente normatizados. Essa comunicação, atrelada aos contextos sociais, acontece por vários motivos, mas Wolton (2011, p. 17) sinaliza pelo menos três razões que nos estimulam a querer entrar em contato com alguém. A primeira razão estaria diretamente ligada ao sentido de *compartilhar*, pois “viver é se comunicar e realizar trocas com os outros de modo mais frequente e autêntico possível”. A segunda razão diz respeito ao desejo de *sedução*, “inerente a todas as relações humanas e sociais”. E, finalmente, a terceira razão seria a *convicção*, “ligada a todas as lógicas de argumentação utilizadas para explicar e responder a objeções”.

A informação também estaria dividida em três grandes categorias - oral, imagem e texto -, sendo que tais dados informacionais estão presentes em diversos suportes. Neste sentido, “tem-se a *informação-notícia* ligada à imprensa; a *informação-serviço*, em plena expansão mundial graças à internet; e a *informação-conhecimento*, sempre ligada ao desenvolvimento dos bancos e bases de dados” (WOLTON, 2011, p. 17).

O que estaria faltando, conforme o autor francês, seria a *informação-relacional*. Esta categoria informacional permearia todas as demais categorias remetendo ao desafio humano da comunicação. Mas, para que essa categoria informacional possa existir é preciso que haja um pleno reconhecimento não somente do emissor, mas também do receptor da mensagem durante todo o processo comunicativo. De acordo com Wolton (2011, p. 18), nada pode ser mais simples do que os “[...] discursos mais ou menos hostis à comunicação que desvalorizam o estatuto do receptor, sempre sob suspeita de ser meio estúpido e facilmente manipulável”. Para este autor, “o receptor, que nunca foi passivo, está cada vez mais ativo para resistir ao fluxo de informações”. Portanto, “seria mais adequado falar em *receptor-ator* para destacar o aspecto dinâmico dessa função” no processo comunicativo que nos obriga a pensar a comunicação não mais como transmissão de mensagens, mas, sobretudo, como negociação entre os diversos atores sociais. Sobre isso, Wolton também escreve:

Ontem, comunicar era transmitir, pois as relações humanas eram frequentemente hierárquicas. Hoje, é quase sempre negociar, pois os indivíduos e os grupos se acham cada vez mais em situação de igualdade. *O conceito de negociação pertence, de resto à cultura democrática*. Inexiste negociação em sociedades autoritárias ou totalitárias [...]. Quanto mais os indivíduos estão bem-informados, mais eles criticam e negociam. (WOLTON, 2011, p. 19).

Em seu livro *La communication contre l'information*, Daniel Bounoux (1995), busca fixar uma base sólida para esses dois conceitos fundamentais à disciplina de Ciências da Informação e da Comunicação, com o objetivo de melhor pensar a influência da mídia em nosso tempo. De acordo com o autor, quando falamos de tecnologias da informação e da comunicação associamos tranquilamente essas duas palavras. Mas, ao mesmo tempo, geramos confusões apressadas na utilização dos termos. Portanto, para que não haja erro interpretativo, é necessário compreendê-los de antemão, haja vista que “[...] informação e comunicação cobrem duas culturas, duas lógicas e, por vezes, dois trabalhos completamente distintos no campo midiático” (BOUGNOUX, 1995, p. 6)⁷⁰.

Para desenvolver este raciocínio, Bounoux utiliza-se de um axioma simples e rico proposto por Watzlawick e outros autores da Escola de Palo Alto⁷¹ (1972, p. 52), no livro *Une logique de la communication*, onde afirmam que “toda comunicação apresenta dois aspectos: o conteúdo e a relação, sendo que o segundo engloba o primeiro e, portanto, é uma metacomunicação”⁷². De acordo com os autores da Escola de Palo Alto, a escolha em afirmar que a relação engloba o conteúdo, pode parecer um tanto quanto arbitrária. Pois, numa análise lógica estaria correto dizer que a classe se define por seus elementos e, então, o conteúdo definiria a relação. Contudo, o interesse dos autores não está relacionado às trocas de informação, mas ao pragmatismo da comunicação.

Com base neste axioma, Bounoux (1995, p. 13) pretende demonstrar que “[...] há uma primazia vital, inalienável da relação que traz, revela e reforça a mensagem da informação propriamente dita”⁷³. Pois, para ele, não existe informação em si. “Toda informação está intimamente relacionada ao sujeito cognoscente, a sensibilidade de seus sensores, sua cultura e sua curiosidade” (BOUGNOUX, 1995, p. 15)⁷⁴. Por outro lado, este mesmo sujeito cognoscente se depara com um “muro informacional” que está diretamente relacionado ao seu estado organizacional e suas aptidões cognitivas que geram um mundo próprio e altamente compartilhado. Sobre isso, o autor enfatiza que:

⁷⁰ Tradução livre de « [...] l'information et communication recouvrent deux cultures, deux logiques et parfois deux métiers tout à fait distincts dans le champ médiatique ».

⁷¹ Fazem parte da Escola de Palo Alto autores que se reagrupam em torno de Gregory Bateson, Paul Watzlawick e Edward T. Hall, que estão interessados nos estudos sobre comunicação interpessoal, comunicação não verbal e outras formas de comunicação patológicas.

⁷² Tradução livre de « Toute communication présente deux aspects : le contenu et la relations, tels que le second englobe le premier et par suite est une métacommunication ».

⁷³ Tradução livre de « [...] il y a un primat vital, inéliminable de la relation qui porte, révèle et enrichit le message de l'information proprement dite ».

⁷⁴ Tradução livre de « Toute information est étroitement relative au sujet connaissant, à la sensibilité de ses capteurs, à sa culture, à ses curiosités ».

[...] à imensa variedade de informações em potencial que nos assaltam a todo o momento, nos opomos a uma abertura extremamente seletiva e rejeitamos qualquer tratado em sinais de *ruído*. Mas no meio do ruído outras organizações buscam sua informação pertinente. (BOUGNOUX, 1995, p. 16. Grifo do autor)⁷⁵.

Em outras palavras, o que faz com que a mensagem circule não é a informação em si, mas a pertinência⁷⁶ dessa informação ao sujeito cognoscente ou à comunidade à qual ele pertence, esta por sua vez com relações já instituídas. A pertinência de uma informação se limita, ainda segundo o autor, aos meios e às redes as quais ela será difundida. Portanto, para que a mensagem seja relevante, do ponto de vista social, é preciso que ela tenha um sentido àqueles que a recebem.

No que se refere à Comunicação, Bougnoux (1995) escreve que antes de realizar qualquer troca informacional é preciso viver. Esta é a primazia da relação e um imperativo categórico dos seres vivos. Pois, nenhum ser vivo pode se desenvolver de forma autônoma ou longe de seus semelhantes. E, a complexidade dessa vivência, estabelecida num determinado lugar social, contribui para que as relações vitais estabeleçam diversas formas e estratégias que precisam ser decifradas ou mediadas para que então se estabeleça uma troca mútua de mensagens.

Essa distinção entre relação e conteúdo, coloca em evidência que o ato de comunicar não está a serviço do segundo termo. Para Bougnoux (1995, p. 39), assim como para os autores de Palo Alto, “quanto mais saudável ou fluída for a relação, menos ela precisa ser explicitada”⁷⁷, haja vista que “o aspecto conteúdo ou informação ocupa somente nossa consciência enquanto que o aspecto relação ou comunicação reside em nosso subconsciente”⁷⁸. Além disso, ele acrescenta que “a comunicação se dá, enquanto a informação se merece, se arranca ou se vende” (Bougnoux, 1995, p. 94)⁷⁹.

Para André Akoun, em seu livro *La communication démocratique et son destin* (1994), há uma distinção clara entre os termos informação e comunicação. Mas essa distinção não nos parece tão evidente quando tomamos como base de análise um caminho linear e positivista,

⁷⁵ Tradução livre de « [...] à l’immense variété des informations potentielles qui nous assaillent à tout moment, nous opposons une ouverture extrêmement sélective et nous rejetons tous les signaux non traités dans le *bruit*. Mais dans ce bruit d’autres organismes puisent leur informations pertinente ».

⁷⁶ Sobre o conceito de pertinência ver também Sperber e Wilson (1989).

⁷⁷ Tradução livre de « Plus une relation est saine ou fluide (acquise) et moins elle a besoin d’être explicitée ».

⁷⁸ Tradução livre de « l’aspect contenu ou information occupe seul n’être conscience tandis que l’aspect relation ou communication demeure enfoui dans le pré-conscience ».

⁷⁹ Tradução livre de « La communication se donne, alors que l’information se mérite, s’arrache où se vend ».

onde a preocupação maior encontra-se na transmissão de uma mensagem. Para este autor, a informação consiste em um processo onde a finalidade é modificar o ambiente cognitivo dos agentes. Em outras palavras, é uma atividade que pode induzir a uma especialização profissional, isto é, de fazer circular um saber com o mínimo de deformações possíveis e sem comprometer nenhum investimento subjetivo. “É neste registro que podem ser classificados os diversos mediadores, jornalistas ou professores por exemplo”⁸⁰ (AKOUN, 1994, p. 9). Já no caso da comunicação, esta tem como objetivo organizar um espaço social de consenso ou uma comunidade produtiva com identidades partilhadas.

Evidentemente, também não se pode pensar informação e comunicação de forma exclusiva. Mas, reduzir a comunicação à informação é “[...] se obrigar a fazer da sociedade em uma máquina informática”⁸¹. Da mesma forma, reduzir a informação à comunicação é “[...] elevar ao consenso um só referencial que chamamos *verdade* e fazer da sociedade uma comunidade de sedução e de amor ou de raiva”⁸² (AKOUN, 1994, p.10).

Adriano Duarte Rodrigues (1994), em seu livro *Comunicação e Cultura*, reforça a importância e o poder da linguagem na contemporaneidade, em que temos ao nosso dispor uma grande quantidade de meios de comunicação que cada vez mais correspondem às nossas necessidades de transmitir e receber mensagens rápidas e eficazmente. O autor afirma:

O telefone e o rádio são autênticas próteses auditivas do homem do nosso tempo, a televisão projeta a nossa visão até os confins do planeta, os computadores substituem cada vez mais o componente mecânico da memória. O nosso século, tornou-se assim o século da informação. (RODRIGUES, 1994, p.23)

Porém, toda essa dimensão da comunicação enquanto difusora de informação não se revela unicamente positiva, haja vista que o Homem vem perdendo sua capacidade de percepção da realidade à sua volta. Por este motivo, Rodrigues nos convida a estabelecer uma distinção entre duas modalidades da experiência, que ele denomina como modalidade informativa e a modalidade comunicativa.

Para o autor, a experiência informativa compreende aquilo a que hoje as ciências cognitivas dão o nome de *saber comum*. Este saber comum tem se desenvolvido exponencialmente graças ao desenvolvimento das tecnologias da informação.

⁸⁰ Tradução livre de « C'est dans ce registre que peuvent être classés les divers médiateurs, journalistes ou enseignants par exemple ».

⁸¹ Tradução livre de « [...] s'obliger à faire de la société une machine informatique ».

⁸² Tradução livre de « [...] ôter au consensus un sol référentiel qu'on appellerait vérité et faire de la société une communauté de séduction e d'amour ou de haine ».

É esta experiência que tende para a globalização planetária, a ultrapassar as fronteiras dos povos, dos países, das regiões, dos continentes. Os homens tendem a possuir um mesmo saber, a constituir uma espécie de enciclopédia universal dos conhecimentos disponíveis, independentemente do lugar em que vivem e das suas clivagens sociais, políticas e culturais, graças à penetração dos dispositivos mediáticos de informação. (RODRIGUES, 1999, p. 12).

Nesse sentido, a possibilidade de um saber se tornar comum a todos os homens e de se tornar mundialmente partilhado dependeria hoje da sua possibilidade de acesso aos dispositivos mediáticos. Da mesma forma, a lógica da constituição do saber comum seria, portanto, uma lógica probabilística.

A experiência comunicacional, por outro lado, compreende aquilo que as ciências cognitivas designam por *ambiente cognitivo mútuo*. Esta modalidade da experiência não depende do desenvolvimento da informação, mas da partilha de uma comunidade de vida. Sobre isso, o autor complementa:

É o fato de partilhar a memória de uma história comum e de saber que existe essa comunidade de memória que constitui a experiência comunicacional. Trata-se de uma espécie de fundo que, além de dar sentido e permitir compreender as informações que nos chegam do mundo, faz sentido independente da própria troca de quaisquer informações. (RODRIGUES, 1999, p. 13)

Assim, a lógica da experiência comunicacional não é, por conseguinte, a da probabilidade dos saberes ou de ocorrências dos acontecimentos, mas antes a da expectativa gerada pelos hábitos guardados em memórias e culturalmente determinados.

Rodrigues nos lembra que podemos nos comunicar com o mundo que nos rodeia, com os outros e até mesmo conosco, sem procedermos à transmissão de quaisquer informações, tal como podemos transmitir informações sem criarmos ou alimentarmos quaisquer laços sociais. Para este autor:

[...] na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiências e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum (RODRIGUES, 1994, p. 75).

Dessa experiência comunicacional, estabelecida num determinado “lugar social”, surgem as transformações individuais e coletivas que também são operadas pela experiência cultural dos indivíduos, numa época pautada por uma maior fluidez da informação.

Antonio Pasquali (2005, p. 16), por sua vez, afirma que informar e comunicar são conceitos que podem ser derivados por uma esquematização do grupo de categorias relacionais, demonstrando que “informar” deve ser concebido a partir da perspectiva de “comunicar” e não o inverso. Assim, para compreender “[...] a razão de ser (*raison d'être*) do processo comunicativo e informativo”, é fundamental entender o conceito de “relações humanas”. Conforme o autor, o conceito de relação é daqueles pertencentes a um pequeno grupo de conceitos lógicos indefiníveis no terreno do pensamento empírico. “O próprio conhecimento é fruto de uma relação específica entre conhecedor e coisas” (PASQUALI, 2005, p 18).

A forma com que a relação se manifesta entre os seres racionais é chamada de *koinonía* (em grego), ou *communitas* (em latim). Pasquali, então, afirma ser inspirador contemplar o primeiro filósofo ocidental que explorou o problema relacional. Ele escreve:

Foi Democritus de Abdera, no século V a.C., que teve a visão de que foi a invenção da linguagem comunicativa que transformou os homínídeos em humanos. Democritus declarou que sem comunicação nós nunca teríamos transcendido o estado bruto de *co-presença*, que nós compartilhamos com outros animais, para chegarmos à *co-existência*, na qual o outro se torna um vizinho com quem nós co-existimos, e no qual nós alcançamos a única forma de relacionamento plenamente consciente, ou seja, a comunidade. Vinte e seis séculos atrás, Democritus afirmou que não pode haver comunidade sem comunicação. Felizmente, quase todas as línguas modernas conservam a raiz verbal *koínos* (comum) ou *communis*, *communitas*, *communicatio*, lembrando-nos para sempre do caráter inerente da comunicação e da comunidade. (PASQUALI, 2005, p. 18).

Se é verdade que sem a função comunicativa não pode haver comunidade, então qualquer mudança no comportamento comunicativo de um grupo social produzirá mudanças nas formas de percepção, sentimento e de tratamento do outro, no contexto do relacionamento humano. Portanto, no entendimento deste autor, é inaceitável que os termos informação e comunicação “[...] sejam reduzidos ao nível do discurso técnico ou econômico, que tentam minimizar ou desvalorizar as repercussões sociais do *factum* comunicativo” (PASQUALI, 2005, p. 19).

Para conceituar “Informação” e “Comunicação”, Pasquali (2005, p. 26) utiliza-se de categorias de relações definidas por Kant a fim de pensar possíveis esquematizações sobre os

termos, sendo: inerência (relação entre substância e acidente); causalidade (relação entre causa e efeito); e comunidade (ação recíproca entre agente e paciente). Trazidas para o campo da comunicação, essas categorias são esquematizadas pelo autor como: Inerência = Comunhão; Causalidade = Informação; e Comunidade = Comunicação. Na sequência, ele explica que:

A primeira categoria, *comunhão*, não parece ser aplicável à comunidade humana em qualquer uma de suas modalidades comunicativas, uma vez que conota absoluta inerência de uma coisa em outra, apagando toda a distância e diferença de identidade entre objetos fundidos. [...] Informação é ontologicamente relacionada à causalidade. Ela conota a mensagem/causa de um transmissor ativo, que busca gerar no receptor passivo um comportamento/efeito imediato ou remoto. Comunicação é ontologicamente relacionada à comunidade. Ela conota a mensagem/diálogo, que busca produzir respostas não programadas, reciprocidade, consenso e decisões compartilhadas. (PASQUALI, 2005, p. 26-27).

Neste sentido, a informação refere-se a uma mensagem predominantemente informativa, na qual um dos polos sempre ou com frequência funciona como transmissor, enquanto que o outro sempre ou com frequência atua como receptor. A consequência desta relação prejudica o estabelecimento de uma reciprocidade, tendo em vista que “[...] o transmissor tende a institucionalizar sua capacidade de transmissão”, na medida em que “[...] o receptor se vê diante de uma crescente dificuldade ou é incapaz de se tornar um transmissor”. (PASQUALI, 2005, p. 27).

Já a comunicação ocorre quando ambos os polos compartilham de idêntico poder como transmissor e receptor, com a mesma habilidade de mudar instantaneamente entre os dois. Ou seja, quando “por meio do diálogo, no lugar de processo de persuasão ou ordenação, uma verdade maior do que a que se tinha inicialmente é alcançada, ou uma decisão não pré-concebida, compartilhada e consensual é alcançada.” (PASQUALI, 2005, p. 29).

No que diz respeito à área *sociopolítica*, acrescenta o autor, apenas comunicações genuínas e abertas podem criar uma massa crítica de reciprocidade capaz de dar vida às comunidades autênticas, abertas e livres, bem como à opinião pública não manipulada. Qualquer tentativa de substituir o diálogo entre iguais por um meio mais eficiente, porém dessocializante e informativo, inevitavelmente cria efeitos que tendem a desconstruir a teia social e, por conseguinte, reduzir a participação⁸³ desses atores nos processos comunicativos.

⁸³ Participação aqui é entendida como o exercício da capacidade de produzir e transmitir (gerar, codificar, publicar ou fornecer um veículo para disseminar) mensagens de qualquer natureza.

3.2 Comunicação e participação social

É possível pensar um desenvolvimento socioambiental sem levarmos em consideração a participação social? Como os pesquisadores e os agentes de desenvolvimento podem melhorar sua comunicação com as comunidades locais? Como a comunicação pode facilitar a participação comunitária tanto em pesquisas quanto nas iniciativas de desenvolvimento, sobretudo quando se trata da gestão de seus próprios recursos naturais? Essas são algumas questões que nos remetem sempre a pensar a importância da participação social em processos de comunicação. Mas, para compreender esse procedimento operativo é necessário, primeiro, esclarecer o que se entende por participação.

Conforme explica Juan E. Díaz Bordenave, em seu livro *O que é participação* (2013), nenhum homem é uma ilha e desde suas origens o homem vive agrupado com seus iguais. As pessoas participam nas suas famílias ou em sua comunidade (grupos primários); no trabalho, com associações profissionais ou sindicatos (grupos secundários); e, na luta política, por meio de partidos políticos ou movimentos de classe (grupos terciários). A participação, como se percebe, esteve sempre presente - de forma mais ou menos intensa - nas formas históricas que a vida social foi tomando. Ela se apresenta em duas bases complementares: uma chamada de *base afetiva* e a outra chamada de *base instrumental*. Na primeira, participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros; na segunda, participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinho. Ocorre, no entanto, que a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, pois é por meio dela que o homem interage com outros homens, exprime sua tendência inata de realizar coisas e de afirma-se a si mesmo e ao mundo.

Mas, para se falar em *participação social* é preciso tratar dos processos de micro e de macroparticipação. A importância de fazer está distinção, de acordo com Díaz Bordenave (2013, p.23-24), refere-se ao fato de que “[...] muitas pessoas participam somente em nível micro sem perceber que poderiam – e talvez *deveriam* – participar também em nível macro, ou social”. O autor explica, que a *microparticipação* seria a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos. Já a *macroparticipação*, isto é, a participação macrosocial, compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade,

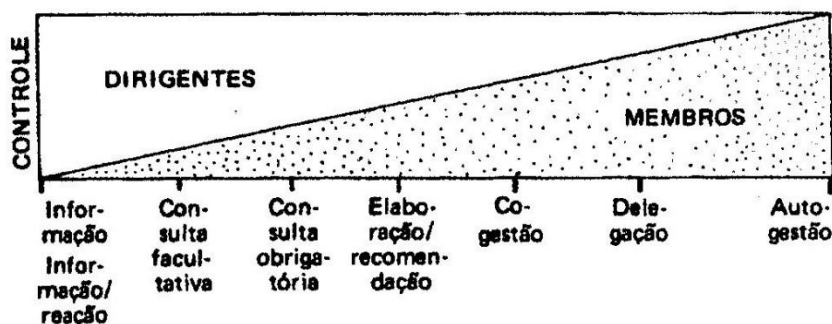
ou seja, essa participação deve incidir “[...] na produção dos bens materiais e culturais, bem como sua administração e seu usufruto”.

Díaz Bordenave enfatiza ainda que numa *sociedade participativa* existem diversas maneiras de se participar. Assim, podemos dizer que existem *tipos* diferenciados de participação, bem como *graus* de controle e *níveis de* importância nas decisões que levam à uma participação social mais ou menos qualificada.

Começemos por explicar os tipos de participação. Para este autor, o primeiro tipo de participação é a *participação de fato*, ou seja, aquela que ocorre no seio da família nuclear, quer nas tarefas de subsistência (caça, pesca e agricultura), quer no culto religioso, na recreação ou na defesa contra inimigos; o segundo tipo seria a *participação espontânea*, aquela que leva os homens a formarem grupos de vizinhos, de amigos, cujo objetivo fim é o sentimento de pertencimento; o terceiro tipo seria a *participação imposta*, nos quais o indivíduo é obrigado a fazer parte do grupo e realizar certas atividades consideradas indispensáveis (a exemplo dos rituais de passagem em tribos indígenas ou o voto obrigatório nas eleições); o quarto tipo é o da *participação voluntária*, onde o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho (a exemplo dos sindicatos, das cooperativas ou dos partidos políticos); o quinto tipo seria a *participação provocada*, isto é, quando agentes externos ajudam outros a realizarem seus objetivos (por exemplo, a extensão rural, o serviço social, a educação em saúde, os trabalhos de pastorais e o desenvolvimento de comunidades); por fim, o sexto tipo de participação também chamada de *participação concedida*, ou seja, aquela em que parte do poder ou influência dos subordinados é considerada legítima por eles mesmos e seus superiores (a exemplo da participação nos lucros de uma empresa ou mesmo o chamado planejamento participativo quando implementados por alguns organismos oficiais que buscam restringir a participação nas relações primárias e criam a ilusão de uma participação política e social).

Em relação aos graus de controle na participação, Díaz Bordenave (2013, p. 30-31) enfatiza que “[...] não são iguais os membros participarem de atividades decididas pelo próprio grupo e participarem de atividades controladas por outro ou outros”. Para tanto ele utiliza um esquema (Figura 12) que ilustra os graus que pode alcançar a participação numa organização qualquer, do ponto de vista do menor ao maior acesso ao controle das decisões pelos membros.

Figura 12 – Grau de controle na participação



Fonte: DÍAZ BORDENAVE (2013).

Assim, o menor grau de participação é o da *informação*. Os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas. Por pouco que parece, escreve o autor, isso já constitui certa participação, pois “[...] não é infrequente o caso de autoridades não se darem sequer o trabalho de informar seus subordinados” (DÍAZ BORDENAVE, 2013, p. 31). Em alguns casos, a reação dos membros às informações é levada em conta pelos superiores e pode gerar uma reconsideração à decisão inicial, contudo, em outros casos, o direito de reação não é tolerado.

Na *consulta facultativa*, explica o autor, a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver um problema. Quando se trata de uma *consulta obrigatória* os subordinados devem ser consultados em certas decisões, embora a decisão final permaneça ligada aos dirigentes. É o caso das audiências públicas para licenciamento ambiental, elas são obrigatórias por lei, mas a decisão permanece no poder dos dirigentes e não da população consultada.

Um grau mais elevado de participação é a *elaboração/recomendação* na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre sendo obrigada a justificar sua decisão final. Já em um grau superior está a *cogestão*, na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de codecisão. Neste grau de controle, os membros exercem influência direta na escolha de um plano de ação ou na tomada de decisão. São os casos dos comitês, conselhos e outras formas de colegiados. A *delegação* é um grau de participação onde os administrados têm autonomia em certos campos ou jurisdições antes reservadas aos administradores. Por fim, o grau mais elevado de participação é a *autogestão*, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe

seus meios e estabelece os conteúdos pertinentes, sem interferência externa. “Na autogestão, desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre uma autoadministração” (DÍAZ BORDINAVE, 2013, p. 33).

Outra questão importante para o pensador latino-americano em termos de participação social é o nível de importância das decisões tomadas e cuja formulação os membros têm acesso. Em outras palavras, isso significa dizer que em qualquer grupo ou organização existem decisões de muita importância e outras menos importantes. Como exemplo, tem-se uma cooperativa de crédito com duas decisões a serem tomadas por seus membros em reunião: a primeira e, mais importante, diz respeito à decisão de passar também a ser uma cooperativa de consumo; a segunda e, menos importante, refere-se a decisão de pintar ou não a sala de reuniões da diretoria. Essas decisões podem ser organizadas em níveis, do mais alto ao mais baixo, a saber: Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição; Nível 2 – determinação dos objetivos e estabelecimento de estratégias; Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos; Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações; Nível 5 – Execução das ações; Nível 6 – Avaliação dos resultados.

Ainda sobre os níveis de participação, o autor explica que enquanto há uma relativa disposição favorável a permitir a participação dos membros de uma determinada instituição ou de um movimento social nos níveis 5 e 6, isto é, na execução das ações e na avaliação dos resultados; nos níveis 1 e 2, de formulação de políticas e de planejamento, a participação fica restrita a poucos “burocratas”, “tecnocratas” ou “lideranças”. Entretanto, numa democracia participativa o objetivo é “[...] promover a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá de cima e os que executam e sofrem as consequências das ações cá embaixo”. (DÍAZ BORDENAVE, 2013, p. 34).

Ademais, existem circunstâncias de diversos tipos que condicionam o grau, o nível e a qualidade da participação. A grande influência da estrutura social sobre a participação é uma delas. Para Díaz Bordenave (2013, p. 41), o fato de nossa sociedade estar estratificada em classes sociais superpostas e com interesses antagônicos “[...] nos leva a perguntar se uma estrutura como a nossa favorece à participação, admitindo-se que só se participa realmente quando se está entre iguais”.

Outras duas circunstâncias seriam, aquilo que o autor chama de *sistemas de solidariedade* e *sistemas de interesses*. Os primeiros funcionam, sobretudo, em nível comunitário e nele a ação visa à identificação com o grupo e a solidariedade entre as pessoas,

dentro de um ambiente de relativa igualdade. “Os membros se vinculam por uma série de laços que constituem uma solidariedade *orgânica*” (DÍAZ BORDENAVE, 2013, p. 42).

Já nos sistemas de interesse, a ação visa o interesse individual no intuito de se distinguir dos demais, melhorando desta forma sua posição social. Segundo o autor, esse tipo de sistema é muito frequente nos setores de atuação econômica e mesmo política, nos quais vigoram a concorrência e a contínua atualização e renovação das desigualdades. Assim, “[...] os membros destes sistemas se apoiam mutuamente por fins utilitários numa solidariedade puramente *mecânica* e não orgânica” (DÍAZ BORDENAVE, 2013, p. 42).

Por fim, explica Díaz Bordenave, o problema da nossa sociedade é que com frequência o Estado se alia aos sistemas de interesse em detrimento dos sistemas de solidariedade. Prefere, inclusive, limitar drasticamente a participação destes no momento em que considerada que sua mobilização coloca em perigo o sucesso daqueles. Nesse sentido, ele ainda enfatiza que:

Numa sociedade regida mais pelos sistemas de interesse que pelos sistemas de solidariedade, com uma marcada estratificação socioeconômica, na qual umas classes exploram outras, a participação será sempre uma guerra a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios (DÍAZ BORDENAVE, 2013, p.42).

Nessa perspectiva, alguns aspectos tornam-se importantes para garantir uma dinâmica de participação na sociedade, são eles: a qualidade da informação produzida pelo grupo (sobre eles mesmos e seu ambiente) com a abertura de canais informativos confiáveis e desobstruídos; e a prática do diálogo, não como conversa, mas no sentido de se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista e respeitando a opinião alheia. Para entender melhor essas dinâmicas é preciso primeiro entender o que significa uma comunicação participativa.

Conceitualmente a comunicação participativa distingue a informação da comunicação. Define a informação como um processo unidirecional, orientado predominantemente ao conhecimento e sua transmissão verbal; enquanto que a comunicação é entendida como um processo de via dupla, é diálogo, interação, onde a fonte e o receptor são ambos ativos, são interlocutores e atuam em pé de igualdade⁸⁴. O objetivo da comunicação, segundo Santos

⁸⁴ A definição da Unesco é explícita ao afirmar que “Comunicação é um processo de interação social democrática baseado no intercâmbio de símbolos, os quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas

(2001, p. 258), não é a mera informação ou a dominação pela persuasão, mas “[...] a compreensão recíproca, o enriquecimento mútuo, a comunhão, e, sobretudo, a participação na descoberta e na transformação da realidade”. Por meio do diálogo, a comunicação passa a ser considerada soberana por excelência, pois segundo a autora:

A consequência de privilegiar o diálogo como forma de comunicação é que no modelo participativo desaparece a noção de *feedback* tão caro aos modelos tradicionais da comunicação. O *feedback* proposto pela teoria cibernética, e adotado pelas demais ciências que se ocupam do estudo da comunicação, resulta de uma concepção de comunicação que privilegia a fonte no sentido de que cabe a ela escolher os conteúdos, iniciar o processo, selecionar os meios e transmitir a mensagem cabendo, ao “receptor” apenas receber e reagir (*feedback*) realimentando assim o processo (SANTOS, 2001, p. 258).

No diálogo desaparece a noção de fonte e receptor. Eles são substituídos pelos “interlocutores”, para representar que ambos os elementos do processo da comunicação são ao mesmo tempo emissor e receptor e, portanto, se “afetam” mutuamente. Conforme sugere Santos (2001, p. 258), esse é o esquema circular de comunicação, proposto por Díaz Bordenave, entre as décadas de 1970 e 1980, que rompe com a polarização dos modelos convencionais, representando a ideia do “significado compartilhado” como base da comunicação dialógica.

De lá para cá, a comunicação participativa tem sido considerada por diversos especialistas⁸⁵ como um instrumento de trabalho eficaz que pode facilitar os processos de desenvolvimento comunitário e de pesquisas para o desenvolvimento. Ela visa a facilitar a participação da comunidade em suas próprias iniciativas de desenvolvimento graças à utilização de diversas estratégias de comunicação.

Entretanto, como sugere Peruzzo (1999, p. 143-145), ao se tratar da participação na perspectiva da democratização da comunicação, “[...] é recomendável percorrer um caminho que nos favoreça captar o processo com mais profundidade”, ou seja, compreendendo o nível de envolvimento ou de participação popular no processo comunicativo (Figura 13). Para tanto, Peruzzo utiliza-se dos três níveis apresentados por Jorge Merino Ultreras⁸⁶ (produção de mensagens, materiais e programas; planejamento dos meios; e, gestão dos meios) e

experiências sobre condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação”, como lembra Peruzzo (1999, p.141).

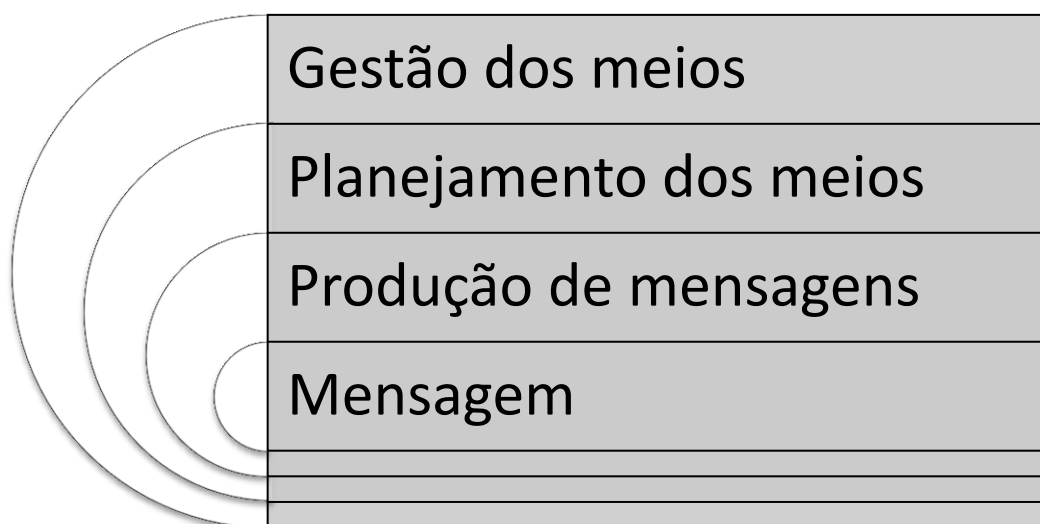
⁸⁵ Ver Akoun (1994); Brandão (1987); Bessette (2004; 2007); Gardère et Gardère (2008); Peruzzo (1999)

⁸⁶ ULTRERAS, J.M. Comunicación popular alternativa y participatoria. Manuales didácticos. Quito, CIESPAL, 1988.

acrescenta mais um nível em suas análises (mensagem), tomando como base as experiências da América Latina

Desta forma, tem-se a *Mensagem* como primeiro nível ou nível reduzido de participação. Este compreende a participação pura e simples nas mensagens, “[...] representadas por entrevistas, depoimentos, denúncias, avisos, pedidos de músicas, entre outras possibilidades” (PERUZZO, 1999, p. 144); Em seguida, aparece a *Produção de Mensagens* como segundo nível de participação. Aqui a participação acontece mediante a aplicação da “capacidade pessoal e da qualificação técnica”, na produção sistemática e periódica de notícias, artigos, poesias e desenhos transmitidos pelo meio de comunicação. Mas, também, na preparação, elaboração e edição de materiais impressos, ou digitais, ou de programas de rádio e de televisão, “[...] exigindo o necessário domínio e o acesso a recursos da tecnologia” (PERUZZO, 1999, p.145). O terceiro nível de participação está relacionado ao *Planejamento dos Meios*. Este nível compreende a participação no “[...] estabelecimento da política editorial, dos objetivos e da formatação de programas e veículos, assim como dos princípios de gestão e das formas de sustentação financeira, além de planos ou políticas globais de comunicação em âmbito local, regional e nacional” (PERUZZO, 1999, p.145). E como nível mais avançado de participação, aparece a *Gestão dos meios*. Este último nível compreende a participação no processo de administração e controle do veículo ou da instituição de comunicação como um todo.

Figura 13 - Níveis de participação no processo comunicativo



Fonte: Adaptado de PERUZZO (1999)

Assim, é possível perceber que a expressão “comunicação participativa” reenvia, não somente para uma simples participação nas atividades descritas por outros interventores, mas, sobretudo, à tomada de decisão sobre as atividades empreendidas e os objetivos fixados por uma comunidade. “Ela se explica aos grupos comunitários [...] incluindo estes que geralmente não têm acesso à tomada de decisão” (BESSETTE, 2004, p. 2)⁸⁷.

No caso de projetos socioambientais, por exemplo, o processo de comunicação deve estar baseado na participação ativa daqueles aos quais o projeto se destina. Sobre isso Bessette (2004, p. 3) enfatiza que tradicionalmente, dentro do contexto de gestão de recursos naturais, assim como em outros domínios, “[...] muitos esforços de comunicação se concentram sobre a difusão de conhecimentos e de conselhos técnicos ou ainda sobre a persuasão que visam mudanças de comportamentos”⁸⁸. Entretanto, “[...] a transferência de informação dos especialistas para as comunidades de base, efetuada segundo uma intervenção de cima para baixo, não dá os resultados esperados”⁸⁹.

A experiência em projetos de desenvolvimento local e de gestão de recursos naturais demonstrou, segundo o autor, que é mais eficaz recorrer às estratégias de comunicação apropriadas que darão às comunidades locais a capacidade de: a) discutir os problemas e as práticas de gestão de recursos naturais; b) analisar os problemas e determinar as necessidades prioritárias; c) conservar e implementar iniciativas de desenvolvimento concretas para remediar os problemas; d) adquirir o conhecimento necessário para implementar as iniciativas; e) avaliar os esforços e planificar as próximas etapas.

Este processo de comunicação reúne os membros da comunidade e os interventores dentro de um diálogo e uma troca de ideias sobre as necessidades, os objetivos e as ações a serem empreendidas para se chegar ao desenvolvimento desejado. Mas, para que a comunicação possa facilitar a participação comunitária é preciso primeiro, e antes de tudo, que os pesquisadores e os agentes de desenvolvimento reforcem em seus trabalhos a capacidade de diálogo e de troca junto às comunidades.

A forma de se aproximar de uma comunidade, a atitude adotada nas intervenções com os membros desta comunidade, o nível de compreensão de seus problemas, a

⁸⁷ Tradução livre de « Elle s’applique aux groupes communautaires [...] incluant ceux qui n’ont généralement pas accès à la prise de décision ».

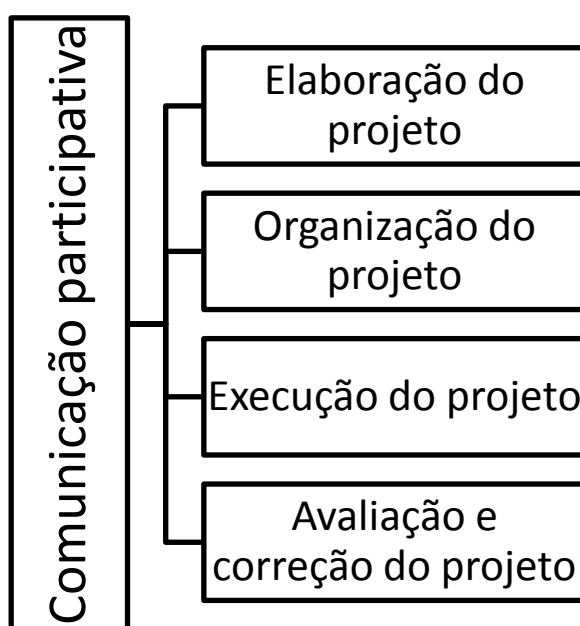
⁸⁸ Tradução livre de « [...] beaucoup d’efforts de communication se sont concentrés sur la diffusion de connaissances et de conseils techniques ou encore sur la persuasion visant la modification de comportements ».

⁸⁹ Tradução livre de « [...] le transfert de l’information par des experts en direction des communautés de base, effectué selon une intervention du haut vers le bas, n’a pas donné les résultats escomptés ».

maneira de recolher as informações e de compartilhar, tudo isso implica numa maneira de estabelecer um processo de comunicação (BESSETTE, 2004, p. 9)⁹⁰.

Para Bessette e Rajasunderam (1996) também são quatro os níveis de integração de grupos ou de comunidades ligadas a um projeto de comunicação participativa, voltado à gestão de recursos naturais (Figura 14). No primeiro nível, as pessoas afetadas participam da *elaboração do projeto* de comunicação; no segundo nível, as pessoas participam de maneira adequada tanto da concepção quanto da *organização do projeto* (data de realização, lugares, etc.); no terceiro nível, essas pessoas dispõem de um espaço que lhes permite trazer uma contribuição autêntica para a *execução do projeto*, pois são elas que vivem o projeto; e, por fim, no quarto nível, a população participa dos benefícios da ação proposta e, dentro de uma lógica de participação popular, tal ação se estende para as etapas de *avaliação e de correção do projeto* de comunicação, ou seja, participam de todo o processo de decisão.

Figura 14 - Níveis de integração em projetos de comunicação participativa na gestão de recursos naturais



FONTE: Adaptado de BESSETTE E RAJASUNDERAM (1996).

Esse tipo de proposição pode ser considerado um tanto quanto idealista, pois como sinaliza Raymond Corriveau em seu livro *Le plan de communication: une approche pour agir*

⁹⁰ Tradução livre de « la façon d'approcher une communauté locale, l'attitude adoptée dans l'interaction avec les membres de cette communauté, le degré de compréhension de leurs problèmes, la manière de recueillir l'information et de la partage, tout cela implique une manière d'établir un processus de communication ».

em société (2009), várias experiências de comunicação participativa lamentavelmente não atingiram seus objetivos por motivos diversos: ou são sempre as mesmas pessoas que participam, ou não há interesse da comunidade na ação proposta, ou a remuneração dos participantes acaba produzindo distorções infelizes, etc. Entretanto, a falta de sucesso em algumas ações não deve inviabilizar todo um projeto de participação social e de democratização da comunicação. Para superar tais obstáculos e trabalhar em uma comunidade com os princípios da comunicação participativa é preciso “otimizar o capital social”⁹¹ e estimular “[...] os cidadãos e os diferentes grupos a trabalharem juntos” (CORRIVEAU, 2009, p. 16, Tradução Nossa)⁹².

Considerando o Direito à Comunicação⁹³ como inerente aos cidadãos, percebemos como sua validade tem sido burlada quando tratamos de processos de decisões que tangem questões socioambientais, visto que não se observa a presença e a representação efetiva de todos os segmentos sociais em suas produções. Dessa forma, é importante que se desenvolvam mecanismos para promover as relações sociais, tendo como foco a participação dos cidadãos em todo o processo comunicacional.

Entendemos, ainda, que ao defender a comunicação participativa, um primeiro passo é dado para a existência do diálogo e, conseqüentemente, de uma comunicação cidadã e efetiva na sociedade. Pois, como Paulo Freire afirma em seu livro *Pedagogia do oprimido* (1987, p. 78), “[...] não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Contudo, o próprio autor adverte: “Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela?” (FREIRE, 1987, p.81). A articulação entre comunicação e participação é a prática necessária para se valorizar e estimular o protagonismo social dos cidadãos, de forma que seus direitos e deveres sejam garantidos, a fim de que eles atuem na transformação da sociedade.

⁹¹ Entendido como conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações entre indivíduos, suas normas de comportamento, laços de confiança e obrigações mútuas, o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade (Putnam, 1996).

⁹² Tradução livre de « [...] aux citoyens et aux différents groupes à travailler ensemble ».

⁹³ O direito à comunicação é um dos pilares centrais de uma sociedade democrática. Assumir a comunicação como um direito humano significa reconhecer o direito de todas as pessoas de ter voz e de se expressar. Significa reconhecer a comunicação como um direito universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais. Neste sentido, o direito à comunicação é mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação: trata-se do direito que todas as pessoas têm de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvida, mas, sobretudo, de ter o conhecimento necessário para ter uma condição autônoma diante de suas ações. Se comunicação é um direito, é preciso que haja a permanente busca por garanti-lo. Portanto, enquanto há impeditivos (sejam eles sociais, políticos, econômicos ou técnicos) para a realização plena desse direito, é dever e papel do Estado a promoção da pluralidade, da diversidade e da luta constante pela superação dessas desigualdades.

3.3 Informação e risco: construções sociais

Como foi dito anteriormente, o intuito deste subitem é apresentar a concepção sociológica que defende a ideia de que tanto a “informação” (ARAÚJO, 2001; GUERRA, 2009; TRAQUINA, 1999; 2012) quanto o “risco” (BECK, 2010; BRETON, 2012; HANNIGAN, 2009) são construídos socialmente e dependem da percepção dos atores sociais, ou seja, das significações e dos valores que são postos em jogo durante a apreciação de determinadas situações. Essa compreensão será decisiva no sentido de melhor compreender qual a importância de se acesso às informações⁹⁴, em quantidade e qualidade, no momento em que se apreciam e se discutem os riscos socioambientais de um determinado projeto, pautando-se pelos princípios da Gestão e comunicação de riscos.

3.3.1 Construção social da Informação

Como vimos anteriormente, a comunicação e a informação são conceitos que possibilitam diversas definições. No caso específico do termo informação, o sentido mais usual está atrelado à sua etimologia. Assim, temos que informação é uma palavra de origem latina, do verbo *Informare*, que significa dar forma ou ainda construir uma ideia ou uma noção, isto é, provoca algum tipo ou grau de mudança cognitiva.

A partir de sua origem etimológica, segundo Eliany Araújo, em seu artigo *A construção social da informação: dinâmicas e contextos* (2001), pode-se perceber dois sentidos complementares para este conceito. No primeiro caso, a informação pode ser compreendida como processo de atribuição de sentido. “Em termos de práticas informacionais diríamos que esse processo se dá através das ações de recepção/seleção das informações recebidas”. No segundo caso, a informação pode ser formulada como um processo de representação, objetivando com isso comunicar o sentido dado à mesma. “Este processo ocorre através das ações de codificação, emissão, decodificação/uso de informação”. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão de sentido. Portanto, pode-se considerar

⁹⁴ Entende-se por acesso à informação, o exercício da capacidade de receber (decodificar, ver, saber, descobrir, investigar, demandar, recuperar, ou colocar no domínio público) mensagens de qualquer natureza.

que se não ocorre atribuição de sentido (recepção) e processo de representação (geração e transferência) o fenômeno informacional não se desenvolve.

No que se refere à prática de recepção, Araújo (2001, p. 155) observa o desenvolvimento de dois momentos distintos: num primeiro momento, tem-se o acesso à informação, que representa um momento inicial na prática de recepção que pode ser denominado de “consumo de informação”; num segundo momento, tem-se a seleção da informação.

O consumo da informação, segundo a autora, é muito bem detectado nas estatísticas coletadas pelos mais diferentes sistemas de informação, tais como: bibliotecas, arquivos, centros de documentação, bancos e bases de dados, redes de comunicação eletrônica, redes de televisão e rádio, etc. Essas estatísticas quantificam o acesso à informação, mas não revelam os usos e transformações provocadas pela informação. Sobre isso, a autora complementa:

Se quisermos compreender de forma mais aprofundada o fenômeno informacional [...] num contexto de práticas de cidadania devemos desenvolver uma análise que contemple o segundo momento dessa prática, ou seja, o momento da seleção da informação (ARAÚJO, 2001, s/n).

Um dos caminhos possíveis para realizar tal análise pode ser a caracterização dos critérios de seleção utilizados pelo sujeito-receptor para decidir sobre o uso ou não da informação acessada. Contudo, antes de caracterizar tais critérios é preciso assumir a existência do sujeito receptor enquanto um sujeito ativo. Ele recebe a informação e, em seguida, desenvolve uma ação propositiva, ou seja, uma ação que evidencia sua postura/intenção sobre a informação acessada.

De acordo com Araújo (2001), esse processo se repete indefinidamente, ou seja, para todas as informações recebidas, o indivíduo busca um sentido no seu acervo social de conhecimentos e, uma vez atribuído tal sentido à informação pode ser utilizada ou não. “Isso vai depender da informação recebida, da realidade/situação que está sendo vivenciada pelo sujeito e do sentido que ele mesmo atribui a esta informação”. Vale salientar que, a informação selecionada e utilizada é produto de um sujeito cognitivo-social, composto pela sociabilidade (experiência coletiva) e pela atividade cognitiva do próprio sujeito.

Em relação à prática de geração e transferência da informação, enfatiza Araújo (2001), esta etapa pode ser compreendida como “o momento de criação da terceira informação”, ou seja, como o processo de qualificação dos dados originais operados pelo sujeito receptor. Em

outras palavras, “[...] a terceira informação surge da leitura das informações recebidas e selecionadas (informações úteis) pelos sujeitos receptores”. Essa leitura caracteriza-se como um processo de atribuição de sentido, um processo de reapropriação do texto do outro (sujeito-emissor), objetivando atribuir-lhe um novo sentido.

No que tange ao contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva. Assim, explica Araújo (1999), “[...] ao participarem de circuitos comunicacionais, os sujeitos sociais constroem as práticas informacionais”. Estas podem ser conceituadas como “[...] ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem em circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais”.

Em seu artigo *Au juste, qu'est-ce que l'information*, Louis Quéré examina tentativas de reconceptualização da noção de informação que tiveram lugar, recentemente, na investigação cognitiva e na psicologia da percepção. Assim, conforme o sociólogo francês, dispomos hoje, de um lado os conceitos ordinário e matemático de informação, enquanto que do outro lado encontram-se os conceitos naturalista e ecológico. Mas, em que o conceito naturalista da informação se diferencia dos conceitos habituais? Para o conceito ordinário, explica Quéré (2000, p. 340) “[...] *Informar* alguém é torna-lo ciente de alguma coisa, fazê-lo conhecer um evento, uma situação ou um estado de coisas determinadas”⁹⁵. Portanto, ser informado é sinônimo de saber (aspecto normativo). A informação, em seu sentido comum, envolve um sujeito epistêmico, que dizer:

[...] um sujeito dotado de conhecimento, munido de expectativas e capaz de aprender sobre o estado das coisas, as situações e os acontecimentos do mundo, para formar pensamentos sobre eles e comunicar o que ele sabe, o que ele aprendeu ou o que ele formou como pensamento (QUÉRÉ, 2000, p. 341, Tradução Nossa)⁹⁶.

Nessa perspectiva, a informação não desaparece enquanto estado, ela desaparece enquanto evento. Ou como diria Luhmann (1995, p. 67), a informação é um evento seletivo: ela “seleciona” e “muda os estados de um sistema”, em função de uma estrutura. A

⁹⁵ Tradução livre de « [...] Informer quelqu'un c'est le mettre au courant de quelque chose, lui faire connaître un événement, une situation ou un état de choses déterminé »

⁹⁶ Tradução livre de « un sujet doté de connaissances, muni d'attentes et capable d'apprendre sur les états de chose, les situations et les événements du monde, de former des pensées à leur sujet et de communiquer ce qu'il sait, ce qu'il a appris ou ce qu'il a formé comme pensées ».

informação é, portanto, “uma informação para um sistema” na qual ela produz “efeitos estruturais”.

No caso do conceito naturalista, segundo Quéré (2000), este se distancia do conceito ordinário de informação, ao mesmo tempo em que descarta o conceito desenvolvido pela teoria matemática da comunicação, de Shannon e Weaver, cuja informação é definida como um sistema que compreende um emissor, um canal e um receptor. Para o conceito naturalista⁹⁷, a ideia subjacente é de que um organismo não pode manifestar um comportamento orientado se ele não tiver uma relação informacional com seu ambiente. Em outras palavras, a informação estaria ligada à percepção muito mais do que à comunicação. Ela torna-se um componente essencial da percepção e, portanto, na organização de uma conduta ajustada com o meio ambiente, haja vista que “[...] a informação é o que “especifica”, seleciona ou individualiza, as *affordances* com vista à organização de uma conduta” (QUÉRÉ, 2000, p. 346).

Affordance é um conceito proposto por Gibson (1979), para que um organismo em movimento, em um ambiente particular, perceba a utilização de objetos, de eventos, de pessoas ou de situações. Não busca o valor intrínseco das coisas, de um organismo e de pessoas, mas atribui uma significação orientada para a ação de maneira a melhor coabitar com elas em seu ambiente. Ou seja, é a qualidade de um objeto que permite ao indivíduo identificar sua funcionalidade sem a necessidade de prévia explicação, o que ocorre intuitivamente (por exemplo, uma maçaneta) ou baseado em experiências anteriores (por exemplo, os ícones de um programa de computador, os quais geralmente são escolhidos dentro do universo do nosso cotidiano, de acordo com a função a que se destinam originalmente). Quanto maior for a *affordance* de um objeto, melhor será a identificação de seu uso.

Para Quéré (2000, p. 354), portanto, “[...] a informação é normalizada no sentido em que ela é trata em função de significações sociais já existentes”⁹⁸. Isto quer dizer que a informação se constrói sobre bases sociais e pode ser compreendida como o acúmulo daquilo que vemos e ouvimos, ou seja, de nossas *affordances*. Assim, “[...] a informação é tipificada, comparada a outros eventos passados, inserida num campo de problemáticas já constituídas,

⁹⁷ Ver: GIBSON, J.J. The Ecological approach to visual perception. Boston, Houghton-Mifflin, 1979.

⁹⁸ Tradução livre de « l'information est normalisée au sens où elle est traitée en fonction de significations sociales déjà existantes ».

dotada de uma textura controlável de causa e efeito”⁹⁹. Ainda nessa perspectiva, uma informação precisaria de outras informações para ser compreendida e assimilada, enquanto que um número reduzido de informações impediria a construção de significações sociais.

Se pensarmos na importância da informação para os meios de comunicação, esbarraremos naquilo que alguns teóricos do jornalismo chamam de “construção social da notícia”¹⁰⁰. Exemplo disso é Nelson Traquina, que em seu livro *Teorias da Comunicação: porque as notícias são como são* (2012, p. 28) afirma que a compreensão teórica que ele pretende oferecer é a de que as notícias são uma construção social, ou seja, “[...] o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como recurso social em prol das suas estratégias de comunicação”. Essas interações têm lugar dentro e fora da sala de redação e contribuem ativamente na “construção da realidade”.

Pensar o paradigma da notícia como construção da realidade não implica dizer que as mesmas sejam ficcionais, pois elas sempre foram convencionais. Para Schudson (1993, 280), “as convenções ajudam a tornar as mensagens legíveis”, inclusive, “algumas das convenções das notícias mais familiares dos nossos dias, tão óbvias que parecem intemporais, são inovações recentes” como, por exemplo, o parágrafo de abertura das notícias (*lead*)¹⁰¹ e a estrutura de “pirâmide invertida”¹⁰². No entanto, Traquina (2012, p. 171) enfatiza que “[...] os profissionais do campo jornalístico resistem ao paradigma das notícias como construção”, pois esta considera as notícias como “narrativas” ou, ainda, “estórias” (BIRD e DARDANNE, 1993). Sobre essa aversão, Traquina cita então Stuart Hall, que escreve:

Os profissionais dizem: “Há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. Quem quer que lá esteja perceberá o que é que ele significa. Tiramos-lhes fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível através dos media, e a audiência vê-lo-á e perceberá o que aconteceu”. E quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente, esta afirmação de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes

⁹⁹ Tradução livre de « [...] typifié, comparé à des événements passés du même type, inséré dans un champ problématique déjà constitué, doté d'une texture maîtrisable de causes et d'effets ».

¹⁰⁰ Ver Berger e Luckman (1971); Hall *et al* (1993); Molotch e Lester (1993).

¹⁰¹ O *lead* é uma “proposição completa, isto é, com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento” (LAGE, 2009, p. 18). Na teoria do jornalismo, as perguntas básicas do *lead* devem ser respondidas na elaboração de uma notícia. São elas: “O quê”, “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?”, e “Por quê?”. O *lead*, portanto, deve informar qual é o fato jornalístico noticiado e as principais circunstâncias em que ele ocorre.

¹⁰² Técnica mais comum de construção das notícias e segue-se naturalmente da elaboração de um *lead*. Isso significa que esse tipo de redação jornalística privilegia a disposição das informações em ordem decrescente de importância. Assim, os fatos mais interessantes são utilizados para abrir o texto jornalístico, enquanto que as informações de menor relevância aparecem na sequência.

resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato, mas uma construção (HALL, 1984 *apud* TRAQUINA, 2012, p. 171).

De acordo com Guerra (2008, p. 55) as teorias que pensam a notícia como construção da realidade trazem como característica básica a ideia de que não há uma realidade fatual anterior à notícia, mas o fato noticiado se constitui e se torna realidade por meio de um processo ativo de atribuição de sentido ao mundo, que acontece em três momentos: 1) quando o repórter volta-se à realidade com o intuito de conhecê-la e acaba por dar um investimento subjetivo aos fatos; 2) por meio da cultura e da sociedade nas quais o repórter vive lhe oferecem as molduras pelas quais o mundo deve ser apreendido; 3) a estrutura de trabalho na empresa jornalística lhe dá o direcionamento à cobertura dos fatos (demandas institucionais e organizacionais). Importante enfatizar que esses momentos, não são estanques entre si, mas estão presentes de forma imbricada no processo de transformação dos fatos em notícias. Sobre isso, Guerra escreve:

Todo fato só é percebido, visto, interpretado e conhecido como tal devido a um co-pertencimento originário entre homem e natureza. A realidade é produto da objetivação humana, e toda realidade experimentada pelos indivíduos já é resultado de objetivações historicamente construídas. (GUERRA, 2008, p. 74).

Ao fazer esse movimento, as teorias construcionistas demonstram que nenhum jornalista - ou jornal para o qual esse profissional trabalhe - se atém a uma realidade que não é simplesmente “dada”, mas produto de determinadas relações históricas.

Conforme pudemos ver, a informação não é um objeto em si mesmo. Ela é um instrumento que pode auxiliar o sujeito social em suas questões. Assim, a informação é um meio e, como tal, só poderá atingir seu potencial transformador de estruturas (individuais e sociais) através de processos de reapropriação ou de agregação de valor.

3.3.2 Construção social do Risco

O risco é um conceito publicamente reconhecido como sendo relevante em processos de apreciação e decisão nos mais variados domínios de atuação. Contudo, não existe uma definição rigorosa, simples e unânime sobre este conceito. De acordo com Michel e Cavaillè (2009) e também Almeida (2011), o termo “risco” está associado ao termo em latim

“*resecum*” que pode ser definido como “o que corta”¹⁰³, ou ainda como “perigo, ventura ou crise”¹⁰⁴. Já na Idade Média, é possível encontrar o termo italiano “*riscare*”, donde teriam derivado os termos contemporâneos do risco, nas línguas latinas e inglesa.

Nesta época, em particular, na Itália, destacam Michel e Cavallè (2009, p. 5), a noção de risco passa a ser empregada no vocabulário de comércio para significar os perigos incorridos pelas trocas comerciais marítimas. A partir do século VXII é possível encontrar a expressão “à sua própria conta e risco”¹⁰⁵ que passa a ser empregada para as atividades econômicas em geral.

No entanto, enfatizam Barthélemy e Courrèges (2004, p. 12), “é somente na primeira metade do século XVIII que Bernoulli descobre a lei dos grandes números e formula sua teoria da decisão, introduzindo a primeira noção de criticidade (frequência x gravidade)”¹⁰⁶. Segundo os autores é a partir deste mesmo século que o risco começa a perder a noção mística de fatalidade, não somente em função dos novos instrumentos matemáticos, mas também devido à pressão da indústria que nascia e da complexidade criada pelos modelos de produção e de relações comerciais. Em função disto, os acidentes se tornaram mais complexos que aqueles do mundo rural e, portanto, mais difíceis de serem reparados.

A consciência de que o risco deixa de ser uma simples fatalidade para se tornar o resultado de uma combinação de eventos passa a ganhar ainda mais espaço no século XIX, em função do desenvolvimento industrial. Barthélemy e Courrèges (2004, p. 13) sublinham que essa consciência traz uma lógica determinista do risco, que justifica que cada um tente sua sorte por meio de um sistema industrial capitalista, assegurado por modelos matemáticos que permitem prever os riscos a partir de uma base de observação. Ao mesmo tempo, é esta sinergia entre o espírito de aventura o que virá e o medo de não conseguir, que impõe antecipação e segurança, foi o que permitiu o desenvolvimento do mundo moderno.

O engenheiro francês Laurent Magne, em seu artigo *Histoire sémantique du risque et de ses corrélats: suivre le fil d'Ariadne étymologique et histoire d'un mot clé du management contemporain* (2010), compartilha a ideia de que a palavra risco é considerada como uma palavra chave no mundo contemporâneo e que, por esta razão, merece toda a atenção caso se deseje compreender bem o que é ou o que pode ser um trabalho quando se trata de risco. Em

¹⁰³ Cf. Michel et Cavallè (2009, p. 5).

¹⁰⁴ Du Cange, 1678 *apud* Almeida, 2011, p. 31.

¹⁰⁵ Tradução livre de « à ses risques et périls ».

¹⁰⁶ Tradução livre de « Ce n'est pas que dans la première moitié du XVIIIe siècle que Bernoulli découvrit la loi des grands nombres et formula sa théorie de la décision, introduisant le premier la notion de criticité (fréquence x gravité) ».

seus estudos, contudo, Magne comenta haver um consenso entre os filólogos europeus quanto à obscuridade na origem da palavra risco. Assim, ele escreve:

Sua morfologia muda de maneira por vezes estranha, seus sentidos são múltiplos e evolutivos, sua raiz hipotética é altamente incerta, e é este alias o único ponto de acordo entre os especialistas da matéria (MAGNE, 2010, p. 03, Tradução Nossa)¹⁰⁷.

No desenrolar do artigo, entretanto, o engenheiro francês utiliza-se da etimologia da palavra e de suas evoluções morfológicas e históricas, para concluir que o risco se refere a outros quatro conceitos fundamentais: perigo, oportunidade, contingência e incerteza. Sobre isso, escreve o autor:

O risco é um potencial, uma virtualidade negativa (ameaças, perigo) ou positiva (riqueza, fortuna e oportunidade), uma esperança da qual cada um quer uma parte, um potencial ligado ao nosso conhecimento do futuro (destino, sorte e aleatoriedade) ou na sua ausência (aventura desconhecida e incerteza) (MAGNE, 2010, p. 22, Tradução Nossa).¹⁰⁸

Como é possível verificar, diversos fatores justificam a importância deste conceito na sociedade contemporânea, a qual já foi designada por Beck (2010) como “Sociedade do Risco”, devido sua perspectiva cultural e política e sua função significativa na estruturação do comportamento social face às incertezas e ameaças. Ao conceituar o termo “risco”, o sociólogo alemão, deixa claro que os riscos não são uma invenção moderna. O que diferencia, contudo, os riscos de outrora dos riscos atuais é a sua dimensão. Isto é, os riscos assumidos por Colombo, conforme Beck (2010), ao desbravar novas terras e continentes eram riscos *pessoais* e continham um tom de ousadia e de aventura. Enquanto que os riscos civilizatórios atuais escapam à percepção e provocam situações de ameaça global ou de possível autodestruição da vida na Terra, tornando-se riscos *coletivos*.

Os riscos e ameaças atuais diferenciam-se, portanto, de seus equivalentes medievais, com frequência semelhante por fora, fundamentalmente por conta da *globalidade* de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas *modernas*. São riscos da modernização. São *produto de série* do maquinário industrial do progresso, sendo

¹⁰⁷ Tradução livre de « Sa morphologie change de façon parfois étrange, ses sens sont multiples et évolutifs, son hypothétique racine est hautement incertaine, et c'est bien d'ailleurs le seul point d'accord des experts en la matière » (MAGNE, 2010, p. 03).

¹⁰⁸ Tradução livre de « Le risque est un potentiel, une virtualité négative (menace, péril et danger) ou positive (richesse, fortune et opportunité), un espoir dont chacun veut sa part, un potentiel lié à notre connaissance de l'avenir (hasard, sort et aléa) ou à son absence (inconnu aventure et incertitude) ».

sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior. (BECK, 2010, p. 26).

Para Beck, o que se verifica nas sociedades contemporâneas é uma dependência cognitiva dos riscos da modernização. Neste sentido, os riscos, assim como as riquezas, tornam-se objeto de distribuição e, por conseguinte, constituem-se igualmente por posições – de ameaça ou de classe. No caso dos riscos sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade... como bens escassos e cobiçados. Por outro lado, aquilo que prejudica a saúde e destrói a natureza, que também deveria ser tratado como risco social, é frequentemente indiscernível à sensibilidade e aos olhos de cada um, pois exige, segundo a configuração social contemporânea, o juízo comprovado de um especialista para sua asserção “objetiva”. Os riscos, nessa perspectiva, não rompem com a lógica capitalista de desenvolvimento, ao contrário, tornam-se um grande negócio. Em outras palavras, para lucrar e aumentar o seu potencial político a sociedade industrial produz cada vez mais situações de ameaça que acabam por alimentar uma categoria crescente de profissionais do risco.

Atinge-se, por assim dizer, uma superprodução de riscos, que em parte se relativizam, em parte se complementam, em parte invadem o terreno uns dos outros. Cada ponto de vista interessado procura armar-se com definições de risco, para poder dessa maneira rechaçar os riscos que ameaçam seu bolso. Ameaças ao solo, à flora, ao ar, à água e à fauna ocupam uma posição especial nessa luta de todos contra todos em torno das definições de risco mais lucrativas, na medida em que dão espaço ao bem comum e às vozes daqueles que não têm voz própria. (BECK, 2010, p. 36-37)

Seguindo na mesma perspectiva da complexidade e poder dos sistemas tecnológicos, Reghezza (2006) descreve, no primeiro capítulo de sua tese *Réflexions autour de la vulnérabilité métropolitaine: la métropole parisienne face au risque de crue centennale*, como através da noção de vulnerabilidade é possível distinguir o risco biofísico dos riscos socioeconômicos, sobretudo ao se falar de tratamento de risco urbano. Contudo, essa ideia pode ser extrapolada para outros domínios do risco. Para a autora, como risco biofísico compreende-se todo fenômeno que pode causar um impacto prejudicial físico ou biologicamente mensurável, como por exemplo, a saúde do homem e do meio ambiente. Enquanto que o risco socioeconômico corresponde a todo fenômeno que pode causar um impacto negativo na organização social, colocando em dificuldade toda ou uma parte da sociedade. Entretanto, a autora sublinha que a capacidade de lidar com um risco biofísico depende muito da vulnerabilidade dos sistemas socioeconômicos.

Le Breton (2012), em seu livro *Sociologie du risque* afirma que o risco e a incertitude têm um domínio semântico próximo, pois os dois termos são, com frequência, utilizados como sinônimos. Contudo, numa aproximação mais meticulosa em relação à gestão de riscos esses dois termos se distinguem. Para o autor:

O risco é uma incertitude quantificável, ele testemunha um perigo potencial susceptível de nascer de um evento ou de uma sequência de circunstâncias, mas ele não é uma eventualidade [...] A incertitude difere-se desta aceitação, pois ela traduz justamente uma ausência radical de conhecimento sobre ela. Certamente, ela pode ser perigosa, mas ela não é identificável e talvez não haja. A ignorância ainda domina (LE BRETON, 2012, 3-4)¹⁰⁹.

Para Almeida (2011), o risco pode ser considerado como um conceito simultaneamente abrangente e ambíguo com múltiplas dimensões e uma capacidade especial para: incentivar e justificar medidas de proteção ambiental e de segurança relativo às pessoas e bens; valorar ocorrências incertas; hierarquizar alternativas em processos de decisão; e justificar opções e ações de gestão ou governança.

Como é possível perceber, no nosso dia-a-dia enfrentamos diferentes tipos de riscos aos quais atribuímos valor de acordo com a percepção que temos de cada um deles (SLOVIC, 1987). Na verdade, estamos tão familiarizados com alguns riscos que chegamos a subestimá-los. Esquecemo-nos, por vezes, que a percepção de cada pessoa e/ou grupo social e sua escala de valores estão diretamente ligadas ao contexto social no qual as percepções humanas são formadas. Isto é, a percepção individual e/ou coletiva é fortemente afetada por um leque de influências primárias (amigos, família, colegas) e influências secundárias (figuras públicas, mídia) que, segundo Hannigan (2009), funcionam como filtros na difusão de informação na comunidade e reafirmam o risco enquanto uma construção sociocultural determinada pelas forças estruturais na sociedade, a exemplo da organização das estruturas políticas e administrativas, além das crenças históricas tradicionais e culturais.

O primeiro desafio notável em atrelar risco e cultura veio da antropóloga britânica Mary Douglas e do cientista político americano Aaron Wildavsky, que publicaram em 1982 o livro *Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental*

¹⁰⁹ Tradução livre de « Le risque est une incertitude quantifiée, il témoigne d'un danger potentiel susceptible de naître d'un événement ou d'un concours de circonstances, mais il n'est qu'une éventualité [...] L'incertitude diffère de cette acception puisqu'elle traduit justement une absence radicale de connaissance à son propos. Certes, il y a peut-être un danger, mais il n'est pas identifié, et il n'y en a peut-être aucun. L'ignorance domine encore ».

*dangers*¹¹⁰. Na visão dos autores, as relações sociais são organizadas em três padrões maiores de cultura: o individualismo, hierarquismo e o sectarismo. Os arranjos individualistas são baseados nas leis de mercado, enquanto as relações hierárquicas são exemplos típicos das burocracias de governo. Já os grupos sectários são alinhados numa “zona de fronteira” e encontram-se às margens do poder e do centro da economia política. Para esse terceiro tipo de cultura, o crescimento econômico sem limites é proibido, a autoridade da ciência é questionada e a fé ilimitada na tecnologia é declarada inadequada.

A questão imposta por Douglas e Wildavsky (2012, p.65) é de que o debate político acerca da tecnologia se dá entre quem se dispõe a correr riscos e os que são intensamente avessos a riscos. Contudo, neste debate de posições extremas o que acaba ficando é uma avaliação tendenciosa do risco, baseada em formas diferenciadas de organização da sociedade. “O lado avesso a risco parte do princípio de que o crescimento econômico sem freios ocasiona danos ao ambiente natural e à vida humana”, enquanto que o outro lado, daqueles que encaram os riscos, “[...] entende que o crescimento econômico é positivo, e recomenda que os cidadãos não aceitem uma grande redução de seu padrão de vida em troca de uma pequena redução do risco”. Nessa perspectiva, afirmam Douglas e Wildavsky (2012, p.177), “a percepção de risco do público e seus níveis aceitáveis são constructos coletivos”. Portanto, “[...] se chegássemos a um consenso quanto ao tipo de organização social a que almejamos, estaríamos em condições de considerar os riscos que valem a pena para construí-la” (DOUGLAS E WILDAVSKY, 2012, p. 79).

Atualmente, são várias as correntes teóricas que abordam a temática de riscos socioambientais enquanto uma construção social. Aqui, entretanto, será enfatizada a linha argumentativa que defende a ideia de que os debates políticos sobre as questões de risco são invariavelmente conduzidos dentro de molduras de “arenas sociais”, isto é, no interior da “organização política na qual os atores dirigem seus argumentos para formulação de políticas públicas esperando influenciar o processo de formulação” (HANNIGAN, 2009, p. 169). Isto é, as definições sociais do risco devem ser seguidas por ações políticas desenhadas para mitigar ou controlar o risco que foi identificado.

A arena social seria dividida por vários “palcos”: o legislativo, o administrativo, o judicial, o científico, a mídia e a sociedade civil. Mas, embora ambas as estratégias de ação sejam permitidas, a arena social seria regulada por um repertório de normas estabelecidas,

¹¹⁰ Na versão em português *Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*, com tradução de Cristiana de Assis Serra, publicado pela editora Elsevier em 2012.

cuja ação mais importante é preenchida pela comunidade de profissionais especializados. “Tais especialistas técnicos são os construtores-chefes do risco, organizando uma agenda que inclui informação direta do público somente durante os últimos estágios de consideração”. (HANNIGAN, 2009, p. 169).

Dentro da arena social do risco, entretanto, o processo de definição do que é ou não é aceitável sempre será originado de negociações entre várias ou múltiplas organizações, numa tentativa de estruturar as relações entre elas próprias. A avaliação institucional do risco, neste caso, é basicamente uma atividade de formulação de argumentos, na qual as organizações competem e negociam para estabelecer uma definição do risco aceitável.

Do ponto de vista dramatúrgico, as arenas sociais de risco são preenchidas por uma variedade de grupos de atores. Ingar Palmlund (1992), em seu artigo *Social drama and risk evaluation* propõe a existência de seis “papéis genéricos” na avaliação social do risco, sendo que cada um deles carrega sua dramaticidade:

Os *portadores do risco* são as vítimas que carregam o custo direto de viver e trabalhar em lugares perigosos [...] Os *defensores dos portadores do risco* sobem ao palco público para lutar pelos direitos das vítimas [...] Os *geradores do risco* – prestadores de serviços, companhias madeireiras, multinacionais da química e companhias farmacêuticas, etc. – são rotulados como antagonistas ou vilões, já que eles são tidos pelos defensores como a fonte primária do risco. Os *pesquisadores do risco*, notadamente cientistas e universidades, laboratórios governamentais e agências financiadas pelo público são retratados como “ajudantes” tentando juntar evidências sobre o porquê, como e sob que circunstâncias um objeto ou atividade é carregado de risco, quem está exposto ao risco e quando o risco pode ser considerado como “aceitável”. [...] Os *árbitros do risco* (os mediadores, os tribunais, o congresso/parlamento, as agências reguladoras) que geralmente ficam fora do palco procurando determinar numa maneira neutra a extensão na qual o risco deve ser aceito ou como ele pode ser limitado ou evitado, e que compensação deve ser dada àqueles que sofreram o mal de uma situação julgada perigosa, [...] E, finalmente, os *informantes do risco*, primariamente a mídia de massa desempenha o papel de um “coro” ou de mensageiro, colocando as questões na agenda pública e examinando a ação. (Palmlund *apud* Hannigan, 2009, p. 170 e 171).

Embora haja uma distinção clara entre os papéis a serem executados no modelo de arena social de Palmlund, muito presente nas discussões que envolvem a problemática ambiental, o que se percebe nos dias atuais é uma crescente onda de hibridização desses papéis que, já na década de 1990, Renn, em seu artigo *Concepts of risk: a classification* chamou de “amplificadores da questão” ou “popularizadores ambientais”, isto é, aqueles que observam a ação no palco, comunicam-se com os principais atores, interpretam suas descobertas e as relatam para as audiências. Essa concepção híbrida também pode ser

percebida no sistema de políticas públicas de risco ambiental que, apesar de manter sua base forte na ciência, muitas decisões são resolvidas em termos políticos devido à existência de conflitos ideológicos entre ambientalistas, corporações e participantes governamentais.

Para Best (1989), a utilidade do construcionismo social não se reduz apenas a posição teórica, mas também enquanto ferramenta analítica. Desta forma, o sociólogo sugere três pontos primários para estudar os problemas sociais a partir de uma perspectiva socioconstrucionista: os próprios argumentos, os argumentadores e o processo de argumentação.

Isto é, quando se analisa o conteúdo do argumento, há várias questões importantes a serem formuladas: O que tem se dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual a retórica das argumentações? Como os argumentos vêm sendo apresentados para persuadir o público?

Ao verificar a identidade dos argumentos, o sociólogo aconselha enfatizar algumas questões, tais como: São os argumentos afiliados a organizações específicas, movimentos sociais, profissões ou grupos de interesse? Eles representam seus próprios interesses ou de terceiros? Eles são experientes ou novatos?

Quanto ao processo de argumentação, ela pode ser dividida em três subprocessos: animação do problema (repassando capacidades e informações); legitimação do problema (construindo legitimidade); e demonstração do problema (competindo por atenção, selecionando informações e aumentando os limites de responsabilidade). Nesta perspectiva, Best (1989) novamente levanta questões úteis: A quem os argumentadores estão se dirigindo? Os outros argumentadores estão apresentando argumentos rivais? Que preocupações e interesses o público dos argumentos trouxe para a questão e como eles moldaram o respaldo do público em relação aos argumentos? Como a natureza dos argumentos afeta o respaldo do público?

De acordo com o autor, muitos estudos que vêm sendo feitos no paradigma socioconstrucionista têm apontado o papel importante de profissionais especializados e de cientistas na construção de argumentos para problemas sociais. Daí a preocupação em se verificar como os argumentadores que residem na mídia têm produzido seus argumentos, sobretudo porque este espaço é ocupado tradicionalmente pelos produtores de notícias. Essa preocupação sobre o processo de argumentação estende-se ainda na Gestão e comunicação de Riscos como veremos na sequência.

3.4 Gestão de riscos

Ainda que as correntes teóricas utilizadas pela sociologia ambiental sejam múltiplas para compreender e explicar os riscos socioambientais, a maioria dos estudiosos em riscos, sobretudo aqueles das áreas mais técnicas, começam a admitir a partir da segunda metade do século XX a necessidade de conciliar tais análises técnicas ao conjunto de conhecimentos sobre a sociedade. Trata-se, portanto, de uma inovação na Gestão de Risco, cuja novidade encontra-se no “domínio interdisciplinar envolvendo, entre outras, a sociologia, a psicologia, as ciências cognitivas, a estatística e a economia” (ALMEIDA, 2011, p. 60).

Esse discurso dialógico, de aliar os estudos sociais aos estudos mais técnicos sobre o risco tem repercutido positivamente nos últimos anos junto aos governos, gestores de projetos socioambientais e a sociedade civil. Sobretudo, após a assinatura do Marco de Ação de Hyogo, em 2005, quando os governos de 168 países membros das Nações Unidas se comprometeram em adotar medidas para reduzir o risco de desastres e as perdas ocasionadas por estes, a exemplo de vidas humanas, bens sociais, econômicos e ambientais. Sobre isso, destaca a Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão ligado ao Ministério da Integração Nacional, somente após o documento de Hyogo que os países signatários passaram “a fomentar o conhecimento sobre as causas de desastres (efeitos de perigos naturais, ambientais e tecnológicos) e adequar a ações de prevenção, preparação e resposta às diretrizes internacionais para a redução dos impactos de desastres” (BRASIL, 2010).

Para reduzir os desastres, portanto, é preciso identificar e avaliar os riscos existentes e atuar em duas frentes: diminuindo a probabilidade e a intensidade da ameaça (prenúncio ou indícios de um evento desastroso) e reduzindo as vulnerabilidades (condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças) por meio de informação qualificada.

Durante a elaboração de um projeto socioambiental, a Gestão de Riscos – enquanto um conjunto de atividades que estão associadas à operacionalização do conceito de risco – deve incluir algumas etapas no processo geral proposto na Norma Internacional ISO (ISO 31000:2009). Tal processo de operacionalização compreende os principais componentes que se descrevem de forma simplificada o estabelecimento dos contextos, a identificação de

riscos, a análise de riscos, a avaliação de riscos, o tratamento de riscos, bem como a comunicação de riscos e o monitoramento e análise crítica dos mesmos.

A Gestão do Risco é um processo para a tomada de decisões muito utilizado nos dias atuais por gestores públicos e privados, no sentido de estabelecer políticas e assinalar os perigos identificados durante a avaliação de riscos e suas consequências tanto à saúde pública quanto ao meio ambiente. Os aspectos de controle, as questões tecnológicas, financeiras e reguladoras também são consideradas no gerenciamento de risco.

Para Almeida (2011, p. 132), a aplicação desse processo de gestão apresenta vantagens significativas. Dentre elas: considerar as incertezas como um fator central de análise; incorporar a avaliação das consequências negativas identificadas o que constitui um fator de regulação automática no processo de decisão; proporcionar o trabalho de equipes multidisciplinares e promover uma melhor comunicação entre os especialistas; propiciar um melhor conhecimento dos sistemas de análise; exigir uma visão integrada a partir de uma percepção mais real dos riscos; proporcionar uma melhor informação sobre os riscos e a segurança ao alargar a capacidade de comunicação.

Além disso, para atender os desafios dessa gestão de forma socialmente eficaz e sustentável é preciso que os tomadores de decisão e as partes interessadas levem em consideração, durante todo o processo de gestão, os valores culturais, os princípios éticos e o quadro legal vigente. Isso porque, gerir os riscos nada mais é do que identificar e gerir incerteza e, por vezes, ignorâncias; mas, o fundamental será a “aplicação correta de processos responsáveis de decisão e de governança adequadamente informados pelos melhores conhecimentos possíveis e pelo bom-senso e respeito ético pela sociedade” (ALMEIDA, 2011, p. 136).

3.5 Comunicação de riscos socioambientais

A Comunicação de riscos é uma área extremamente recente se compararmos a outras áreas da comunicação, mas que evoluiu muito rapidamente em paralelo ao desenvolvimento de nossa sociedade. A comunicação de riscos começou a ser discutida por especialistas do risco nos anos de 1970, mas foi somente nos últimos vinte anos que ela se desenvolveu, passando por diversas fases, até se tornar uma área reconhecida e indispensável na gestão de

riscos. Segundo Powell e Leiss (1997) ou ainda Fischhoff (1995), a evolução da comunicação de riscos é marcada por três principais períodos cronológicos.

1º Período - O primeiro período (1975 a 1984) representa o momento onde as avaliações quantitativas do risco constituíam a base dos argumentos para uma gestão de riscos eficaz. As ações de regulamentações e os aspectos relacionados ao público eram avaliados a partir de bases comparativas entre os fatos e as estimativas do risco. Já a comunicação de riscos estava, neste momento histórico, diretamente ligada à ciência e tinha como objetivo recolher os números exatos dos riscos para simplesmente fornecer tais dados à população de forma objetiva.

A aproximação comunicacional preconizada neste período pode ser caracterizada como do tipo linear, ou seja, as informações que circulam têm como emissor o especialista e como receptor o público (SHANNON e WEAVER, 1949). Segundo este modelo, para que a comunicação se estabeleça é suficiente que a população receba uma mensagem clara e com credibilidade para que ela aceite as conclusões da avaliação científica dos riscos e, sobretudo, para que ela adote uma mudança de comportamento perante os riscos informados.

Durante este período, inúmeros cientistas e especialistas trabalharam na definição do risco. Mary Douglas, autora do livro *Risco e Cultura* (2012), estabeleceu uma tipologia da percepção dos riscos, esperando desta forma melhor prever os medos dos indivíduos em função do seu perfil. Durante suas pesquisas, Douglas e Wildavsky (2012) reagruparam em quatro os tipos de comportamentos humanos: os individualistas, os igualitários, os hierárquicos e os fatalistas. Por outro lado, Paul Slovic (1986) concluiu que a percepção de riscos é quantificável e previsível. Segundo este autor, se adicionarmos dados científicos às medidas psicológicas, obtemos uma grade de reações do público sobre alguns riscos. Finalmente, Covello, McCallum e Pavlova (1987) apresentam uma versão de como deveria ser um bom comunicador de riscos, propondo as famosas regras cardinais. Para eles, o comunicador de riscos deve: 1) aceitar o público como agente colaborador; 2) escutar o público; 3) ser honesto e flexível ao escutar outras opiniões; 4) coordenar e colaborar com outras agências e grupos que têm credibilidade; 5) satisfazer as necessidades dos meios de comunicação; 6) falar com clareza e com empatia, sem paternalismos; 7) planejar com cuidado e avaliar as ações.

Durante este período, a comunicação de riscos é apresentada como uma função interna das empresas e específica aos gestores. Seu objetivo é assegurar que os custos relativos aos riscos serão menores às empresas e, não exatamente, o de comunicar os riscos existentes

às pessoas possivelmente afetadas por eles. Importante enfatizar ainda que esta fase é considerada por Leiss (1996) como uma fase de concepção técnica da comunicação de risco. Contudo, um dos problemas maiores durante este período é a falta de uma adaptação dos dados científicos para a linguagem comum. Os especialistas não se deram conta que o vocabulário que eles utilizavam não estava sendo compreendido pelo grande público. Esta incompreensão fez com que o grande público desenvolvesse um medo face aos riscos e, ainda pior, uma desconfiança em relação às informações que eram transmitidas. Em outras palavras, a má utilização da informação acabou sendo a causa dos problemas da comunicação de riscos durante este período.

2º Período – Dois fatores caracterizaram este segundo período (1985 a 1994) da Comunicação de riscos: a descoberta da importância das características do público e a existência das percepções do público face a situação de risco. Os trabalhos realizados durante este período não buscam demonstrar uma boa gestão de riscos pelas organizações, mas a aproximação do diálogo junto ao público.

Passar de um sistema de informação do tipo hierárquico para um sistema de comunicação do tipo igualitário permite o desenvolvimento do diálogo, da confiança e também diminui as percepções negativas face aos riscos existentes, bem como junto aqueles que os gerem. Este sistema do tipo igualitário, que garante a equidade do processo, é definido como um sistema de duas vias, “interativo” (NCR, 1989) que permite a “troca de informações” (COVELLO, 1989; LEISS, 1989) e a “participação” (AVEN e RENN, 2010) de todos no processo de decisão. A comunicação é, então, definida como um exercício democrático que visa à “compreensão mútua” e não o “exercício do poder” (CORRIVEAU, 2014).

De acordo com Renn (1998), a comunicação de riscos existe para garantir que todos os destinatários da mensagem são capazes de compreender o sentido das mensagens que eles recebem; para persuadir os destinatários dessa mensagem de que eles devem mudar suas atitudes ou comportamentos em função de uma causa particular ou de uma categoria de risco; e para criar as condições de diálogo sobre as questões relativas aos riscos para que todos os envolvidos possam fazer parte do processo de forma competente e democrática na resolução de conflitos.

Necessário enfatizar que a noção de persuasão aparece, neste período, atrelada a uma perspectiva mais democrática, haja vista que a comunicação de riscos tem como objetivo explicar ao público as avaliações técnicas dos riscos, mas também de persuadi-lo para uma

mudança de atitude sobre os riscos informados. Contudo, o fato de a população solicitar mais acesso à informação faz surgir uma série de questionamentos nos gestores do risco. Suas competências se restringem a gestão e eles não se sentem à vontade para comunicar à população as informações concernentes aos riscos. É a partir deste momento que os gestores começam a desenvolver estratégias de redução de riscos em parceria com os especialistas de comunicação. Assim, a comunicação de risco deixa de ser uma ação restritiva às empresas e organizações, passando para uma relação mais aberta e comprometida entre empresa e população.

3º Período – O período que teve início em 1995 caracteriza-se pelo “aspecto social” (LEISS, 1992) que deve ser levado em consideração durante o processo de comunicação e gestão de riscos. Com base nos estudos de “amplificação social para a atenuação dos riscos” de Kasperson e Kasperson (1996), os profissionais de comunicação enfatizam em suas ações a ideia de um diálogo aberto e conseguem aumentar a confiança de seus parceiros ao propor um processo de decisão compartilhado.

Outra novidade deste período é o fato de a Gestão de riscos se utilizar dos quadros jurídicos dos governos para favorecer o trabalho de total interação sobre os riscos. Diversos países, sobretudo os mais desenvolvidos, começam a se dar conta da necessidade de incluírem em suas ações de prevenção e redução de desastres a perspectiva da Gestão e da Comunicação de Riscos, após tomarem consciência de que certos riscos estão diretamente ligados a outros e, portanto, comunica-los à sociedade passa a ser uma necessidade se pensarmos numa cultura de prevenção¹¹¹.

Assim, desde 1995, a comunicação de riscos toma uma nova direção que está diretamente ligada à definição social e partilhada do risco. Neste sentido, falar uma linguagem compreensiva entre os cientistas, os gestores e a população se torna fundamental. Sobre essa visão partilhada do risco, escreve Corriveau:

Para harmonizar a comunicação interna e externa, para articular uma presença pública responsável e legítima, é preciso manter uma preocupação essencial no que diz respeito ao estabelecimento de um diálogo, de uma consulta, de modalidades de

¹¹¹ A cultura de prevenção deve ser entendida como uma mudança de paradigma na gestão de riscos, uma vez que busca a redução e emergência de desastres. Contudo, apesar de sua importância, a cultura de prevenção continua sendo negligenciada pelos governos em todo o mundo. De acordo com o Banco Mundial (2004), para cada dólar gasto em despesas com prevenção e preparação para desastres naturais, sete dólares são gastos em tarefas de respostas e reconstrução.

cooperação e de uma parceria entre todo o conjunto de atores da comunidade e de integrá-los em todas as etapas do processo de gestão de riscos (Corriveau, 2014)¹¹².

Em todo o mundo, começa a haver um reconhecimento de que os métodos tradicionais para envolver os cidadãos na tomada de decisão nem sempre são efetivos. O enfoque participativo da comunicação de risco pode conduzir a um maior consenso, mas não a uma harmonia absoluta. Por isso, quando os riscos são bem entendidos, previsíveis e mensuráveis, a comunicação de risco pode ser mais clara e direta, ocasionando um menor número de conflitos.

Enfatiza-se ainda a importância de um bom planejamento para que um programa de gestão de riscos tenha sucesso. Pois, “o sucesso ou o fracasso da comunicação de riscos pode depender, em grande parte, da definição de metas claras” (OPAS, 2009, p. 05). Estas metas, por conseguinte, podem variar segundo a natureza do risco e pode incluir informações, educação, persuasão, negociação, garantia e prevenção. As estratégias empregadas para alcançar essas metas devem incluir uma discussão interativa entre as partes interessadas.

Assim, para desenvolver um plano de comunicação de riscos, é necessário considerar quatro elementos principais: 1) a fonte; 2) a mensagem; 3) os meios de comunicação, e 4) o público ou comunidade. Sobre a fonte, foi demonstrado que o êxito das mensagens sobre riscos associa-se fortemente à confiança e credibilidade que o receptor da mensagem atribui à fonte, ou seja, ao comunicador do risco. Em relação à mensagem, também há um consenso de que as informações devem ser transmitidas de maneira simples, objetiva e em termos acessíveis a qualquer cidadão, para que este possa entender o que significa o risco e como pode participar em sua proteção pessoal e coletiva. No que tange aos meios de comunicação, sabe-se que estes têm um papel importante na comunicação de risco, pois é o mecanismo por meio do qual a mensagem chega até o público alvo. É importante decidir com objetividade o tipo de meio ou de meios de comunicação que participarão do plano de comunicação de risco. E, finalmente, o público receptor que precisa ser bem conhecido para que a mensagem seja decodificada com sucesso. Além disso, um público comprometido, mediante sensibilização obtida por uma comunicação adequada pode, muitas vezes, ajudar a reunir informações que contribuam na análise técnica do risco.

¹¹² Tradução livre de « Pour harmoniser la communication interne et externe, pour articuler une présence publique responsable et légitime, il faut maintenir une préoccupation essentielle à l'égard de l'établissement d'un dialogue, d'une concertation, de modalités de collaboration et d'un partenariat entre l'ensemble des acteurs de la communauté et de les intégrer à toutes les étapes du processus de gestion des risques ».

Não obstante, para que um planejamento cumpra todas as suas etapas é preciso que haja uma avaliação da comunicação de risco. Pois, se o processo comunicativo não foi sistematicamente avaliado, como será possível concluir que ele foi eficiente. De acordo com a OPAS (2009) é preciso, portanto, desenvolver uma estratégia de avaliação à medida que as atividades da comunicação de riscos forem planejadas.

Neste sentido, cabe ressaltar que a eficácia da gestão de riscos depende cada vez mais da participação inteligente de todos os atores envolvidos no processo. Por este motivo, torna-se cada vez mais indispensável promover a troca de informações e o fácil acesso aos meios de comunicação, haja vista que sem informação não é possível investigar, planificar, e monitorar as ameaças, nem tampouco avalia-las.

3.6 Plano de Comunicação

Como pudemos verificar acima, a Comunicação de riscos é parte integrante da Gestão de riscos e, por este motivo, precisa ser planificada para que o resultado dessa ação comunicativa seja o mais eficaz possível. Mas, o que seria um plano de comunicação? Como podemos elaborá-lo? Quais os procedimentos necessários para envolver os atores sociais nessa estratégia comunicativa? É sobre isso que trataremos a seguir, com vista a melhor compreender o Programa de Comunicação (PBA-03) proposto para o projeto de transposição do rio São Francisco.

Começemos por informar que a realização de um plano de comunicação não é uma tarefa fácil. Deve-se saber como dominar diferentes aspectos tanto metodológicos quanto comunicativos. Além disso, a “multicompetência” não para por aí. É preciso dominar alguns conceitos de gerenciamento de projetos, adaptando-os aos contextos sociais e ambientais existentes. É fundamental, ainda, superar as incertezas que permanecem elevadas durante todo o processo. Mas a tarefa também não é impossível, desde que se saiba como navegar em águas turvas. Para tanto, contaremos com as contribuições de diferentes autores que já propuseram modelos de planos de comunicação.

Começaremos por Jacques M. Boisvert, considerado como um dos primeiros autores da comunicação a discutir a dimensão prática do plano de comunicação, sobretudo no que se refere à literatura científica de língua francesa. Em seu livro *Administration de la communication* (1988), Boisvert atende às necessidades do seu tempo com foco no aspecto

comercial da comunicação. Depois de estabelecer os objetivos e metas, sua reflexão o leva a desenvolver um plano de comunicação que integra tanto as técnicas de marketing quanto técnicas e conceitos da teoria da comunicação de massa. A partir daí Boisvert elabora um corpo literário altamente relevante, cujo intuito é esclarecer a função do comunicador organizacional. Toda a sua abordagem é um forte apelo para o planejamento de comunicação. Neste sentido, o autor propõe diversas formas de controle e de avaliação para promoção de vendas, relações públicas e patrocínios, bem como salienta a necessidade urgente de estabelecer funções de comunicação entre organizações.

Conforme nos ensina Corriveau¹¹³, Boisvert abre o mercado para essa temática, mas é Bernard Dagenais que permanece por vários anos como o único autor a consagrar uma obra inteira sobre plano de comunicação. “Como todos os precursores, ele chamou nossa atenção para as dimensões que se inscrevem imperativamente em todos os processos de planejamento” (CORRIVEAU, 2009, p. 18)¹¹⁴. Por este motivo, daremos uma atenção maior para esta que é considerada a primeira obra sobre o plano de comunicação e, em seguida, apresentarmos o modelo proposto por Corriveau, que acentua sua abordagem teórica na ação comunicativa e na comunicação participativa, mais próxima de nossas reflexões.

Para Bernard Dagenais, em seu livro *Le plan de communication: l'art de séduire ou de convaincre les autres* (2011), numa perspectiva organizacional, realizar um plano de comunicação é adotar um método de trabalho que vai permitir a utilização de diferentes abordagens da comunicação para gerir as preocupações de empresas¹¹⁵. O desenvolvimento de um plano de comunicação corresponde, portanto, a um estágio de evolução de uma empresa ao entender que ela deve se adaptar ao público ou, por outro lado, que ela busca influencia-lo em alguma questão específica. Este planejamento também permite responder quatro questões, quais sejam: “Qual é a situação atual? ”; “Quais mudanças são desejáveis e possíveis? ”; “Como provocar essas mudanças? ”; “Como saber se atingimos nossos objetivos? ”.

¹¹³ Tanto em seu curso online - *Planification des activités de communication* (GCO-1005) - quanto em seu livro *Le plan de communication*, Raymond Corriveau enfatiza a importância destes dois autores como sendo os primeiros a pensarem o plano de comunicação com ênfase nos seus aspectos teóricos e práticos. Ele também apresenta as principais contribuições de Thierry Libaert (2003), Lester R. Potter (1997), Alain Laramée (1997) e Rice et Atkin (1989), que não serão apresentadas neste estudo, mas que servem de referências para um aprofundamento sobre a temática, sobretudo quando voltado à comunicação organizacional de empresas.

¹¹⁴ Tradução livre de « Comme tous les précurseurs, il a attiré notre attention sur des dimensions qui s'inscriront impérativement dans toutes les démarches de planification ».

¹¹⁵ Em nota, Dagenais explica que utiliza neste livro o termo « *entreprise* » para incluir todos os tipos de empresas, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, de caráter social, cultural, sindical, religioso, constituída por um ou mais indivíduos, visando gerar produtos, oferecer serviços ou defender causas. Uma empresa pode ser um governo, uma associação, uma indústria, uma organização, uma pessoa, uma causa.

Assim, o plano de comunicação, segundo Dagenais (2011, p. 42), pode ser entendido como “[...] a arte de organizar o futuro, quer dizer, ser capaz de determinar a direção de seus negócios, a disposição de seu tempo, de seus orçamentos, de atividades para várias semanas, vários meses e muitas vezes para os próximos anos”¹¹⁶.

Mas, planificar também pode ser compreendido como “decidir e agir” (COSSETTE, 1987, p. 36), ou seja, é uma forma elaborada de controle sobre um conjunto de elementos. No entanto, para se ter um julgamento pertinente sobre o futuro é preciso conhecer muito bem o presente. Esse conhecimento se dará em forma de análise da situação, em seus diferentes parâmetros, a exemplo dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e, mesmo, ambientais do público que se pretende atingir com o plano de comunicação.

De posse desse conhecimento prévio, dos elementos da análise de situação, o próximo passo seria tomar a melhor decisão. Lembrando que quanto mais refinada e complexa for à análise, mais as escolhas serão limitadas e precisas e, por conseguinte, mais fácil será a decisão. Sobre isso o autor comenta: “Uma empresa enfrenta um conjunto de necessidades e desafios. Estes são traduzidos como prioridade no processo de planejamento e, em seguida, são adotadas pela administração que tomou conhecimento e aceitou-os” (DAGENAIS, 2011, p. 44)¹¹⁷.

Com base na decisão tomada, faz-se necessário organizar as ações mais apropriadas para se atingir os objetivos determinados pela decisão. Nesta perspectiva, o papel do comunicador é analisar as informações recolhidas e planejar as atividades futuras de comunicação de forma estratégica, ou seja, utilizando com eficácia os recursos de que dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura desfrute, visando o alcance de metas e de resultados desejados. Contudo, como precisa muito bem Edgar Morin:

[...] a estratégia se constrói, se desconstrói, se reconstrói em função dos eventos, perigos, contra efeitos, reações que perturbam as medidas tomadas. A estratégia supõe a aptidão para agir na incerteza e para integrar a incerteza na condução da ação. Isto significa que a estratégia requer competência e iniciativa. (MORIN, 1985, p. 225)¹¹⁸.

¹¹⁶ Tradução livre de « l'art d'organiser l'avenir, c'est-à-dire, être capable de déterminer l'orientation de son entreprise, la disposition de son temps, de ses budgets, de ses activités plusieurs semaines, plusieurs mois et souvent quelques années d'avance ».

¹¹⁷ Tradução livre de « Une entreprise fait face à un ensemble de besoins et de défis. Ceux-ci sont traduits en priorité dans un processus de planification et sont ensuite adoptés par la haute administration qui en a pris connaissance et qui les a acceptés ».

¹¹⁸ Tradução livre de « [...] la stratégie se construit, se déconstruit, se reconstruit en fonction des événements, aléas, contre-effets, réactions perturbant l'action engagée. La stratégie suppose l'aptitude à entre-prendre une

Levando em consideração a reflexão de Morin, convém enfatizar que para cada nível de decisão existe um nível apropriado de planejamento, quais sejam: estratégico (orientação), tático (coordenação) e operacional (operações). Assim, para se realizar um bom plano de comunicação é preciso servir-se de outros planos, conhecer os pontos fortes e os pontos fracos de cada nível mencionado acima. Isto porque, o plano de comunicação deve propor ações concretas para serem realizadas no intuito de atingir os objetivos da empresa, porém sem se esquecer do compromisso e da harmonia com atores parceiros.

Diferentemente de Dagenais, que enfatiza a importância de um plano de comunicação na estratégia empresarial, enquanto instrumento de sedução e convencimento de públicos; Raymond Corriveau em seu livro *Le plan de communication: une approche pour agir em société* (2009), destaca a importância de um plano de comunicação em ações sociais, ampliando a responsabilidade dessas ações aos cidadãos, uma vez que se trata de um modelo que prima pelo compartilhamento da informação e que visa à emancipação da coletividade e, por conseguinte, de seus membros. Ou seja, o que Corriveau oferece em seu livro é o caminho para a construção de um plano de comunicação que enfatiza a importância de escutar, compartilhar e estabelecer um acordo, sobretudo em campanhas de comunicação que visam à adoção de mudanças de comportamento para um novo aporte social¹¹⁹.

Segundo Corriveau (2011), a mudança de comportamento é parte integrante de qualquer plano de comunicação, sobretudo quando tratamos especificamente de campanhas de comunicação de riscos, pois as informações prestadas sobre o risco pressupõem a intenção de induzir novos comportamentos entre os interlocutores. No entanto, o autor enfatiza que as ações que serão tomadas no sentido de promover uma mudança comportamental em um determinado espaço social devem ser bem fundamentadas por princípios éticos, haja vista que toda a mudança de comportamento toca diretamente a fibra identitária do indivíduo. Sobre isso, ele escreve:

A marca societal, a tatuagem da memória dos indivíduos, como Barthes disse tão bem, continua a ser um dos elementos estruturais da presente fibra de identidade. É então com a ajuda dessas marcas sociais, e não apesar destas, que se precisa

action dans l'incertitude et à intégrer l'incertitude dans la conduite de l'action. C'est dire que la stratégie nécessite compétence et initiative ».

¹¹⁹ O próprio Corriveau traz como exemplo de sucesso o plano de comunicação elaborado para a campanha contra a dengue, ocorrida entre os anos de 1995 e 2001, na região de Schoelcher, localizada na Ilha da Martinica (Caribe) ou, ainda, o plano de comunicação elaborado em Cuba, nos anos de 2001 e 2002, que previa a utilização de telenovelas, dentro do programa de atividades, para promoção da prevenção em saúde pública naquele país.

trabalhar. O comunicador tem que aprender a respeitá-las e usá-las, porque a cultura, por vezes, faz com que seja um guardião da identidade; ela afeta a situação social dos indivíduos e define os rituais de interação. (CORRIVEAU, 2009, p. 5)¹²⁰

Como se pode perceber, a mudança de comportamento nunca é banal. Seja numa comunidade tradicional, seja em nossa sociedade contemporânea, sempre há desafios a serem superados. Mas, para superá-los é fundamental conhecê-los. Assim, afirma Corriveau (2009, p. 5), “[...] para toda ação comunicacional, o conhecimento do outro se impõe como uma premissa incontornável”¹²¹. E, para dar conta de todas as variáveis sociais, é preciso escolher os melhores meios para se informar, bem como realizar uma análise fina da comunidade na qual o plano de comunicação será desenvolvido. Para tanto, o autor propõe a obtenção de documentos pertinentes sobre o lugar de intervenção. A aquisição de dados pode ser feita com ajuda de diversos organismos e agências que trabalham diretamente no território selecionado, mas também pode ser obtido por meio de pesquisas etnográficas, isso porque, “[...] os dados etnográficos devem nos ensinar sobre as características históricas, culturais, demográficas assim como sobre a organização social da comunidade” (CORRIVEAU, 2009, p. 65)¹²².

Além do “conhecimento do outro”, por meio da etnografia, outro conceito importante na elaboração de um plano de comunicação e que contribui para uma mudança comportamental é o princípio de pertinência¹²³. Segundo Corriveau (2011), o princípio de pertinência elucida um dado fundamental: a compreensão da intenção do comunicador se revela tão importante quanto a sua mensagem, tendo em vista que “[...] a mensagem em si vale pouco se a intenção continua a ser mal compreendida”¹²⁴.

Para chamar a atenção dos indivíduos de uma determinada comunidade é preciso que o comunicador atenda a uma série de expectativas desses interlocutores, isso é o que Sperber e Wilson (1989) chamam de “garantia de pertinência”. Em outras palavras, quando se dirigir uma comunicação a alguém, a pessoa a quem é dirigida tal comunicação deve considerar esse intercâmbio como uma abordagem válida para ela. Ela tem que encontrar uma razão. Se o

¹²⁰ Tradução livre de « Le marquage sociétal, le tatouage de la mémoire des individus, comme le disait si bien Barthes, demeure un des éléments structurants de cette fibre identitaire. C’est donc à l’aide de ces marquages sociaux, et non pas en dépit de ces derniers, qu’il faut travailler. Le communicateur doit apprendre à les respecter et à les utiliser, car la culture s’érige parfois en gardienne de l’identité; elle effectue la situation sociale des individus et définit les rituels d’interaction ».

¹²¹ Tradução livre de « [...] pour toute action communicationnelle, la connaissance de l’autre s’impose comme une prémisses incontournable ».

¹²² Tradução livre de « [...] les données ethnographiques doivent nous renseigner sur les caractéristiques historiques, culturelles, démographiques ainsi que sur l’organisation sociale de la communauté ».

¹²³ Ver Sperber e Wilson (1989).

¹²⁴ Tradução livre de « Le message en soi vaut bien peu de choses si l’intention reste incomprise ».

ouvinte não perceber esta razão, a comunicação perde a sua legitimidade e seu significado. “Em suma, uma comunicação é bem-sucedida quando o ouvinte infere o “querer dizer”, e não apenas o sentido próprio da mensagem” (SPERBER E WILSON, 1989 *apud* CORRIVEAU, 2011)¹²⁵.

Em última análise, a informação deve ser aceita, compreendida e incorporada pela pessoa que a recebe. Além disso, ela deve ser capaz de tornar possível o impacto desejado pela ação comunicativa. Para tanto, a primeira condição para agir em conformidade com o princípio de pertinência consiste em produzir um discurso adaptado a um determinado público dentro de um quadro de atividades de comunicação legitimadas. Já a segunda condição que autoriza o respeito do princípio de pertinência tem como objetivo oferecer oportunidades para ancorar o interlocutor, pois se há um processo autêntico de retroação que se instaura, o interlocutor poderá desenhar sua própria contribuição à campanha de comunicação ou, ainda melhor, nessa perspectiva interativa “[...] o interlocutor desejará que o seu papel não seja reduzido a concordar em participar. Ele vai querer discutir a estrutura da campanha que lhe concerne, ele vai querer ter sua palavra dita no plano de comunicação” (CORRIVEAU, 2009, p. 09)¹²⁶.

No entanto, para que o interlocutor possa efetivamente intervir no plano de comunicação é necessário que se cumpram os critérios estabelecidos para uma prática de comunicação social que, segundo Corriveau (2009, p. 26), estão em sintonia com os conceitos de “agir comunicativo” (HABERMAS, 2012) e “comunicação participativa” (BESSETTE et RJSUNDERAM, 1996), conforme apresenta o Quadro 3.

¹²⁵ Tradução livre de « En somme, une communication réussit lorsque l'auditeur infère le « vouloir dire », et pas seulement le sens propre du message »

¹²⁶ Tradução livre de « [...] l'interlocuteur souhaitera que son rôle ne se réduise pas à accepter de participer. Il voudra discuter de la structure même de la campagne qui le concerne., il voudra avoir son mot à dire dans le plan de communication ».

Quadro 3 – Critérios estabelecidos para uma prática de Comunicação Social

PARA O AGIR COMUNICATIVO	
1	Uma ação deve se definir a partir de um processo de troca entre os atores socialmente envolvidos
2	Uma ação deve se definir dentro de uma interação centrada no acordo e não no desempenho
3	Uma ação deve se definir segundo um processo de igualdade na situação de palavra
CRITÉRIOS DE VALIDADE PARA O AGIR COMUNICATIVO	
4	O mundo do saber – deve ser portador de um desejo de verdade
5	A comunidade – deve procurar um universo normativo focado na precisão
6	O homem – deve testemunhar uma intenção de autenticidade
CRITÉRIOS PARA UMA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA	
7	Participação na execução e implementação
8	Participação na avaliação
9	Participação nos benefícios
10	Participação na tomada de decisão

Fonte: Adaptado de Corriveau (2009, p. 26)

A possibilidade de adotar critérios à comunicação social permite avaliar o potencial comunicativo de uma ação, bem como estabelece a competência comunicacional de um gesto. Isso porque, enfatiza Corriveau (2009, p. 28), os princípios fundamentais da comunicação social tomam vida na inscrição do processo em sociedade e no seu retorno à coletividade. “É na aplicação destes critérios que entendemos e damos sentido à comunicação social, porque eles formam a base dos laços sociais”¹²⁷. Assim, partindo dos pressupostos do agir comunicativo e da comunicação participativa, Corriveau elabora um Plano de Comunicação cujo trabalho é dividido em treze etapas (Quadro 4). Essas etapas estão inseridas numa lógica de progressão. Portanto, a omissão de uma ou de outra etapa, afirma o autor, compromete o sucesso da ação comunicativa como um todo.

¹²⁷ Tradução livre de « C’est dans l’application de ces critères que nous comprenons et donnons un sens à la communication sociale, car ils forment les assises du lien social.

Quadro 4 – Etapas para elaboração de um plano de comunicação

ETAPA	OBJETIVO	CRITÉRIO
Etapa 1	Precisar e aceitar o mandato de intervenção indicando claramente os colaboradores e a cadeia de responsabilidade	1; 2; 3; 7;10
Etapa 2	Obter a documentação pertinente sobre o lugar de intervenção	4; 5
Etapa 3	Precisar as modificações comportamentais desejadas em conformidade com as exigências da ação comunicativa e dos princípios da boa governança	4; 6
Etapa 4	Especificar o tipo de intervenção no âmbito do projeto	7
Etapa 5	Descrever a situação inicial; analisar a estrutura de comportamento do parceiro em potencial e identificar fatores favoráveis	3
Etapa 6	Anunciar os objetivos da campanha de comunicação a curto e longo prazo	*
Etapa 7	Estabelecer a sequência de atividades em função das modificações comportamentais desejadas	*
Etapa 8	Elaborar um modelo de avaliação	8
Etapa 9	Preparar e lançar a campanha	6; 9
Etapa 10	Avaliar a campanha em curso	8
Etapa 11	Fazer modificações se necessário	8
Etapa 12	Elaborar um balanço final	4; 8; 9
Etapa 13	Produzir um relatório final	4; 6; 9

Fonte: Adaptado de Corriveau (2009, p. 27)

* Nas etapas 6 e 7, não é possível integrá-las aos fundamentos da comunicação porque elas portam um aspecto mais técnico da planificação das informações. Contudo, como a validação dessas etapas é submetida ao Comité de Coordenação Comunitária, elas são igualmente submetidas as duas grandes famílias de critérios, ou seja, do agir comunicativo e da comunicação participativa.

Assim temos: na etapa 1 – *Precisar e aceitar o mandato de intervenção indicando claramente os colaboradores e a cadeia de responsabilidade* - uma ideia de intervenção partilhada, um interesse comum ou, ainda, uma causa comum. Desde as primeiras horas do processo, explica Corriveau (2009, p. 22), “[...] deve-se fornecer os meios para praticar, estruturalmente, o princípio da ação comunicativa”¹²⁸. Deve-se ter uma atenção particular para acordar a redação conjunta de um protocolo de colaboração, nos quais ficam estabelecidos os papéis e responsabilidades de cada um que integrará a ação, além das dimensões operacionais do plano de comunicação. É importante também considerar a formação de um comitê de coordenação multipartite, pois ele será a base estrutural para a comunicação participativa na ação que se anuncia. Este Comitê de Coordenação (COCO) deve ser representativo, levando em consideração tanto a comunidade de intervenção quanto

¹²⁸ Tradução livre de « [...] on doit prévoir les moyens de mettre en pratique, de façon structurelle, le principe de l'agir communicationnel ».

os parceiros do projeto. Seu papel é coordenar e supervisionar a campanha no conjunto de suas etapas.

Na etapa 2 - *Obter a documentação pertinente sobre o lugar de intervenção* – tentará se produzir uma “radiografia” da comunidade onde será desenvolvida o projeto de comunicação. Essa “radiografia” deve ser realizada por meio de uma etnografia do lugar de intervenção, cujo objetivos são: identificar o lugar, por meio de informações da situação socioeconômica e cultural; examinar a estrutura administrativa da comunidade, nomeando as autoridades e os indivíduos aptos a colaborar; e, conhecendo as características gerais da comunidade, como sua história, estrutura e eventos marcantes. O nível de precisão desta leitura dependerá do tipo de população (um bairro, uma cidade, uma região, um país...). Em todos os casos, o comunicador deverá buscar tais informações junto aos organismos e agências que trabalham junto ao território selecionado, bem como realizando entrevistas com as autoridades locais, profissionais de saúde e líderes comunitários.

Na etapa 3 – *Precisar as modificações comportamentais desejadas em conformidade com as exigências da ação comunicativa e dos princípios da boa governança* – faz-se necessário encontrar ou reunir justificativas científicas e éticas que sustentarão o requerimento proposto. Em seguida, o propositor designará um grupo de indivíduos da comunidade que dará início ao projeto de intervenção, realizando a promoção da ação comunicativa. Este grupo de indivíduos terá o papel de interlocutores e poderá, inclusive, verificar *in loco* a aceitabilidade social da proposta. De acordo com Corriveau (2009, p. 23), “a síntese os dois movimentos de conhecimento, um científico (a proposta ao interlocutor) e outro sociológico (a identificação da parte ativa da população como um contato), leva a uma outra ação, aquela que especifica como proposta comunicativa deve ser experimentada pelos indivíduos cobertos pelo projeto”¹²⁹.

A etapa 4 – *Especificar o tipo de intervenção no âmbito do projeto* – é considerada como um momento de retrospectiva, onde serão novamente analisadas as informações recolhidas sob o parâmetro de conteúdo, bem como a capacidade de satisfazer os padrões científicos necessários. A maneira de se pensar a informação a ser transmitida também faz parte dos vários elementos a serem revistos pelo Comitê de Coordenação (COCO), bem como

¹²⁹ Tradução livre de « La synthèse des deux mouvements de savoir, l'un scientifique (la proposition à l'interlocuteur) et l'autre sociologique (le repérage de la part active de la population comme interlocuteur), débouche sur une autre action, soit celle qui précise la manière dont la proposition communicationnelle doit être vécue par les individus visés par le projet ».

“[...] de avaliar a capacidade do enquadramento logístico, de rever os acordos de parceria e até mesmo considerar a contribuição de novos parceiros” (CORRIVEAU, 2009, p. 23)¹³⁰.

A etapa 5 – *Descrever a situação inicial; analisar a estrutura de comportamento do parceiro em potencial e identificar fatores favoráveis* - reformula a problemática de acordo com a leitura cidadã e confronta o ideal proposto às exigências da realidade vivida pelo interlocutor no campo, em seu cotidiano. Assim, para compreender os anseios da população a respeito da proposta de mudança comportamental ou na introdução de novos serviços, deve ser estabelecido uma logística de consulta. Este momento crucial do processo permite conhecer as restrições, as formas de pensar e as objeções da comunidade em que a ação comunicativa está sendo executada. Ele dá ainda a oportunidade de a comunidade expressar o seu desejo de como pretende participar e receber as informações de interesse público. Para tanto, é necessário utilizar-se de uma série de modalidades de investigação (questionários, observação participante, entrevistas em grupo, etc.), cujo objetivo é conhecer os valores das pessoas interrogadas. Valores estes que constituem a matriz de seus julgamentos e ações.

Na etapa 6 – *Anunciar os objetivos da campanha de comunicação a curto e longo prazo* – a concepção da campanha já está bem definida. O comunicador examina o ideal proposto (etapa 3), bem como as características da realidade (etapa 5). A discrepância entre o ideal postulado e as condições reais de ação deve ser preenchido pelo gesto comunicacional. É neste momento que surgem os objetivos da comunicação. Esta etapa comandará a elaboração de um perfil de atividades a serem realizadas que deverá satisfazer as exigências dos objetivos da ação comunicativa. Para tanto, a dimensão criativa e imaginativa é fortemente encorajada na equipe de comunicação, pois ela deve viabilizar um banco de atividades atraentes e que sustente a mudança comportamental desejada.

Na etapa 7 – *Estabelecer a sequência de atividades em função das modificações comportamentais desejadas* – o comunicador deverá analisar seu trabalho e posiciona-lo a fim de favorecer um sincronismo entre as atividades e as modalidades próprias de mudança de comportamento. Para que isso ocorra, é preciso examinar cada atividade a partir de variáveis independentes (a fonte, o receptor, a mensagem o canal) e dependentes (impacto produzido). Ou seja, nesta etapa é necessário definir por meio das atividades previstas qual será o público alvo, que mensagem será veiculada e quais os meios de difusão serão empregados para que se

¹³⁰ Tradução livre de « [...] d'évaluer la capacité du cadre logistique, de revoir les modalités de partenariat, voire d'envisager la contribution de nouveaux partenaires »

promova a mudança de comportamento que se deseja com esta ação comunicativa. Consequentemente, a sequência de atividades dará conta da evolução dos comportamentos.

Na etapa 8 – *Elaborar um modelo de avaliação* – é chegado o momento de estabelecer os parâmetros para que o processo de avaliação seja claramente definido. Desta maneira, tão logo as atividades sejam realizadas elas também poderão ser avaliadas parcialmente (etapa 10). Esses parâmetros de avaliação, segundo Corriveau, visam a proteger os resultados que virão.

Já a etapa 9 – *Preparar e lançar a campanha* – se distingue por sua composição sequencial, seu caráter performativo e a delegação de responsabilidades. A dimensão logística torna-se então preponderante nesta etapa do plano de comunicação, haja vista que devesse produzir as atividades de comunicação respeitando o calendário de produção e os recursos financeiros disponíveis. Preparação e montagem de documentos audiovisuais, cartazes, folders e todo o restante do material de campanha serão elaborados e realizados neste momento.

Nas etapas 10 – *Avaliar a campanha em curso* – e 11 – *Fazer modificações se necessário* – o comunicador começa a se interrogar sobre o seu ambiente. Para tanto, é preciso tomar consciência sobre os aspectos da campanha, a exemplo de: se as atividades estão sendo bem realizadas, se os objetivos estão sendo alcançados e, sobretudo, qual a percepção da comunidade sobre as ações propostas. Em outras palavras, essas duas etapas se dedicam em verificar como anda a campanha e qual o *feedback* da comunidade. Essa postura é fundamental para que se possa aplicar as medidas corretivas necessárias para o bom desenvolvimento do plano de comunicação.

Na etapa 12 – *Elaborar um balanço final* – é chegado o momento de se produzir uma avaliação completa de todas as atividades. Realizada segundo o modelo formalista, geralmente mais quantitativo, o balanço final mede a performance da equipe na globalidade dos gestos propostos. Ele permite fazer uma leitura aprofundada do trabalho realizado, de avaliar o potencial de cada atividade proposta, bem como de tirar as lições pertinentes.

Finalmente, com a execução da etapa 13 – *Produzir um relatório final* – é possível dar conta do aspecto social e compartilhável do trabalho realizado. Em outras palavras, o relatório final permite compartilhar os saberes e reconhece os méritos dos parceiros e colaboradores e identificar os pontos fracos da ação comunicativa. Conforme Corriveau (2009, p. 181), para que o comunicador consiga produzir um relatório final pertinente às expectativas da

sociedade, é importante que ele desenvolva o hábito de redigir um diário de campo, que contemple todo o processo comunicativo, seja com seu ponto de vista técnico, seja com seu ponto de vista contextual. Outra ferramenta importante para a elaboração do relatório final é a criação de um banco de dados que reúnam as principais decisões adotadas no plano de comunicação. Além disso, o comunicador social deve pensar em como retornar essas informações à comunidade que acolheu o plano de comunicação. Nesse sentido, encontros mais informais - com a apresentação resumida dos objetivos, justificativas, desenvolvimento das atividades, resultados e parcerias comprometidas com a ação - podem surtir o efeito desejado.

3.7 Conclusão do capítulo

O objetivo deste capítulo foi demonstrar, por meio da literatura existente, de que forma a Comunicação pode contribuir para a legitimação de decisões que interferem diretamente no meio ambiente e na vida dos cidadãos que integram uma sociedade democrática. Para atingir este objetivo, primeiro nos propusemos a diferenciar os conceitos de “comunicação” e “informação” a partir de modelos teóricos utilizados pelas Ciências da Informação e da Comunicação, na expectativa de que esta proposta nos possibilitasse vislumbrar qual o modelo de comunicação que melhor se aplicaria às análises da pesquisa; segundo, utilizamos de renomados teóricos da Comunicação para compreender as principais diferenciações entre esses dois termos. Enfatizamos a importância de se pensar a comunicação enquanto um processo participativo, que privilegia a relação e o diálogo na busca de uma troca de ideias sobre as necessidades, os objetivos e as ações a serem empreendidas para se chegar ao desenvolvimento desejado em uma sociedade ou mesmo em uma comunidade.

Na sequência, tratamos de uma concepção sociológica que defende a ideia de que tanto a “informação” quanto o “risco” são construídos socialmente e, por este motivo, estão diretamente ligados às percepções que os atores sociais têm do ambiente em que vivem e de suas relações socioafetivas. A partir dessa estrutura de capítulo pudemos adentrar na questão referente a gestão e a comunicação de riscos, pois entendemos que apesar de os riscos e as informações serem construídas socialmente é fundamental que num processo de gestão e de comunicação de riscos, se sobressaia a ideia de uma comunicação dialógica e participativa, onde todos os atores sociais tenham não somente o direito, mas o reconhecimento para expressarem suas opiniões e discutirem os temas de seus interesses de forma autônoma. Por

fim, apresentamos formas de se elaborar planos de comunicação, por entender que sendo a Comunicação de riscos, parte integrante do processo de Gestão de riscos, esta precisa ser planificada para que os resultados desta ação comunicativa possam produzir resultados positivos e eficazes. Além disto, refletir sobre as diversas formas de se elaborar um plano de comunicação contribuirá com nossa análise sobre a participação das comunidades tradicionais no processo comunicativo sobre os riscos socioambientais da transposição das águas do rio São Francisco.

Entretanto, antes de realizarmos tais análises é necessário expressar nosso entendimento sobre o conceito de “comunidades tradicionais” e quais suas contribuições para a conservação do meio ambiente. Além disso, é fundamental que apresentemos as comunidades tradicionais observadas durante esta pesquisa doutoral.

4 CONHECER PARA COMPREENDER

O uso cauteloso dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade.

DIEGUES

Se os dois primeiros capítulos tiveram um caráter mais teórico, apresentando conceitos e fundamentos importantes para o desenrolar desta pesquisa de doutorado, este capítulo tem como objetivo principal apresentar as comunidades tradicionais e que habitam às margens do rio São Francisco. No entanto, antes de apresentá-las é necessário esclarecer o que se entende por “comunidades tradicionais” e quais as contribuições da antropologia para e durante a realização da pesquisa de campo.

Desta forma, este capítulo será dividido em três partes: primeiro, apresentando as contribuições da antropologia nesta etapa empírica da pesquisa, segundo, discorrendo sobre o conceito de comunidades tradicionais e caracterizando as comunidades tradicionais: Onde se localizam?; Quem são essas pessoas?; Qual é a sua história?; Quais são suas principais conquistas e desafios?; Como vivem?, No que trabalham?; Como se dá a relação entre as comunidades estudadas e o rio São Francisco?; e, terceiro, descrevendo o trabalho de campo, realizado entre os anos de 2012 e 2014, junto à Comunidade Quilombola da Resina e a Comunidade Indígena Xokó.

Importa enfatizar que a pesquisa participante, com uma abordagem qualitativa foi o método escolhido para esta investigação científica, pois consiste na inserção da pesquisadora no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada. Como esta pesquisa doutoral se propôs a analisar o nível de participação que comunidades tradicionais exerceram no processo de comunicação dos riscos relativos à transposição das águas do rio São Francisco e quais suas contribuições para a formação da opinião pública sergipana sobre o projeto hídrico em questão, nada mais apropriado, portanto, do que a pesquisadora se inserir, com certa constância, no ambiente em que tais comunidades

tradicionais vivem para poder “ver as coisas de dentro”, “apreender o sensível”, e analisar as percepções e opiniões obtidas sobre o objeto de estudo durante esse processo. Metodologicamente, a pesquisa de campo também previa as técnicas de observação participativa, entrevista filmada e aplicação de formulário. Ressalta-se, entretanto, que apesar da assertiva na escolha das técnicas foi somente com a prática, isto é, durante o processo de inserção que a utilização dos instrumentos de coleta de dados (diário de campo, fotografia, vídeo) foi se delineando de forma mais clara.

Em outras palavras, num primeiro momento (segundo semestre de 2012) foram realizadas observações e conversas informais, além de anotações no diário de campo; num segundo momento (durante todo o ano de 2013 e primeiro semestre de 2014), além das conversas informais, observação participativa e anotações no diário de campo, introduziu-se a fotografia com o objetivo de promover uma maior aproximação entre as populações tradicionais e a pesquisadora, bem como para auxiliar no registro das manifestações culturais, da socialização, da relação de trabalho e do (re) conhecimento do território por eles habitado; finalmente, no terceiro e último momento da pesquisa de campo (segundo semestre de 2014), percebeu-se uma maior intimidade com as populações estudadas, e por este motivo verificou-se a possibilidade de introduzir a filmadora e, assim, iniciar o processo de coleta das entrevistas livres e a aplicação de formulários, respectivamente.

Ressalta-se que tanto as entrevistas livres quanto a aplicação de formulário foram realizados com os mesmos indivíduos. Ao prestarem seus depoimentos eles também assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Nome, conforme exige o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFS. Como esta pesquisadora frequentava a comunidade com assiduidade há quase dois anos, e conhecia melhor as pessoas e suas histórias, foi possível selecionar de maneira mais assertiva aqueles que dariam seus depoimentos. Lembrando que a amostra não probabilística intencional foi o modo de seleção proposto para esta investigação científica, por entender que a escolha dos indivíduos seria em função daquilo que eles têm a dizer sobre o tema em questão. Durante a realização das entrevistas livres e filmadas também se optou pela história oral enquanto método de coleta de narrativas e de experiências humanas.

Importante enfatizar ainda que na primeira versão do projeto de doutorado, aprovada em seleção, previa-se a realização da pesquisa de campo em quatro comunidades tradicionais: uma indígena, uma quilombola, uma camponesa e uma de pescadores tradicionais. Contudo,

ao iniciar as viagens de campo, no segundo semestre de 2012, percebeu-se que a distância entre as comunidades e a capital Aracaju poderia prejudicar o processo de inserção nas mesmas, pois isto teria que ser feito com uma assiduidade menor do que o desejado.

Não obstante, com o conhecimento teórico obtido na universidade¹³¹, observou-se que a escolha inicial das comunidades poderia ser dividida em duas categorias de análise muito bem fundamentadas na Antropologia: relação de trabalho e relação sociocultural. Na prática, verificou-se que tanto a comunidade indígena, quanto a comunidade quilombola pescavam no rio São Francisco (contemplando assim os pescadores tradicionais) e cultivavam a terra para a sua subsistência (contemplando assim os camponeses). O que as diferenciavam, portanto, eram exatamente as relações socioculturais.

Nesse momento, outra dúvida surgiu em termos de escolha das comunidades que seriam estudadas, pois vizinha à Aldeia Indígena Xokó encontra-se a Comunidade Quilombola Mocambo, primeira comunidade quilombola a ter seu território reconhecido em Sergipe. Contudo, historicamente observa-se uma relação de aproximação e de disputa entre as comunidades vizinhas. Nesse sentido, a presença da pesquisadora nos dois ambientes, conversando com as pessoas e coletando informações, poderia causar desconfiança e um mal-estar entre às populações.

Ademais, por se trabalhar com os conceitos de “construção social do risco” e “percepção do risco”, entendeu-se que a escolha de duas comunidades que estivessem o mais distante possível uma da outra, poderia contribuir para testar a teoria. Seguindo esse entendimento, optou-se por contemplar as seguintes comunidades: a Comunidade Indígena Xokó, localizada na Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, que pertence à região do Alto Sertão Sergipano e está situada a 170 km da capital do Estado; e a Comunidade Quilombola da Resina, pertencente ao Complexo Quilombola de Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande, localizada na região do Baixo São Francisco Sergipano, e que se encontra a 137 km de distância da capital sergipana. Ambas as comunidades estão localizadas há poucos metros da margem do rio São Francisco, portanto, tiram o seu sustento dessas águas. No entanto, os índios estão mais próximos da barragem do Xingó, enquanto os quilombolas estão mais próximos da foz do rio São Francisco.

¹³¹ Durante o segundo semestre de 2012 participou-se, na qualidade de ouvinte, da disciplina “Comunidades tradicionais e meio ambiente”, ministrada pelo Prof. Dr. Cristiano Wellington Ramalho, e ofertada pelo Núcleo de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe.

Por fim, salienta-se que a caracterização das comunidades tradicionais será realizada com base nas informações obtidas junto aos membros das comunidades, por meio da observação direta, da aplicação de formulário e da realização de entrevistas livres filmadas. Mas, também será amparada pela literatura existente sobre índios e quilombolas. Interessa ainda discutir sobre quais são as efetivas contribuições dessas comunidades para o equilíbrio e a conservação do meio ambiente, à luz da Convenção 169 da OIT e da literatura referente à Etnoconservação, que segundo Diegues (2004), trata-se de uma nova teoria e prática conservacionista que tem como objetivo a implementação de um modelo de conservação real das paisagens, de proteção da diversidade biológica e também sociocultural, apoiando-se no diálogo interdisciplinar das ciências naturais e sociais com os saberes tradicionais.

4.1 Contribuições da Antropologia na pesquisa de campo

A Antropologia é uma ciência social (e das humanidades) que embrionariamente surgiu no século XVIII, quando os principais pensadores do Iluminismo se debruçavam para pensar o Homem. Exemplo disso pode ser verificado no artigo *Jean-Jacques Rousseau, Fundador das Ciências do Homem*¹³², escrito por Claude Lévi-Strauss. Segundo o antropólogo belga, Rousseau é um dos primeiros filósofos modernos a tratar do processo de desnaturação do homem, uma vez que o cidadão de Genebra, ainda no seio do Iluminismo, alertava para os excessos da ação humana e criticava os rumos tomados no seu processo civilizatório.

Para Lévi-Strauss, é nos dias atuais que o pensamento de Rousseau toma uma suprema amplitude. Neste mundo cheio de incertezas e ameaças para os homens, talvez, mais do que jamais foi - “onde proliferam todos os procedimentos de exterminação, os massacres e as torturas” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 48) - o homem ocidental pode compreender que a desigualdade é socialmente produzida no decorrer da história da humanidade e fruto, sobretudo, dessa separação do homem com a natureza.

Apesar das aparições tímidas no século anterior, foi somente no século XIX, “em meio a descobertas de novas terras, novos mercados e na ânsia por novos experimentos, registrando e apresentado os muitos encontros entre povos e culturas” (MONTE-MÓR, 2004, 97), que a Antropologia se organizou enquanto disciplina científica. Preocupada em conhecer

¹³² Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.

cientificamente o homem em sua totalidade, esta disciplina dá importância à diversidade cultural dos povos: seus costumes, crenças, hábitos, manifestações sociais, etc. Para tanto, utiliza-se daquilo que comumente chama-se de trabalho de campo, mas que na linguagem antropológica é descrito enquanto um trabalho etnográfico¹³³.

A etnografia e a observação participante foram tradicionalmente usadas na antropologia como método de descrever e observar as sociedades pesquisadas, inicialmente espacial e culturalmente distantes do pesquisador [...] essa perspectiva do trabalho antropológico fez com que, desde os primeiros tempos, fossem incorporados ao seu arsenal de trabalho de observação os equipamentos de fotografia e cinema, em busca do registro ‘real’ (MONTE-MÓR, 2004, p. 98-99).

Se as viagens entre os continentes permitiram alcançar uma visão efêmera do outro, a fotografia e depois a câmara cinematográfica tornaram possível - aos viajantes, antropólogos e cineastas - armazenar essas visões. Sobre isso, enfatiza Ribeiro (2005, p. 613), “as sociedades e as culturas permaneceram como que divididas em predominantemente observadas (fotografadas, estudadas, cinematografadas) e predominantemente observadoras (que fotografam, estudam, produzem filmes) ”.

Por esse motivo que, de acordo com Clarisse Peixoto (1994, p. 10), os laços que unem a antropologia e o cinema, desde suas origens, nos levam a refletir sobre as similitudes e diferenças existentes nestas duas disciplinas que se desenvolvem exatamente num período em que a Europa e a América buscavam assegurar os mercados necessários à sua industrialização e ao expansionismo econômico, manifesto sobretudo pelas diversas invasões coloniais.

É evidente que a antropologia é precursora do cinema enquanto reflexão teórica, mas é somente no final do século XIX que ela desenvolve uma metodologia voltada ao trabalho de campo, e isso se dá no mesmo momento em que missionários e aventureiros percorrem o mundo em busca de outras sociedades (PEIXOTO, 1994, p. 10).

Nessa época, portanto, o interesse dos cineastas e dos antropólogos era o de “conhecer, na sua autenticidade, a diversidade das sociedades ditas ‘primitivas’ na expressão mais ‘pura’ do seu comportamento, sem sofrer as influências externas” (PEIXOTO, 1994, p. 11). Após a Primeira Guerra Mundial, conforme escreve Monte-Mór, (2004, p. 100), surge no cinema uma nova corrente que estaria a serviço do “desenvolvimento do sonho”, por outro lado, duas

¹³³ A Etnografia (*éthnos*, povo; *graphein*, escrever) consiste em um dos ramos da ciência da cultura que se preocupa com a descrição das sociedades humanas. O etnógrafo é o especialista dedicado ao conhecimento exaustivo da cultura material e imaterial dos grupos, conforme MARCONI E PRESOTTO, 2009, p. 5.

novas experiências cinematográficas irão marcar o documentário: os trabalhos do russo Dziga Vertov (*O homem com a câmera*, em 1929) e do irlandês Robert Flaherty (*Nanook of the north*, em 1922). Esses dois exemplos, somados ao trabalho do polonês Bronislaw Malinowski (*Os argonautas do pacífico ocidental*, em 1922), fez surgir à figura do teórico-pesquisador de campo, desenvolvendo a etnografia como um gênero científico e literário.

Conforme descreve a antropóloga francesa, Claudine de France, em seu livro *Cinema e Antropologia*, dentre os traços que caracterizam a evolução da etnologia¹³⁴, um dos mais marcantes é a introdução progressiva da imagem animada no âmbito da pesquisa, que primeiramente foi muda e depois passou a ser sonorizada. Segundo ela, “o filme, onipresente na cena científica, tornou-se, com efeito, o equivalente do caderno de notas, do instrumento da enquete clássica, da obra escrita, da vitrine de exposição” (FRANCE, 1998, p. 8). Em função dessa crescente e acelerada transformação nos métodos de pesquisa antropológica, os etnólogos – utilizadores ou não da imagem animada – continuam a se questionar sobre o lugar que se deve atribuir ao filme na pesquisa etnográfica e na exposição dos resultados¹³⁵. Não obstante aos questionamentos impostos pelos etnólogos, a própria autora apresenta sua pergunta norteadora: até que ponto a introdução do cinema na etnologia modifica a maneira de o etnólogo observar e descrever? Segundo Claudine de France:

A observação e a descrição são atividades das quais acreditava-se tudo ter sido dito, quer seu exercício seja espontâneo, quer se deseje ir além dele. Ora, será que antes de se procurar ir mais longe procuramos nos certificar de que o uso da observação direta e da descrição tinha sido da melhor maneira possível? A imagem animada não permitiria, justamente, entrar numa nova era da apreensão do sensível por oferecer aos atos de observar e descrever um novo suporte? (FRANCE, 1998, p. 21).

A noção de observação, enfatiza a antropóloga, deve ser entendida num sentido mais amplo. Pois, se levarmos em consideração que as pessoas filmadas têm consciência da presença explícita do observador-cineasta, é preciso admitir também a hipótese de que a observação do etnólogo-cineasta se distingue radicalmente daquela do naturalista, preocupado em não chamar a atenção em demasia.

¹³⁴ A Etnologia (*ethnos*, povo; *logos*, estudo) é outro ramo da ciência da cultura. Eminentemente comparativa, preocupa-se com a análise, a interpretação e a comparação entre as mais variadas culturas existentes, considerando suas semelhanças e diferenças, conforme, MARCONI E PRESOTTO, 2009, p. 5.

¹³⁵ Segundo Claudine de France (1998, p. 19), os primeiros questionamentos sobre o filme etnográfico foram realizados por André Leroi-Gourhan, em 1948, no artigo “Le film ethnologique existe-t-il?”.

Pelo simples fato de que aceitam ser filmadas, as pessoas observadas se colocam em cena e são testemunhas da intervenção do cineasta. [...] Dito de outra forma, o etnólogo-cineasta, mesmo o mais distante, é sempre participante. [...]. Reciprocamente, as pessoas filmadas participam do processo de observação porque intervêm na *mise en scène* do cineasta (FRANCE, 1998, p. 22).

Quanto à descrição, complementa a autora, desde seus primórdios, ela busca mostrar o fluxo das manifestações óticas e sonoras, sem necessariamente se preocupar em expressar o que efetivamente sustenta ou é sustentado por tais manifestações. Nessa perspectiva, Claudine de France, herdeira da teoria de Jean Rouch, afirma que “colocar em evidência os fatos que são impossíveis de estabelecer somente com a observação direta, assim como descrever aqueles dificilmente restituídos pela linguagem constituem as duas funções principais do filme etnográfico” (FRANCE, 2004, p. 22). Em outras palavras, a introdução da cinematografia como instrumento de pesquisa ao mesmo tempo em que traz benefícios ao pesquisador também modifica o conjunto da relação do que ela chama de “observação imediata/observação diferida” e o pesquisador precisa estar atento às transformações proporcionadas pela tecnologia a fim de garantir uma maior qualidade na pesquisa.

Quando à expressão verbal é a tradutora principal e imediata da **observação direta**, o etnólogo tende a proceder com economia. Ele capta rapidamente e seleciona, no fluxo das manifestações concretas, aquelas que lhe parecem ser as mais importantes e as quais ele está em condições de atribuir uma significação imediata. [...]. Em compensação, quando a palavra e a escrita são confrontadas, durante a **observação diferida**, com os gestos e os movimentos filmados, elas se tornam um instrumento insubstituível para a análise fina dos modos de articulação entre as fases e os aspectos do fluxo gestual, no simultâneo e no sucessivo, no espaço e no tempo (FRANCE, 2004, p. 24. Grifo nosso).

Isso significa dizer que enquanto na observação direta, o pesquisador se apropria ao descrever apenas os fluxos das manifestações que consegue exprimir em palavras, com a observação diferida, o pesquisador pode levar em consideração, ou seja, ver e rever as manifestações às quais não teria sido imediatamente atribuída significação. Mais do que isso, o pesquisador pode buscar por meio das imagens animadas os aspectos sensíveis ou não da vida social e cultural; pode ainda buscar o sentido desses aspectos sensíveis ao apresentar as imagens diante das pessoas que estão sendo observadas.

Pensar a pesquisa de campo sob a ótica das ciências sociais, sobretudo da antropologia visual, possibilita que o método de pesquisa participante com um caráter etnográfico seja efetivamente posto em prática. Mais do que isso, enfatiza a importância da memória coletiva

das comunidades tradicionais que estão sendo estudadas, por meio da história oral de seus integrantes. Garante aos mesmos o exercício de um direito fundamental, isto é, o direito à comunicação do qual essa pesquisa se propõe desde a sua gênese. Em outras palavras, permite que esses atores sociais, que vivenciam o rio São Francisco cotidianamente, desfrutem dos meios necessários para expressarem suas opiniões e suas percepções sobre os possíveis riscos socioambientais relacionados à transposição e possam desta forma, contribuir efetivamente para a formação de uma opinião pública sobre o tema.

Pois, como sugere Diegues (2001), as ciências sociais, e neste caso a antropologia está incluída, têm um papel evidente na análise da crise socioambiental. Algumas áreas podem ser mais relevantes, como por exemplo: a) na constituição de cenários socioambientais, decorrentes dos impactos de processos globais; b) na análise das relações entre os modelos de desenvolvimento e meio ambiente, enfatizando que os problemas ambientais são também sociais; c) na análise do próprio conceito de natureza, enquanto social e culturalmente determinado; d) no estudo da formação da opinião pública e, sobretudo o papel da mídia nesse processo.

Entretanto, antes de se realizar qualquer análise e interpretação sobre a crise socioambiental, e aqui insere-se também a preocupação de como realizar uma comunicação de riscos eficaz, é preciso, primeiro, conhecer as comunidades nas quais serão realizadas as análises e, mais do que isso, reconhece-las enquanto um conjunto de atores sociais que tem o direito de se expressar, de dizer como vivem e de que forma suas vidas estão sendo impactadas em função das inúmeras intervenções antrópicas no seu ambiente.

4.2 (Re) Conhecendo as Comunidades Tradicionais

A luta pelo reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades tradicionais no Brasil é um dos pilares para a construção de um país mais justo, igualitário, que respeita e valoriza a diversidade cultural. Mas, apesar de o Brasil ser considerado um país multicultural, a luta por tal reconhecimento é relativamente recente¹³⁶. Foi durante o processo constituinte que a sociedade brasileira passou a considerar o fato de existirem no interior do país diversos grupos culturalmente diferenciados que influenciaram profundamente na construção de nossa

¹³⁶ “Uma literatura recente tem designado por ‘virada territorial’ o processo de demarcação e titulação de terras envolvendo, a partir dos anos 1990, comunidades e povos tradicionais na América Latina, processos estes frequentemente associados a experiências de chamados mapeamentos participativos ou de cartografia social” (ACSELRAD, 2013).

nacionalidade ou, como bem escreve Darcy Ribeiro (2006), contribuíram para a formação do “povo brasileiro”.

Decorre daí a insurgência do direito coletivo culturalmente diferenciado das populações que passaram a ser consideradas como tradicionais pela Constituição de 1988¹³⁷. No entanto, esses direitos emanados do texto constitucional necessitavam de regulamentação e em sintonia com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da qual o Brasil é signatário¹³⁸.

Importa notar que a Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos “povos indígenas e tribais”¹³⁹. A auto identidade é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção¹⁴⁰, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça.

Os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam. Isso fica claro no parágrafo 1 do Art. 7º, que afirma:

Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu

¹³⁷ A existência das chamadas populações tradicionais do Brasil, foi garantido parcialmente na Constituição de 1988 à índios e quilombolas, conforme Art. 231 e 232, sobre índios e Art. 215 e 216, sobre direitos culturais desses povos.

¹³⁸ Ao ratificar a Convenção em 25 julho de 2002, o Brasil, que além de Estado membro da OIT, passa a ser um dos dez países com assento permanente no seu Conselho de Administração. De acordo com Shiraishi Neto (2007) a ratificação da Convenção 169 não apenas reforça instrumentos de redefinição da política agrária, mas também favorece a aplicação da política ambiental e de políticas étnicas, reforçando os termos da implementação de um outro dispositivo transnacional qual seja, a Convenção sobre Diversidade Biológica, cujo texto foi firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (cidade do Rio de Janeiro, de 5 a 14 de junho de 1992).

¹³⁹ A Convenção 107 da OIT, de 5 de julho de 1957, foi o primeiro instrumento do sistema especial de proteção e integração das populações indígenas e tribais. De acordo com Peixoto (2008), esta Convenção concedia ao índio a oportunidade de se tornar cidadão, sujeito de direito, mas não assegurava nenhum direito coletivo, direito de ser povo. Assim, em 1989, a OIT, considerando as mudanças verificadas na situação dos povos indígenas e tribais desde 1957 e reconhecendo as aspirações desses povos de assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, adotou a Convenção 169, a fim de revisar as orientações anteriores.

¹⁴⁰ Cf. parágrafo 2 do Art. 1º, da Convenção 169 da OIT (1989).

próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, 1989).

A Convenção dedica ainda uma especial atenção à relação destes povos com a terra ou território, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece o direito de posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência. Assim, o Art. 14 define que:

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas de salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência [...] 2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse. (OIT, 1989).

Como se percebe, a Convenção 169 da OIT tem o compromisso de defender os direitos humanos dos povos indígenas e tribais levando em consideração suas peculiaridades. De acordo com Peixoto (2008, p. 256), “[...] trata-se da ideia de manutenção da diversidade cultural, analisando as comunidades indígenas a partir do contexto em que vivem”. Pois, é sabido que tanto índios quanto as demais populações tradicionais possuem um modo de vida próprio, com costumes específicos, diversos das demais pessoas que vivem na sociedade. Essas particularidades quanto à cultura, às tradições e ao estilo de vida devem servir de parâmetro na defesa dos direitos humanos dessas comunidades.

A regulamentação dos direitos garantidos pela Constituição Federal às comunidades tradicionais e em consonância com a Convenção da OIT, enfatizada anteriormente, foi sendo aplicada com parcimônia junto ao ordenamento jurídico brasileiro. Em 18 julho de 2000, por meio da Lei 9.985 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, são reconhecidos os direitos das comunidades tradicionais em suas interfaces com as unidades de conservação¹⁴¹. Elas são consideradas por sua forma positiva de apropriação do espaço

¹⁴¹ Cf. Art. 23 da Lei 9.985/2000.

orientada segundo princípios próprios, construídos em interação com o ambiente e sem perspectivas exclusivamente comerciais.

Em 13 de julho de 2006 foi criada, por meio de decreto¹⁴², a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)¹⁴³, órgão de caráter deliberativo e consultivo, cuja missão é pactuar a atuação conjunta de representantes da administração pública direta e membros do setor não governamental pelo fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais. Neste mesmo ano, a CNPCT divulgou um primeiro relatório sobre as comunidades tradicionais no Brasil¹⁴⁴. Conforme o documento, as comunidades tradicionais ocupam cerca de 25% do território e correspondem, aproximadamente, a 4,5 milhões de pessoas. Sendo que destes, temos dois milhões de quilombolas, um milhão de atingidos por barragens, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco e babaçu, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros (BRASIL, 2006).

Esses dados, divulgados pelo CNPCT, deram maior visibilidade à opinião pública sobre às lutas das comunidades tradicionais pelo reconhecimento de seus territórios, o respeito por seus costumes e tradições, bem como pelo seu modo de vida mais simbiótico com a natureza. Mas, principalmente, acelerou o processo de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Instituída pelo Decreto Presidencial nº 6.040, em 07 de fevereiro de 2007, a PNPCT é uma ação do governo federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Dentre os princípios que regem as ações e os objetivos do Decreto destacam-se: o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais; a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania; o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais; a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses; e a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais,

¹⁴² DNN 10884.

¹⁴³ O Decreto de 13 de julho de 2006 altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004.

¹⁴⁴ Os dados foram amplamente divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros.

ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Mas, apesar dos direitos garantidos por meio de leis federais e de convenções internacionais, as comunidades tradicionais continuam travando lutas pelo reconhecimento de suas culturas que tem o território como referência. O território das comunidades tradicionais, diferentemente do que encontramos nas áreas urbanas e industrializadas, pode ser caracterizado por uma descontinuidade. Em outras palavras, o vazio aparente das terras em pousio¹⁴⁵, das áreas de estuário (que são utilizados para a pesca somente em algumas estações do ano), tem gerado diversos conflitos socioambientais. Diegues (2008) cita o caso de autoridades ambientais que ao declararem essas áreas como “unidades de conservação” entendem que se tratam de áreas “não usadas por ninguém”. Já Acselrad (2013), enfatiza os conflitos existente nas comunidades tradicionais que lutam pelo reconhecimento de seus territórios contra as forças política e econômica dos setores do agronegócio, da mineração, imobiliário ou dos grandes projetos de desenvolvimento, como é o caso da transposição das águas do rio São Francisco.

No caso específico das comunidades tradicionais acompanhadas durante esta investigação científica, as lutas pelo reconhecimento e manutenção de seus territórios é evidente e faz parte de suas histórias. Em relação aos índios Xokó, a luta contra os “fazendeiros da Família Britto” (DANTAS E DALLARI, 1980) pela retomada das terras da Ilha de São Pedro e da Caiçara teve início em 1978, mas somente em 1992 foi garantida sua posse pelo então presidente Fernando Collor de Melo (CARTA XOKÓ, 2013). Atualmente, apesar de viverem com mais tranquilidade, os índios Xokó têm participado plenamente da campanha contra a PEC 215¹⁴⁶, por entenderem que essa Proposta de Emenda Constitucional fere seus direitos, além de ser um retrocesso à causa indígena no Brasil. No que tange os quilombolas da Resina, a luta pelo reconhecimento de seu território e contra os “fazendeiros da Família Machado”, conforme expresso em depoimentos, teve início em 2005 e permanece até hoje sem definição. O INCRA já realizou o processo de demarcação das terras, sendo que boa parte delas pertencem à União, mas a comunidade aguarda com ansiedade a sentença final da Justiça.

¹⁴⁵ Descanso que se dá a uma terra cultivada, interrompendo a cultura por um ou mais anos.

¹⁴⁶ A PEC 215 transfere a competência da Presidência da República na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional. A proposta também possibilita a revisão das terras já demarcadas. Outra mudança seria nos critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentados por lei, e não por decreto com é atualmente.

4.2.1 Definição de comunidade tradicional

Um dos pesquisadores pioneiros na definição de populações tradicionais é Antônio Carlos Diegues. Em seu livro *O mito moderno da natureza intocada* (1996), o autor traz uma definição clara de comunidades tradicionais. Segundo Diegues (2008, p. 89), tais comunidades se caracterizam pela: a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais constroem um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político; l) auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Este último item apresentado pelo autor é considerado como um dos critérios mais importantes para a definição de cultura ou comunidade tradicional, ou seja, além do modo de vida diferenciado, reconhecer-se como pertencente àquele grupo social em particular é fundamental para construção da identidade de uma comunidade. “Esse auto-reconhecimento é frequentemente, nos dias de hoje, fruto de uma identidade *construída* ou *reconstruída*, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial” (DIEGUES, 2008, p. 90).

Cunha e Almeida, entretanto, ampliaram esta definição, incorporando outros elementos, em especial políticos, relacionados à liderança e à identidade conservacionista. Desta forma, os autores afirmam que:

[...] populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui as características de uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados”. (CUNHA e ALMEIDA, 2009, p. 299).

Quanto ao papel das comunidades na conservação da biodiversidade, Oliveira (2009, p. 43) afirma que culturas e saberes tradicionais “[...] contribuem para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma evolução conjunta entre as sociedades e seus territórios, o que permitiu um equilíbrio entre ambos”.

Para Mendes *et al* (2015, p. 48) as comunidades tradicionais também podem ser compreendidas enquanto grupos fechados e independentes. Entretanto, para que essas comunidades possam se manter numa perspectiva sustentável, elas “[...] precisam adequar suas características às inter-relações com o lugar e, principalmente, agregar às suas necessidades pessoais e coletivas as atitudes de valoração, respeito e cuidado com o ambiente que as abriga”.

Como se pode perceber, outro elemento importante na relação entre populações tradicionais e natureza é a noção de território. Para Diegues (2008, p. 85), o conceito de território pode ser definido como “[...] uma por natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte dos seus membros, direitos estáveis de acesso, controle e uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes”. Esta porção da natureza fornece a própria natureza do homem enquanto espécie, mas também: os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção; os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, e que compõe a estrutura de uma determinada sociedade.

Neste sentido, a construção da ideia de território estaria atrelada não somente ao tipo do meio-físico explorado, mas também às relações sociais existentes e, principalmente pela ética do respeito que impera nessas comunidades. Exemplo disso, são as populações tradicionais que exploram o meio marinho. Para elas “[...] o mar tem suas *marcas* de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal” (DIEGUES, 2008, p. 85). Ou ainda, as comunidades tradicionais camponesas, que por meio de uma agricultura itinerante, também conhecido como pousio,

garante o descanso da terra, sem deixar de marcar a posse do território. Assim, explica o autor:

Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajudam, com maior ou menor nível de integração, os diversos usos dos ecossistemas. (DIEGUES, 2008, p. 86)

Percebe-se também que um aspecto importante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados, sobretudo, pelo respeito aos ciclos naturais, bem como a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies (fauna e flora) utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um conhecimento complexo sobre o habitat em que essas comunidades vivem. Esse conhecimento é adquirido por meio da tradição, passada de pai para filho através da oralidade, bem como dos mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso mais sustentável dos ecossistemas naturais. Sobre isso, comenta Diegues:

A íntima relação do homem com o meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada com a do homem urbano-industrial, faz com que os ciclos da natureza (vinda de cardumes de peixes, a abundância na roça) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle que dispõem sobre o meio-físico. (DIEGUES, 2008, p. 87)

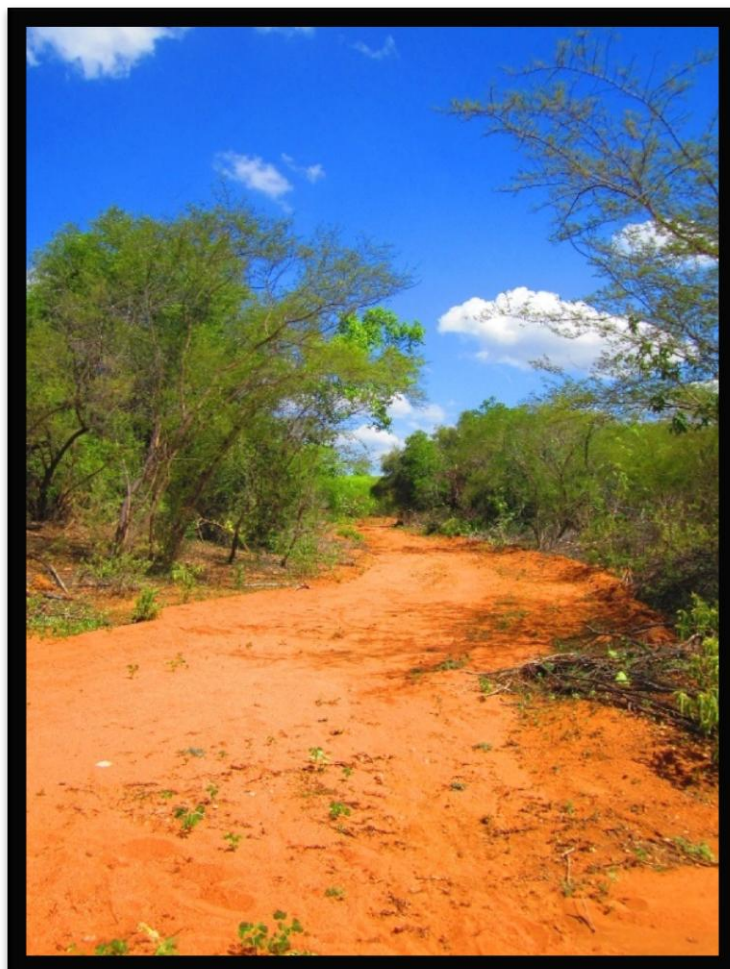
Por este motivo, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas comunidades tradicionais constroem, pois é com base no sistema de representações atrelado ao conhecimento empírico que agem sobre o meio. Segundo Diegues (2008), certas áreas (sejam florestas, estuários ou rios) são consideradas sagradas e não são utilizadas para atividade econômica.

É o caso dos índios Xokó que, em função das disputas de terras com fazendeiros da região, foram obrigados a viver durante muito tempo sem praticar seus rituais e costumes, ou seja, sem poder assumir a sua identidade. É o que comenta o índio Xokó M.A.M:

Minha mãe contava que na época dos fazendeiros a gente tinha que negar nossa raiz Xokó, senão éramos expulsos das terras. Então, quando o nosso povo trabalhava nas lagoas plantando o arroz, alguns puxavam o toré enquanto outros ficavam de olho para ver se não aparecia nenhum capataz (Depoimento de M.A.M, 58 anos)

Foi com o processo de retomada da terra que os mais velhos da tribo perceberam a necessidade de o povo Xokó ter novamente um lugar distante, onde estivessem em contato com a natureza e para que pudesse conversar com o “mistério”, do mesmo modo que faziam seus ancestrais. Foi assim que o Ouricuri (Figura 15) voltou a ser frequentado mensalmente pelos índios Xokó. Ele fica localizado em meio à mata fechada da Caiçara e permanece inacessível aos “não-índios”. Lá, segundo depoimentos coletados, as casas permanecem de taipa, não há energia elétrica, nem água encanada, nem as comodidades verificadas nas casas da Aldeia. “Por alguns dias do mês, nos desconectamos do mundo civilizado e nos conectamos com nossos ancestrais para realinharmos nosso corpo e espírito”, afirma o Cacique Bá, 29 anos.

Figura 15 – Entrada para o Ouricuri



Crédito: Evaldo Becker, 2013

Para finalizar é salutar enfatizar que a mobilização dos “povos e comunidades tradicionais”, sob ótica da conquista de direitos, aparece hoje, de acordo com Shiraishi Neto (2007), envolvida num processo de construção do próprio “tradicional”, notadamente a partir de situações críticas de tensão social e conflitos. Em decorrência, presencia-se a uma redefinição dos significados de categorias antes referidas às “comunidades locais”, tais como “primitivo” e “natureza”. Assim, escreve o autor:

O termo “primitivo” e suas inúmeras derivações, que designavam principalmente sujeitos biologizados, tem sido deslocados pelo advento de sujeitos coletivos, organizados em movimentos sociais.[...] A noção de “natureza” passou a ser recolocada por meio de um intenso processo de mobilização, compreendendo diversas práticas de preservação dos recursos naturais apoiadas em uma consciência ambiental aguda, e pela oposição manifesta dos movimentos sociais a interesses de empreendimentos econômicos predatórios. [...] o termo “comunidade”, em sintonia com a ideia de “povos tradicionais”, deslocou o termo “populações” – reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da OIT em 1988-89, e que encontrou eco na Amazônia através da mobilização dos chamados “povos da floresta”, no mesmo período. O “tradicional” como operativo e como reivindicação do presente ganhou força no discurso oficial. (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 12-13)

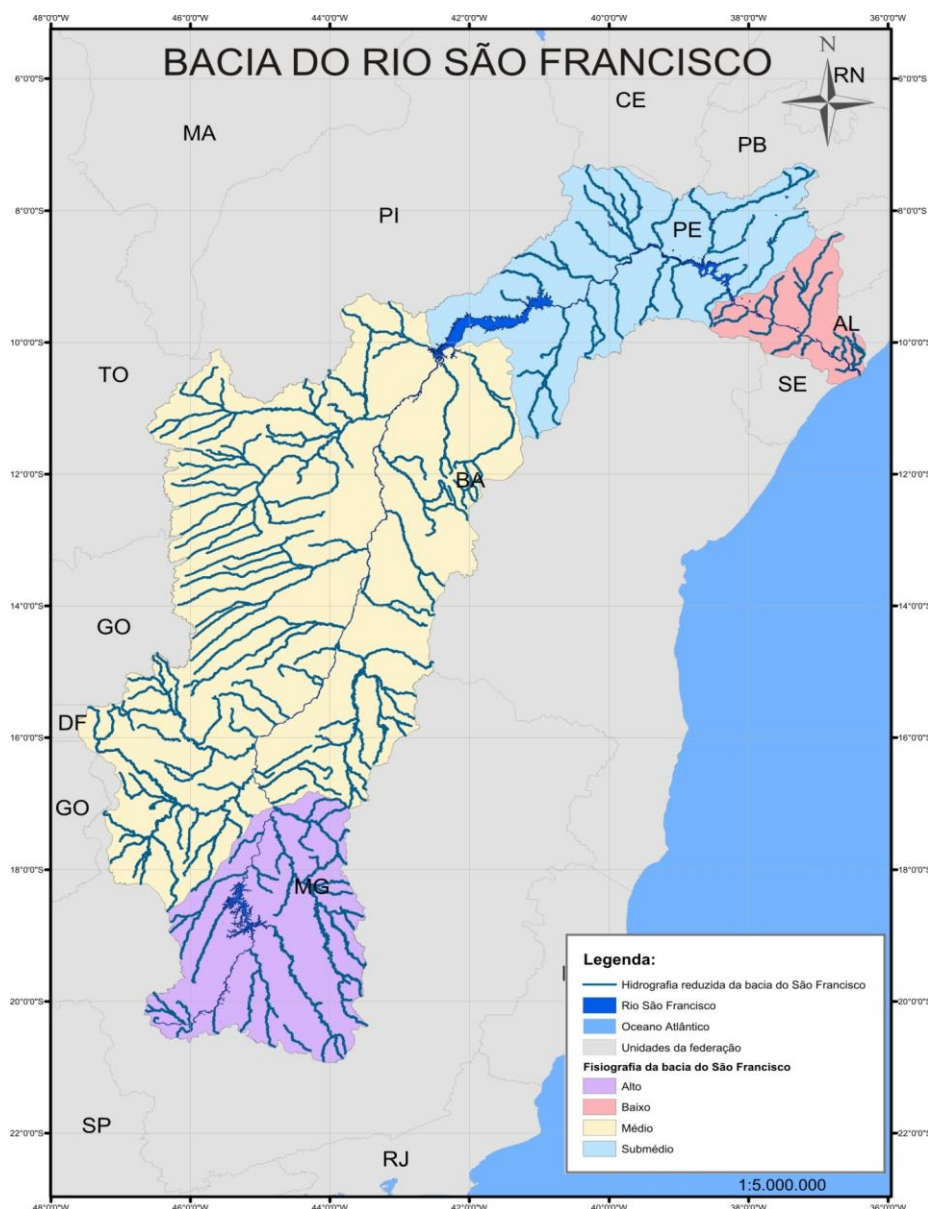
Como é possível verificar os termos “comunidade”, “tradicional” e “natureza” tornaram-se parte do discurso dos atos desses sujeitos sociais. Permitiu, ademais, constatar que são heterogêneos também os critérios que agrupam e mobilizam os povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, afro-religiosos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto, dentre outros. “A heterogeneidade aponta para diferenciações sociais, econômicas e religiosas entre esses povos, embora eles estejam em alguma medida unidos por critérios político organizativos e por modalidades diferenciadas de uso comum dos recursos naturais” (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 16).

4.2.2 Comunidades tradicionais e o Baixo São Francisco

Desde as suas nascentes, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, a bacia do rio São Francisco percorre aproximadamente 2.800 km (Figura 16). Ao longo desse percurso, que banha seis Estados (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas) mais o Distrito Federal, o rio se divide em quatro trechos: o *Alto São Francisco*, que vai de suas cabeceiras até Pirapora, em Minas Gerais; o *Médio São*

Francisco, de Pirapora onde começa o trecho navegável até Remanso, na Bahia; o *Submédio São Francisco*, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o *Baixo São Francisco*, de Paulo Afonso até sua foz, localizada entre os estados de Sergipe e Alagoas.

Figura 16 – Mapa da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco



Fonte: CODEVASF

Segundo dados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), cerca de 16 milhões de pessoas habitam a Bacia do São Francisco que abrange 504 de municípios ou 9,5% do total de municípios do país. Desse total, 48,2% estão na Bahia, 36,8%

em Minas Gerais, 10,9% em Pernambuco, 2,2% em Alagoas, 1,2% em Sergipe, 0,5% em Goiás e 0,2% no Distrito Federal.

Estudos também apontam que o Baixo São Francisco é a região que mais sofre as consequências do modelo de desenvolvimento predador imposto a toda Bacia¹⁴⁷. “Junto com as águas decantadas pelos sucessivos barramentos e poluídas pelos esgotos, agrotóxicos e metais pesados, chegam as doenças, a falta do pescado, a fome, a miséria e a violência” (OLIVEIRA, 2012, p.31). Essa série de descasos com o “rio da integração nacional” (ROCHA, 2004) acaba por refletir na qualidade de vida das comunidades ribeirinhas que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano da região.

Alguns dados estatísticos ajudam a compreender a realidade social das populações que vivem às margens do São Francisco. Nos 103 municípios ribeirinhos do São Francisco, habitam pouco mais de 2,4 milhões de pessoas. Aproximadamente dois terços dessa população encontram-se nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, distribuindo-se o outro terço pelos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe (IBGE, 2013).

A média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁴⁸ dos municípios ribeirinhos é de 0,448, que se situa significativamente abaixo da média nacional (0,742). Essa disparidade verifica-se também quando se compara a média do Índice do Custo de Vida (ICV)¹⁴⁹ dos municípios banhados pelo rio (0,525) com a média nacional, que é de 0,723 (IADH, 2011).

Os aspectos da degradação humana são tangíveis no Baixo São Francisco, sobretudo em comunidades que vivem mais distantes das áreas urbanas. Famílias muito pobres, que sobrevivem, em média, com um salário mínimo e que não desfrutam de nenhuma infraestrutura básica como: água encanada e tratada, saneamento básico, posto de saúde, escola e hospitais de qualidade.

Essas comunidades vivem, na maioria das vezes, da pesca e da agricultura, generosamente ofertadas pelas águas do rio São Francisco. Contudo, com a escassez de suas águas, a própria forma de subsistência dessas famílias está ameaçada. É o que comenta o quilombola E.R.S:

¹⁴⁷ Ver Lucas e Aguiar Neto (2011); Alves Filho (2008); Oliveira (2012).

¹⁴⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem o reconhecimento das Nações Unidas (ONU) como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo.

¹⁴⁹ Elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mede a variação do custo de vida das famílias brasileiras com renda de 1 a 30 salários mínimos.

Rapaz, sinceramente, o rio hoje tá uma tristeza. Na minha infância, eu lembro que por mais que a gente não tivesse como estocar comida porque não tinha essas mordomias que a gente tem hoje (energia elétrica e geladeira), o rio tinha peixe, tinha corrente, tinha a enchente que trazia muitas variedades de peixe da cabeceira e também deixava o solo mais fértil para a plantação. Hoje, o rio tá seco. Em alguns trechos chega a cinco ou seis metros de profundidade, mas a maioria do rio fica entre dois a três metros e olhe lá. Isso é muito preocupante pra nossa comunidade, que vive do rio, que tira todo o sustento do rio e que não pode fazer nada para mudar essa realidade. (Depoimento de E.R.S, 29 anos)

Mas, apesar de todos os problemas vivenciados cotidianamente pelos ribeirinhos do Baixo São Francisco, ainda assim este trecho do rio pode ser considerado como um dos mais bonitos. Com uma diversidade de solos e clima notável, compreende desde a região semiárida com precipitações abaixo de 800 mm anuais (IBGE, 2011), passando por trechos agrestinos, até a zona da mata e a vegetação típica do litoral, com restingas e manguezais. Conforme enfatiza Oliveira:

A redução da pobreza no baixo São Francisco passa, assim, pela encruzilhada entre a iniciativa da sociedade civil organizada, a conservação do meio ambiente e a reformulação de políticas públicas. A organização das comunidades ribeirinhas é incipiente: o maior entrave é, sem dúvida, o reduzido nível de instrução formal da população [...]. Há, contudo, aqui e lá, a vontade de mudar e um conhecimento da situação socioambiental pelo próprio ribeirinho, embora longe de ser sistematizado (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

Ainda que encontrem sérias dificuldades e possam evoluir agregando avanços tecnológicos, o modo de vida tradicional ribeirinho mostra-se sustentável ao conviver e saber tirar proveito da diversidade dos recursos naturais oferecida pelo rio, articulando agricultura de vazante e de sequeiro (nas roças mais distantes do rio, dependentes das chuvas) com criatório de animais e pesca. É de se considerar que o trabalho, a gestão da bacia e a luta pela conservação do rio, com seus significados históricos, culturais, políticos, sociais e ambientais, só terão êxito quando se conseguir a plenitude dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Deste modo, a defesa do rio São Francisco inclui definitivamente a luta pelo reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, étnicos, culturais, organizacionais, econômicos e ambientais destas comunidades.

Entre as comunidades tradicionais que habitam às margens do rio São Francisco pode-se destacar a presença de vazanteiros, quilombolas, remeiros, pescadores, fundos e fechos de pasto e os povos indígenas. Nesta pesquisa em específico interessa enfatizar as peculiaridades das comunidades quilombola e indígena, por serem objeto de observação e análise.

Assim, podemos afirmar que a origem dos negros no São Francisco remonta ao século XVII quando se desenvolveu a pecuária extensiva nas margens do rio para fornecer animais de tração, carne e couro à indústria açucareira da Colônia no Recôncavo Baiano e no Litoral do Nordeste. Famílias de negros escravos, com algumas cabeças de gado, eram postadas às margens do rio. Sobre isso, Vargas (1999, p. 34) afirma que “[...] o baixo São Francisco se povoou através da pecuária como atividade de apoio inserida no ciclo da economia canavieira do Brasil Colônia, ao ponto de ser cognominado rio dos currais”. Já Rocha (2004, p. 42) enfatiza que:

Penetrando pelo vale do São Francisco, do Norte para o sul, em direção oposta à corrente, ele (Garcia D’Ávila) escolheu pontos apropriados, construindo currais primitivos, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equinos, lançando assim a semente da maior e mais notável das riquezas nacionais (ROCHA, 2004, p. 42).

Desde esta época há notícias da formação de “mocambos”, também chamados de “quilombos”, ou seja, lugares em meio a mata para onde escravos se refugiavam e passavam a viver em liberdade e com autonomia. Isto explica não só a forte presença negra na composição étnica da população são franciscana como também o grande número de comunidades quilombolas, na atualidade, que lutam pelo reconhecimento de suas terras nesta região do país.

Este foi o caso, por exemplo, do próprio *Mocambo*, comunidade remanescente de quilombo, situado às margens do rio São Francisco, no Sergipe. A instituição do Mocambo como sujeito público de direitos, em nível local e nacional, foi analisada por Arruti (2006) que enfocou o movimento de passagem do desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atingia essa coletividade. Esse “processo de reconhecimento” deu-se por meio da atuação de diversos mediadores, entre eles a Comissão Pastoral da Terra, e da correlação, por parte dos mocambeiros, com a experiência precedente de seus vizinhos indígenas Xokó.

No que tange aos indígenas, nunca é demais lembrar que eles foram os primeiros povos do São Francisco. Melhor dizendo, do “*Opará*”, que na língua tupi quer dizer “*rio-mar*”. Contudo, após anos de colonização forçada, mortalidade por guerras e epidemias e de catequização dos índios, verificou-se também, uma forte política de miscigenação, conforme explica Manuela Carneiro da Cunha:

A miscigenação, no caso dos indígenas brasileiros, foi fruto primeiro de alianças entre portugueses e índios, no período que antecedeu a colonização propriamente dita (1500-49), acrescida mais tarde de uniões por meio da violência. Foi corrente também, a partir do século XVII, o casamento estimulado pelos senhores de escravos, entre escravas negras e índios das aldeias temporariamente cedidos para serviço, no intuito de atrair os índios para fora das aldeias em que haviam sido estabelecidos após terem sido “descidos” dos sertões. [...] A partir de 1755 e em toda a legislação pombalina, é o próprio Estado quem promove a miscigenação, recomendando casamentos de brancos e índias e até favorecendo-os com regalias (CUNHA, 2012, p. 105).

Essa mesma política de miscigenação, iniciada pelo marquês de Pombal no intuito confesso de criar uma população homogênea livre, acaba servindo, cem anos mais tarde, como pretexto à espoliação das terras dos aldeamentos em que haviam sido instalados os índios. Ou seja, logo após a Lei de Terras¹⁵⁰, “[...] várias aldeias indígenas de Goiás, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo são declaradas extintas, sob a alegação de ser sua população apenas mestiça” (CUNHA, 2012, p. 105).

À medida que eram escorraçados de suas terras, os índios se juntavam aos bandos e perambulavam pelas fazendas à procura de um lugar onde pudessem se fixar. Assim, escreve Darcy Ribeiro em seu livro *Os índios e a civilização*:

No começo do século, vários desses magotes de índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco. Alimentavam-se de peixe ou do produto de minúsculas roças plantadas nas ilhas inundáveis – únicas cuja posse não lhes era disputada – e trabalhavam como remeiros e como peões das fazendas vizinhas. Assim viviam os seus últimos dias os remanescentes dos índios não litorâneos do Nordeste que alcançaram o século XX. Estavam quase todos assimilados linguisticamente, mas conservavam alguns costumes tribais. Viviam ao lado de cidades que cresceram em seus aldeamentos, sem fundir-se com eles. Era o caso da aldeia fulniô, em frente à cidade de Águas Belas; dos Xukuru e a cidade de Cimbres, ambas em Pernambuco; dos Xokó, em frente da cidade de Porto Real do Colégio; dos Wakoná e a cidade de Palmeira dos Índios, ambas em Alagoas; dos Tuxá e a cidade de rodela, na Bahia. [...]. Eis o que restou, no século XX, dos índios do interior do Nordeste: simples resíduos, ilhados num mundo estranho e hostil e tirando dessa mesma hostilidade a força de permanecerem índios. (RIBEIRO, 2009, p. 70-71, GRIFO NOSSO).

Depois de toda a violência vivenciada por índios e negros às margens do rio São Francisco, atualmente cerca de 42 povos e comunidades tradicionais vivem um novo processo, iniciado nos anos de 1960, mas fortalecido nos anos de 1970 com a participação importante das universidades brasileiras. Um processo que não se caracteriza por perdas, como no passado, mas pela ideia de “emergência étnicas” (ARRUTI, 1995), “etnogênese” (PAIVA, 2009) e (VIANNA, 2015) ou “reetnização” (COSTA, 2001). Eles próprios, índios e

¹⁵⁰ Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850

quilombolas, preferem não se ver como “povos ressurgidos”, mas “resistentes” (SOUZA FILHO, 2013) a todas as injustiças que viveram.

4.2.3 Comunidade Indígena Xokó

A Comunidade Indígena Xokó¹⁵¹ está inserida nas terras da Caiçara, onde se localiza a Aldeia Indígena Xokó (Figura 17) - Antiga Missão de São Pedro, e atualmente Ilha de São Pedro -, no município de Porto da Folha. Este, por sua vez, faz parte da região do Alto Sertão Sergipano e encontra-se a uma distância de 170 km de Aracaju. A região tem como principais características o clima semiárido, ou seja, baixa humidade e pouco volume pluviométrico¹⁵², associado ao importante bioma da caatinga¹⁵³, (do tupi: ka'a [mata] + tinga [branca] = mata branca), cujo nome decorre da paisagem esbranquiçada apresentada pela vegetação durante o período seco, quando a maioria das plantas perde as folhas e os troncos tornam-se esbranquiçados e secos.

Figura 17 – Aldeia Indígena Xokó e as terras da Caiçara à esquerda



Crédito: Evaldo Becker, 2014

¹⁵¹ Apesar de importantes autores (DANTAS E DALLARI, 1980, CUNHA, 2012; SOUZA, 2012) utilizarem em seus escritos a grafia **Xocó**, em referência aos índios Ceocoses, “[...] designativo tribal que aparece associado a grupos indígenas cuja presença é registrada desde o século XVII até os dias atuais, num espaço geográfico que vai de Sergipe ao sul do Ceará” (DANTAS E DALLARI, 1980, p. 15), neste trabalho utilizar-se-á a grafia **Xokó** em respeito a forma com os próprios índios se auto definem em seus atuais escritos.

¹⁵² Na classificação mundial do clima, o clima semiárido é aquele que apresenta precipitação de chuvas média entre 200 mm e 400 mm. Já na classificação brasileira, o clima semiárido é aquele com precipitação inferior a 1000 mm e estiagens que duram às vezes mais de 10 meses (BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Semiárido. Relatório Final, 2005)

¹⁵³ A caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa que grande parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em nenhum outro lugar do planeta, daí a importância da conservação de suas matas.

Nessas terras de clima inóspito, muitas lutas já foram travadas. Povos inteiros foram destruídos. Grandes homens e mulheres morreram por acreditarem na liberdade de ter um jeito próprio de entender e viver a vida. A história do povo Xokó está diretamente atrelada às histórias de violências e espoliação cometidas durante o processo de colonização europeia. Assim, para compreender a história recente do povo Xokó, de luta pela retomada de suas terras, é necessário entender a história de seus antepassados que foram violentados, espoliados e expulsos de seu território. É sobre isso que trataremos a seguir de maneira resumida¹⁵⁴.

De acordo com Santos Júnior (2011), os agrupamentos humanos em terras sergipanas antecedem e muito o início do período de colonização e podem ser identificadas a partir de três complexos culturais: a cultura *Canindé*, com vestígios datando cerca de 9 mil anos, presentes na região do planalto goiano e médio São Francisco; a cultura *Aratu*, evidenciada entre os séculos IX e XIX, sobretudo, em contextos arqueológicos situados ao longo do trecho intermediário entre a zona costeira, topos dos tabuleiros e as colinas suaves que adentram em direção ao agreste; e a cultura *Tupi-guarani*, configurada entre os séculos IX e XIX e que se localizava, principalmente, na região litorânea. Como consequência do domínio indígena na área que compreendia o rio Real, ao sul, até o rio São Francisco, ao norte, no período que antecede à conquista da Capitania Del Rey:

[...] observa-se hoje uma considerável variedade toponímica correspondente aos seus elementos corográficos, tais como, nomes de rios e serras, centros populacionais e o próprio nome do estado, que faz alusão a um bravo guerreiro e chefe tribal que lutou destemidamente contra os usurpadores, o cacique Serigy (BEZERRA, 1984 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 15)

Percebe-se que, ao contrário do que é disseminado pela historiografia oficial, os povos indígenas resistiram de forma aguerrida às tentativas de colonização e exploração de suas terras. Assim, comenta Nunes (1989, p. 177), “travou-se uma luta de vida e morte dos índios para preservar sua forma de vida contra o invasor português que dispunha de armas de fogo, cavalaria e as técnicas bélicas mais avançadas”.

Como a ocupação do Brasil iniciou pela costa atlântica, que “primeiro, forneceu o pau-brasil e, depois, as terras apropriadas para o plantio da cana-de-açúcar” (RIBEIRO, 2009, p. 63), os primeiros grupos indígenas a sofrerem os impactos dessa ocupação foram aqueles da

¹⁵⁴ Uma história mais detalhada sobre os índios Xokó pode ser consultada em Dantas e Dallari (1980); Dantas (1991); Nunes (1989); Figueiredo (1981) e Santos Júnior (2011).

cultura tupi-guarani. Contudo, à medida em que a população colonizadora crescia e seus empreendimentos prosperavam, novos espaços geográficos foram sendo ocupados.

O marco primordial da colonização em Sergipe se deu em 1501, com a “descoberta” do rio São Francisco. O nome São Francisco foi dado por seu descobridor, João da Nova, que ao chegar em sua foz, no dia 04 de outubro daquele ano, dedicou o acontecimento ao Santo do dia, São Francisco Borja. (VARGAS, 1999). Tal achado também viabilizou a vinda dos franceses até a foz são franciscana, em 1504, após o fim da França Antártica (FIGUEREDO, 1981). Assim, de forma oportuna, os franceses fizeram amizade com os índios, a fim de levantarem feitorias no litoral sergipano que favorecessem o contrabando de pau-brasil e de especiarias. “Tendo como inimigos comum os portugueses, os franceses e os índios, estes reagindo à coerção, aliaram-se praticamente durante um século, até que os primeiros foram expulsos, e Sergipe foi conquistado por Cristóvão de Barros”. (SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 16).

Com a incorporação do território sergipano ao sistema colonial português, as antigas terras indígenas passaram a ser divididas e distribuídas em forma de sesmarias¹⁵⁵. Os colonos portugueses ocupavam essas porções de terras, num primeiro momento, para a plantação de cana de açúcar e lavouras de subsistência. Já num segundo momento, de interiorização, o foco produtivo passou a ser as pastagens de gado que abasteciam tanto o mercado da Bahia, como o mercado de Pernambuco.

Concomitante à expansão territorial, política e econômica, desenvolveu-se as atividades missionárias. De acordo com Dantas (1991), a primeira modalidade catequética aplicada pelos religiosos em terras sergipanas ocorreu no fim do século XVI e caracterizavam-se como missões ambulantes, onde padres percorriam várias aldeias disseminando o catolicismo. Progressivamente, tal estratégia foi sendo substituída pelas missões aldeamento. O missionário estabelecia-se entre índios de diferentes etnias, que outrora haviam sido expulsos de seus territórios tradicionais, mas que agora viviam reunidos e submetidos a uma homogeneização. As particularidades culturais eram desconsideradas e suas práticas religiosas consideradas como pecado, portanto, deveriam ser erradicadas.

Apesar de a prática utilizada pelos missionários ser considerada, atualmente, tão violenta e danosa quanto as dos colonizadores fazendeiros, os objetivos desses dois grupos eram considerados diferentes. Enquanto os fazendeiros queriam apenas mão de obra escrava,

¹⁵⁵ Instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola.

os missionários alegavam “proteção” aos índios, a fim de aplicar-lhes a catequese, acreditando que desta forma estariam libertando-os da selvageria até então praticada pelos povos primitivos. “Para fins práticos, os índios se subdividiam, no século XIX, em ‘bravos’ e ‘domésticos ou mansos’, terminologia que não deixa dúvida quanto à ideia subjacente de animalidade e de errância” (CUNHA, 2012, p. 61).

No território sergipano, especificamente na microrregião do Alto Sertão, próximo ao rio São Francisco, destacaram-se duas missões: a de Pacatuba e a de São Pedro de Porto da Folha. Conforme documentos históricos, o instituidor do Morgado de Porto da Folha, Pedro Gomes, reuniu os índios Aramurus (Orumarus) e utilizou-os como combatentes na expulsão dos holandeses da região. Como recompensa aos índios guerreiros, foi concedida a permissão de viverem nas terras do Morgado, além de receberem um missionário. Contudo, esclarecem Dantas e Dallari (1980):

[...] pela legislação portuguesa, a concessão de sesmarias era condicionada a que se deixasse terrenos reservados aos nativos, o que será explicitamente regulamentado em 1700, quando o rei ordena que se dê a cada aldeia uma légua de terra em quadro, para sustentação dos índios e seus missionários. (DANTAS E DALLARI, 1980, p. 13).

Assim, em 1672, durante o governo de Afonso F. de Castro, foi fundada pelos capuchinhos franceses a Missão de São Pedro de Porto da Folha, tendo como principal missionário o Frei Anastácio de Audierne, que ali permaneceu por seis anos catequisando os índios Aramurus. Além dos indígenas, Frei Anastácio também demonstrava estreita relação com os negros e os portugueses ribeirinhos da região. Como reconhecimento de seu trabalho, a Coroa lhe concedeu uma embarcação para auxiliá-lo em seus serviços. Dessa ação missionária resultou também a fundação da Missão de São Félix de Pacatuba, local onde estavam aldeados os índios Ciocós (posteriormente conhecidos como Xokós). No entanto, para os índios ribeirinhos os anos seguintes as fundações das Missões não seriam nada fáceis:

Sob a égide missionária, os índios ‘mansos’ passaram a ser utilizados pelo Estado em conflitos contra os índios ‘bravos’ e negros aquilombados. Como exemplo, em 1688, 300 Aramurus foram convocados para combater a “Revolta dos Bárbaros”, no Rio Grande do Norte [...] Dez anos mais tarde, foram obrigados a agir contra os negros aquilombados da Ilha do Ouro (SE). Além dos usos bélicos, os índios ribeirinhos também serviram como reserva de mão-de-obra de baixo custo para os fazendeiros (SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 28).

Utilizada como centro de homogeneização e aculturação das tribos indígenas a serviço dos interesses da Coroa na expansão colonial, a Missão de São Pedro permaneceu sob a gestão dos capuchinhos franceses até sua expulsão, em 1700. Após conturbado e violento período, em 1709, os capuchinhos italianos assumem as duas Missões são franciscanas em Sergipe (São Pedro e Pacatuba) onde permaneceram dirigindo-as até o início do século XIX.

De acordo com Dantas e Dallari (1980), em 1724, a Missão de São Pedro teria 320 índios. Esse número se reduziu para 250 índios, em 1758. Já no início do século XIX, a missão de índios da ilha de São Pedro aparecia em registros como um povoado, tendo 231 índios que se dedicavam à pequena lavoura de mandioca, efetuada na própria ilha e não mais nas terras da Caiçara (que já estavam arrendadas aos fazendeiros por valores irrisórios), numa tentativa de evitar que suas plantações fossem destruídas pelos rebanhos dos fazendeiros que invadiam as suas terras.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850, dispondo sobre terrenos devolutos, aumentam consideravelmente as tentativas dos fazendeiros de incorporarem as terras das aldeias indígenas, sob o pretexto de que os índios já não viviam aldeados, mas confundidos com a população civilizada. Sobre isso, é interessante notar como muda o discurso dos Presidentes da Província de Sergipe em relação aos índios junto aos órgãos do Governo Imperial neste período histórico.

Antes da referida lei, admitia-se explicitamente a existência de índios e pedia-se missionários para cuidar deles. Imediatamente após a referida lei nega-se sua existência. As aldeias passam a ser habitadas por “pessoas de diferentes castas” e “mestiços” confundidos na massa da população, propondo-se a sua extinção e a incorporação de suas terras aos Próprios Nacionais (DANTAS E DALLARI, 1980, p. 16).

Especificamente sobre as terras da Missão de São Pedro, escreve o Presidente da Província. A.J. Pereira de Andrade em correspondência dirigida ao Secretário Geral dos Negócios do Império:

Possuindo os índios de Porto da Folha e seus descendentes uma légua de terras excelentes para a criação de gado não há ali uma só casa que se possa notar como abastada (...). Sendo essa légua de terra só própria para criar gado, e não tendo criação alguma os indivíduos que dela estão de posse, pois se limitam a algum cultivo de arroz nas margens do Rio em suas vazantes, podem essas terras ser aproveitadas e incorporadas aos Próprios Nacionais (DANTAS E DALLARI, 1980, p. 16)

É por meio da prática de aforamento, garantida pela Câmara Municipal de Porto da Folha em 1888, que o Coronel João Fernandes de Brito (político importante na região do Baixo São Francisco) se apossa, gradativamente, das terras dos índios (Lagoa Grande, Lagoa Pão de Açúcar e Brandão e Lagoa da Caiçara). Nesse primeiro arrendamento, a ilha de São Pedro havia ficado de fora. No entanto, em 1897, o Coronel requer, com sucesso, ao Conselho Municipal de Porto da Folha “carta de aforamento não só dos três lotes indicados, como da Ilha de São Pedro, que faz parte dos mesmos terrenos” (DANTAS E DALLARI, 1980, p. 168).

Contudo, como o argumento usado pelos brancos para ter acesso legalizado à terra era a “falsa inexistência” de índios, enfatizam Dantas e Dallari (1980, p. 17), “[...] era necessário por todos os meios mantê-los dispersos e afastados do local da antiga aldeia, daí o uso constante de violência para evitar a presença de índios nas proximidades das terras disputadas”.

Assim, os habitantes da aldeia foram se dispersando. Alguns permaneceram nas terras da Caiçara, submetidos ao jugo do fazendeiro, trabalhando como meeiros, assalariados ou vivendo da pesca e da cerâmica, fabricada pelas mulheres; enquanto outros atravessaram o rio e foram pedir abrigo junto aos Kariri de Porto Real do Colégio¹⁵⁶, em Alagoas, onde continuaram lutando para terem seus direitos reconhecidos e retornarem às terras de seus antepassados, conforme relata Santos Júnior:

[...] os Xokós empreenderam contínuas jornadas em busca de fazer valer seu direito aos seus patrimônios, fundamentais para a sua vitalidade cultural. Em 1888, representantes da comunidade Manuel Esteves dos Anjos, Lourenço Marinho, Jesuíno Serafim de Souza e Manuel Pacífico de Barros, dirigem-se ao Rio de Janeiro em difíceis condições de viagem. Foram recebidos pelas autoridades centrais, que sugeriram ao Governo de Sergipe os devidos cuidados jurídicos em relação àquela comunidade; porém, o lento processo burocrático manipulado pelos poderosos locais inviabilizou o cumprimento das determinações. Dois anos mais tarde, nova marcha à capital recém-proclamada República foi efetuada pelos índios Antônio Venâncio Ribeiro, Francisco Mathias de Souza e Inocêncio Pires, este último intrépido líder que defendeu seu povo até meados do século XX. Todavia, persistiu a exclusão fundiária [...]. Em 1917, insatisfeitos com a falta de resultados concretos das primeiras viagens [...] os índios se sentiram instigados a realizar nova viagem, principalmente após a morte do Coronel João Fernandes de Brito [...]. Entretanto, mais uma vez persistiu a truculência dos coronéis, atrelada a permissividade das autoridades, ampliando-se a dispersão dos indígenas devido à violência dos jagunços. (SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 37-38)

¹⁵⁶ Atualmente, esta comunidade indígena é conhecida como Kariri-Xokó.

No decorrer do processo de expropriação do seu território, as 22 famílias que permaneceram na Caiçara tiveram que ocultar sua descendência indígena, assumindo-se como caboclos da Caiçara. Assim lembra o ex-cacique Apolônio Xokó:

Nós ficamos para garantir o território. Mas, até os meus 13 anos de idade eu não sabia da minha própria história porque não nos era permitido celebrar nossa cultura, nos rituais indígenas, dançar o toré. As famílias que aqui ficaram foram obrigadas a esconder que eram índios, senão eram jurados de morte pelos fazendeiros. Era uma tristeza, sem fim... imagina como é viver num lugar onde você tem seus direitos negados pelos poderes político e econômico. Foi preciso uma revolução. Nós fomos levados a uma guerra. (Depoimento de A.X, 53 anos)

Contudo, os Xokó não desistiram da luta da terra e, em 1964, novamente retornam à Capital Federal para reivindicar a posse da Ilha de São Pedro, porém sem sucesso. Na mesma época, com a conivência do prefeito de Porto da Folha, Pedro Xavier de Melo, foi autorizada a venda de extensos terrenos de propriedade municipal, incluindo a Fazenda Belém (que pertencia ao extinto aldeamento). A compra foi efetuada pela filha do finado Coronel João Fernandes de Brito, Elizabeth Guimarães Brito. Já na década de 1970, demonstrando mais uma vez seu caráter abusivo, os Brito resolvem invadir a Ilha de São Pedro, proibindo os Xokós de cultivarem seus roçados.

Se a luta para tentar se manter em suas terras não foi fácil para os índios da ilha de São Pedro, a luta para retornar às terras de seus antepassados seria ainda mais complicada. Mas, com o apoio da Pastoral da Terra da Diocese de Propriá, orientada pelo Bispo Dom José Brandão de Castro, bem como do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Universidade Federal de Sergipe, do Sindicato e Federação dos Trabalhadores Rurais e da Comissão Pró-Índio de Sergipe, os índios Xokó realimentaram suas esperanças e retornaram à batalha, porém, desta vez de forma politicamente organizada.

O marco histórico dessa luta mais recente é a retomada da Ilha de São Pedro, no mês de setembro de 1978, quando os índios Xokó, ainda residentes da Caiçara, decidem cercar a ilha. Por decisão judicial, entretanto, foram obrigados a abandoná-la e, além disso, tiveram que responder a quatro processos instaurados contra eles. Conforme lembrança do Xokó M.A.M:

Foi uma luta muito forte. Eu tinha meus 15 anos, já era um garotão, e via os pais da gente se acabando, sofrendo, a polícia chegando, pistoleiros também e as mães da gente só faltam morrer. Enquanto uns trabalhavam cuidando da roça, outros ficavam de vigia. Eu mesmo ficava de vigia e meu pai dizia: se aparecer algum estranho você

corre pra avisar. Quando aparecia alguém eu ia lá correndo avisar e aí se reunia todo mundo pra ficar mais forte. Mas, foi assim, uma luta pesada. (Depoimento de M.A.M, 58 anos)

No início de 1979, os Xokó enviam uma carta à FUNAI solicitando sua intervenção para que seus direitos fossem reconhecidos. Ainda no primeiro semestre deste ano, “[...] a FUNAI envia uma antropóloga (Delvair Melatti) que faz um levantamento genealógico dos habitantes e conclui pela ascendência indígena da população que se identifica como Xokó” (CPI-SP, 1983, p. 3). Após um ano de espera por decisão judicial, os índios Xokó retornam à Ilha de São Pedro, em 09 de setembro de 1979, decididos a não mais abandoná-la. Assim, o povo Xokó afirma:

Fomos levados à guerra que no século XX, ameaçando dizimar nosso povo, acabou por uní-lo e fortalecê-lo. Expulsos da Caiçara, berço da nossa gente, por pessoas que se dizem representantes da lei e da justiça, as vinte e duas famílias que lá habitavam, no entorno de tamarindos e mangueiras, bem como as quatro famílias que habitavam o Belém; com barcos e a nado atravessamos rumo à Ilha de São Pedro (CARTA XOKÓ, 2013)

No dia 11 do mesmo mês, é enviado um ofício da FUNAI¹⁵⁷ à Juíza de Direito da Comarca de Porto da Folha, comunicando que não se deve tomar qualquer decisão a respeito do processo que envolve os “índios Xocós, e por consequência, tutelados desta Fundação” (CPI-SP, 1983, p. 3). No dia seguinte, chega a Sergipe uma representação da FUNAI para realizar visita técnica à área.

Em novembro de 1979, uma “[...] farta documentação histórica comprovando a posse imemorial e continuada dos Xokó sobre as terras da Ilha de São Pedro e da Caiçara é enviada à FUNAI pela Comissão Pró-Índio de São Paulo” (CPI-SP, 1983, p. 3). No dia 11 do mesmo mês, a FUNAI presta ajuda aos Xokó enviando-lhes alimentos e lona para abrigá-los, pois na Ilha não haviam casas e as vinte e duas famílias tinham que dormir no relento. É o que conta o índio M.A.M:

Depois que nós retomamos a ilha, ficamos lá um tempo morando embaixo dos “pé de pau”, porque lá não tinham casas na época. A Funai, então, tomou conhecimento e nos enviou uma lona pra fazer uma barraca. Aí uma parte ficava embaixo da barraca grande e os outros ficavam embaixo dos “pé de pau” mesmo. Pra se manter a gente contou com o apoio de muitas entidades que traziam alimentos e

¹⁵⁷ Ofício nº 398/A 3º DR/79, conforme CPI-SP (1983).

combustível, como o CIMI, a Universidade e outras. (Depoimento de M.A.M. 58 anos)

No dia 07 de dezembro do mesmo ano, por meio do Decreto nº 4.530, o governador de Sergipe, Augusto Franco, sob pretexto de restabelecer a ordem social, desapropria a Ilha de São Pedro, reconhecendo assim o direito de propriedade dos Brito. Mas, somente em 25 junho de 1980, por meio da Lei nº 2.263, o Estado de Sergipe autoriza o Poder Executivo a doar ao Governo da União a Ilha de São Pedro. Entretanto, o processo burocrático de transferência foi lento e os índios Xokó só tiveram a documentação em mãos no dia 27 de julho de 1984.

Em 1985, conscientes da extensão de seu território e de que sua população se encontrava numa tendência de crescimento demográfico, os índios Xokó solicitaram ao órgão indigenista e ao INCRA/SE o início do levantamento fundiário e de demarcação das terras da Caiçara. Obviamente, tal propositura não foi bem aceita pelos fazendeiros que viam nessa ação o risco de perderem a terra. Em agosto de 1987, os Xokó taticamente ocuparam a Caiçara, mas foram rechaçados de forma truculenta pela polícia, comenta o ex-cacique Apolônio Xokó:

Antes de tomar essa decisão, nós pensamos muito. Porque a gente sabia que não ia ser nada fácil. Imagina se os Brito iam querer largar o osso. Teve até, naquela época, um outro homem que comprou uma parte deles. Mas eles não venderam toda a Caiçara não. Então nós voltamos pra Caiçara, que sempre foi nossa, e ficamos por lá um tempo. Mas logo veio a polícia pra nos intimidar. Eles vinham tudo armado, como se nós fosse um bando de bandido. Bandido eram eles que tinham roubado na cara dura as terras de nossos ancestrais. (Depoimento A.X, 53 anos).

Os índios se dirigiram à FUNAI, que repassou o assunto à Procuradoria da República. Sob a responsabilidade do Procurador da República Evaldo Fernandes Campos¹⁵⁸ (1988), foi elaborada a ação de reintegração de posse que garantiu aos índios Xokó o direito de terem suas terras de volta. Em 24 de dezembro de 1991, o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, por meio do Decreto nº 401, homologa a demarcação administrativa da Reserva Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe.

Lembro como se fosse hoje. A gente foi chamado pra comparecer na Procuradoria da República em Aracaju. No começo fiquei com um certo medo. Quando chegamos lá, encontramos Dr. Evaldo Campos. Um senhor baixinho, mas muito atencioso. Ele se mostrou interessado no nosso caso e disse que faria o possível pra garantir nossas

¹⁵⁸ Agradeço-o profundamente pela gentileza de ter concedido uma cópia deste documento para visualização pública durante a Exposição Natureza e Cultura do Povo Xokó.

terras de volta. A gente saiu de lá confiante. E não é que ele conseguiu mesmo. (Depoimento de A.X, 53 anos).

Apesar da segurança jurídica trazida pela homologação de suas terras, os índios Xokó ainda careciam de ações assistenciais e por isso foram obrigados a iniciar uma nova luta, isto é, a reivindicação pelo atendimento de seus direitos sociais. Durante toda a década de 1990, a preocupação maior da população era garantir a construção de casas para as famílias e a infraestrutura básica para se manterem na Reserva, a exemplo de um posto de saúde que funcionasse durante todos os dias da semana e escola para as crianças e adolescentes da aldeia.

Mas, foi somente na primeira década dos anos 2000 que os índios Xokó começaram a ver com maior entusiasmo suas reivindicações serem postas em prática. Em 2007, os índios Xokó iniciaram um processo de sensibilização das autoridades públicas, especialmente, vinculadas ao governo federal. Assim explica o Cacique Bá:

Nós passamos muitos anos lutando para termos o nosso território reconhecido. Uma luta muito dura, muito sofrida. Depois disso, precisamos de mais um tempo para compreender que tudo isso agora era nosso. Aí veio um monte de perguntas: Como vamos viver aqui? O que vamos fazer das nossas vidas? Que futuro queremos para nós? Era tudo novo. Foi preciso darmos um tempo para nós mesmos, buscar forças junto aos nossos ancestrais, retomarmos nossos costumes, nossa tradição. Foi então que percebemos que a gente não podia mais continuar daquele jeito. Era preciso melhorar a qualidade de vida do nosso povo. E pra isso começamos a buscar antigos e novos parceiros. (Depoimento de L.A.L, 29 anos).

No mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública na justiça federal, a fim de garantir o direito coletivo dos índios à preservação de seu patrimônio histórico e cultural. Além disso, o MPF realizou reuniões com órgãos responsáveis a fim de garantir o financiamento das obras de restauração da Igreja de São Pedro, orçada em 250 mil reais. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também implementou projetos na aldeia, no intuito de aumentar a renda dos índios e garantir a sustentabilidade da comunidade.

Hoje estamos trabalhando com o gado de leite, porque a região é produtora de laticínios. Mas, também temos algumas ovelhas. O sistema que utilizamos é o de pousio, para dar tempo da terra se recuperar. Também estamos desenvolvendo um projeto de apicultura junto aos jovens que se interessaram pela atividade porque, inclusive, assim ajudamos a reflorestar a mata da Caiçara, que tava completamente desmatada pela pastagem. [...] Nossa produção é toda orgânica. Não usamos veneno

na horta. Você pode tirar o tomate, o pimentão, a alface da terra e comer sem medo porque não tem veneno. (Depoimento de R.G.M, 44 anos).

Já na área da saúde, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) vinha desempenhando um papel tímido na região. Contudo, nos últimos anos, a assistência à saúde vem melhorando, gradativamente. A comunidade é atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI AL/SE), que presta assistência a hospitais da região, medicamentos, exames laboratoriais e algumas consultas especializadas são realizadas na unidade Mista de Saúde de Pão de Açúcar, em Alagoas. Já as de média e alta complexidade são realizadas em Maceió, capital alagoana. Na aldeia, atualmente, funciona um polo-base de saúde indígena, constituído de uma equipe composta por médico e odontólogo (não índios), enquanto que o restante da equipe é toda indígena: enfermeira, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, assistente de consultório dentário, agente indígena de saneamento (AISAN), agente indígena de saúde (AIS), piloto de lancha, motorista, auxiliar de serviços gerais e segurança. Segundo depoimento da presidente da Associação das Mulheres Indígenas Xokó:

Até o início desse ano (2014), a gente tava com um problema sério com o médico do polo-base. Numa reunião, ficamos sabendo que o médico havia sido contratado há dois anos e recebia salário de mais de 10 mil reais por mês, mas nunca tinha aparecido na Aldeia. Então denunciamos essa situação e, por causa do programa Mais Médico, foi enviado um médico cubano pra cá. No começo era difícil de entender o que ele dizia. A gente dava risada. O importante é que ele vem todos os dias. Cedinho da manhã ele já tá aqui. Atende todo mundo bem. Examina dos pés à cabeça e se precisar, manda pra Alagoas. É outra coisa. (Depoimento de K.S, 23 anos).

No que tange à educação indígena a situação da comunidade também vem melhorando a cada ano. Contudo essa luta também não foi fácil. Ainda em 1980, quando a comunidade não tinha a garantia de suas terras, foi solicitada a construção de uma escola para as crianças, porém a solicitação não teve sucesso. Por mais de três anos, as crianças ficaram sem frequentar a escola, mas aprendiam a ler, escrever e contar com a ajuda da professora Enoi (ALMEIDA, 2012a). Entre 1983 até 1996, a escola funcionou em caráter não oficial. Em 06 de setembro de 1994, foi assinada a portaria nº 3.730, criando o Núcleo de Educação Indígena. Ainda nesse ano, após reivindicação do cacique Apolônio Xokó, o governador Albano Franco, assina o decreto nº 15.903/96, criando a Escola Estadual Indígena Dom José Brandão de Castro. Já em 2002, através do Fundescola, foi construído um novo prédio (Figura 18)

Figura 18 - Escola Estadual Indígena Dom José Brandão de Castro



Crédito: Michele Amorim Becker, 2014

Contudo, a comunidade percebe que apesar dessas conquistas ainda é preciso ser feito mais em termos de educação. As crianças estão sendo alfabetizadas, os jovens permanecem na escola e os adultos já estão frequentando o ensino superior. Muitos, inclusive, tem analisado quais os setores mais carentes e deficitários da comunidade para então realizar sua formação. Mas eles sentem que é preciso mais. Durante o I Seminário Indígena essa questão ficou evidente. Conforme está escrito na Carta Xokó:

Em relação à Educação [...] ficou clara a necessidade de um maior comprometimento da Secretaria de Estado da Educação no que tange a implantação de uma Escola Indígena verdadeiramente diferenciada, conforme prevê a legislação em vigor no Brasil. As ações realizadas até agora por esta Secretaria, a exemplo do que foi apresentado por meio de publicações, foram importantes para o nosso povo, mas já não são suficientes para o momento atual de nossa história. Nossas crianças e jovens precisam ter, no ambiente escolar, um contato de qualidade com os conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação (PCN/MEC), amparado em um profundo conhecimento da sua própria cultura. Além disso, precisam buscar uma formação universitária, dentro das demandas da comunidade, sem com isso perder sua identidade. Pois, qual é o propósito dessa formação se não for para o bem-estar de nosso povo? Quem tem condições de dizer qual educação diferenciada é necessária para os Xokó? Essas são algumas das perguntas que necessitam de um diálogo mais apurado para se chegar às respostas concretas. (CARTA XOKÓ, 2013)

Finalmente, no que tange o rio São Francisco, a comunidade indígena Xokó faz questão de reafirmar, sempre que possível, a importância deste rio em suas vidas. Assim escrevem as alunas Sanawá e Amanda, no livro *Os Xokó e o rio São Francisco*:

Existe um elo muito forte entre o povo Xokó e o rio São Francisco. [...]. Em pleno sertão, temos uma grande fonte de vida e esperança, somos um povo rico, abençoado e privilegiado por termos um rio tão maravilhoso e imenso próximo da nossa comunidade. Sua beleza nos encanta, em noites de lua cheia, é nosso cartão postal, tudo é só beleza. Esse rio, que está em nossa alma, em nossa história, faz parte da vida de nosso povo, pois não existiria o povo Xokó sem o rio São Francisco (ALMEIDA, 2012b, p. 11)

Aos olhos das crianças tudo ainda é belo e encantador. No entanto, para os mais velhos, que já vivenciaram outros momentos deste mesmo rio, a situação atual do “Velho Chico” não é nada animadora. Os índios Xokó são unânimes ao afirmar que depois da construção da barragem do Xingó tudo mudou. “Há oito dias atrás eu tive lá na represa e quando eu vi aquilo lá eu chorei. Porque é uma coisa muito bonita que o homem fez, mas pra matar ele também. Você vê aquela água toda represada lá em cima e do outro lado um fio de água e pedra. É triste de mais, dá vontade de chorar”, comenta G.S.S, 30 anos.

“Antes tínhamos o rio, que era o nosso pai e as lagoas que eram as nossas mães. Dele tirávamos os peixes e a água, delas tirávamos nosso sustento, o arroz”, afirma o ex-cacique Apolônio Xokó, 53 anos. No entanto, hoje, a realidade é diferente. “O rio tá cada dia mais assoreado, seco. O pescado tá muito difícil e já não tem aquela variedade de espécies de tempos atrás e a suas águas estão poluídas. Se continuar assim, não sei o que vai ser desse rio e do povo todo que sobrevive dele”, comenta R.G.M, 44 anos.

De acordo com o pescador Xokó G.S.S, 30 anos, a situação está muito difícil pra quem sobrevive da pesca, pois o rio já não oferece a mesma quantidade, nem qualidade de peixes de antes. “Lembro de quando era pequeno e vinha pescar com o meu pai. Pra gente tirar 80 kg de peixe era fácil. E peixe bom, nobre. Hoje, eu fico pescando a noite todinha e quando tenho sorte volto pra casa com uns 10 kg, 15kg no máximo”. O pescador ainda identifica algumas espécies de peixes que existiam no rio São Francisco e que hoje são difíceis de se entrar. Dentre elas estão: Aragu, Mandim, Cumbá, Porró, Camarupim, Lambiá, Sardinha, Surubim e o Pirarucú. Segundo G.S.S, um dos motivos desse desaparecimento das espécies seria a baixa vazão do rio que, atualmente, é regulada pela barragem; outro motivo seria a introdução do

Tucunaré, espécie exógena que não encontra predador no São Francisco, mas que acaba com todas as espécies nativas.

4.2.4 Comunidade Quilombola da Resina

A Comunidade Quilombola da Resina está situada no município de Brejo Grande, no extremo nordeste do estado de Sergipe, a 137 km de Aracaju. O município localiza-se às margens do rio São Francisco em zona de planície litorânea. A região denominada “Foz do São Francisco”, marco da divisa entre os estados de Sergipe e Alagoas, é de característica estuarina (Figura 19). Devido à sua localização geográfica privilegiada, os ecossistemas da Foz são conhecidos como importante criadouro de espécies e favorecem, principalmente, os peixes que habitam a costa e os que vivem durante todo o seu ciclo de vida, ou parte dele, em águas com baixa salinidade.

Figura 19 – Cartografia social da Resina



Fonte: ALMEIDA, 2009

No processo histórico brasileiro, a experiência da liberdade, sobretudo para os negros, veio acompanhada do empobrecimento desses sujeitos que viam limitadas suas possibilidades de desenvolvimento cultural, econômico e subjetivo. Depois de abandonados à própria sorte, com a abolição da escravatura¹⁵⁹, em 13 de maio de 1888, muitos negros continuaram a formar quilombos de diversos tipos como condição de sobrevivência e alternativa às arbitrariedades que lhes foram impostas. Desde então, comenta Bastos (2007, p. 22), “[...] teve início um processo de expulsão ou remoção dos ‘libertos’ dos lugares que escolheram para viver”, sobretudo quando as terras em questão haviam sido compradas ou herdadas de antigos senhores. “[...] A apropriação do espaço que garantisse a reprodução de sua existência tornou-se um ato de luta para a maior parte dos afrodescendentes”.

Foi necessário um século, após a assinatura da Lei Áurea, para que surgisse um esforço de reconhecimento legal dos direitos das comunidades quilombolas. Isso se deu por meio da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras. Representando o marco legal da questão quilombola, esperava-se que a Constituição de 1988 desencadeasse um movimento de elaboração de leis e normas para regulamentar o processo de titulação das terras quilombolas. Contudo, esse o processo foi lento. Em nível federal, a iniciativa mais recente data de 20 de novembro de 2003, quando o governo estipulou por meio de decretos¹⁶⁰ normas para a regulamentação das terras quilombolas, delegando ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a competência para a titulação.

Conforme explica O’Dwyer (2007), a partir da Constituição de 1988, o termo “quilombo”, antes de uso quase restrito a historiadores e referido ao passado como nação,

¹⁵⁹ Os negros, trazidos do continente Africano, eram transportados dentro dos porões dos navios negreiros. Devido as péssimas condições deste meio de transporte, muitos deles morriam durante a viagem. Após o desembarque eles eram comprados por fazendeiros e senhores de engenho, que os tratavam de forma cruel e desumana. O principal fator que manteve a escravidão por um longo período foi o econômico. A economia do país contava somente com o trabalho escravo para realizar as tarefas da roça e outras tão pesadas quanto esta. As providências para a libertação dos escravos deveriam ser tomadas lentamente. A partir de 1870, a região Sul do Brasil passou a empregar assalariados brasileiros e imigrantes estrangeiros, sobretudo, alemães e italianos; no Norte, as usinas substituíram os primitivos engenhos, fato que permitiu a utilização de um número menor de escravos. Já nas principais cidades, era grande o desejo do surgimento de indústrias. Visando não causar prejuízo aos proprietários, o governo, pressionado pela Inglaterra, foi alcançando seus objetivos aos poucos. O primeiro passo foi dado em 1850, com a extinção do tráfico negreiro. Vinte anos mais tarde, foi declarada a Lei do Ventre-Livre (de 28 de setembro de 1871). Esta lei tornava livre os filhos de escravos que nascessem a partir de sua promulgação. Em 1885, foi aprovada a lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários que beneficiava os negros de mais de 65 anos. Foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que a liberdade total finalmente foi alcançada pelos negros no Brasil. Para mais informações sobre a história do Brasil, ver Holanda (2006), Ribeiro (2006), Fausto (2004).

¹⁶⁰ Decretos 4.883, 4.884 e 4.887.

adquire uma significação atualizada, passando a conferir direitos territoriais que permitem, através de várias aproximações, desenhar uma cartografia social inédita. Assim, “[...] a construção de uma identidade originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT”. Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, “[...] que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada”.

Contudo, enfatiza Bastos (2007), apesar de todas as intempéries, a exemplo das ameaças de expropriação e invasão de seus territórios, as comunidades remanescentes de quilombos continuam reivindicando o direito de permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras que ocupam, assim como o livre exercício de suas práticas culturais. É por meio deste viés de luta por reconhecimento, e pelos direitos ao território e ao ambiente saudável que seguiremos a descrição da Comunidade Quilombola da Resina.

Segundo depoimentos dos mais velhos¹⁶¹, o povoado Resina existe há muito tempo e ultrapassa várias gerações. Primeiro, foram os escravos das fazendas de engenho que ao fugirem mata adentro acabavam se instalando próximos do rio. Depois, como “meeiros”¹⁶² na plantação de arroz nas lagoas da região. “Era uma vida muito triste e sofrida. Nós via como sapo no pé do boi. Era dominado pelo fazendeiro. Então, pra gente fazer uma barraca de palha era obrigado a vir pedir a ele um chão”, comenta M.S, 64 anos.

De acordo com M.S.R.S, 71 anos, a região toda pertencia há uma única família. “Zé Martinho Machado tinha 11 filhos e se dizia dono de todas essas terras, que começava no rio Parapuça e seguia até o rio Paraúna. Ele dizia que a gente morava aqui de favor, porque ele permitia. Então tinha que trabalhar pra ele no sistema de meia”. As famílias que lá viviam plantavam as tarefas de arroz, quase em regime de escravidão, conforme acrescenta M.S.R.S:

Os ‘home’ arrastavam o mato e semeavam o arroz. Aí vinha aquela ruma de ‘muié’ que ia plantando com o dedo, as pobre. Ele (fazendeiro) dava uma merrequinha pra gente fazer a feira, mas a gente tinha que comprar no depósito dele: açúcar, farinha,

¹⁶¹ Importante enfatizar que diferentemente dos índios Xokó, que dispõe de uma vasta literatura acadêmica sobre a luta deste povo para a retomada de suas terras, no caso dos quilombolas da Resina, ainda são poucas as referências científicas sobre essa comunidade. Por este motivo, a descrição da Comunidade Quilombola da Resina será, prioritariamente, focada nos depoimentos de seus membros.

¹⁶² Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção.

sabão e a querosene, porque não tinha luz. Quando ele fazia o balanço dele todinho no final do ano, metade era nosso e metade dele. Se com o dinheiro do arroz não desse pra pagar as coisinhas que a gente comprava, a gente ficava na ‘praia’. E ele dizia, “olha, você ainda ficou devendo. Vamo trabalhar de novo e no próximo ano você paga”. (Depoimento de M.S.R.S, 71 anos)

O problema maior relatado pelos quilombolas da Resina era a fome que as famílias passavam naquela época, pois nem o arroz que eles plantavam podiam consumir em casa:

Muita fome nós passemos, com arroz na lagoa e nós não podia tirar uma bolsa de arroz pra pisar no pilão e come com a família em casa porque eles (capataz) vinham acompanhando na estrada pra olha se era arroz que nós levava pra casa. E quando a gente levava o arroz pra casa, eles tomavam o arroz e a gente chegava em casa sem nada. E nós trabalhando como uns louco, como uns doido, passando fome. A gente só não morria de fome porque no rio tinha muito peixe e camarão que a gente pescava pra comer, senão a gente não tava aqui pra contar essa história. (Depoimento de M.S., 64 anos)

Depois que terminou o sistema de meia, a situação ficou ainda mais complicada para os moradores da Resina, pois os herdeiros daquele que se dizia “dono das terras” não queriam saber de ninguém trabalhando nas lagoas. Tanto que colocaram o gado para pastar no lugar que antes se plantava arroz. Foi nesta época, então, que os novos “donos das terras” resolveram plantar coqueiros. Assim, explica, M.S.:

Os moradores faziam roça e eles plantavam coqueiro novo e mandavam o morador cuidar dos coqueiros até ficar grande. Quando tava grande, eles mandavam tirar os arames das cercas. Aí meu marido e os outros diziam: “como é que eu vou tirar os arames com a minha plantação”. Aí eles diziam: “mas é pra tirar porque o gado não come mais os coqueiros”. A gente não tirava não. Quando era no outro dia, o arame tava no chão e as coisas tudo comida dos gado deles. Então, era eles mesmos que derrubavam ou mandavam derrubar que era pra modo do gado destruir o que nós tinha plantado. [...]. Se criasse um animalzinho tinha que pagar o pasto pra eles. E com esse causo a gente foi se desgostando e muitos deles (moradores) foram embora, outros morreram e outros ficam permanecendo na comunidade. E como eles fizeram muita ingratidão com a gente, nós foi viver de pescaria no rio. (Depoimento de M.S, 64 anos)

Foi entre as décadas de 1980 e 1990 que começaram a aparecer propostas de projetos governamentais para a compra de barcos para a pesca artesanal. E com a venda do pescado os moradores da Resina conseguiram sobreviver por mais alguns anos. Assim, comenta o pescador J.F.P.S:

A gente foi tirar o nosso sustento do rio que dava muito peixe. Dava camarão de água doce, xira, pilombeta, robalo, tainha, piau, carapeba... Era de noite no rio e de dia de “puça” (uma espécie de coador de pesca, também conhecido como jereré ou passágua) pelas lagoas. Naquela época era tudo salgado porque não existia gelo. Juntava aquela ruma de ‘muié’ pra trata os peixe. Passava dois, três dias, pegava ele e colocava no sol pra secar. Quando era final de semana ia vender o peixe em Piacabuçu. (Depoimento de J.F.P.S, 44 anos)

Já em 2006, as famílias da Resina voltaram a sofrer novas ameaças que giravam em torno do conflito de terras. Desta vez, a ameaça não vinha dos fazendeiros da região, mas de uma grande empresa da construção civil da capital, a Sociedade Nordestina de Construções S/A (NORCON). De acordo com depoimentos e notícias de jornais¹⁶³, a empresa pretendia construir às margens do rio um hotel luxuoso, no lugar onde historicamente vive essa comunidade. Para intimidar os moradores do local, vários tipos de violência contra a vida e o patrimônio de uso coletivo foram realizados, tais como: queima de suas casas, destruição de roças, impedimento da pesca nas lagoas marginais e manguezais, derrubada de cercas, etc. O ponto máximo desse conflito, segundo os quilombolas, foi quando o proprietário da Norcon enviou um helicóptero com seus representantes avisando que o território pertencia à empresa. Esta mesma construtora ofereceu dinheiro e casa no povoado Saramém (povoado vizinho) para que as famílias se retirassem do local, com o discurso de que se tratava de uma empresa com responsabilidade social e que tinha como objetivo melhorar o índice de desenvolvimento humano na região¹⁶⁴. Como algumas famílias aceitaram a oferta, isso acabou provocando conflitos internos na comunidade. Contudo, a grande maioria resistiu e permaneceu no local.

Para fortalecer e enfrentar os conflitos relacionados ao território e à geração de renda, a comunidade passou a se mobilizar e fazer parte de movimentos sociais. Assim, se formou a Associação Tradicional de Pescadores Artesanais do Povoado da Resina. Torna-se

¹⁶³ NE NOTÍCIAS. **Iran: Conflitos na Resina foram agravados depois da compra de área pela Norcon.** 06 fev. 2008. Disponível em: http://www.nenoticias.com.br/55121_iran-conflitos-na-resina-foram-agravados-depois-da-compra-de-area-pela-norcon.html;

ARTICULAÇÃO POPULAR DO BAIXO SÃO FRANCISCO. **Empresa Norcon continua ameaças contra comunidade pesqueira.** 03 abril 2008. Disponível em: <http://baixosaofrancisco.blogspot.com.br/2008/04/empresa-norcon-continua-ameas-contr.html>;

ALAGOAS 24H. **Norcon usa métodos arbitrários, truculentos e ilegais para expulsar população.** 29 dez 2008. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/788794/norcon-usa-metodos-arbitrarios-truculentos-e-ilegais-para-expulsar-populacao/>;

ADITAL. **Quilombolas da resina sofrem invasão e exigem resolução de conflitos por terras.** 02 ago. 2011. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=58912.

¹⁶⁴ INFONET. **Norcon propõe ação social para moradores da Resina.** 11 jun. 2008. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=74144&titulo=cidade>

INFONET. **Norcon diz que busca diálogo sobre a Resina.** 13 jun. 2008. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=74226>;

imprescindível pontuar que a ligação dessa comunidade com a natureza vai além da questão econômica, pois o lugar representa para eles a fonte de subsistência e de onde perpetuam o conhecimento das práticas locais que é transmitido de geração em geração. É o que comenta a quilombola M.S.S:

O rio São Francisco é tudo pra nós. Dele tiramos todo o nosso sustento. O peixe, o caranguejo, o camarão. Suas águas enchem as lagoas para a plantação do arroz, mas também molham o roçado que dá macaxeira, milho, feijão, coentro e até melancia. Se esse rio morrer, não sei o que vai ser de nós. O que vamos fazer? (M.S.S, 40 anos)

Nessa perspectiva, a realidade atual liga-se à afirmação enquanto comunidade tradicional, que por sua vez está diretamente relacionada à territorialidade e à produção. De acordo com o INCRA (2013), essa comunidade afirmava-se, até pouco tempo atrás, como posseiro, pois viviam nas terras das grandes fazendas locais. Atualmente, a afirmação enquanto Comunidade Pescadora Artesanal e Quilombola, nos povoados que antes faziam parte das grandes fazendas foi parte determinante no processo de reconhecimento das terras destas fazendas como área da União. Conforme relatório do INCRA:

Em 2008, uma comissão multidisciplinar dos órgãos federais e estaduais, realizou levantamentos fundiários e mapeou as terras públicas que estavam sob domínio de latifundiários e da multinacional construtora de hotéis, que pretendia construir um hotel de luxo na comunidade pesqueira da Resina. Os relatos dados pelos pescadores demonstram um processo de perseguição violenta contra a comunidade. No mesmo ano, jagunços queimaram barracos de pescadores e diminuíram a área da comunidade, com cercas, numa tentativa de pressão contínua. [...]. Em 22 de novembro de 2009, o Ministério Público Federal de Sergipe, oficializou publicamente o acesso livre das famílias pesqueiras às lagoas marginais da região. Um ano após, o INCRA/SE iniciou a demarcação da área onde vivem as famílias de pescadores artesanais da Resina. O Juizado da 2ª Vara Federal de Sergipe deu direito de causa, concedendo uma área de 172.139,6 hectares, reconhecidamente à área de Quilombo. [...]. Em 31 de agosto de 2011, cerca de 40 homens invadiram a comunidade, para destruírem plantações e quebrarem as cercas que demarcam o território quilombola recém-criado. (INCRA, 2013).

Por ser terras de interesse da União, o território reivindicado pelos quilombolas insere-se no Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, art. 10, que diz “Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagoas, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão medidas cabíveis para a expedição do título”. Como foi exposto acima, tais medidas começaram a serem tomadas pelo INCRA já no ano de 2008, com a formação de uma comissão multidisciplinar para a realização do relatório técnico. Mas, foi somente em 2010

que a Justiça Federal de Sergipe reconheceu a área como pertencente à União, além de confirmar que a mesma estava sendo tradicionalmente ocupada por quilombolas, autorizando o INCRA a cercar uma área de 174 hectares utilizada pela comunidade da Resina¹⁶⁵.

Foi a partir desta decisão judicial que em 2011, após novos episódios de violência na região e a solicitação de proteção policial via Ministério Público Federal¹⁶⁶, que a comunidade quilombola da Resina finalmente teve acesso à serviços oferecidos pelo estado, a exemplo de energia elétrica e o fornecimento de sementes¹⁶⁷ para o plantio do arroz nas onze lagoas que integram o território quilombola. Antes disso, as famílias que viviam às escuras, também não tinham acesso a nenhum tipo de bens duráveis em seus domicílios, como: geladeira, fogão, televisão, rádio ou qualquer outro equipamento que necessitasse de eletricidade.

Com a posse do território garantido pela Justiça e a assistência técnica do estado, os quilombolas iniciaram, também em 2011, um trabalho coletivo de rizicultura nas lagoas. A comunidade se dividiu em grupos menores, entre cinco e sete famílias, para dar conta do trabalho em todas as lagoas. Assim explica o quilombola C.F.S:

A gente cuida do processo todo de forma coletiva. Cada lagoa fica sob responsabilidade de um grupo de famílias. Essas pessoas vão se revezando no trabalho de limpar o terreno, plantar, adubar... Aí, quando chega na época da colheita, todo mundo meio que ajuda no serviço. E assim, a gente vai colhendo o arroz em cada uma das onze lagoas. Depois que a safra é vendida, a gente faz um balanço final de quanto foi gasto e quanto a gente recebeu. O dinheiro que sobra a gente divide entre todas as famílias que trabalham de forma igual. Ninguém fica com mais ou com menos. (Depoimento de C.F.S, 46 anos).

O sucesso desse trabalho surpreendeu até o mais otimista dos quilombolas e chegou a ser comentado por sites e blogs que vinham acompanhando todo o processo de luta dessa comunidade pelo reconhecimento de seu território¹⁶⁸. “O trabalho foi árduo, mas o arroz vingou”, disse J.F.P.S. Em junho de 2012, por exemplo, a comunidade havia colhido e comercializado 2.340 sacas de grãos de primeira qualidade. Outras três lagoas ainda estavam plantadas e, no final de julho, a expectativa era de colher mais 3.000 sacas.

Contudo, após dois anos de produção coletiva de arroz nas onze lagoas e excelentes resultados nas safras, os quilombolas da Resina novamente se depararam com o “fantasma”

¹⁶⁵ PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE. **Justiça reconhece que área ocupada por quilombolas pertence à União.** 18 nov. 2010. Disponível em: http://www.prse.mpf.gov.br/signo/vernoticiaInternet.php?cod_noticia=2966.

¹⁶⁶ PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE. **MPF/SE solicita à SSP proteção a comunidade quilombola em Brejo Grande.** 01 ago. 2011. Disponível em: http://www.prse.mpf.gov.br/signo/vernoticiaInternet.php?cod_noticia=3416.

¹⁶⁷ As sementes são fornecidas pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO).

¹⁶⁸ PORTAL GELEDES. **Quilombolas de Brejo dos Negros e da Resina colhem os frutos da sua luta.** 26 jun. 2012. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/quilombos-e-quilombolas/14667-quilombolas-de-brejo-dos-negros-e-da-resina-colhem-os-frutos-da-sua-luta>

do conflito de terras. Em abril de 2013, a comunidade recebeu o aviso de reintegração de posse da sede da Fazenda Capivara, onde se localiza a maior parte das lagoas que utilizavam para a plantação de arroz. A reintegração foi dada há uma suposta herdeira da propriedade, que tem aproveitado o tempo para realizar benfeitorias, prevendo compensações futuras no caso de desapropriação por parte do Estado. Já a situação dos quilombolas voltou a mudar, segundo relato de J.R.S:

Agora nós estamos sem acesso a cinco lagoas e os grupos que trabalhavam nelas foram incluídos nas outras lagoas. Quer dizer, fica mais apertado e menos renda pra gente. Esperamos que a presidente (Dilma Rousseff) veja como fica essa questão para que ela libere logo o nosso território. Porque essa área aqui todinha é quilombola. Área da União. E nós vive aqui a mais de 150 anos. Meu pai morreu com 74 anos e disse que a comunidade existia há muitos anos. Nós não estamos roubando nada de ninguém, como algumas pessoas dizem por aí. Nós temos nossos direitos porque somos quilombolas e estamos reivindicando o direito que a justiça nos dá. (Depoimento de J.R.S, 27 anos).

Atualmente, na Comunidade Quilombola da Resina residem 42 famílias. Estas famílias caracterizam-se, basicamente, como sendo do tipo nuclear (pai, mãe e filhos) e numerosa (5 membros, em 37% das famílias) e vivem com uma renda de 1 a 3 salários mínimos. A chefia da casa é dividida entre homens e mulheres, e a relação de dependentes no núcleo familiar é alta. De maneira geral, as atividades socioeconômicas demonstram a existência de uma inserção social vulnerável com severo risco de completa exclusão. Sobra a pesca como alternativa, mas essa também vai seguindo escassa na capacidade do provimento dos mínimos vitais ao grupo.

Na Resina, o acesso à assistência básica de saúde é precário. Não existe atenção à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, o que também é refletido nas jovens mães de muitos filhos. A cata do caranguejo é considerada insalubre, devido ao prolongado período de tempo que as mulheres trabalham mergulhadas na lama e na água. Também não é oferecido à comunidade qualquer serviço preventivo ou orientação, nem de assistência quando se agravam os problemas, dada a ausência de um posto de saúde dentro da comunidade.

Outro problema grave relacionado à saúde é a falta de acesso à água encanada e tratada, bem como à falta de acesso ao saneamento básico. Na comunidade, algumas poucas famílias tiveram condições de comprar um motor para puxar a água diretamente do rio, porém sem nenhum tratamento. Isso facilitou muito o trabalho das mulheres, pois são elas as “responsáveis” por cuidar de todas as tarefas da casa, como limpar, preparar as refeições, lavar roupas e louças e dar banho nas crianças, entre outros. Contudo, algumas famílias ainda

não tiveram a mesma sorte e continuam utilizando às margens do rio para realizarem suas tarefas diárias (Figura 20).

O fato é que estudos têm comprovado que as águas do rio São Francisco estão cada dia mais contaminadas devido ao uso contínuo de agrotóxicos nas áreas de irrigação, por produtos químicos rejeitados pelas indústrias que se localizam às margens do rio e pelos esgotos urbanos que são despejados no rio sem nenhum tratamento. Ainda segundo o quilombola J.R.S:

A água que a gente toma vem direto do rio e não temos como tratar a não ser com hipoclorito, mas nós não conseguimos assim fácil. No posto não é sempre que tem. Então, nós não temos o costume de tratar e isso causa muitas doenças, principalmente nas crianças que tem mais facilidade para pegar uma “barriga inchada”, verminose, enfim, doença no fígado. Mas, a gente não tem o que fazer, então tem que tomar dela. Outro problema é que há mais de mais de mês não vem médico aqui e não tem médico no posto do Saramém (povoado vizinho). Essa semana mesmo, eu estive doente e tive que ir a Neópolis porque não tinha médico aqui. Carro também é difícil. Quando precisa, liga para a prefeitura e eles mandam uma ambulância, aí dependendo da gravidade vai pra Neópolis ou Propriá. Se for um caso de acidente, como do meu cunhado, vai para Aracaju. (Depoimento de J.R.S, 27 anos)

Figura 20 – Quilombola lava louça e trata o peixe às margens do rio



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

Para que as crianças da Resina possam estudar, elas precisam percorrer diariamente dois quilômetros (2 km) de estrada de chão até chegar ao povoado mais próximo, Saramém. Lá funciona uma escola de ensino fundamental, onde as crianças têm acesso à educação básica e à merenda escolar. Já os jovens precisam viajar até a Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, há 8 km de distância da Resina para ter acesso ao ensino médio. Essa longa distância diária, atrelada à necessidade de ajudar a família no trabalho, tem feito com que muitos jovens acabem desistindo dos estudos. Infelizmente, na Comunidade Quilombola da Resina ainda não podemos encontrar jovens que estejam frequentando escolas técnicas ou universidades. Mas, com a força de vontade que eles têm e a coragem de superar todos os obstáculos, não é de se duvidar que em poucos anos o nível escolar desses ribeirinhos esteja mais elevado. Cabe às instituições públicas de ensino firmarem parcerias futuras para melhor qualificar essas pessoas e, assim, contribuir para que as mesmas possam decidir o rumo de suas próprias vidas, com autonomia e da forma mais sustentável possível.

4.3 Para ver, rever e vivenciar: diário de campo

A descrição que será apresentada a seguir faz parte do diário de campo que foi sendo construído no decorrer da pesquisa. As visitas às comunidades tradicionais ocorreram, em sua grande maioria, nos finais de semana, por dois motivos: primeiro, porque as pessoas poderiam dar mais atenção à pesquisadora, haja vista que durante a semana eles realizam suas atividades de subsistência, deixando o final de semana reservado para o lazer e a convivência em família; segundo, porque durante a semana, a pesquisadora precisava cumprir suas obrigações junto à universidade, a exemplo, dos créditos cursados. Como já foi mencionado anteriormente, a pesquisa de campo iniciou no segundo semestre de 2012, com as viagens de reconhecimento das comunidades tradicionais que seriam acompanhadas durante o doutorado, e encerrou no segundo semestre de 2014, com as viagens realizadas para a captação das entrevistas.

Assim, em 2012, foram realizadas duas viagens à Aldeia Indígena Xokó, única tribo indígena do estado de Sergipe. A primeira visita aconteceu no mês de agosto, em decorrência de uma Aula Pública, ofertada pelo Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, que na ocasião ministrava a disciplina “História de Sergipe I”, junto ao Departamento de História, da Universidade Federal de Sergipe. A visita foi muito breve e bastante conturbada, tendo em

vista a quantidade de pessoas que se faziam presentes no local (em torno de 90 pessoas). Contudo, foi de extrema valia, pois naquele momento foi possível estabelecer os primeiros contatos com as lideranças da tribo, ou seja, o cacique Bá, o ex-cacique Apolônio e o Pajé Raimundo. Foi também, neste momento, que se soube das comemorações que ocorreriam no dia 09 de setembro, data importante para a tribo Xokó, pois comemora-se a retomada da Ilha de São Pedro e, naquele ano, em específico, aconteceria também o casamento do Cacique Bá com a índia Danielle Xokó (Figura 21).

Figura 21 – Casamento do Cacique Bá com a índia Danielle Xokó



Crédito: Michele Amorim Becker, 2012

Em virtude dessas comemorações, a segunda viagem à Aldeia Xokó foi organizada para o final de semana do dia 09 de setembro de 2012. Chegou-se na aldeia no dia 08 e aproveitou-se aquele dia para conversar com algumas pessoas da tribo e saber como andavam os preparativos da festa. Descobriu-se que todos os moradores da aldeia realizavam tarefas específicas para o bom funcionamento das atividades, ou seja, enquanto as mulheres se preocupavam com a preparação dos alimentos para os convidados, os jovens estavam trabalhando na limpeza do “espaço comunitário” da aldeia e com a decoração da Igreja para a missa de casamento. No final da tarde, “guerreiros” e “guerreiras”, como se autodenominam, seguiram para o Ouricuri, local sagrado para o povo Xokó, onde “não-índio” não tem

autorização de entrar. Na madrugada do dia 09, por volta das 5 horas da manhã, os índios Xokó (adultos, jovens e crianças) realizaram um cortejo com o objetivo de chamar todos da aldeia para comemorar o casamento do Cacique Bá. Ao final do cortejo, que demorou em média uns quarenta minutos, todos retornaram às suas casas para iniciar um novo dia. Por volta das 7h, começaram a chegar os primeiros convidados. Já por volta das 9h, os guerreiros e as guerreiras, ao som do Toré, retornavam do Ouricuri e deram início ao casamento indígena. Ao final do ritual que ocorreu em volta do mastro (Figura 22), no espaço comunitário da aldeia, todos se deslocaram para o interior da Igreja de São Pedro, para a realização do casamento católico, na presença do Bispo de Propriá, D. Mário Rino Sivieri. Após o casamento, foi servido um almoço comunitário para todos os convidados, com direito a bolo e frutas, bem como foi entregue uma panelinha de barro¹⁶⁹ como lembrança dos noivos. Importante destacar que essa comemoração foi toda registrada em fotografias¹⁷⁰ e filmagens, com o objetivo de servir de suporte de análise das relações sociais da comunidade e, ao mesmo tempo, possibilitar a criação de um acervo audiovisual das populações tradicionais.

Figura 22 – Guerreiros e guerreiras dançam Toré em torno do mastro



Crédito: Evaldo Becker, 2012

¹⁶⁹ Os artefatos de barro, como a panelinha, fazem parte do artesanato típico do povo Xokó, mas que em função do baixo custo na comercialização vem sendo desvalorizado, sobretudo pelas jovens índias que tradicionalmente realizam esse trabalho com a matéria-prima que é extraída das margens do rio São Francisco.

¹⁷⁰ No caso específico das fotográficas, algumas integraram o acervo da Exposição Fotográfica “Natureza e Cultura do Povo Xokó” que ocorreu entre os dias 23 de setembro a 20 de outubro, no Cultart, Aracaju, sob a coordenação de Evaldo Becker e Michele Amorim Becker. A exposição faz parte dos resultados preliminares do projeto de pesquisa “Ética socioambiental em comunidades tradicionais do Baixo São Francisco em Sergipe”, financiado pelo CNPq.

Neste mesmo ano, realizou-se uma viagem para a comunidade da Resina, no feriado do dia 15 de novembro. A viagem durou quatro dias e durante este período aproveitou-se para conversar com alguns moradores da comunidade, bem como foi realizado um passeio à foz do rio São Francisco (Figura 23) e na croa do antigo povoado Cabeço. Este povoado, localizado na divisa entre Alagoas e Sergipe, experimentou os efeitos mais devastadores da erosão marinha. Em poucos anos, o mar invadiu casas e construções da comunidade pesqueira, que tinha aproximadamente 400 moradores. Esses moradores foram realocados em um assentamento, chamado Saramém, cinco quilômetros rio adentro. Isso também prejudicou economicamente a comunidade, acostumada a pescar na área do Cabeço. O processo de avanço do mar sobre a vila é atribuído, segundo os moradores do Saramém e da Resina, às represas construídas no rio São Francisco, como a Usina Hidroelétrica do Xingó, que reduziram a vazão do Velho Chico e abriram espaço para o mar entrar. A antiga vila foi completamente destruída. Seu símbolo é um velho farol do século 19, que ficava em terra firme e hoje está a dezenas de metros da costa, onde atualmente encontram-se alguns barracos, construídos pelos pescadores da região para servir de apoio nas noites de pescaria (Figura 24).

Figura 23 – Foz do rio São Francisco (lado de Sergipe) com o farol do Cabeço ao fundo



Crédito: Michele Amorim Becker, 2012

Figura 24 – Crôa do antigo povoado Cabeço



Crédito: Michele Amorim Becker, 2012

Já no primeiro semestre de 2013 foram realizadas sete viagens de campo, sendo três para a Comunidade Quilombola da Resina, três para a Comunidade Indígena Xokó e uma para a Usina Hidroelétrica do Xingó, localizada entre os municípios de Canindé do São Francisco/SE e Piranhas/AL.

Nos dias 16 a 17 de fevereiro realizou-se a segunda viagem de campo à Comunidade da Resina. Nesta visita apresentamos às lideranças da comunidade o projeto de pesquisa e nossas intenções no trabalho de campo, bem como participou-se de uma atividade cultural que estava sendo promovida pela Associação dos Moradores de Brejão dos Negros (Figura 25).

Figura 25 – Mulheres quilombolas dançam Maracatu



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

Nos dias 8, 9 e 10 de março foi realizada a terceira viagem para Aldeia Xokó. Além das conversas que foram estabelecidas com os índios sobre o rio, a pesca e outras formas de trabalho desenvolvidas pela comunidade, como a pecuária e a apicultura, também nos foi dada a oportunidade de conhecer melhor o território indígena (Figura 26) e a história de luta pela retomada das terras da Caiçara nos anos de 1980. Esse passeio foi guiado pelo ex-Cacique e, atualmente, uma das principais lideranças da tribo, Apolônio Xokó.

Figura 26 – Antigo porto da Caiçara em terras Xokó



Crédito: Evaldo Becker, 2013

Entre os dias 28 e 30 de março, Sexta-feira Santa e Páscoa, foi organizada pelos pescadores da Resina e do Saramém uma visita à sede da Fazenda Capivara, local onde os quilombolas plantavam arroz em mutirão e pequenos roçados, tais como: macaxeira, milho, batata doce, amendoim, feijão de corda, banana, melancia. A seca que assolava o lugar há mais de quatro meses possibilitou o registro de tristes cenas, como a de um bezerro que foi deixado pelos quilombolas à sombra para morrer pois já se encontrava muito debilitado em função da falta de água e de comida (Figura 27).

Figura 27 – Visita à sede da Fazenda Capivara, Brejo Grande/SE



Crédito: Evaldo Becker, 2013

Nos dias 17, 18 e 19 de abril, em comemoração ao Dia do Índio, participou-se do I Seminário Indígena Xokó. O evento foi organizado pelas lideranças locais e contou com a participação de autoridades do Estado de Sergipe, dentre eles, o Magnífico Reitor da UFS, Prof. Dr. Ângelo Antonioli. O objetivo central do seminário foi mostrar aos Secretários de Estado e a sociedade em geral que a luta por terra faz parte da história do povo Xokó, contudo, existe uma luta ainda maior que precisa ser travada: a luta pela garantia de seus direitos. Segundo o ex-cacique Apolônio, “o povo Xokó não quer ser tutelado pelo Estado; quer apenas que seus direitos sejam cumpridos”. No final do Seminário foi feita a leitura da Carta do Povo Xokó (ANEXO A) e, logo em seguida, o guerreiro e guerreiras dançaram o toré com uma oração indígena (Figura 28) para agradecer pela conclusão dos trabalhos.

Figura 28 – Cacique Bá lidera índios durante Toré



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

Na sequência, entre os dias 20 e 21 de abril, realizou-se, às pressas, uma viagem de campo para a Comunidade da Resina. A urgência devia-se ao fato de que naquela semana os quilombolas que estavam cultivando arroz em mutirão, na sede da Fazenda Capivara, receberam um pedido de reintegração de posse de uma suposta herdeira da propriedade, conhecida como Catarina. A região da Foz do São Francisco, como é de conhecimento dos sergipanos, sempre foi uma região cobiçada, fato este que acabou por levá-la há uma série de conflitos pela posse do território. Naquele momento, o conflito entre quilombolas e a elite política e econômica de Brejo Grande voltava à tona. Era preciso acompanhar as decisões políticas do grupo de perto. Saber que postura seria tomada? O que eles estavam achando dessa situação? Como pretendiam resolvê-la? E exatamente isso que foi feito. Os quilombolas da Resina insatisfeitos com a decisão que havia sido tomada pela Justiça - tendo em vista que no ano anterior haviam recebido o direito de ocupar aquela região, onde encontram-se nove das onze lagoas utilizadas para o plantio comunitário do arroz; além de todo o investimento que havia sido feito para a produção daquela safra – decidiram permanecer nas proximidades e montar acampamento para ficarem vigilantes (Figura 29).

Figura 29 – Quilombolas acampados na entrada da Fazenda Capivara



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

No dia 10 de maio passou-se rapidamente na Ilha de São Pedro com o intuito de deixar algumas molduras que foram trabalhadas por dois artesões Xokó, Yatan e Inajar, e que fizeram parte da exposição fotográfica “Natureza e cultura do povo Xokó”. Já nos dias 11 e 12 de maio, viajou-se para Canindé de São Francisco a fim de realizar uma visita à Usina

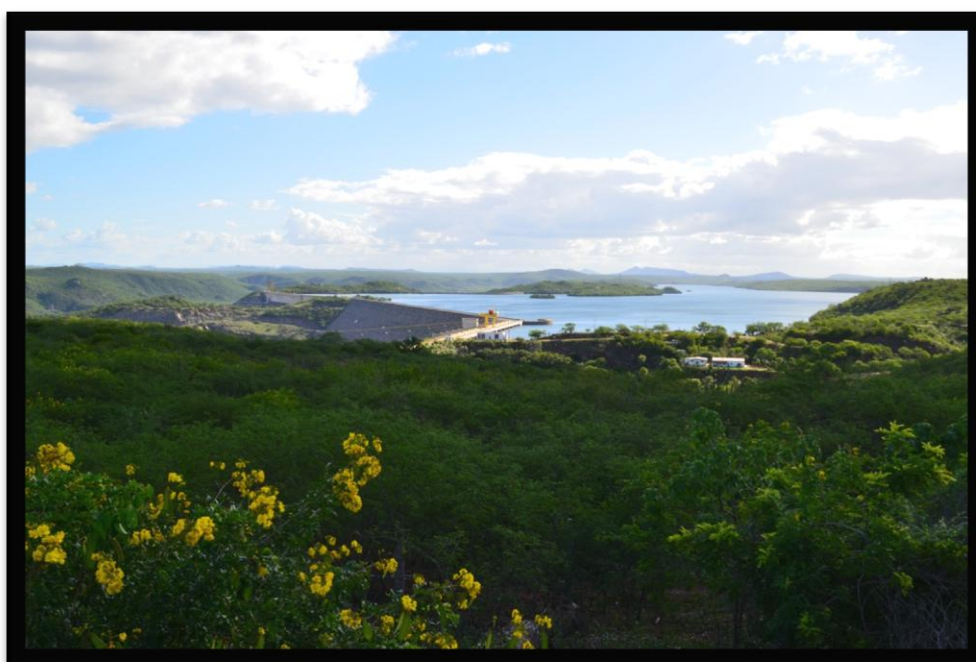
Hidrelétrica do Xingó (Figura 30). A tentativa foi de melhor compreender a dimensão dos impactos socioambientais gerados pela construção da barragem (Figura 31), presentes tanto nos discursos dos índios quanto dos quilombolas.

Figura 30 – Usina Hidrelétrica do Xingó vista em solo sergipano



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

Figura 31 – Barragem do Xingó vista em solo alagoano



Crédito: Evaldo Becker, 2013

O segundo semestre de 2013, iniciou com uma viagem à Ilha de São Pedro. Entre os dias 23 a 24 de agosto, nos encontramos com alguns índios para prosseguir com a visita pelo território indígena e conhecer lugares que serviram de palco de inúmeras batalhas travadas entre os índios Xokó e os fazendeiros da região. Nessa ocasião, conhecemos as antigas sedes da “Fazenda Novo Belém” (Figura 32) e da “Fazenda Betume”, locais que pertenciam à Família Brito, mas que hoje integram a reserva indígena¹⁷¹.

Figura 32 – Ruínas da sede da Fazenda Belém, Porto da Folha/SE



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

Entre os dias 06 a 09 de setembro de 2013, retornou-se à Ilha de São Pedro para acompanhar a tradicional Festa de Retomada da Terra. Neste ano, em especial, os índios não demonstravam tanta animação à data comemorativa, como no ano anterior. Isso deve-se ao fato de que o Pagé Raimundo, principal líder espiritual da tribo, estava na casa de parentes na Capital há vários dias em função de doença. Como o Pagé já dispõe de uma idade avançada, muitos temiam que ele acabasse por não retornar vivo à tribo. Em razão disso, os mais velhos mostravam-se mais contidos e, sempre que possível, lembravam a falta do Pagé. Os jovens guerreiros e guerreiras (Figura 33) ficaram responsáveis pela marcha no espaço central da

¹⁷¹ Mais informações sobre esse fato histórico podem ser obtidas junto à Ação Civil Pública que requeria a reintegração de posse da Fazenda Caiçara, em favor dos índios Xokó. A ação foi impetrada pelo Ministério Público Federal no Estado de Sergipe, sob responsabilidade do então Procurador Evaldo Fernandes Campos, em 18 de janeiro de 1988.

aldeia, mas a tradicional execução do Toré em torno do mastro, contudo, foi muito breve neste ano, haja vista que é nesse momento que o Pagé faz uma espécie de “benção” indígena. As crianças, por sua vez, estavam tipicamente enfeitadas para a festa: com seus corpos pintados, seus saiotes de palha, cocares e colares (Figura 34). Foi também no dia 09 de setembro a abertura da Exposição Fotográfica “Território e Identidade Xokó”¹⁷², realizada no Colégio Estadual Indígena Dom José Brandão de Castro e, cujo objetivo foi retratar, por meio do olhar do outro (dos pesquisadores), a riqueza das pessoas e do lugar que o povo Xokó vive.

Figura 33 – Cacique Bá e seus guerreiros



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

¹⁷² Essa iniciativa integrou o projeto “Ética socioambiental nas comunidades tradicionais do Baixo São Francisco em Sergipe”. Por se tratar de uma investigação científica que adota como metodologia a pesquisa participante, entendeu-se que as primeiras pessoas beneficiadas com a ação cultural deveriam ser os próprios índios, com ênfase nas crianças que frequentam a escola. Desta exposição prévia foi organizada uma exposição maior que aconteceria no mesmo mês no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART), em Aracaju.

Figura 34 – Crianças enfeitadas para a festa de retomada da terra



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

No final de semana dos dias 20 a 22 de setembro, retornamos à Aldeia Xokó para desmontar a exposição fotográfica ocorrida no colégio, e principalmente, para selecionar, com o auxílio dos índios quais os objetos de uso pessoal seriam incorporados à Exposição “Natureza e cultura do povo Xokó” (Figura 35), ocorrida entre os dias 26 de setembro a 18 de outubro, no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART), em Aracaju. O processo de seleção dos objetos foi muito profícuo, pois ao fazer a escolha do que entraria no catálogo da exposição, também foram se desenrolando conversas mais pessoais sobre como esses objetos foram confeccionados. Por exemplo, a mulher do cacique, emprestou seu traje de noiva e comentou sobre a emoção que sentiu no dia do seu casamento. Seu vestido foi idealizado por Inajar Xokó, um dos artesões da aldeia; outra índia Xokó, emprestou o saioté que usa nos rituais do Ouricuri. Segundo seu relato, o saioté (feito pelo namorado, que hoje é seu marido) lhe acompanha há mais de dez anos; outra índia Xokó emprestou o seu cocar branco, de penas de galinha, e naquela ocasião explicou como ocorre a escolha das penas e qual a diferença entre o cocar feminino e o masculino; já os colares e as bordunas foram emprestadas pelos artesões que lembraram do processo de fabricação das peças. Essas conversas, além de trazerem detalhes de cada peça e de tornar ainda mais claro a estreita relação deste povo com a natureza, também possibilitaram uma maior aproximação e, porque não, um sinal de confiança dos índios em relação à pesquisadora. Afinal de contas,

eles estavam concedendo um pouco de suas próprias histórias. Após o término da exposição, os objetos retornaram aos seus respectivos donos.

Figura 34 – Abertura da Exposição “*Natureza e cultura do povo Xokó*”



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

No final de semana do feriado de 15 de novembro de 2013, participou-se da Romaria em Defesa do Rio São Francisco. Centenas de ribeirinhos, vindos dos mais diversos pontos do rio se encontraram na Foz do São Francisco, em Piaçabuçu/AL, e participaram da celebração realizada pelo Bispo Dom Cappio, na companhia do Frei Isaias, duas personalidades religiosas reconhecidas entre os ribeirinhos por suas causas em defesa do rio. Alguns líderes comunitários também aproveitaram a ocasião para denunciar o descaso que o rio vem sofrendo e, por conseguinte, o impacto que isso vem ocasionando às populações que vivem à sua margem. Por fim, manifestações culturais celebraram a vida e o respeito à natureza (Figura 36).

Figura 36 – Mulheres quilombolas dançam Maracatu durante romaria em defesa do rio São Francisco



Crédito: Michele Amorim Becker, 2013

Já o primeiro semestre de 2014 foi marcado por duas viagens à Comunidade da Resina. A primeira ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro e teve como objetivo discutir com os pescadores a relação de trabalho dos mesmos, tendo em vista que estava encerrando o período de defeso da Piracema na Bacia Hidrográfica do São Francisco¹⁷³. Nesse momento, ficou evidente a falta de informação de muitos pescadores quanto à importância do defeso para a reprodução de espécies pesqueiras. Em compensação, outros tantos chegam a esse entendimento e buscam cumprir a lei. Contudo, em ambos os casos os pescadores se questionam sobre o que devem fazer para conservar o ambiente sem ter que necessariamente reduzir a renda familiar (Figura 37). Apesar de ganhar um “seguro-defeso”¹⁷⁴, muitos afirmam que a quantia paga pela União não garante o sustento de suas famílias durante os cinco meses de defeso. Isso justificaria a necessidade de continuar pescando. Além disso, também há um problema de ordem cultural: a base alimentar de uma família de pescador é o peixe, portanto, impossível viver sem a pesca.

¹⁷³ Conforme Portaria 50/2007 do Ibama, o período de defeso é anual, de 1º de novembro a 28 de fevereiro, e tem como objetivo estabelecer normas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Ainda segundo a Portaria, o defeso é estabelecido para proteção à reprodução natural dos peixes. Por este motivo, só é permitida a pesca profissional e amadora nas modalidades desembarcada e embarcada, nos rios e reservatórios da bacia, utilizando linha de mão ou vara, linha e anzol, molinete ou carretilha com iscas naturais e artificiais. Redes de malha, popularmente conhecidas por “rede de arrasto” e comumente utilizadas pelos pescadores artesanais são proibidas.

¹⁷⁴ O seguro defeso é uma política pública passiva, instituída pelo governo federal, que concede renda mínima ao pescador profissional artesanal durante o período de proibição da pesca. (MENDONÇA e LUCENA, 2013, p.1).

Figura 37 – Pescadores quilombola tecem rede enquanto aguardam o fim do defeso



Crédito: Evaldo Becker, 2014

Em termos ambientais é inegável a importância de se estabelecer um período de defeso para que as espécies possam se reproduzir e assim, manter o ambiente minimamente equilibrado. No entanto, em termos sociais fica evidente que a simples proibição, sem maiores esclarecimentos às comunidades, bem como a ausência de outras políticas públicas que possibilitem a geração de atividades complementares, especificamente neste período, acaba gerando uma série de questionamentos e insatisfações.

A segunda viagem de campo do referido semestre foi realizada entre os dias 09, 10 e 11 de maio de 2014. O objetivo foi acompanhar o processo de reintegração de posse da sede da Fazenda Capivara. Das quarenta e duas famílias que vivem na Comunidade da Resina, cerca de 20 realizavam trabalho coletivo no plantio do arrozal, nas nove lagoas localizadas na Fazenda (Figura 38). Essa área, segundo o então presidente da Associação dos Pescadores Artesanais da Resina, Clezivaldo Santos, integra a área demarcada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no processo de regulamentação das terras quilombolas. Contudo, no final do mês de abril, a Justiça havia dado ganho de causa à herdeira da propriedade. As famílias decidiram em reunião coletiva, ocupar a sede do INCRA, no dia 28 de abril, para exigir agilidade no processo que se arrasta desde julho de 2013. Outra decisão conjunta foi a de fazer vigília na sede da Fazenda. Segundo relatos, as famílias já haviam preparado a terra e plantado as mudas para a nova safra. Passados quase dois anos do

ocorrido, permanece o impasse. A herdeira realizou diversas benfeitorias, prevendo compensações futuras no caso de desapropriação, e os quilombolas permanecem sem as lagoas e, por conseguinte, sem uma importante atividade de sustento das 42 famílias, ou seja, a rizicultura.

Figura 38 – Quilombolas trabalhando no cultivo do arroz



Crédito: Evaldo Becker, 2014

Em função dos últimos fatos ocorridos, optou-se em fazer um pré-teste das entrevistas, contemplando, sobretudo aspectos históricos e de luta por território. Mas, conforme já mencionado, as entrevistas têm como objetivo buscar, por meio da história oral, as narrativas da experiência humana sobre a temática dos riscos socioambientais da transposição percebidos pelas comunidades acompanhadas. Nesse sentido, essa primeira experiência foi importante porque até então, eles estavam mais acostumados com a presença da máquina fotográfica ao invés da filmadora, com tripé e microfone. Apesar da timidez inicial, as quatro primeiras pessoas entrevistadas conseguiram desenvolver bem suas histórias e, ao final dela, demonstraram um sentimento de dever cumprido.

Desta maneira, no segundo semestre de 2014 reservou-se duas semanas para a realização das entrevistas filmadas. Entramos em contato com as comunidades para comunicar, aos respectivos líderes, quais eram nossas intenções para aquela semana de atividades. Assim, do dia 10 de agosto de 2014 (domingo) ao dia 17 de agosto de 2014 (domingo) realizou-se as entrevistas com dez quilombolas da Resina, sendo que o mais jovem

tinha 27 anos e o mais velho tinha 71 anos no momento da entrevista. Já na semana do dia 01 de setembro de 2014 (segunda-feira) ao dia 07 de setembro de 2014 (domingo), realizou-se as entrevistas com quatorze índios Xokó, sendo que o mais jovem tinha 21 anos e o mais velho tinha 58 anos no momento da entrevista. Infelizmente, naquele momento não foi possível entrevistar o Pajé Raimundo, um dos mais velhos da Aldeia, pois o mesmo encontrava-se há meses na casa de parentes em Aracaju para realizar tratamento médico. Como ele encontrava-se muito debilitado fisicamente a família não autorizou o seu depoimento.

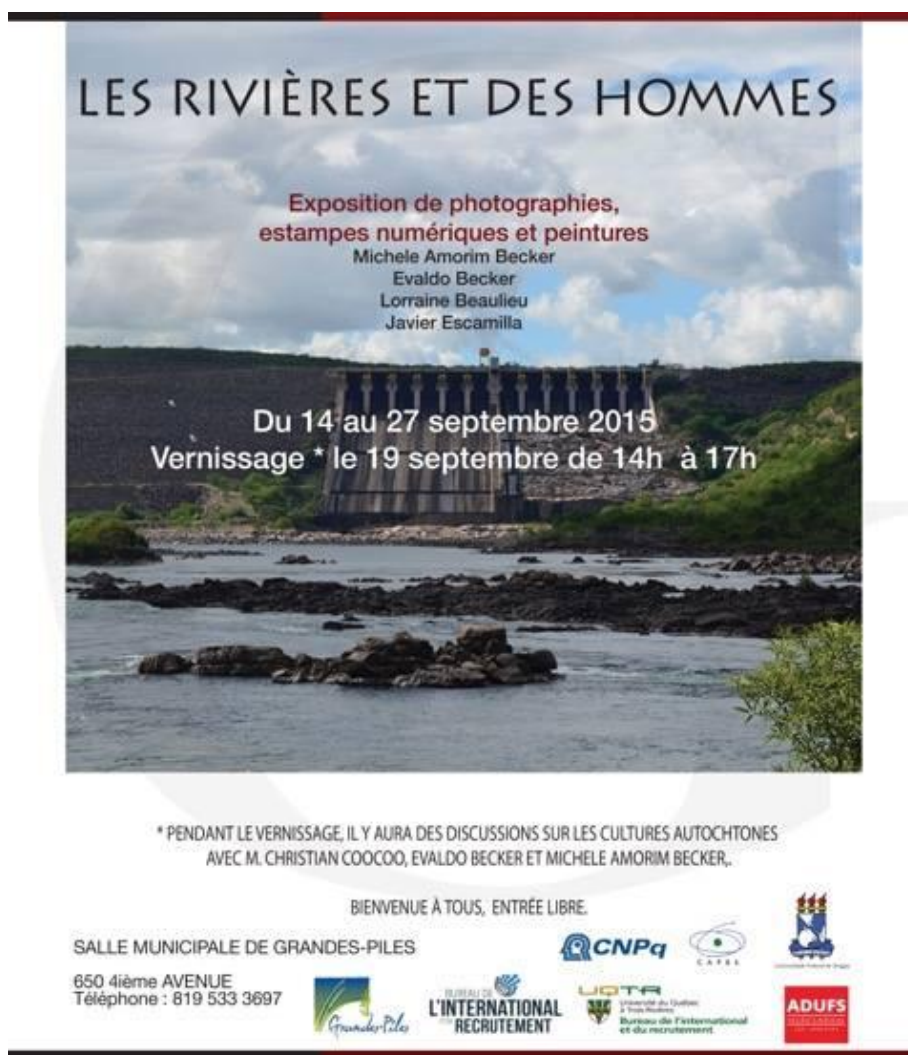
Importante enfatizar que as pessoas selecionadas para as entrevistas foram justamente aquelas com quem se manteve um maior contato durante todo o período de pesquisa. Pessoas que se demonstravam interessadas em participar do processo e, sobretudo, que tinham algo a dizer. No decorrer da semana de atividades, em cada comunidade, foram agendados horários para os entrevistados. As entrevistas, portanto, não ocorreram sempre no mesmo local, ao contrário, muitas delas foram realizadas em locais históricos, selecionados pelo próprio entrevistado, cujo objetivo era deixá-los mais confortáveis. É o caso do cacique Bá que nos levou até o local onde ele recebeu de seus ancestrais a responsabilidade de ser o novo líder da tribo Xokó quando tinha apenas 18 anos de idade. Sobre este fato, em específico, vale enfatizar que desde a retomada da terra indígena pelos Xokó, seus caciques eram escolhidos por voto com tempo de mandato definido. No caso do cacique Bá, este foi escolhido durante ritual indígena Xokó e permanece na liderança há mais de 10 anos. Em função dessas viagens para a escolha dos locais de captação das entrevistas, o período de estadia nas comunidades foi mais prolongado. Contudo, o resultado foi extremamente produtivo tendo em vista que as pessoas entrevistadas estavam se sentindo confortáveis com os locais que haviam escolhido para darem seus depoimentos, ou seja, próximo de lagoas importantes para as comunidades, em meio ao roçado, à margem do rio, dentro de barco, no meio da mata ou mesmo na varanda de suas casas. Independentemente do local escolhido para a captação da entrevista, o processo era o mesmo para todos os entrevistados: explicava-se o objetivo da entrevista para a pesquisa; depois lia-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização de uso de Imagem; pedia-se para que todos assinassem os documentos, caso eles estivessem de acordo; em seguida, aplicava-se o formulário de pesquisa com um questionário fechado e genérico e, finalmente, a entrevista propriamente dita priorizando a história oral e a memória coletiva dessas comunidades.

Como desde seu início do doutorado, esta pesquisadora se propôs a adotar o método de pesquisa participante, no final de 2015, após o período de um ano realizando estágio de

doutorado no *Département de Communication Sociale à l'Université du Québec à Trois-Rivières*, com a supervisão do prof. Dr. Raymond Corriveau, voltou-se às duas comunidades no intuito de dar um retorno sobre a pesquisa realizada. Os resultados da pesquisa foram apresentados às comunidades e discutidos com os seus membros no intuito de confirmar se as análises e interpretações da pesquisadora estavam em conformidade com as experiências e vivências dos grupos.

Após a exposição dos resultados da pesquisa também foram apresentadas uma série de imagens do Canadá, mais especificamente da província do Québec, enfatizando as mudanças de clima em função das estações do ano, a relação deste país com o meio ambiente e a riqueza cultural dos povos autóctones. Além disso, também foram apresentadas imagens da Exposição *Les rivières et des hommes*, realizada entre os dias 14 e 27 de setembro de 2015, na Sala Municipal de Grandes-Piles, Canadá (Figura 39).

Figura 39 – Cartaz de divulgação da Exposição “*Les Rivières et des hommes*”



Crédito: Lorraine Beaulieu, 2015

A exposição foi elaborada em parceria com dois artistas da *Univeristé du Québec à Trois-Rivières* (UQTR), Lorraine Beaulieu e Javier Escamilla, e contou com a participação de um representante dos índios Atikameks, Christian Coocoo. Seu objetivo era discutir as questões do multiculturalismo e o meio ambiente nas Américas (do Sul e do Norte). Daí a escolha de fotografias dos índios Xokó e quilombolas da Resina, enquanto representantes das comunidades tradicionais que habitam às margens do rio São Francisco/Brasil, bem como das estampas e pinturas produzidas coletivamente com os índios Atikameks, enquanto representantes dos povos autóctones que habitam às margens do rio *Saint Maurice*/Canadá. Ao final da apresentação, tanto os índios Xokó quanto os quilombolas da Resina demonstraram apreço pela oportunidade de visualizarem paisagens e culturas tão distintas daquelas a que estão acostumados, bem como de terem suas culturas divulgadas internacionalmente.

4.4 Conclusão do capítulo

Nosso propósito ao desenvolver este capítulo era o de apresentar as duas comunidades tradicionais que habitam a região do Baixo São Francisco em Sergipe e que foram alvo de nossas observações durante a realização desta pesquisa de doutorado. Entendemos, no entanto, que isso não seria possível sem antes enfatizar quais as contribuições da Antropologia (sobretudo da Antropologia Visual) nesta etapa empírica da pesquisa, tendo em vista que se utilizou tanto da fotografia quanto do audiovisual para a captação de dados. Também não poderíamos apresentar a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina, sem antes expor quais são os entendimentos sobre o conceito de “comunidades tradicionais”. Para tanto, apresentamos as formulações “oficiais”, analisadas a partir de documentos (decretos e leis) do governo brasileiro; bem como da Convenção 169 da OIT, que aparece na literatura como sendo o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos “povos indígenas e tribais”, dentre eles: o direito de participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional suscetíveis de afetá-los diretamente. Finalmente, com base nos dados coletados durante a pesquisa de campo, descrevemos às referidas comunidades tradicionais, priorizando suas histórias, seus modos de vida e suas relações com o rio São Francisco.

5 ANALISAR E INTERPRETAR

O primeiro movimento rumo ao entendimento do debate a respeito do risco consiste em descer das alturas dos telhados e examinar a fundação de cada série de argumentos.

DOUGLAS & WILDAVSKY

Após uma longa trajetória de estudos sobre a comunicação dos riscos da transposição das águas do rio São Francisco, onde foram contemplados tanto a pesquisa bibliográfica quanto as pesquisas documental e de campo, é chegado o momento de realizar as análises e as interpretações dos dados obtidos durante essa investigação científica. Para contribuir com esta etapa da pesquisa é necessário retomar alguns preceitos expressos por Augras (Capítulo 2) quando a mesma trata da importância das técnicas de observação indireta e direta nos estudos sobre opinião pública, bem como rever as contribuições de Díaz Bordenave e Peruzzo (Capítulo 3), sobre comunicação e participação social.

Sobre a técnica de observação indireta, Augras (1970) explica que ao se propor a realizar um estudo sobre a opinião pública é fundamental que o pesquisador leve em consideração todas as fontes de informação, sejam eles documentos primários (oficiais) ou secundários (imprensa), pois a análise dessas fontes poderá contribuir no processo de investigação de tendências e influências dos grupos de pressão sobre a opinião pública.

Do ponto de vista prático, entende-se que essa etapa prévia de análise da opinião pública - a observação indireta - foi contemplada por Becker (2011) durante a realização da pesquisa documental, em nível de mestrado, que avaliou os processos de comunicação dos riscos relacionados a transposição, a partir do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e os discursos veiculados nos principais jornais sergipanos (*Correio de Sergipe*, *Jornal da Cidade* e *Cinform*) durante o período histórico de 2004 a 2007. Assim, tal análise documental será retomada neste capítulo de forma sucinta, com o objetivo de indicar quais foram os riscos socioambientais da transposição divulgados à sociedade sergipana.

No que tange a observação direta, Augras enfatiza que suas técnicas são dirigidas tanto para indivíduos quanto para grupos, pois busca investigar de maneira mais aprofundada as atitudes e opiniões dessas pessoas. Assim, as técnicas de observação direta podem seguir regras mais restritas ou mais livres como, por exemplo, a realização de entrevistas (estruturada, semiestruturada ou livre), a aplicação de questionários ou de formulários. Mas, para todos os casos, é necessário adquirir a confiança do entrevistado, além das necessárias qualidades pessoais de objetividade e comunicação.

Entende-se que as viagens de campo, atreladas a realização de entrevistas não diretiva e a aplicação de formulários contemplam a proposta de Augras para a efetivação de uma observação direta na pesquisa de opinião pública. Portanto, é com base nessas informações, obtidas durante a realização da pesquisa de campo que serão apresentados os depoimentos dos integrantes das comunidades tradicionais (indígena e quilombola) especificamente sobre a percepção e opiniões dos mesmos sobre os riscos socioambientais da transposição do rio São Francisco. Ressalta-se, entretanto, que nem todos os riscos divulgados no RIMA são aplicáveis a região do Baixo São Francisco e, portanto, não poderiam ser percebidos pelas comunidades tradicionais analisadas; ao contrário dos riscos veiculados nos jornais sergipanos, pois todos se aplicam ao Baixo São Francisco, tendo em vista seu caráter de informação regional.

Por este motivo, optou-se em desenvolver um sistema de indicadores¹⁷⁵ para a elaboração de uma Matriz de Sensibilidade¹⁷⁶ (Quadro 5), no intuito de melhor evidenciar as percepções dos índios e dos quilombolas sobre o rio São Francisco. Deste modo, o conceito de referência para a matriz será “Riscos Socioambientais”. Este, por sua vez, contará com duas dimensões: “Riscos Sociais” e “Riscos Ambientais”. Para cada dimensão do conceito de referência serão apresentados três atributos, isto é, para a dimensão “Riscos Sociais” têm-se os atributos “cultural”, “econômico” e de “políticas públicas”, enquanto que na dimensão “Riscos Ambientais” têm-se os atributos “químico”, “físico” e “biológico”. Os indicadores, foram elaborados a partir dos riscos identificados tanto no RIMA quanto nos jornais sergipanos e classificados por seus atributos. Já o modo de obtenção das sensibilidades será a

¹⁷⁵ Os indicadores podem informar sobre um determinado processo, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável. Conforme Bellen (2006, p. 42), seu objetivo é “[...] agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente. Eles simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação”.

¹⁷⁶ Ver Souza (2007) e Santos Lobo (2007).

partir da forma “Binária”, ou seja, presença (P) ou ausência (A) desses indicadores nas percepções das comunidades tradicionais.

Quadro 5 – Proposta para construção da Matriz de Sensibilidade

CONCEITO DE REFERÊNCIA	DIMENSÃO	ATRIBUTO	INDICADORES	MODO DE OBTENÇÃO
Riscos Socioambientais	Riscos Sociais	Cultural	A definir (RIMA e Jornais)	Binária (P X A)
		Econômico	A definir (RIMA e Jornais)	Binária (P X A)
		Políticas Públicas	A definir (RIMA e Jornais)	Binária (P X A)
	Riscos Ambientais	Químico	A definir (RIMA e Jornais)	Binária (P X A)
		Físico	A definir (RIMA e Jornais)	Binária (P X A)
		Biológico	A definir (RIMA e Jornais)	Binária (P X A)

Fonte: BECKER

Finalmente, para encerrar a análise referente ao nível de participação das comunidades tradicionais no processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição utilizar-se-á o modelo de comunicação situacional (Capítulo 3) que melhor se enquadra ao fenômeno analisado. De acordo com Mucchielli (2008), este modelo de comunicação, que tem sua base epistemológica ligada às teorias construtivistas, foca-se na construção do saber e na ideia do sentido partilhado a partir das respostas as sete questões importantes: 1. Quais são as questões identitárias e com que intencionalidade elas são expostas? 2. Que contexto normativo? 3. Qual posicionamento? 4. Qual o contexto interacional e qual a qualidade da relação? 5. Qual o contexto temporal? 6. Qual o contexto espacial? 7. Qual o contexto sensorial? Além disso, durante a análise da participação das comunidades tradicionais no processo comunicativo também se levará em consideração a proposição de Díaz Bordenave (2013) referente aos tipos, graus e níveis de participação social, bem como os níveis de participação no processo comunicativo, proposto por Peruzzo (1999).

5.1 Revendo o Projeto de Transposição

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério

da Integração Nacional. Seu objetivo principal, conforme o discurso do governo, é assegurar água para uma população de aproximadamente 12 milhões de pessoas que vivem em 390 municípios do semiárido nordestino, região brasileira que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas. Para tanto, o projeto prevê: aumentar a oferta de água, com garantia de abastecimento no Polígono da Seca; fornecer água de forma a complementar os açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão da água; e reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações.

De acordo com o projeto, a integração do rio São Francisco com as bacias dos rios temporários do semiárido será possível a partir da retirada contínua de $26,4 \text{ m}^3/\text{s}$ de água, o equivalente a apenas 1,42% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho ($1850 \text{ m}^3/\text{s}$) que seguirão por dois canais (Figura 40). No Eixo Norte (que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) serão transpostos $16,4 \text{ m}^3/\text{s}$ (0,88%) enquanto que no Eixo Leste (que beneficiará parte do sertão e as regiões do agreste de Pernambuco e da Paraíba) serão transpostos $10 \text{ m}^3/\text{s}$ (0,54%). Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver com excesso de água, enfatiza o projeto, o volume captado poderá ser ampliado para até $127 \text{ m}^3/\text{s}$, aumentando a oferta de água para múltiplos usos. Contudo, não há proposta apresentada para os anos em que o reservatório de Sobradinho estiver registrando volume abaixo da média normal, como é o caso percebido no início do ano de 2016.

Figura 40 – Mapa das bacias doadora e receptoras e a localização dos canais Norte e Leste da transposição



FONTE: BRASIL, 2004

Com a transposição, assegura o Governo Federal, os grandes açudes (Castanhão – CE, Armando Ribeiro Gonçalves – RN, Eptácio Pessoa – PB, Poço da Cruz – PE e outros) do Nordeste Setentrional passarão a oferecer uma maior garantia para o fornecimento de água aos diversos usos das populações. Contudo, um dos problemas verificados nestes últimos anos refere-se ao atraso no andamento de obras complementares e estruturantes cuja responsabilidade se estende aos estados e municípios. Conforme relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), durante audiência pública da Comissão Externa da Transposição do Rio São Francisco, ocorrida em novembro de 2015, cinquenta e sete por cento (57%) dos municípios da área de influência direta do projeto, ou seja, cidades com proximidade de até 50 quilômetros dos canais, cujo impacto influencia diretamente a qualidade da água, não possuem serviços adequados de sanitário para receber e dar vazão as águas transpostas¹⁷⁷.

Outra importante questão que esteve presente ao longo da última década diz respeito à sustentabilidade do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. De acordo com Silva e Cunha (2014) enquanto os opositores ao projeto lançaram argumentos fundados principalmente na questão ambiental como chave para a compreensão dos supostos danos e conflitos (ACSELRAD, 2004) que esse megaprojeto pode trazer ao meio ambiente, prejudicando o rio e aqueles que dele necessitam para viver e reproduzir seu modo de vida; os defensores da transposição também incorporaram elementos ambientalizados em seus discursos, na medida em que defendiam a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e proteção da natureza, numa estratégia de “uso racional dos recursos”, inserida numa perspectiva modernizante.

Não obstante a dimensão sustentável deste empreendimento hídrico, duas perguntas nos instigavam: Na tentativa de aumentar a oferta hídrica à região do Nordeste Setentrional, como o gestor do projeto avaliou os riscos socioambientais diretos e indiretos do empreendimento? E com base nesta avaliação preliminar, como a imprensa sergipana informou tais riscos à sociedade? A tentativa de resposta ocorreu na forma de análise documental tanto do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) quanto dos discursos jornalísticos proferidos pelos jornais sergipanos entre os anos de 2004 e 2007, período em que ocorriam às audiências públicas para a viabilização do início das obras (Becker, 2011). Os resultados apresentados ao final do Mestrado serão sistematizados nesta tese de doutorado na

¹⁷⁷ Para ler a reportagem completa **Problemas enfrentados pela transposição**, da Rádio Câmara, acesse: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/501300-PROBLEMAS-ENFRENTADOS-PELA-TRANSPOSICAO-BLOCO-2.html>

forma de indicadores da Matriz de Sensibilidade, tendo em vista que se trata de um estudo contínuo sobre o tema em questão, isto é, os riscos socioambientais da transposição.

5.1.1 Riscos identificados no RIMA

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)¹⁷⁸ do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional¹⁷⁹ é um documento oficial que tem como objetivo apresentar de forma simplificada um resumo dos estudos técnicos que integram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)¹⁸⁰. Nele são apresentadas as principais características do projeto e da região beneficiada, bem como recomendações no sentido de evitar, mitigar ou compensar seus possíveis impactos e fortalecer os benefícios socioeconômicos. (BRASIL, 2004).

De acordo com o RIMA, foram consideradas inicialmente duas unidades de análise: a Área de Influência Indireta (AII) e a Área de Influência Direta (AID), onde se dão as principais transformações ambientais diretas (ou primárias) decorrentes do empreendimento. Trata-se ainda da Área Diretamente Afetada (ADA), onde se dão os contatos diretos entre as estruturas físicas do empreendimento (canais, reservatórios, estações de bombeamento) e a região onde ele será implantado. A maior parte da Bacia do São Francisco, nessa perspectiva, inclui-se na AII, onde foram realizados estudos sobre a natureza da região e estudos sobre o homem. Em relação à natureza, foram estudadas as características básicas do solo, do clima, dos monumentos naturais, das aves e animais da região, chegando-se à conclusão de que AII é

¹⁷⁸ Conforme Resolução CONAMA nº. 001/1986, o RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e contará, no mínimo: I) Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais; II) A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas, especificando cada uma delas, nas fases de construção e operação a área de influência; III) A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto; IV) A descrição de prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para a sua identificação, quantificação e interpretação; V) A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência; VI) Descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos; VII) Indicação de um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos; VIII) Recomendações quanto às alternativas mais favoráveis.

¹⁷⁹ Publicado em julho de 2004 e disponível no sítio do Ministério da Integração Nacional – www.integracao.gov.br/saofrancisco.

¹⁸⁰ Conforme a Resolução CONAMA nº. 001/1986, o EIA segue os seguintes termos: I) É referente a um projeto específico a ser implantado em determinada área ou meio; II) Trata-se de um estudo prévio, ou seja, serve de instrumento de planejamento e subsídio à tomada de decisões políticas na implantação da obra; III) É realizado por uma equipe multidisciplinar; IV) Deve levar em conta os segmentos básicos do meio ambiente (meios físico, biológico e socioeconômico); V) Deve seguir um roteiro que contenha as seguintes etapas: a) Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto; b) Avaliação de impacto ambiental (AIA); c) Medidas mitigadoras; e d) Programa de monitoramento dos impactos.

tão rica quanto diversa. No que se refere aos seres humanos, os especialistas buscaram compreender o modo de vida dos habitantes das regiões envolvidas no projeto, as diferentes oportunidades entre aqueles que dispõem de água para plantar e viver e os estão desprovidos desse recurso natural, assim como, apresentaram um breve quadro das características sociais e econômicas da região.

Com base nesse diagnóstico foram apontados os possíveis impactos causados pela transposição. De acordo com o RIMA (Quadro 6), dos quarenta e quatro riscos e impactos identificados, vinte e três foram considerados como sendo de maior relevância. Desses impactos onze são considerados positivos e doze negativos. Todos os quarenta e quatro riscos e impactos identificados são seguidos por um pequeno texto explicativo, assim como por medidas mitigadoras que devem ser assumidas pelo gestor do projeto em fases distintas (fase de planejamento, fase de construção e fase de operação). A apresentação sob essa formatação possibilita uma primeira compreensão de quais os riscos devem ou não devem ser assumidos pela sociedade e, em caso de consentimento, como exigir para que os danos do projeto sejam minimizados.

Dentre os impactos positivos destacam-se: aumento da oferta e da garantia hídrica; geração de emprego e renda durante a implantação; dinamização da economia regional; aumento da oferta de água para o abastecimento urbano; abastecimento de água para as populações rurais; redução da exposição da população a situações emergenciais de seca; dinamização da atividade agrícola e incorporação de novas áreas ao processo produtivo; melhoria da qualidade da água nas bacias receptoras; diminuição do êxodo rural e da emigração da região; redução da exposição da população a doenças e óbitos; e redução da pressão sobre a infraestrutura da saúde.

No que tange os impactos negativos, o projeto apresenta como mais relevantes: perda temporária de emprego e renda por efeito de desapropriação; modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das bacias receptoras; risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras; introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obras; ruptura de relações comunitárias durante a fase de obra; possibilidades de interferência com populações indígenas; pressão sobre a infraestrutura urbana; risco de interferências com o Patrimônio Cultural; perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de *habitats* de fauna terrestre; risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas

ao homem nas bacias receptoras; interferência sobre a pesca nos açudes receptores, modificação do regime fluvial das drenagens receptoras.

Analisando tais impactos, percebe-se que se por um lado o benefício está diretamente ligado à qualidade de vida das populações receptoras - que terão um abastecimento de água mais eficiente, melhor qualidade da água e, por conseguinte, qualidade na saúde dessas populações, além de uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico - por outro lado o malefício está fortemente atrelado aos riscos socioambientais – a exemplo da interferência no Patrimônio Cultural em comunidades indígenas e quilombolas, tensões sociais, além dos riscos de redução ou modificação da biodiversidade tanto na bacia doadora quanto nas bacias receptoras.

A avaliação desses impactos ambientais decorrentes da instalação e operação do projeto de transposição do rio São Francisco levou à elaboração de trinta e oito Programas Básicos Ambientais, dentre eles o Programa de Comunicação Social do Projeto de Integração do São Francisco (PBA 03), que será apresentado mais à frente. Ao serem executados, informa o RIMA (2004, p. 95), “uns possibilitarão prevenção, atenuação e correção dos impactos; outros são importantes para monitorar e acompanhar as mudanças que ocorrerão no meio ambiente da região e outros devem ser implantados para que os benefícios do projeto sejam alcançados”. Para o sucesso de todos esses programas, acrescenta o RIMA (2004, p. 96), “é necessário que se desenvolva um Plano de Gestão, Supervisão e Auditoria Ambiental associado a um Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental, além da participação intensa das comunidades e da sociedade como um todo”.

Contudo, não é esse discurso que vem se verificando na prática. Uma das preocupações existentes nas comunidades ribeirinhas do Baixo São Francisco, no período das audiências públicas, era o temor de que transposição causaria a “morte do rio”, pois ele teria o fluxo de suas águas ainda mais alterado¹⁸¹. Essa preocupação, no entanto, não repercutiu enquanto um impacto negativo relevante no diagnóstico dos especialistas que realizaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), pois conforme o RIMA “os níveis d’água no Baixo São Francisco continuariam sendo controlados pela operação dos reservatórios existentes, sobretudo o de Xingó” (BRASIL, 2004, p. 92).

¹⁸¹ Um importante marco temporal para a alteração do fluxo das águas na região do Baixo São Francisco é a construção da Barragem do Xingó e, consequentemente, o uso deste recurso para a produção de energia a partir de 1994, conforme Fontes (2011).

Quadro 6 – Riscos socioambientais identificados no RIMA

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS – RIMA					
<i>RISCOS SOCIAIS</i>			<i>RISCOS AMBIENTAIS</i>		
<i>Cultural</i>	<i>Econômico</i>	<i>Políticas Públicas</i>	<i>Químico</i>	<i>Físico</i>	<i>Biológico</i>
Ruptura de relações sociocomunitárias devido as desapropriações	Perda de emprego e renda nas áreas rurais onde serão construídos os canais por efeito das desapropriações	Risco de acidentes nas (Áreas Diretamente Afetadas – ADA)	Risco de eutrofização dos novos reservatórios (comprometendo a qualidade da água)	Instabilidade de encostas marginais dos corpos d'água nos rios e reservatórios receptores	Perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa (Caatinga Arbórea)
Possibilidade de interferência com populações indígenas na ADA	Perda de terras potencialmente agricultáveis (cerca de 4 mil hectares)	Aumento nas emissões de poeiras no ar	Melhoria da qualidade da água nas bacias receptoras (em função do bombeamento das águas do rio São Francisco)	Início ou aceleração de processos erosivos e carreamento de sedimentos	Diminuição da diversidade de fauna terrestre
Risco de interferência com o Patrimônio Cultural	Perda temporária de empregos e renda por efeito das desapropriações	Aumento e/ou aparecimento de doenças entre populações locais (doenças sexualmente transmissíveis – DSTs e AIDS)		Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras	Aumento das atividades de caça e diminuição ou extinção regional de populações de espécies cinegéticas (tatu-bola, onça-pintada, onça-vermelha, macaco-prego, tatu-do-rabo-mole, Tatuí, porco-do-mato)
	Interferência com áreas de processos minerários	Risco de sobrecarga na infraestrutura de saúde		Alteração do comportamento hidrossedimentológico dos corpos d'água	Modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das bacias receptoras
	Geração de emprego e renda durante a implantação	Pressão sobre a infraestrutura urbana durante as obras		Aumento da recarga fluvial dos aquíferos	Risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas

	Dinamização da economia regional	Aumento da oferta e garantia hídrica		Início ou aceleração do processo de desertificação (principalmente nas Áreas de Influência Direta - AID)	Comprometimento do conhecimento da história biogeográfica dos grupos biológicos aquáticos nativos
	Especulação imobiliária nas várzeas potencialmente irrigáveis em torno dos canais	Aumento da oferta de água para abastecimento urbano		Modificação no regime fluvial do rio São Francisco com alteração das vazões no Baixo São Francisco	Risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas ao homem nas bacias receptoras (piranhas e pirambebas)
	Dinamização da atividade pecuária e incorporação de novas áreas ao processo produtivo	Abastecimento de água nas populações rurais			
	Diminuição do êxodo rural e da emigração da região	Redução da exposição da população a situações emergenciais de seca			
	Interferência sobre a pesca nos açudes receptores	Redução da exposição da população a doenças e óbitos (por falta d'água ou água contaminada)			
	Redução da geração de energia elétrica no rio São Francisco	Redução da pressão sobre a infra-estrutura de saúde			
	Diminuição de receitas municipais em função da redução de energia nas usinas de Itaparica, Xingó e Paulo Afonso	Risco de proliferação de vetores (esquistossomose, malária, filariose, febre amarela e dengue)			
		Risco de acidentes com animais peçonhentos			

Vale ressaltar, entretanto, que o nível do rio São Francisco vem sofrendo um histórico de reduções da vazão mínima defluente (água que é liberada) dos reservatórios de Sobradinho, na Bahia, e Xingó, localizado entre os estados de Sergipe e Alagoas. Tais informações têm sido divulgadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) ao denunciar que o patamar mínimo legalmente estabelecido e vigente é de 1.300 m³/s, porém desde abril de 2013 vem sendo praticada sucessivas reduções pela Agência Nacional de Águas (ANA) em consenso com o setor elétrico representado pelo Ministério das Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)¹⁸².

Para melhor esclarecer essa prática, traçaremos um breve histórico de datas e resoluções da ANA sobre o tema. Em 08 de abril de 2013, conforme Resolução ANA nº 442, a vazão do rio São Francisco foi reduzida de 1.300 m³/s para 1.100 m³/s. Essa prática de defluência mínima do São Francisco foi mantida, sem interrupção, ao longo dos anos de 2013, 2014 e início de 2015 por meio de inúmeras resoluções emitidas pela agência reguladora¹⁸³. Em 23 de março de 2015, por meio da Resolução ANA nº 206, ficou autorizada a redução de mais 100 m³/s por um período de 180 dias, chegando à marca de 1.000m³/s. A medida, segundo a Agência, foi adotada em caráter emergencial e deveria ser aplicada em dias úteis e sábados, das da 0h às 7h, além de domingos e feriados durante todo o dia¹⁸⁴. Em 29 de junho de 2015, conforme Resolução ANA nº 713, é autorizada uma nova redução da descarga mínima instantânea dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, chegando ao patamar de 900 m³/s. Em 27 de julho de 2015, por meio da Resolução ANA nº 852, a agência reguladora autoriza a manutenção da vazão mínima de 900 m³/s até 31 de outubro de 2015, e novamente é prorrogado até 20 de dezembro do mesmo ano, por meio da Resolução ANA nº 1.307, de 30 de novembro de 2015.

Os membros do CBHSF, no entanto, denunciam a possibilidade da aplicação de uma defluência ainda maior, que chegaria ao patamar de 800m³/s ainda no mês de dezembro de 2015, caso o período chuvoso não seja considerado suficiente para a manutenção dos reservatórios de Sobradinho e Xingó. Segundo o secretário do CBHSF, Maciel Oliveira, essa possível redução na vazão do rio causará impactos ambientais e econômicos ainda maiores,

¹⁸² Para maiores informações sobre o histórico de reduções da vazão do rio São Francisco e seus impactos ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas acesse: <http://cbhsaofrancisco.org.br/tag/reducao-de-vazao/>

¹⁸³ Resolução ANA nº 1406, de 04 de dezembro de 2013; nº 1589, de 30 de dezembro de 2013; nº 102, de 30 de janeiro de 2014; nº 333, de 25 de fevereiro de 2014; nº 416, de 26 de março de 2014; nº 680, de 30 de abril de 2014; nº 1046, de 28 de julho de 2014; nº 1258, de 25 de agosto de 2014; nº 1514, de 29 de setembro de 2014; nº 1604, de 30 de outubro de 2014; nº 1778, de 26 de novembro de 2014; nº 2050 de 19 de dezembro de 2014; nº 85, de 29 de janeiro de 2015; nº 132, de 23 de fevereiro de 2015.

¹⁸⁴ Ver também Resolução ANA nº 449, de 30 de abril de 2015; nº 602, de 26 de maio de 2015.

pois coincide com o período da piracema, ou seja, época em que os peixes sobem os rios até suas nascentes para desovar. “Nesse período, os peixes precisam de mais água. Se recebem menos, a reprodução cai muito. Será mais um problema social para os pescadores, que podem ficar praticamente sem pescar”, alerta Oliveira¹⁸⁵.

Outro problema denunciado pelo CBHSF estaria na calha do rio, local onde foi constatado um aumento significativo da presença de Nitrato, especialmente na região do Baixo São Francisco como, por exemplo, na cidade de Piaçabuçu. Os especialistas apontam que o Nitrato, presente no esgoto doméstico e nos descartes de indústrias e da pecuária, representa especial risco à saúde de crianças, causando danos neurológicos ou redução da oxigenação do corpo. Além disso, a presença excessiva de Nitrato em rios ou mares estimula o crescimento de algas, fenômeno conhecido como eutrofização. Em casos extremos, essas algas podem colorir a água e emitir substâncias tóxicas para os peixes.

No caso dos ribeirinhos do Baixo São Francisco, o temor de escassez de água por conta da transposição vem ganhando ainda mais adeptos. Como explica o pescador quilombola JFPS, 44 anos, “se a água do rio já tá pouca hoje por conta da barragem, imagina quando começar a transposição que vão tirar ainda mais água do pobre São Francisco”. Os índios Xokó também têm reclamado da pouca quantidade de peixes em função do baixo nível de água. Segundo depoimento do pescador Xokó GSS, 35 anos, “[...] essa seca do rio trouxe muitas coisas negativas para o povo Xokó, porque o povo Xokó é um povo que vive da pesca também. [...] cerca de 30 pessoas na comunidade tiram o seu sustento da pesca, mas hoje em dia tá muito difícil sobreviver da pesca porque tem muito pouco peixe no rio”, afirma.

O medo dos ribeirinhos, que percebem a cada dia a redução no nível de água e os impactos danosos no rio São Francisco, também foi registrada em fotografias retiradas no alto da torre de antena da Aldeia Indígena Xokó, em agosto de 2014 (Figura 41) e em novembro de 2015 (Figura 42), respectivamente. O que se verifica nesses registros é um aumento considerável dos bancos de areia em frente à Ilha de São Pedro, que inclusive tem servido como área de pastagem para o gado que atravessa com tranquilidade o leito do rio, além do acúmulo de algas em suas margens.

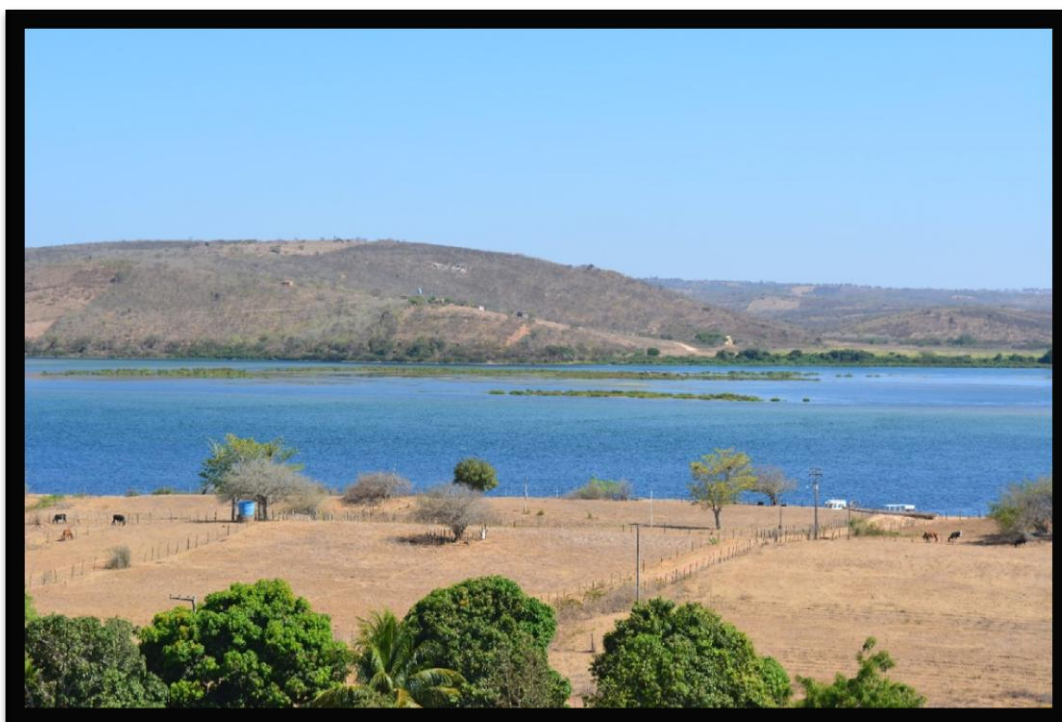
¹⁸⁵ Para maiores informações sobre a matéria **Vazão mínima do São Francisco compromete reprodução de peixes** acesse <http://cbhsaofrancisco.org.br/vazao-minima-do-sao-francisco-compromete-reproducao-de-peixes/>

Figura 41 – Panorama dos bancos de areia no rio São Francisco em 2014



Crédito: Evaldo Becker, 2014

Figura 42 - Panorama dos bancos de areia no rio São Francisco em 2015



Crédito: Evaldo Becker, 2015

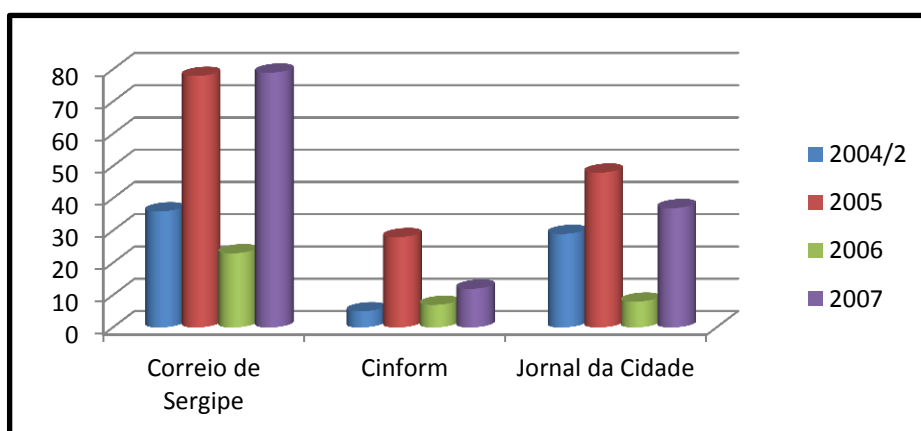
5.1.2 Riscos identificados nos discursos jornalísticos

De posse das informações sistematizadas no RIMA, realizou-se a etapa da pesquisa documental de fonte secundária, ou seja, a análise dos discursos jornalísticos sobre os riscos e impactos socioambientais referentes à transposição das águas do rio São Francisco. Para este estudo, elencou-se três jornais sergipanos, sendo eles: *Jornal da Cidade*, *Cinform* e *Correio de Sergipe*.

Importa esclarecer que essa fase da pesquisa documental ocorreu em três etapas distintas, conforme Becker (2011): num primeiro momento realizou-se um levantamento *online* de matérias que tratavam do tema “transposição”; num segundo momento, realizou-se o levantamento do universo de notícias publicadas nos referidos jornais sergipanos, no período de 2004 a 2007, e disponíveis na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE); e num terceiro momento, analisou-se os discursos jornalísticos que tratavam dos riscos e impactos socioambientais, identificando “os sentidos” e mapeando “as vozes” que falavam dos riscos, para então se chegar as “formações discursivas”, segundo os preceitos da Análise do Discurso (AD).

Nesse universo gigantesco de folhas e tintas impressas, foi possível identificar 390 notícias que tratavam da transposição, nos seus mais variados contextos. Deste total, 216 notícias foram divulgadas pelo *Correio de Sergipe*, 122 matérias pertenciam ao *Jornal da Cidade* e 52 foram noticiadas pelo *Cinform* (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Comparativo em valor absoluto de notícias produzidas sobre a transposição nos jornais sergipanos



Fonte: BECKER, 2011.

Com base nos dados apresentados no gráfico, percebe-se ainda que a maior quantidade de notícias produzidas pelos jornais concentra-se nos anos de 2005 e 2007. Já o ano de 2006

apresenta pouca produção de matérias sobre a temática analisada. Para melhor compreender essa informação, é necessário fazer uso dos resultados obtidos junto à análise dos sentidos desses discursos jornalísticos. Durante essa etapa de análise foi possível verificar que entre os anos de 2004 e 2007 houve quatro momentos discursivos distintos.

Entre o segundo semestre de 2004 e início de 2005, os políticos de Sergipe contrário à transposição começam a se estruturar no sentido de barrar o projeto do governo federal. “As notícias enfatizam os discursos de políticos e de representantes da sociedade civil que argumentam, com frequência, sobre os prejuízos que a transposição pode causar ao rio” (BECKER, 2011, p. 127). Esse enfoque de “projeto polêmico” foi enfatizado pelo *Jornal da Cidade*¹⁸⁶. Já o movimento “contrário à transposição” ganhou mais espaço no *Cinform*¹⁸⁷ e no *Correio de Sergipe*¹⁸⁸.

No decorrer do ano de 2005, evidencia-se um movimento de crítica ao projeto, bem como manifestações públicas em defesa do rio São Francisco como, por exemplo, a suspensão da audiência pública que previa a apresentação do estudo de impacto ambiental em Aracaju¹⁸⁹ e a primeira greve de fome do Dom Luiz Flávio Cappio. Em solidariedade ao religioso, o então governador João Alves Filho (PFL)¹⁹⁰ comandou uma caravana envolvendo cerca de 1.500 pessoas que saíram de várias cidades de Sergipe com destino a Cabrobó/PE. O evento foi noticiado pelo *Correio de Sergipe*¹⁹¹, pois, na ocasião, “[...] o governador anunciou a instalação de um Quartel General Ecológico em defesa do Rio São Francisco, em Sergipe”. Ainda conforme a notícia, “[...] o QG Ecológico contaria com juristas e técnicos conhecedores da real situação do rio para fazer frente à obra de transposição” (BECKER, 2011, p. 128).

Em 2006, em função da instalação do QG Ecológico, o que se verifica é uma onda de liminares judiciais barrando o andamento das obras. Além disso, a transposição passa a servir de mote para a campanha eleitoral ao governo do Estado. Isso fica visível, por exemplo, na

¹⁸⁶ *Jornal da Cidade. Velho Chico: 502 anos e um projeto polêmico.* Ano XXXXIII, N. 9.685, 10 e 11 out 2004, Caderno A, p. A6 (Economia).

¹⁸⁷ *Cinform. Parlamentares de Sergipe dizem não à transposição; Vereadores querem barrar audiência pública do Ibama.* Ano XXIII, edição 1138, 31 jan. a 04 fev. 2005, Caderno 1, p. 11 (Política).

¹⁸⁸ *Correio de Sergipe. Unidos contra a obra.* Ano V, n. 1207, 01 fev. 2005, A8 (Geral).

¹⁸⁹ *Jornal da Cidade. Pressionado, Ibama suspende audiência.* Ano XXXIII, N. 9778, 01 fev. 2005, Caderno 1, p. A3 (Política).

¹⁹⁰ Partido da Frente Liberal (PFL) foi um partido político brasileiro fundado em 1985, como dissidência do Partido Democrático Social (PDS) partido de direita com forte atuação nos últimos anos da Ditadura Militar. Em 2007, os integrantes do PFL deliberaram por sua extinção formal e em seu lugar surgiu uma agremiação chamada Democratas (DEM). Atualmente, João Alves Filhos é prefeito de Aracaju pelo DEM.

¹⁹¹ *Correio de Sergipe. Governador João Alves Filho comanda caravana em solidariedade ao frei Luiz Flávio Cappio.* Ano V, N. 1407, 04 out 2005, A4 (Geral)

entrevista que o então candidato à reeleição, João Alves Filho (PFL) concede ao *Cinform*¹⁹² apresentando-se como “o único candidato capaz de barrar o projeto do Governo Federal que trará a ruína para todo o povo sergipano, sobretudo daqueles que vivem na região do sertão e da capital, pois não terão mais abastecimento de água devido à morte preanunciada do rio” (BECKER, 2011, p. 129). Ou ainda, no caso do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) que, segundo *Cinform*¹⁹³, não se agradou com o fato de João Alves Filho (PFL) ter gravado um programa eleitoral com os pés no São Francisco para mostrar como o rio estava assoreado, além de reforçar a ideia de que a transposição poderia causar falta de água em muitas cidades sergipanas. Sobre isso, Lula se posicionou durante um comício em Aracaju dizendo: “[...] ele não deveria ter ido colocar os pés no rio. Deveria ter ido nos esgotos que ele permite (enquanto governador) que sejam jogados no São Francisco”.

E, finalmente, em 2007, retornam as manifestações contrárias à transposição, sobretudo após a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (IBAMA) para licença de instalação da obra¹⁹⁴ e o início das atividades do Exército, em Cabrobó/PE¹⁹⁵. Em 27 de novembro deste ano, Dom Cappio retoma sua greve de fome e fortalece seu rebanho de defensores do rio São Francisco com a ajuda dos movimentos sociais. Contudo, após 22 dias de greve de fome e a saúde bastante debilitada, se vê derrotado com a autorização do Supremo Tribunal Federal quanto ao início das obras, conforme é possível ler nas páginas do *Correio de Sergipe*¹⁹⁶.

No que se refere ao mapeamento das vozes discursivas, a análise documental evidenciou que ao longo dos quatro anos analisados (2004-2007) os discursos sobre os riscos e os impactos da transposição foram se aprimorando, contudo, o sentido de seus enunciados permaneceu o mesmo, pois os falantes eram relativamente restritos (BECKER, 2011, p. 131-133). Essa prática de valorizar as “fontes oficiais”¹⁹⁷ em detrimento das “fontes primárias”¹⁹⁸

¹⁹² *Cinform*. **Entrevista: João Alves** – “Passamos a ser o primeiro Estado do Nordeste em qualidade de vida”. Ano XXIV, N. 1211, 26 jun. a 02 jul. 2006, caderno 1, p. 12 (Entrevista).

¹⁹³ *Cinform*. **Lula manda João gravar programa eleitoral de cueca no Rio Sergipe**. Ano XXIV, 1223, 18 a 24 set 2006, Caderno 1, p. 04 e 05 (Política).

¹⁹⁴ *Correio de Sergipe*. **IBAMA libera início de obra da transposição**. Ano VII, N. 1848, 24 mar 2007, B1 (política Nacional).

¹⁹⁵ *Cinform*. **Margens do rio São Francisco em Cabrobó podem se transformar em área de conflito**. Ano XXV, Nº 1265, 09 a 15 jul. 2007, Caderno Municípios, p. 07 (Cidade).

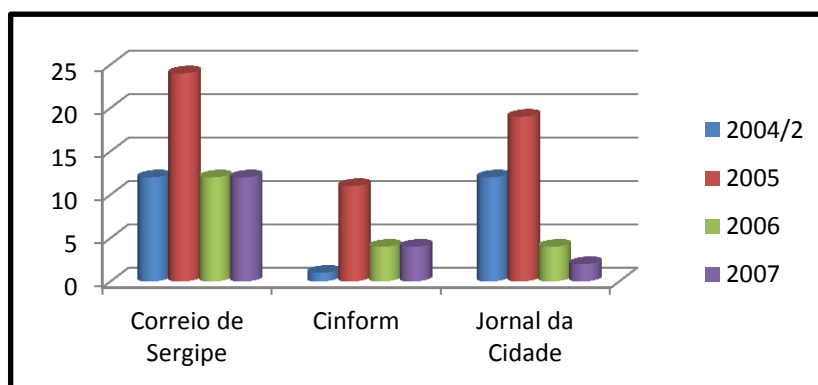
¹⁹⁶ *Correio de Sergipe*. **Frei fica semi-inconsciente e é internado; Decisão judicial não termina com a luta diz Iran Barbosa; Ministros liberam as obras da transposição; manifestantes queima exemplar da Constituição; Ayres Britto votou contra, mas foi vencido**. Ano VII, N. 2073, 20 dez 2007, A6 (Geral).

¹⁹⁷ “Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações [...] fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas falseiam a realidade. Fazem isso para

na produção de notícias, apesar de muito comum na imprensa, é altamente questionada nas escolas de jornalismo, haja vista que demonstra uma falta de polifonia¹⁹⁹ nas informações que são divulgadas à sociedade.

Ressalta-se ainda que no universo de aproximadamente quatrocentas matérias veiculadas nos jornais sergipanos, apenas um quarto (1/4) delas fazia referência aos riscos e impactos socioambientais que a transposição das águas do rio São Francisco poderia causar tanto para o ambiente quanto para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas. É possível verificar também (Gráfico 2) que a maioria das matérias foi produzida pelo *Correio de Sergipe*, sendo quarenta e nove notícias ao todo. O *Jornal da Cidade* aparece na sequência com a produção de trinta e sete notícias e, por último, está o *Cinform* com vinte matérias publicadas. Percebe-se ainda que a maioria das matérias com esse teor concentra-se no ano de 2005, exatamente no período em que estão ocorrendo às audiências públicas para o processo de licenciamento ambiental. Nos outros anos, o *Correio de Sergipe* - por pertencer à família do então Governador João Alves Filho (PFL) que, na qualidade de engenheiro, se auto intitulava “profundo conhecedor de recursos hídricos”²⁰⁰ e “grande defensor do rio São Francisco”²⁰¹ - mantém uma média de inserção de notícias e reportagens sobre o tema. Essa linha editorial, no entanto, não é seguida pelos demais jornais analisados.

Gráfico 2 - Comparativo em valor absoluto de notícias que tratam dos riscos socioambientais da transposição



Fonte: BECKER, 2011.

preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder” (LAGE, 2009, p. 63).

¹⁹⁸ “Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números” (LAGE, 2009, p. 65)

¹⁹⁹ Cf. Bakhtin (2010) a polifonia tem como principal propriedade a diversidade de vozes controversas no interior de um texto. Assim, para Bakhtin, a polifonia é parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam, e que todo discurso é formado por diversos discursos.

²⁰⁰ *Correio de Sergipe*. **João fala sobre transposição a estudantes**. Ano V, N. 1666, 16 ago. 2006, A3 (Política).

²⁰¹ *Correio de Sergipe*. **Sergipanos ficarão órfãos na luta contra a transposição**. Ano V, N. 1748, 19 nov. 2006, A3 (Política)

Seguindo a análise das matérias e reportagens que tratavam dos riscos e impactos da transposição, divulgados pelos jornais sergipanos entre os anos de 2004 e 2007, podemos afirmar que os principais riscos enfatizados no discurso jornalístico são: 1) Aumento da cunha salina; 2) Déficit de água na região; 3) Impossibilidade de futuros projetos que necessitem de outorga d'água; 4) Aceleração da degradação do rio (com processos de assoreamento, erosão, desmatamento das matas ciliares, entre outros.); 5) Redução da biodiversidade (fauna e flora; 6) Perda de empregos e renda devido à redução do estoque pesqueiro; 7) « Morte » do rio São Francisco (Quadro 7) .

Quadro 7 – Riscos socioambientais identificados nos jornais sergipanos

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS - JORNAIS					
RISCOS SOCIAIS			RISCOS AMBIENTAIS		
<i>Cultural</i>	<i>Econômico</i>	<i>Políticas Públicas</i>	<i>Químico</i>	<i>Físico</i>	<i>Biológico</i>
			Aumento da cunha salina		
	Déficit de água na região				
	Impossibilidade de futuros projetos que necessitem de outorga d'água				
			Aceleração da degradação do rio		
					Redução da biodiversidade (fauna e flora)
	Perda de empregos e renda devido a redução do estoque pesqueiro				
				Assoreamento	
				Erosão	
					Desmatamento das matas ciliares
				Redução na vazão do rio	
« Morte » do rio São Francisco					

Fonte: Adaptado de BECKER (2011)

Em relação ao primeiro risco, os defensores do rio São Francisco afirmavam em seus discursos que a retirada de mais água do rio para a transposição poderia causar um aumento de massa salgada do mesmo e, que se isso não fosse devidamente controlado, poderia tornar a

água salobra e provocar forte impacto ambiental negativo, especialmente sobre o solo e a fauna da Bacia²⁰².

Quanto ao segundo risco, os discursos jornalísticos informavam que a transposição provocaria uma crise no abastecimento de água²⁰³. Com o déficit de água na região, mais da metade da população de Aracaju teria que deixar a cidade, além disso populações inteiras no sertão teriam que abandonar suas cidades por falta de água para beber.

No que diz respeito ao terceiro risco, os discursos veiculados nos jornais sergipanos garantem que “a vazão do rio São Francisco já está toda comprometida”²⁰⁴. Os múltiplos usos das águas do rio São Francisco - para a produção de energia elétrica, irrigação, industriais, pecuária e o próprio consumo humano – já estariam causando impactos na vazão do rio. Com a aprovação do projeto de transposição, entretanto, a outorga de água para projetos futuros estaria completamente inviabilizada, causando graves problemas na economia da região.

O quarto, o quinto e o sexto riscos estariam interligados, segundo os discursos proferidos pelos defensores do rio São Francisco, ou seja, com o risco de aceleração da degradação do rio, aumentaria e muito o risco de perda da biodiversidade e, portanto, haveria um risco de perda de empregos e renda devido, inclusive, à redução no estoque pesqueiro. Conforme os discursos veiculados pelos jornais de Sergipe “o rio está doente, na UTI”, portanto, como o governo poderia “propor um projeto para retirar mais água de um rio doente?”²⁰⁵

Por fim, os jornais sergipanos apregoam o risco de “Morte do rio São Francisco” em decorrência da transposição de suas águas, pois conforme o discurso dos defensores do São Francisco, a condução errada do projeto poderia trazer danos irreparáveis a um rio que já sofre com a degradação. Daí a expressão tão utilizada pelos grupos contrários à transposição: “em todo o mundo os rios morrem pela foz”²⁰⁶.

²⁰² Correio de Sergipe. **Cunha salina inviabiliza transposição**. Ano V, N. 1436, 09 nov. 2005, A3 (Política).

²⁰³ Correio de Sergipe. **Transposição pode matar rio e deixar população sem água, adverte João**. Ano V, N. 1507, 25 maio 2006, A4 (Geral).

²⁰⁴ Correio de Sergipe. **Destino do Velho Chico é incerto**. Ano IV, N. 1161, 06 dez 2004, A6 (Geral).

²⁰⁵ Cinform. **Ministério Público Estadual tenta barrar transposição na Justiça**. Ano XXIII, edição 1141. 21 a 27 fev. 2006. Caderno 1, p. 07 (Cidades).

²⁰⁶ Correio de Sergipe. **Transposição mata o São Francisco**. Ano V, N. 1246, 22 mar 2005, A3 (Política).

5.1.3 Riscos percebidos pelas comunidades tradicionais

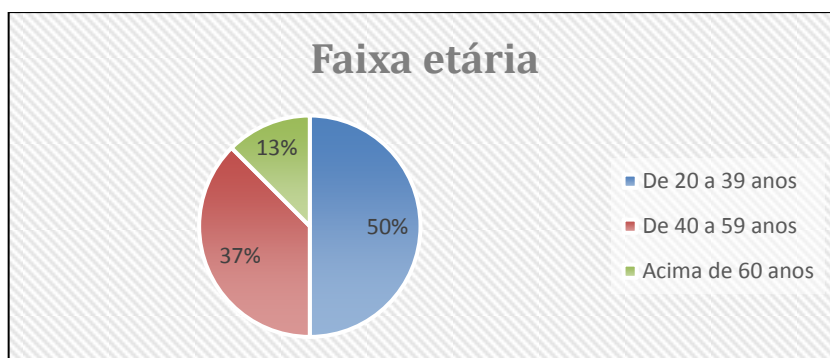
Após mapear os riscos socioambientais informados no RIMA e nos jornais sergipanos no período de realização das audiências públicas para a liberação do licenciamento ambiental do Projeto de Integração, é chegado o momento de apresentar de forma mais objetiva quais foram as percepções²⁰⁷ das comunidades tradicionais em relação aos riscos e impactos da transposição. Como já foi dito anteriormente, os dados dessa análise foram obtidos por meio da pesquisa de campo que compreendeu as técnicas de observação participante, realização de entrevistas livres e aplicação de formulários.

Ao todo, foram realizadas 24 entrevistas livres (filmadas) e aplicação de formulários com pessoas maiores de 18 anos, sendo que destes: 10 entrevistados são quilombolas e 14 entrevistados são índios. Os entrevistados foram selecionados por meio da amostra não-probabilística intencional, pois o objetivo principal desse método era justamente o de captar a história oral dessas comunidades e suas percepções sobre o ambiente em que vivem e como este foi se modificando com o passar dos anos. Já os formulários foram organizados segundo a “técnica do funil” definida por Gil (1999) e dividida em duas partes: a primeira parte foca no Perfil (questões para classificação do perfil do respondente: sexo, idade, renda mensal familiar, infra-estrutura e bens duráveis existente no domicílio) e a segunda parte direciona-se à Comunicação (meios de comunicação utilizados pelas comunidades e qualidade das informações recebidas sobre a transposição).

Os dados quantitativos revelam que do total de entrevistados, 62,5% são do sexo masculino e 37,5% são do sexo feminino. Em termos de faixa etária dos entrevistados (Gráfico 3), verifica-se que 50% deles têm entre 20 e 39 anos de idade, outros 37,5% estão na faixa etária que segue dos 40 até os 59 anos de idade e 12,5% pertencem a faixa etária superior aos 60 anos de idade.

²⁰⁷ Merleau-Ponty (1999) afirma que este tipo de análise não deve ser realizado sobre o que as pessoas percebem dos espaços, mas como os espaços são percebidos pelas pessoas. Enquanto que Pacheco e Silva (2006) colocam a percepção ambiental como um conceito permeável entre a psicologia e a geografia, e que essa aproximação da Psicologia às ciências ambientais é extremamente útil e até indispensável como forma de promover a escuta da complexidade dos valores e das expectativas das comunidades inseridas num determinado ambiente.

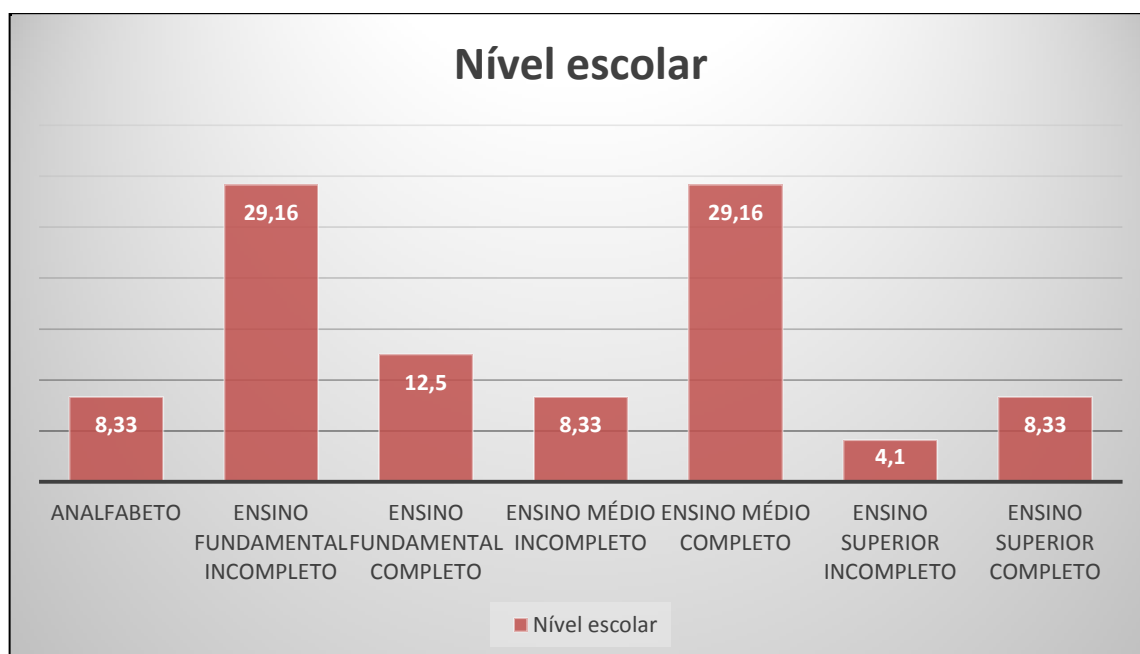
Gráfico 3 – Faixa etária dos entrevistados em porcentagem



Fonte: BECKER, 2016

No que tange a escolarização (Gráfico 4), verifica-se que do total de entrevistados 8,33% são considerados “analfabetos funcionais”²⁰⁸, pois sabem escrever o próprio nome; 29,16% têm o ensino fundamental incompleto; 12,5% conseguiram completar o ensino fundamental; 8,33% têm o ensino médio incompleto; 29,16% têm o ensino médio completo; 4,1% estão no ensino superior; e 8,33% têm o curso superior completo.

Gráfico 4 – Nível escolar dos entrevistados em porcentagem



Fonte: BECKER, 2016

²⁰⁸ A UNESCO define analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Percebe-se ainda que o nível escolar entre os índios Xokó (42% concluíram o ensino médio e 14% concluíram o ensino superior) é mais elevado que entre os quilombolas da Resina (50% não completaram o ensino fundamental e 10% concluiu o ensino médio). Isso se deve ao fato de que na Aldeia Indígena há uma política de educação mais avançada - ela iniciou entre as décadas de 1980 e 1990, quando os índios Xokó exigiram do governo do Estado a construção de uma escola indígena para a crianças da Aldeia e a partir dessa luta foi criado o Núcleo de Educação Indígena no estado de Sergipe. Com o passar dos anos, a escola também começou a atender os adolescentes e jovens na formação do ensino médio. Esses mesmos jovens agora começam a ingressar nas universidades e pensam, inclusive, em conciliar suas formações de nível superior com as demandas da comunidade para que não precisem sair da mesma em busca de emprego, após o término da formação. Infelizmente, esse tipo de política pública ainda não beneficiou a Comunidade Quilombola da Resina, pois como já apresentamos (Capítulo 4) as crianças precisam se deslocar 2 km (ida e volta) até o povoado Saramém para ter acesso à educação de ensino fundamental, enquanto que os adolescentes e jovens quilombolas precisam se deslocar 16 km (ida e volta) em estrada de chão até a Comunidade Brejão dos Negros para ter acesso à educação de ensino médio.

Outro aspecto importante para compreender a percepção dessas pessoas sobre o ambiente em que vivem diz respeito à infra-estrutura de que dispõem. Neste sentido é necessário enfatizar que 100% dos entrevistados afirmam dispor, atualmente, de energia elétrica em suas residências. Contudo, enfatiza-se que no caso específico dos quilombolas da Resina este serviço começou a ser oferecido pela Energisa (companhia fornecedora de energia elétrica em Sergipe) somente no ano de 2011. Antes disso, as famílias da Resina viviam às escuras e desprovidas de qualquer tipo de bem durável como: geladeira, fogão, rádio ou televisão. No que tange aos serviços de abastecimento, por exemplo, água tratada e saneamento básico, desta vez 100% dos entrevistados afirmam não dispor desses serviços em suas comunidades.

Já em relação aos outros itens de infra-estrutura indicados no formulário, como água encanada, escola, posto de saúde e internet, verifica-se diferentes respostas entre os entrevistados das duas comunidades, ou seja, 100% das entrevistas concedidas pelos índios indicam a presença, na Aldeia Xokó, dos itens mencionados acima; enquanto que 100% dos quilombolas responderam não ter acesso aos referidos itens de infra-estrutura na comunidade Resina. Como se pode perceber, há diferenças consideráveis entre as duas comunidades observadas, sobretudo quando cruzamos as informações de nível escolar e itens de infra-

estrutura, que precisam, necessariamente, de vontade política e da formulação de políticas públicas²⁰⁹ para serem implantadas. Como os índios Xokó têm a posse de seu território garantido pelo Governo Federal desde 1992, esses serviços foram sendo implementados nas últimas duas décadas. Já os quilombolas da Resina ainda lutam pela posse de suas terras. Para se ter uma ideia, o tema é tão conflituoso que o processo se encontra em segredo de Justiça.

No que concerne a segunda parte do formulário, esta é dedicada à Comunicação. Com base nas respostas concedidas pelos entrevistados, pode-se compreender melhor, num primeiro momento, quais eram os meios de comunicação mais utilizados pelas comunidades no período de 2000 a 2007 e se houve alguma modificação dos meios de comunicação nos dias atuais. Já num segundo momento, as questões enfatizavam a forma e a qualidade da informação recebida sobre o projeto de transposição. Vejamos as respostas.

Em relação a primeira pergunta - *Qual o meio de comunicação mais utilizado para receber informações entre os anos de 2000 e 2007?* – 54,16% responderam rádio e televisão, sendo esta resposta, exclusivamente, entre os índios Xokó; 20,83% responderam apenas rádio; 20,83% responderam rádio e no item “outros”, acrescentaram conversas, sendo esta resposta exclusivamente entre os quilombolas da Resina e apenas 4,1% respondeu “das pessoas”, ou seja, das pessoas que chegavam de fora da comunidade trazendo notícias.

Na pergunta seguinte – *Qual o meio de comunicação mais utilizado atualmente?* -, o cenário de respostas se modifica. Desta vez, 50% dos entrevistados afirmam ser a televisão o principal meio de comunicação. Esta resposta inclui todos os entrevistados da Resina e também dois índios Xokó. Outros 29,16% dos entrevistados afirmaram ser a televisão e o rádio os principais meios de comunicação em suas residências. E, finalmente, 20,83% dos entrevistados afirmaram ser a televisão e a internet, os principais meios de comunicação utilizados, sendo a maioria das respostas de jovens indígenas.

Em relação a pergunta – *Como recebeu as informações sobre o projeto de transposição?* - as respostas foram as seguintes: 29,17% dos entrevistados afirmaram que as informações foram recebidas por meio de conversas com movimentos sociais, igreja e pessoas conhecidas; 25% responderam que receberam informações por rádio e televisão; outros 25% disseram que receberam informações por rádio, televisão e também pelos movimentos sociais ou pessoas; 12,5% afirmam ter recebido informações sobre a transposição por meio do rádio e

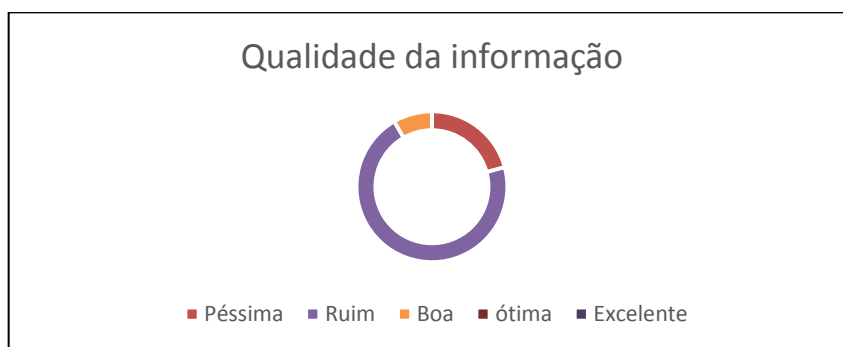
²⁰⁹ Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado - no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal -, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

de conversas; 8,33% responderam que foram informados por meio de televisão e conversas com movimentos sociais.

Sobre esses dados, cabe enfatizar que as relações interpessoais são muito valorizadas pelas comunidades tradicionais. Daí quem sabe, a ênfase de suas respostas nas conversas, sejam elas com pessoas conhecidas que visitavam as comunidades naquele momento, seja por meio da igreja ou dos movimentos sociais, sempre presentes. No caso dos quilombolas, essa resposta também veio atrelada, em alguns casos, ao rádio. Mas, o rádio não estava disponível em todas as casas, pois como não havia luz era caro mantê-lo com pilhas. Segundo depoimento de J.F.P.S, 44 anos, seu pai tinha um radinho de pilha que ligava à noite para ouvir o noticiário. “Alguns vizinhos aproveitavam para fazer uma visita naquela hora. Já os outros ficavam sabendo das notícias por falatório mesmo”.

A última pergunta do formulário – *Como você avalia a informação recebida sobre o projeto de transposição do rio São Francisco?* -, procurou enfatizar a qualidade da informação direcionada às comunidades (Gráfico 5). A maioria dos entrevistados, ou seja, 70,84% avaliou como “ruim” a qualidade da informação; outros 20,83% dos entrevistados disseram que a informação foi “péssima”; apenas 8,33% afirmaram que a informação foi “boa”. Nenhum entrevistado indicou os itens “excelente” ou “ótimo” desta questão. Este cenário de resposta evidencia um processo comunicativo falho, mas, sobretudo, corrobora a ideia de que tais comunidades tradicionais tiveram um baixo nível de participação nas discussões e deliberações sobre o projeto de transposição. Em depoimento, o ex-cacique Apolônio Xokó elucida muito bem essa situação: “Nunca fui convidado para participar de uma discussão sobre a transposição. O pouco que sei é porque fui atrás para me informar, ouvindo rádio, conversando com as pessoas e, principalmente, participando das manifestações organizadas pelos movimentos sociais”.

Gráfico 5 – Qualidade da informação recebida sobre a transposição



É preciso destacar essa parceria das comunidades tradicionais com os movimentos sociais, pois outros entrevistados também fizeram menção à organização popular ao lembrarem de suas participações nas discussões sobre a transposição. As mulheres quilombolas M.S.S (40 anos) e M.A.V.X (45 anos), por exemplo, afirmam ter participado de uma manifestação em Aracaju/SE, quando houve a suspensão da audiência pública no Ibama, em 2005. O quilombola E.R.S, 29 anos, lembra de ter participado de uma manifestação em Penedo/AL. Os índios A.X (53 anos), e R.G.M (44 anos), participaram de uma grande manifestação em Brasília, organizada pelos movimentos sociais contrários a transposição. E, finalmente, M.A.M (58 anos) lembra de ter viajado a Cabrobó para apoiar os índios Truká na luta contra a transposição.

Voltando à análise da percepção das comunidades tradicionais sobre os riscos socioambientais da transposição, cabe enfatizar que de todos os riscos identificados no RIMA e nos discursos jornalísticos, analisados no mestrado e sistematizados em forma de indicadores no doutorado, apenas quinze (15) podem ser aplicados diretamente na região do Baixo São Francisco, sendo todos eles de caráter negativo. Assim, dentre os riscos atribuídos à “dimensão social” estão: Risco de interferência no Patrimônio Cultural; Redução da geração de energia elétrica no rio São Francisco; Déficit de água na região; Diminuição de receitas municipais em função da redução de energia nas usinas de Itaparica, Xingó e Paulo Afonso; Impossibilidade de futuros projetos que necessitem de outorga d’água; perda de empregos e renda devido à redução do estoque pesqueiro. Entre os riscos atribuídos à “dimensão ambiental” estão: Aumento da cunha salina; Início ou aceleração do processo de desertificação; Assoreamento no leito do rio; Modificação no regime fluvial do rio São Francisco com alteração/redução das vazões no Baixo São Francisco; Erosão nas margens do rio; Aceleração da degradação do rio; Redução da biodiversidade (fauna e flora); desmatamento das matas ciliares; e “Morte” do rio São Francisco.

Sobre isso, importa destacar também que a maioria destes indicadores já deixaram de ser considerados riscos (probabilidade de ocorrência de um evento adverso, causando danos ou prejuízos) para entrarem na categoria de impactos (alteração no meio ambiente causada por uma determinada ação ou atividade) percebidos pelas comunidades tradicionais, não necessariamente em função do projeto de transposição, mas por decorrência de outras ações antrópicas na região.

As percepções desses riscos, apresentados na forma de uma Matriz de Sensibilidade (Quadro 8), foram expressas pelas comunidades durante a realização das entrevistas livres.

Como foi dito anteriormente, para o modo de obtenção dos indicadores utilizou-se o formato binário, isto é, presença ou ausência dos indicadores nos depoimentos dos participantes. Deste modo, os indicadores apresentados na cor vermelha enfatizam a presença desses riscos na percepção das comunidades tradicionais enquanto que os indicadores sinalizados na cor azul sugerem a ausência desses riscos na percepção das comunidades tradicionais.

Lembrando que a Matriz elaborada diz respeito à sensibilidade das comunidades tradicionais na percepção dos riscos socioambientais relacionados à transposição. Neste sentido, para se chegar a um correspondente de sensibilidade foi preciso que os graus de sensibilidades estivessem classificados por números de indicadores (Quadro 9), ou seja, como foram apresentados quinze indicadores de riscos sociais e ambientais para a matriz, então:

- De 0 a 3 indicadores percebidos, representa um grau “muito baixo” de sensibilidade;
- De 4 a 7 indicadores percebidos, corresponde a um grau “baixo” de sensibilidade;
- De 8 a 11 indicadores percebidos, indica um grau “médio” de sensibilidade;
- De 12 a 15 indicadores percebidos representa um grau “alto” de sensibilidade.

Quadro 8 – Classificação do grau de sensibilidade na percepção dos riscos socioambientais da transposição

GRAU DE SENSIBILIDADE			
MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO
De 0 a 3 Indicadores	De 4 a 7 Indicadores	De 8 a 11 Indicadores	De 12 a 15 Indicadores

FONTE: BECKER, 2016

Quadro 9 – Matriz de Sensibilidade

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DA TRANSOSIÇÃO					
RISCOS SOCIAIS			RISCOS AMBIENTAIS		
Cultural	Econômico	Políticas Públicas	Químico	Físico	Biológico
Risco de interferência no Patrimônio Cultural	Redução da geração de energia elétrica no rio São Francisco			Início ou aceleração do processo de desertificação	Redução da biodiversidade (fauna e flora)
	Déficit de água na região			Assoreamento no leito do rio	Desmatamento das matas ciliares
	Diminuição de receitas municipais em função da redução de energia nas usinas de Itaparica, Xingó e Paulo Afonso			Modificação no regime fluvial do rio São Francisco com alteração/redução das vazões no Baixo São Francisco	
	Impossibilidade de futuros projetos que necessitem de outorga d'água		Aumento da cunha salina	Erosão nas margens do rio	
	Perda de empregos e renda devido a redução do estoque pesqueiro		Aceleração da degradação do rio		
« Morte » do rio São Francisco					

Fonte: BECKER, 2016

Se levarmos em consideração os dados apresentados no Quadro 9 e buscarmos o seu correspondente no Quadro 8 perceberemos que dos quinze indicadores apresentados na Matriz de Sensibilidade, nove deles estiveram presentes nos depoimentos dos entrevistados, sobretudo, aqueles ligados a dimensão ambiental. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as comunidades tradicionais analisadas apresentam um “Médio” grau de sensibilidade aos riscos socioambientais da transposição. Contudo, nunca é demais lembrar que as informações recebidas pelas comunidades foram avaliadas, em sua grande maioria, como ruins ou péssimas. Portanto, se as informações recebidas tivessem sido de melhor qualidade e em maior quantidade, bem como se as comunidades tivessem participado efetivamente das discussões sobre os riscos da transposição, muito provavelmente, a sensibilidade dessas comunidades em relação aos riscos se elevaria para o grau mais alto.

Ao realizarmos uma comparação entre o conceito de “percepção de riscos” e os indicadores presentes nos depoimentos, podemos afirmar ainda que: 1) a *redução da biodiversidade* está presente, especialmente nos caso das espécies de peixes, e encontra-se tanto nos depoimentos dos índios quanto dos quilombolas; 2) o *desmatamento das matas ciliares*, esteve mais presente nos depoimentos dos índios, pois durante este período estava sendo desenvolvido um projetos de reflorestamento nas encostas do rio com espécies nativas, por meio do Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGAT. Para os quilombolas esse indicador é menos perceptível, pois na região em que habitam ainda existem muitos manguezais; 3) o *assoreamento no leito do rio*, identificados pelos participantes tanto em terras indígenas quanto em terras quilombolas, sobretudo em função da pouca navegabilidade, pois são comunidades que utilizam o barco como principal meio de transporte; 4) a *modificação no regime fluvial do rio São Francisco com alterações/reduções das vazões no Baixo São Francisco*, identificado nos depoimentos pelas grandes secas que o rio vem sofrendo, sobretudo, nos depoimentos dos quilombolas que percebem a entrada cada vez mais forte das águas do mar sobre o rio; 5) a *erosão nas margens do rio*, presentes nos depoimentos tanto índios quanto quilombolas ao afirmarem que o rio está ficando cada vez mais largo e raso; 6) o *aumento da cunha salina*, identificado, sobretudo, pelos quilombolas em função da proximidades destes com a foz do rio. A água salgada ou salobra, como dizem os quilombolas, tem impactado diretamente a comunidade por uma série de motivos. Primeiro, porque eles consome a “água salgada” diretamente do rio “água que não dá nem pra fazer um café”, segundo M.S.S; segundo eles têm percebido a redução no uso de lagoas para a plantação de arroz, pois as lagoas estão com “água salobra”;

terceiro, a presença cada vez maior de espécies do mar e cada vez mais distantes da foz, como peixe-boi-marinho, golfinhos e até tubarões; 7) a *aceleração da degradação do rio*, enfatizado por índios e quilombolas, especialmente quando se referem à poluição das águas, a perda da biodiversidade, o problema de navegabilidade por causa do assoreamento do rio e de sua baixa vazão, etc., 8) a *perda de empregos e renda devido a redução do estoque pesqueiro*, identificado nos depoimentos de índios e quilombolas, pois além de terem o peixe como fonte de proteína de sua base alimentar, também tiram o de suas famílias por meio da venda de pescado; 9) e, por fim, a *“morte” do rio São Francisco*, que aparece como um indicador que contempla tanto a dimensão social quanto a dimensão ambiental, pois, conforme afirmam os índios²¹⁰ e os quilombolas²¹¹ se o rio morrer, toda a vida a forma de vida que depende dele morrerá também.

5.2 Comunicação dos Riscos Socioambientais da Transposição

Neste último item do Capítulo, dedicaremos nossa análise e interpretação dos dados relativos ao nível de participação no processo de comunicação dos riscos da transposição. Para tanto, conforme já informado, utilizaremos o modelo de comunicação situacional, que segundo Mucchielli (2008), foca-se na construção do saber e na ideia do sentido partilhado, pois entendemos que a Comunicação de riscos deve cumprir este papel de processo interativo de troca de informações e opiniões sobre um tema de interesse comum. Além disso, durante a análise levaremos em consideração a proposição de Díaz Bordenave (2013) referente aos tipos, graus e níveis de participação social, bem como os níveis de participação no processo comunicativo, proposto por Peruzzo (1999). Para iniciarmos a análise, entretanto, apresentaremos o Programa de Comunicação Social, do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O Programa de Comunicação Social (PBA 03) integra a relação de 38 Programas Básicos Ambientais elaborados pelo Ministério da Integração Nacional como forma de atendimento às condicionantes do IBAMA para a análise, aprovação e emissão da Licença de Instalação nº 438, em março de 2007.

²¹⁰ Fragmento do depoimento de R.G.M “[...] Se continuar assim, não sei o que vai ser desse rio e do povo todo que sobrevive dele”, p. 168 (Capítulo 4)

²¹¹ Fragmento do depoimento de “[...] se esse rio morrer, não sei o que vai ser de nós. O que vamos fazer? ”, p. 174 (Capítulo 4)

Segundo o PBA 03²¹², seu objetivo principal era “[...] a constituição de um canal contínuo de comunicação, entre o empreendedor e a sociedade, especialmente a população diretamente afetada pelo empreendimento, de forma a motivar a sua participação nas diferentes fases do projeto” (BRASIL, 2005, p. 5). Para atingir seu objetivo principal o Programa se propôs: a) Divulgar a importância estratégica do empreendimento como instrumento de desenvolvimento local e regional, priorizando a população que se encontra na Área de Influência Direta (AID); b) Garantir o amplo e antecipado acesso às informações sobre o empreendimento, os impactos ambientais e sociais associados e os demais programas ambientais vinculados ao Projeto de Integração; c) Contribuir para a criação de um relacionamento construtivo entre o empreendedor e empresas contratadas com a população afetada, suas entidades representativas, organizações governamentais e não governamentais.

Com base nos objetivos delineados acima, o PBA 03 foi estruturado em três vertentes, quais sejam: articulação; informação; e monitoramento e avaliação. No caso da articulação, esta vertente visava a estabelecer um relacionamento construtivo com as instituições governamentais e o público-alvo. No que tange a informação, envolvia um conjunto de ações e instrumentos de comunicação cujo intuito era informar aos diferentes públicos sobre os diversos aspectos do empreendimento, impactos associados e adoção de medidas, bem como informar sobre o andamento da obra. Em relação ao monitoramento e avaliação, esta vertente abrangia o processo de acompanhamento e avaliação das ações de comunicação.

As atividades das vertentes, conforme informa o PBA 03, foram planejadas para serem executadas nas fases de construção e operação do empreendimento. Assim, tem-se como *atividades de articulação*, por exemplo, o levantamento de contatos da mídia local, regional e nacional, organizações e empresas envolvidas no projeto; sistematização das informações básicas sobre o avanço das obras e dos demais programas ambientais; elaboração dos instrumentos de comunicação; coletivas de imprensa; reuniões de apresentação do projeto; campanhas de esclarecimento da população; e apoio na interação com comunidades indígenas e quilombolas. Sobre as *atividades de Informação*, o PBA 03 destacam-se: informativo para o grande público por meio do site do Ministério da Integração e mídias de alcance regional e nacional; *press-release* mensais; programas ou *spots* em rádios locais, regionais ou de nível nacional; criação de Centros de Referência de Comunicação Social para distribuir material informativo sobre as obras; Caixas de Comunicação, para receber e encaminhar sugestões, preocupações e queixas; Campanhas publicitárias e ações de esclarecimento, por meio de

²¹² Disponível em <http://www.mi.gov.br/programa-de-comunicacao-social>

folhetos, cartazes, spots em rádios e carros de som; Visita às obras; e reuniões a partir de solicitações. Quanto ao *monitoramento e avaliação*, o Programa informa que essas atividades seriam realizadas durante todas as fases do empreendimento. Contudo, durante a implantação do Programa seriam utilizados indicadores principalmente quantitativos enquanto que na fase de construção os indicadores permitiriam realizar uma aferição mais qualitativa do nível de informação e de demandas da população. Ressalta-se, entretanto, que apesar de haver uma boa quantidade de informação (releases, notícias, reportagens e vídeos institucionais) sobre o Projeto de Integração disponíveis no site do Ministério da Integração, não é possível encontrar nenhum relatório, mesmo que parcial, sobre o monitoramento e avaliação deste processo de comunicação, portanto tais informações permanecem inacessíveis ao público.

Especificamente sobre o público-alvo, o PBA 03 identificou os seguintes segmentos: 1) Opinião pública em geral; 2) Mídia local e regional; 3) Órgãos governamentais, em especial as Prefeituras Municipais das Áreas Diretamente Afetadas (ADA); 4) Sindicatos, Associações, Organizações não-governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs); 5) Populações da Área de Influência, em especial, famílias proprietárias e não-proprietárias a serem remanejadas, proprietários de terras e de benfeitorias (envolvidos no processo de indenização), comunidades situadas na faixa de 500 metros ao longo do traçado e localidades rurais próximas aos canteiros de obras, comunidades indígenas e comunidades quilombolas; 6) Público interno (técnicos e trabalhadores).

No que se refere a qualificação do público-alvo é importante notar que, no caso das comunidades indígenas e quilombolas, o PBA 03 identificou como populações a serem beneficiadas pelo Programa apenas aquelas que se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA), ou seja, “[...] uma faixa ao longo das estruturas do Projeto, com 5 km de largura para cada lado” (BRAIL, 2004, p. 54). Em outras palavras, entre as populações indígenas que, supostamente foram contempladas pelo programa estão: os povos Kamiwá, Pipipan, Truká e Tumbalalá²¹³. Já as populações quilombolas “potencialmente beneficiadas”²¹⁴ foram as comunidades de Conceição de Crioulas, Contendas, Tamboril, Cacimba Velha, Santana, Serra do Talhado, Feijão, Posse, Juazeiro Grande, Araça, Pedra Branca, Queimadas, Massapé, Cruz do Riacho, Fazenda Santana, Jatobá, Buenos Aires, Cachoeira da Onça e São José (todas localizadas no Estado de Pernambuco)²¹⁵.

²¹³ Conforme FUNASA, Censo 2004.

²¹⁴ Termo utilizado no próprio PBA para indicar as comunidades quilombolas a serem contempladas com o programa.

²¹⁵ Conforme INCRA e Fundação Palmares.

Vale enfatizar que em virtude de o Baixo São Francisco ser considerado pelo RIMA como Área de Influência Indireta (AII), as comunidades tradicionais que habitam esta região, mesmo sendo afetadas pelo referido empreendimento hídrico, não foram beneficiadas pelo Programa de Comunicação Social. Num primeiro momento, essa decisão causa estranheza, tendo em vista que tais comunidades, dentre elas a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina, por se localizarem no último trecho do rio e a jusante da obra são, conseqüentemente, impactadas por todas ações antrópicas realizadas nas últimas décadas no rio São Francisco, inclusive, a própria transposição. Contudo, num segundo momento, ela corrobora as constatações realizadas *in loco* que indicam a carência de informação e um baixo nível de participação dos ribeirinhos do Baixo São Francisco em relação ao empreendimento hídrico.

Desta forma, se buscarmos responder as questões relacionadas ao modelo de comunicação situacional, não necessariamente na mesma ordem apresentada por Muchielli (2008), perceberemos que: o *contexto espacial* do processo de comunicação que estamos analisando nos remete à região do Baixo São Francisco; enquanto que no *contexto temporal*, podemos definir os anos de 2004 a 2007, pois neste período de tempo foi divulgado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como iniciaram as produções de notícias e reportagens sobre a transposição nos jornais sergipanos, além da realização de audiências públicas, cujo propósito não era exatamente o de informar ou de dialogar com a sociedade sobre o projeto, mas, fundamentalmente, de cumprir etapas obrigatórias para a liberação das licenças ambientais exigidas pelo IBAMA.

A partir do tripé da Comunicação de Riscos (Figura 02), podemos definir o *contexto expressivo das identidades* dos atores e aferir que cada um apresentará de maneira diferenciada seus projetos e suas *intencionalidades* neste processo comunicativo. O primeiro ator identificado é o Governo Federal ou gestor do projeto que têm a intenção de levar a diante o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. O segundo ator identificado é a imprensa sergipana que tem a intenção de se apresentar como opositor do projeto de transposição, pois defende o projeto de revitalização do rio. O terceiro ator identificado é formado pelas comunidades tradicionais que tem a intenção de permanecer nos ambientes onde vivem, contudo, de maneira equilibrada e saudável.

No *contexto das posições* dos atores, verifica-se que enquanto o gestor do projeto, busca o tempo todo fortalecer o seu discurso sobre a importância estratégica do empreendimento como instrumento de desenvolvimento local e regional em detrimento dos

riscos e impactos ambientais negativos; a imprensa sergipana, por meio da veiculação de notícias e reportagens, investirá num discurso pessimista em relação a obra, enfatizando, sobretudo, os impactos negativos do empreendimento para a região do Baixo São Francisco; no caso das comunidades tradicionais, por vivenciarem cotidianamente o rio e perceberem as modificações ocorridas ao longo das últimas décadas, também se posicionam contrários à transposição e favoráveis à revitalização.

No que se refere ao *contexto de interação e de qualidade da relação*, percebe-se que a interação entre os atores sociais foi mínima e, por conseguinte, a qualidade desta relação também foi muito baixa. Em outras palavras, ao limitar o seu espaço de atuação na área de influência direta (AID), o gestor do projeto inviabilizou todo um processo de interação com às comunidades tradicionais localizadas na área de influência indireta (AII). Além do mais, ao utilizar as audiências públicas apenas como espaço de apresentação técnica do projeto, inviabilizou também um processo de diálogo, mas aberto e participativo, com as comunidades. Estas, por sua vez, tiveram que buscar esse espaço de discussão em outros setores da sociedade, como foi o caso dos movimentos sociais. Em relação a imprensa sergipana, por mais que o gestor do projeto disponibilizasse informações nos mais variados meios de comunicação, o discurso veiculado aos jornais, na maior parte das vezes, foi de oposição, inviabilizando deste modo uma relação de boa qualidade. A relação da imprensa com as comunidades tradicionais também pode ser considerada baixa, pois apesar de estarem lutando por um mesmo propósito - a revitalização do rio São Francisco -, estes dois atores não dialogaram. As notícias e reportagens veiculadas nos jornais sempre fazem referência aos ribeirinhos são franciscanos, mas as pessoas que falam sobre o tema são autoridades políticas, representantes da sociedade civil ou especialistas, nunca os próprios ribeirinhos. Isso demonstra uma baixa polifonia nos discursos jornalísticos, fruto de uma baixa qualidade da relação entre os jornalistas e as comunidades.

No que tange ao *contexto sensorial*, podemos demonstrar por meio de análise documental e dos depoimentos coletados que nas poucas vezes em que os atores sociais envolvidos no processo estiveram reunidos, sobretudo nas audiências públicas realizadas em Aracaju, os sentidos de todos estavam alterados. Numa situação específica, o próprio IBAMA foi obrigado a adiar uma audiência pública porque a euforia dos manifestantes parecia incontrolável. A própria quilombola M.S.S, afirmou em entrevista que viajou para Aracaju para participar da audiência pública, mas “[...] quando os técnicos começaram a falar da tal transposição, começou a dar uma raiva e daí ninguém mais ouviu nada”.

Se pensarmos em termo de um *contexto normativo* entre as três categorias de atores identificados perceberemos que essa referência às normas ou as regras coletivamente partilhadas não foi muito bem estruturada neste processo comunicativo. O gestor do projeto e a imprensa sergipana informam os riscos socioambientais da transposição da maneira que melhor lhes convém e utilizam todos os meios de comunicação disponíveis para difundir as informações que são do seu interesse. Já as comunidades tradicionais recebem as informações de maneira diluídas e não dispõe de nenhum canal de comunicação, a não ser às manifestações públicas, para que possam expressar suas opiniões. Em outras palavras, no processo analisado não há regras estabelecidas para a produção de um diálogo, cada um dos atores informa e interpreta as informações que recebe a partir do seu “sistema de pertinência”. A questão então é saber qual ‘visão’ das coisas deve ser privilegiada, se a visão ambiental ou a visão desenvolvimentista. Daí a importância de um mediador no processo comunicativo que buscará, justamente, uma definição comum para a situação. Pois, conforme Mucchielli (2000), não comunicar não significa não se compreender, mas, sobretudo, não ter nenhum problema em comum e, portanto, nenhuma intenção comum.

5.3 Conclusão do capítulo

Como o próprio nome sugere, este capítulo foi dedicado à análise e interpretação dos dados obtidos durante a realização da pesquisa de doutorado. Para tanto, foi necessário retomarmos alguns preceitos importantes, a exemplo, da pesquisa de observação direta e da pesquisa de observação indireta sobre opinião pública, em Augras (1970), e o modelo de comunicação situacional, em Mucchielli (2008). No caso de Augras, a pesquisa de observação indireta contribuiu com a revisão do projeto de transposição, quando sistematizamos em forma de indicadores os riscos identificados no RIMA e os riscos identificados nos jornais sergipanos, ainda no mestrado. Já a pesquisa de observação direta contribuiu com a análise e interpretação dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo, realizada durante o doutorado.

Em relação ao modelo de comunicação situacional, proposto por Mucchielli, este foi fundamental para compreendermos que no caso específico da transposição não é possível identificar um processo comunicativo cujo objetivo seja a busca por um sentido compartilhado, isto porque, os riscos são informados, segundo os interesses de cada um dos

atores, além do mais os processos simbólicos de apropriação da mensagem não são os mesmos entre eles. A qualidade das relações estabelecidas nesse processo comunicativo é muito baixa, pois não se verifica um contexto de interação entre os atores. Em função disso, o que se evidencia é um baixo nível de participação das comunidades tradicionais, pois as mesmas não são reconhecidas nem pelo gestor do projeto, nem pela imprensa sergipana enquanto atores sociais que têm o que dizer nas discussões travadas sobre os riscos socioambientais da transposição.

Por outro lado, a Matriz de Sensibilidade demonstra que apesar da pouca informação e do baixo nível de participação verificado nos depoimentos de índios e quilombola, os mesmos têm um grau médio de percepção dos riscos socioambientais que atingem diretamente ao ambiente onde vivem. Este grau de percepção poderia ser ainda mais elevado se as informações recebidas pelas comunidades fossem em maior quantidade e em melhor qualidade. Por fim, suas opiniões não encontram os meios necessários para ecoarem na esfera pública e, por conseguinte, acabam não influenciando a formação da opinião pública sergipana no que tange a transposição do rio São Francisco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nosso corpo é orientado: à nossa frente
se estende aquilo que nosso olhar descobre.*

CLAVAL

A epígrafe utilizada acima é um reflexo daquilo que sinto neste momento, quando escrevo as últimas linhas desta tese. Após realizar seis longos anos de pesquisa, em nível de mestrado e de doutorado, sobre o processo de comunicação dos riscos socioambientais na transposição das águas do rio São Francisco; de me apoiar na pesquisa bibliográfica na busca de um entendimento mais qualificado dos conceitos aqui contemplados; de me dedicar por inteiro à pesquisa de campo no intuito de conhecer e compreender as pessoas que vivem às margens deste importante e maltratado rio; de investir no isolamento da pesquisa documental para entender o sentido histórico de lutas travadas entre correntes de interesses distintos pelo uso de suas águas; e, finalmente, após conseguir realizar o cruzamento de todas essas informações e interpretá-las num nível científico... percebo que as conclusões que agora apresento, nada mais são do que o meu “olhar” sobre este tema.

Um olhar curioso, apaixonado e ao mesmo tempo preocupado. Curioso porque ao me propor a fazer ciência, precisei manter os olhos sempre abertos para o desconhecido, o inusitado. Apaixonado porque ao realizar as viagens de campo me deparei com universos diferentes do meu, mas, ao mesmo tempo, cativante pelo jeito simples e acolhedor das pessoas que conheci. Preocupado porque ao final dessa trajetória percebo que minhas hipóteses preliminares se confirmam.

Em outras palavras, se no início desta pesquisa buscava-se compreender o nível de participação das comunidades tradicionais do Baixo São Francisco, em especial a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina, no processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição das águas do rio São Francisco e quais as implicações desta participação na formação da opinião pública sergipana sobre o tema; ao final dela, conclui-se que o baixo nível de participação dessas comunidades tradicionais, não está vinculado a uma falta de vontade em participar do processo de

discussão. Ao contrário, a vontade existe! Ela é expressa nas opiniões de índios e quilombolas que sentem no dia-a-dia as transformações do rio e do ambiente onde vivem. E que não se conformam com as mudanças que seus olhos vêem. O que não existe é o “reconhecimento” desses atores sociais enquanto indivíduos e cidadãos que dispõem das mesmas condições de fala na esfera pública, seja por parte do gestor do projeto, seja por parte da imprensa sergipana.

No caso do gestor do projeto, o próprio Programa de Comunicação Social (PBA 03) evidencia esse “não-reconhecimento”, ao definir seu público-alvo apenas comunidades que se encontram na Área de Influência Direta (AID). Como se as intervenções previstas no projeto de transposição não fossem impactar também às comunidades que se encontram à jusante da obra. Além disso, nos depoimentos dos índios e quilombolas fica explícito o fato de que ninguém relacionado ao governo federal ou à gestão do projeto teve a preocupação de procurar essas comunidades para informar e discutir sobre os riscos socioambientais da transposição.

No que se refere à imprensa sergipana, o processo comunicativo não é muito diferente. Apesar da imprensa e das comunidades tradicionais concordarem com o fato de que antes da transposição seria necessário e urgente um projeto de revitalização do rio em função do seu nível de degradação, essa sintonia de ideias não é perceptível nos discursos dos jornais sergipanos devido a presença de uma baixa polifonia. Pois, quando se fala de riscos, impactos ou consequências da transposição à sociedade, busca-se sempre dar voz às “fontes oficiais”, isto é, autoridades políticas, representantes de instituições públicas ou de entidades de classe, pesquisadores da universidade, entre outros. Já o “testemunho” ou “opiniões” dos ribeirinhos, principais comunidades a serem impactadas com o projeto são desconsiderados nesse processo de construção da informação.

Mas, apesar de as comunidades tradicionais terem o seu direito de participação violado pelo Estado e pela imprensa, elas não baixaram a cabeça e buscaram se inserir neste processo de comunicação por meio dos movimentos sociais. Viajaram para Aracaju, Penedo, Cabrobó e Brasília, representando suas comunidades, levantando bandeira em defesa do rio São Francisco e buscando mais informações para compartilhar com seus semelhantes. O problema é que suas opiniões não encontraram eco na esfera pública e, por conseguinte, acabaram não influenciando a opinião pública sergipana sobre o tema.

Olhando nesta perspectiva parece simples chegar a essas conclusões. Mas, devo confessar que o processo foi longo e trabalhoso. Foi preciso esforço e dedicação, acompanhado de muitas horas de leitura, inúmeras viagens de campo e do trabalho técnico de decupagem e sistematização dos dados coletados. Foi a partir desta experiência acadêmica que pude estruturar a minha tese que compreende dois momentos: o da teoria e o da prática.

Assim, no capítulo *Opinar para democratizar* buscou-se analisar as principais teorias que trataram da formação da opinião pública e de sua importância para a legitimação de Estados democráticos. Para tanto, foram escolhidos importantes pensadores, situados em momentos distintos da História: Jean-Jacques Rousseau, Ferdinand Tönnies e Jürgen Habermas e Alex Honneth. A escolha desses nomes, entretanto, não se deu em vão. O motivo que levou a escolha de tais autores deve-se ao fato de que, apesar deles terem posicionamentos diferentes sobre o termo “opinião pública”, todos acabam de alguma forma, ou em algum momento, relacionando-o com a ideia de “vontade”. Ademais, Rousseau é lido por Habermas, que leu Tönnies, que também leu Rousseau. Já Honneth entra na discussão para mostrar que apesar de opinião pública ser considerada uma “vontade” há em nossa sociedade um processo de luta por reconhecimento que não pode ser negligenciado neste debate.

Isso não significa dizer que outros pensadores que trataram do conceito de “opinião pública” sejam menos relevantes, a exemplo de: Gabriel Tarde, Jeremy Bentham, James Mill, Walter Lippmann, Maxwell McCombs, Paul Lazarsfeld, Niklas Luhmann, entre outros. Contudo, o propósito desta pesquisa nunca foi o de realizar uma genealogia exaustiva do conceito, mas de encontrar elementos que pudessem fundamentar essa pesquisa doutoral tanto no âmbito teórico quanto prático, ou seja, de evidenciar que a opinião pública pode ser entendida enquanto uma vontade coletiva e, portanto, social. Mas, sobretudo, que a ausência de um espaço público onde as mais diversas opiniões podem ser expressas em pé de igualdade, pode também representar a falência da democracia.

Nesse sentido, Rousseau é considerado por muitos comentadores contemporâneos como o primeiro pensador a tratar deste conceito na Modernidade. Para ele, a opinião deve ser considerada como um conjunto de costumes e, por isso possui leis próprias. Qualquer interferência em seus domínios só pode ter o objetivo de preservá-la e não de formá-la. Desta maneira, não caberia aos homens das letras à tarefa de tornar o público esclarecido. Mas, é dever do legislador estar atento à lei da opinião - aquela que está gravada no coração dos

cidadãos - para ter eficácia nas demais leis que integram o Estado. Rousseau, entretanto, não deixa clara a relação entre vontade geral e opinião pública. Mas, após as leituras realizadas entende-se que a vontade geral poderia ser compreendida como a consolidação da opinião pública e esta, por sua vez, consolidar-se-ia nas leis que se seguem a partir dela.

Tönnies, por sua vez, estabelece uma compreensão sociológica da opinião pública como forma de vontade social. Para tanto, ele desenvolve dois conceitos importantes: comunidade e sociedade. Segundo o autor, a primeira pode ser entendida como uma forma de organização social tradicional, fundamentada nas relações pessoais, nos costumes e na fé; enquanto a segunda, refere-se a uma organização social racional, fundamentada em relações não pessoais, interesses especiais, convenções e na opinião pública. Importava para esta pesquisa compreender qual a diferenciação que o autor estabelece entre esses dois conceitos, uma vez que buscou-se compreender qual a percepção das comunidades tradicionais (que é expressa por opiniões) sobre os riscos socioambientais da transposição e se essas comunidades influenciam a opinião pública, ou seja, o julgamento da sociedade sobre o tema em questão. Além disso, Tönnies considera que a opinião pública é uma forma de vontade social baseada na vontade racional (reflexiva) e no consenso entre a opinião privada e a pública. Já a opinião do público seria a única concepção puramente teórica.

Habermas trata do conceito de opinião pública articulando-a com outros conceitos importantes na atualidade, quais sejam: sociedade civil e esfera pública. Segundo o autor, apesar das garantias expressas pelos direitos fundamentais, a sociedade civil não permanece constantemente protegida das deformações, a exemplo dos regimes totalitários que sufocam a liberdade comunicativa dos cidadãos. É preciso que a esfera pública mantenha suas estruturas comunicacionais de forma intacta. Essa esfera pública pode ser entendida como um espaço público onde se constrói a opinião pública, por meio do agir orientado pelo entendimento mútuo. Mas a esfera pública é porosa e nela luta-se por influência. Cada entidade representativa da sociedade civil tem o mesmo direito de expressar suas opiniões, de influenciar ou até de manipular, mas enquanto expressão do entendimento mútuo ela só tem validade se for produzida dentro de espaços democráticos onde todos têm o direito de opinar e de forma equitativa chegam a um acordo no final do processo. Daí a ideia de uma vontade coletiva, em Habermas.

Diferentemente de Habermas que se inspira no modelo kantiano para a concepção de esfera pública, Honneth busca inspiração em Hegel, por meio de sua concepção de reconhecimento, e nas contribuições da psicologia social de Mead, para mostrar que os

indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual por meio de uma luta por reconhecimento intersubjetivo. Esse reconhecimento se daria em três esferas: amor, direito e solidariedade. Na esfera do amor, o indivíduo desenvolve uma confiança em si mesmo, indispensável para seus projetos de autorrealização pessoal. Na esfera do direito, a pessoa passa a ser reconhecida como autônoma e moralmente imputável ao desenvolver sentimentos de autorrespeito. Na esfera da solidariedade, gera-se a autoestima, ou seja, uma confiança nas realizações pessoais e na posse de capacidades reconhecidas pelos membros da sociedade. Segundo o autor, em um processo de deliberação, os atores sociais (participantes) esperam não apenas que seus enunciados encontrem lugar no processo de argumentação, mas também que toda sua pessoa seja considerada de maneira positiva, como forma de reconhecimento. Entretanto, é na ausência de uma dessas esferas que se configura a ideia de “não-reconhecimento” ou de desrespeito.

Estas diversas concepções teóricas foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver uma compreensão mais ampla e precisa acerca do processo de formação da opinião pública tal como vêm sendo compreendida em nossa sociedade contemporânea. Nesse sentido, a “pretensa opinião pública” tão disseminada nos dias atuais e que é construída e disseminada pela imprensa, não passaria para Habermas de uma “opinião pública privada”, oriunda de grupos políticos e econômicos com interesses particulares e, para Tönnies, nada mais é do que a “luta de opiniões” que se alternam na arena política, da qual apenas os “escolhidos” podem participar.

No capítulo *Comunicar para legitimar decisões* buscamos mostrar de que forma a Comunicação pode contribuir para a legitimação de decisões que interferem diretamente no meio ambiente e na vida de cidadãos que integram uma sociedade democrática. Desta forma, examinamos neste capítulo, teorias e modelos de comunicação que podem ser utilizados em pesquisas cuja prioridade é a análise de processos comunicativos. Na sequência, procuramos diferenciar os conceitos de “comunicação” e “informação” para compreender quais são as perspectivas possíveis de se trabalhar com esses conceitos no lugar social, ou seja, nos espaços onde as relações sociais e as trocas simbólicas acontecem. Importa salientar que todos os autores estudados concordam com a ideia de que a informação deve ser concebida a partir da perspectiva da comunicação e não o inverso, isto é, a comunicação está no âmbito da relação enquanto a informação está no âmbito do conteúdo.

Ainda neste capítulo enfatizamos a importância de se pensar a comunicação enquanto um instrumento fundamental na participação social. Para tanto, utilizamos a obra de Díaz

Bordenave (2013) no intuito de explicar o que entendemos por participação social. Assim, a participação pode ser dar de forma micro (no núcleo familiar, associações ou comunidades) ou macro (em processos dinâmicos da sociedade). O autor também defende a ideia de que em sociedades participativas existem diversas maneiras de se participar: elas podem ser diferenciadas em tipos, graus ou níveis de participação. Peruzzo (1999) ao tratar do conceito de comunicação participativa enfatiza a existência de níveis de participação no processo de comunicação: a mensagem, a produção de mensagens, o planejamento dos meios e a gestão dos meios. Já Bessette (2004) afirma que no caso de projetos socioambientais, o processo de comunicação deve estar baseado na participação ativa daqueles aos quais o projeto se destina. Conforme o autor, muitos esforços de comunicação se concentram sobre a difusão do conhecimento e de conselhos técnicos, entretanto, a transferência de informação dos especialistas para as comunidades, efetuada com uma intervenção de cima para baixo, não gera os resultados esperados. Daí a importância de se reunir os membros da comunidade e os interventores, numa perspectiva de diálogo e de troca de ideias sobre as necessidades, os objetivos e as ações que serão empreendidas para se chegar ao desenvolvimento desejado.

Ainda neste capítulo, enfatizamos a ideia de que tanto a informação quando os riscos são construídos socialmente, portanto, dependem da percepção dos atores sociais envolvidos. Essa ênfase se mostrou necessária para introduzirmos os conceitos de Gestão de Riscos e de Comunicação de Riscos. Assim, entende-se que a Gestão de Riscos é um processo fundamental para a tomada de decisões, no sentido de estabelecer políticas e assinalar os perigos identificados durante a avaliação de riscos e suas consequências para a saúde pública e o meio ambiente. Além disso, é preciso que os tomadores de decisão e as partes interessadas levem em consideração, durante todo o processo de gestão, os valores culturais, os princípios éticos e o quadro legal vigente.

Já a Comunicação de Riscos é uma área recente de atuação, se comparada às outras áreas da comunicação. Ela começou a ser discutida por especialistas na década de 1970, mas foi somente nos últimos anos que ela se desenvolveu enquanto prática de atuação na sociedade, sobretudo com vistas à redução de desastres. Segundo Leiss (1997) e Fischhoff (1995), a evolução da comunicação de riscos é marcada por três períodos cronológicos. O primeiro período (1975 a 1984) é marcado por avaliações quantitativas do risco e se apresenta como uma função interna das empresas e específica aos gestores. O segundo período (1985 a 1994) busca demonstrar que uma boa gestão de riscos passa, necessariamente, pela aproximação do diálogo junto ao público. Este, por sua vez, tem características e percepções

distintas face a uma situação de risco. Assim, esse sistema do tipo igualitário, que garante a equidade do processo, é definido como um sistema de interação (NCR, 1989), que permite a troca de informações (COVELLO, 1989; LEISS, 1989) e a participação (AVEN e RENN, 2010) de todos no processo de decisão. O terceiro período (1995 até os dias atuais) caracterizou-se por seu aspecto social. Com base nos estudos de amplificação social para atenuação dos riscos, Kasperson e Kasperson (1996) enfatizam que a ideia de um diálogo aberto contribui para aumentar a confiança entre os parceiros ao propor um processo de decisão compartilhado.

Cabe enfatizar que, no caso específico desta pesquisa, apesar de os riscos socioambientais da transposição terem sido informados à sociedade, a Comunicação de Riscos, enquanto uma etapa fundamental na Gestão de riscos (ISO 31000), não foi contemplada no Programa de Comunicação Social. Todavia, o Ministério da Integração (MIN), responsável pelas obras da transposição, tem encorajado nos últimos anos a prática da Gestão e da Comunicação dos riscos em diversos projetos, principalmente por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Contudo, o que se verifica é uma ênfase no uso da comunicação de riscos para projetos de redução de desastres, mas não ainda no que concerne aos grandes projetos de desenvolvimento (ver, por exemplo, o caso da transposição e da usina de Belo Monte, na região amazônica) que continuam prescindindo desta ferramenta fundamental para a consolidação de processos decisórios verdadeiramente democráticos.

No que diz respeito ao desenvolvimento deste capítulo, foi imprescindível a realização do estágio de doutorado desenvolvido junto à *Université du Québec à Trois-Rivières*, no Canadá, onde pudemos ter acesso a referências importantes na área de comunicação participativa, comunicação ambiental e gestão e comunicação de riscos. Além disso, o que percebemos é que o Canadá desenvolveu ao longo dos anos uma *expertise* de referência em projetos ambientais. As referências e discussões à que tivemos acesso durante este ano de pesquisas na província do Québec foram decisivas para a consolidação teórica desta tese.

No capítulo *Conhecer para compreender* nosso objetivo foi apresentar as comunidades tradicionais que contribuíram com a pesquisa. No entanto, antes de apresentá-las era necessário entender os conceitos de “comunidades tradicionais”. Assim, demonstramos que a luta pelo reconhecimento e a garantia dos direitos das comunidades tradicionais é relativamente recente no Brasil. Ela está amparada em relações jurídicas, ou seja, por meio da Constituição de 1988, ao reconhecer a existência de comunidades tradicionais no país e, em sintonia com a Convenção 169 da OIT, que garante aos povos indígenas e tribais o direito de

participar na formulação, aplicação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. A Convenção 169 da OIT, conforme mostramos, dedica ainda uma especial atenção à relação desses povos com a terra ou território, especialmente sobre o caráter coletivo dessa relação.

Essa relação de respeito das comunidades tradicionais ao ambiente em que vivem ficou ainda mais evidente com as contribuições de autores que trabalham com populações tradicionais focados na etnoconservação. Um deles é Diegues (2008) que ao caracterizar as comunidades tradicionais, afirma terem estas uma relação simbiótica com a natureza, pois é a partir dos recursos naturais e dos ciclos da natureza que constroem o seu modo de vida. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade. Além disso, a noção de território é muito forte para essas populações, pois é neste espaço que o grupo social se reproduz econômica (atividade de subsistência) e socialmente (importância dada à unidade familiar, comunal e às relações de parentesco). Contudo, também afirma Diegues, entre as populações tradicionais verifica-se uma reduzida acumulação de capital e um fraco poder político.

Já Cunha e Almeida (2009), enfatizam que as populações tradicionais são grupos que conquistaram ou que estão lutando para conquistar uma identidade pública conservacionista, que inclui o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, a exemplo da pesca artesanal ou da produção de alimento orgânicos, formas equitativas de organização social, instituições com legitimidade para fazer cumprir a lei e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

Foi com base nessas caracterizações que nos propusemos a descrever a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina. Nesse sentido, enfatizamos os aspectos históricos das duas comunidades, com a ajuda da história oral. No caso dos índios Xokó, todo o processo de expropriação de suas terras - desde o Período Colonial, passando pelo Império e chegando na República-, até a retomada do território da Caiçara, em 1992, foi descrito com base nos depoimentos dos participantes da pesquisa, mas também com o apoio de uma quantidade considerável de obras e documentos que tratam da história deste povo, incluindo aí a *Carta Xokó*, elaborada durante o 1º Seminário Indígena Xokó, realizado em 2013 e do qual tivemos a oportunidade de participar em nossa pesquisa de campo. Já no caso dos quilombolas da Resina, a descrição voltou-se mais à história oral através dos depoimentos, e na análise de documentos primários e secundários à exemplo do relatório técnico do INCRA e de notícias de sites e jornais. Isso não significa dizer que a produção

acadêmica sobre quilombolas em Sergipe seja pequena, (ela se concentra em reflexões sobre o movimento negro e quilombola e na descrição de outras comunidades do Estado), mais especificamente sobre a Resina, foi difícil encontrar material que pudesse subsidiar nossas necessidades, mesmo porque a comunidade em questão ainda não teve seu território reconhecido pelo Governo Federal e o Processo corre em segredo de justiça. Desta forma optamos por dar voz aos próprios quilombolas que narraram sua história. Não obstante, tratamos de vários aspectos relacionados ao modo de vida dessas comunidades e da relação das mesmas com o rio São Francisco, enfatizando seus anseios e seus temores quanto ao futuro das comunidades e do ambiente em que vivem e do qual sobrevivem.

Apresentamos também as descrições presentes no diário de campo, tendo em vista que este foi sendo desenvolvido a cada nova viagem. Sobre isso, importa destacar duas questões: a relação dessas comunidades com o tempo e o uso de técnicas e instrumentos na pesquisa de campo. Em primeiro lugar, ficou claro que o tempo do pesquisador não é o mesmo tempo das pessoas que estão sendo acompanhadas. É preciso que o pesquisador tenha a sensibilidade de perceber essas diferenças e de se colocar no lugar do outro para que possa, ao menos durante o período de campo, manter uma sincronia com as pessoas que estão lhe acolhendo. Por este motivo, a maioria das viagens foi realizada nos finais de semana, período no qual os membros das comunidades podiam dispor de mais tempo para atender e dialogar com a pesquisadora, e mesmo possibilitar às excursões de reconhecimento e de captação de imagens dos seus territórios. Em segundo lugar, ao fazer uso de instrumentos, tais como fotografia e filmagem, é preciso que o pesquisador tenha a compreensão de qual a finalidade desse material no processo investigativo. Se ele terá uma função coadjuvante, isto é, apenas como registro do trabalho que está sendo realizado nas comunidades ou se essas tecnologias assumem um papel de protagonistas. A medida certa para responder a esses questionamentos será obtida nas análises do pesquisador, antes, durante e depois das viagens de campo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a fotografia e as filmagens apresentaram-se como suportes técnicos que possibilitaram o registro de dados, mas sobretudo facilitaram o trabalho do pesquisador na análise posterior do trabalho de campo, pois esse material possibilita ser visto e revisto quantas vezes forem necessárias. Contudo, elas também assumiram um papel de protagonista. No caso das fotografias expostas nesta tese, a maioria foi utilizada em exposições fotográficas no Brasil e no Canadá. Já as filmagens e os depoimentos serão utilizados na edição de um curta sobre a relação das comunidades tradicionais com o rio São Francisco.

Vale salientar ainda a importância de o pesquisador dar um retorno de seu trabalho à comunidade que está lhe acolhendo. Esse retorno pode vir a acontecer somente no final da pesquisa, mas também pode trazer boas perspectivas caso seja feito durante todo o processo investigativo. Registrar imagens - sejam elas estáticas ou animadas - e apresentá-las as pessoas envolvidas no processo confere novos ares à pesquisa, além de demonstrar uma relação de respeito mútuo entre pesquisador e pesquisado. No caso desta tese doutoral, por se tratar de uma pesquisa participante, nos preocupamos em entregar às comunidades, sempre que possível, as fotografias em papel e diretamente às pessoas nelas registradas. Também solicitamos a participação de artesões da comunidade Xokó na produção e organização das exposições fotografias. Ao final da pesquisa, nos preocupamos em retornar às comunidades para conversar sobre os resultados obtidos por meio das análises e, assim, verificar se as análises desta pesquisadora estavam em consonância com os depoimentos coletados.

Em relação ao último capítulo *Analisar e Interpretar*, nos dedicamos à análise e interpretação dos dados obtidos durante a realização desta tese. Neste sentido, retomamos alguns preceitos importantes sobre a pesquisa de observação direta e a pesquisa de observação indireta em opinião pública, presente na obra de Augras (1970), e o modelo de comunicação situacional, apresentado por Mucchielli (2008). Deste modo, podemos dizer que a pesquisa de observação indireta contribuiu para que pudéssemos construir o item, *Reverendo o projeto de transposição*, sobretudo ao sistematizarmos em forma de indicadores os riscos identificados no RIMA e os riscos identificados nos jornais sergipanos. Enquanto que a pesquisa de observação direta contribuiu com a análise e interpretação dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo.

Em relação ao modelo de comunicação situacional, este contribuiu para a compreensão de que, no caso específico da transposição, não é possível identificar no processo comunicativo a ideia de um sentido compartilhado. Essa interpretação refere-se ao fato de que os riscos socioambientais são informados, segundo sistemas de pertinência presentes em cada um dos atores envolvidos. Além disso, a qualidade das relações estabelecidas nesse processo comunicativo foi muito baixa, pois não se verificou um contexto de interação entre os atores sociais. Em função disso, o que se evidenciou foi um baixo nível de participação das comunidades tradicionais, pois as mesmas não são reconhecidas pelos outros atores do processo enquanto sujeitos que têm o que dizer sobre os riscos socioambientais da transposição. Por outro lado, a Matriz de Sensibilidade demonstrou que apesar da pouca informação e do baixo nível de participação verificado nos depoimentos de

índios e quilombolas, os mesmos apresentam um grau médio de percepção dos riscos socioambientais que atingem diretamente o ambiente onde vivem. Este grau de percepção, contudo, poderia ser ainda mais elevado se as informações recebidas pelas comunidades fossem em maior quantidade e de melhor qualidade. Não obstante, as opiniões expressas pelos membros das comunidades tradicionais não encontram eco na esfera pública e, por este motivo, acabam não contribuindo com a formação da opinião pública sergipana no que tange a transposição do rio São Francisco, enfraquecendo o processo democrático tão alardeado atualmente, mas ao mesmo tempo tão negligenciado em nossa sociedade.

Nesse sentido, cabe mencionar que no momento exato em que findamos esta etapa de nossa pesquisa retoma-se a polêmica discussão acerca da possível instalação de uma usina nuclear na região do Baixo São Francisco, adicionando mais impactos sobre o já “Velho” e sofrido São Francisco. Esperamos que neste processo, os parâmetros democráticos e a comunicação de riscos sejam mais efetivos do que foram no objeto de estudo desta tese.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que nas questões relativas à transposição não basta apenas que o gestor e a imprensa informem os riscos socioambientais do projeto à sociedade. É necessário que se promova uma efetiva comunicação entre todos os atores envolvidos, sobretudo aqueles que vivenciam o rio cotidianamente. Pensar a Comunicação de Riscos nesta perspectiva é, fundamentalmente, defender um ideal democrático de governança socioambiental.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social, terra e território**. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- _____. **A gestão empresarial do risco social e a neutralidade da crítica**. Praia Vermelha: UFRJ, v 19, 2009, pp. 51-64.
- _____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- _____. **Justiça ambiental e construção social do risco**. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, v5, 2002, pp. 49-60.
- _____. Justiça Ambiental- novas articulações entre meio ambiente e democracia. In IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. **Movimento sindical e defesa do meio ambiente** – o debate internacional. Rio de Janeiro, 2000, pp 7-12.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGUIAR, S.; SANTOS JUNIOR, E. **Territórios de proximidade na cobertura jornalística da transposição do rio São Francisco**. Trabalho apresentado no Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental. São Cristóvão/SE, 2011. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0BzW6LK0JNLVsODBIZmYxZjEtOTVjMi00NTViLWE5ZmUtNDg0ODAwODVmYmM1&hl=pt_BR. Acesso em: 06 jul. 2011.
- _____. _____. **A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste: o caso do Jornal do Commercio**. Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1176-1.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2011.
- AGUIAR NETTO, A. O. (org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
- AIRES, L. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. [Em linha] – 1.ed. – Lisboa: Universidade Aberta, 2011. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028> Acesso em: 10 maio 2015.
- AKOUN, A. **La communication démocratique et son destin**. Paris/France : Press Universitaire de France, 1994.
- ALMEIDA, A. B. **Gestão da água: Incertezas e riscos conceptualização operacional**. – 1. ed. – Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. – Manaus: Editora UEA, 2013.
- ALMEIDA, A.W.B; MARIN, R.A. (org.) **Nova cartografia dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: pescadores e pescadoras artesanais de Resina**. – Brejo Grande: Casa 8 Design, Editores UEA, 2009.

ALMEIDA, E.A. (org.) **Povo Xokó: história de luta e resistência**. – Curitiba: Adescrym Gráfica, 2012a.

_____. (org.) **Os Xokó e o Rio São Francisco**. – Curitiba: Adescrym Gráfica, 2012b.

ALVES, J. F. (Org.). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ANCTIL, F.; DIAZ, L. **Développement durable: enjeux et trajectoires**. – Québec/CA: Presses de l'Université Laval, 2015.

ANDRADE, R. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio**. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brasil. Agosto, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2011.

ARAÚJO, E.A. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. In: **DataGramaZero – Revista de Ciências da Informação**, v.2, n. 5, out/2001, s/n.

_____. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. In: **Ciência da Informação**, v.28, n.2, Brasília, May/Aug. 1999, pp. 155-167.

ARRUTI, J.M.A. **Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 57-94.

_____. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

_____. **Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras**. In: Brasil In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Prêmio territórios quilombolas: 2ª edição. – Brasília: MDA, 2007, p. 230-269.

AUGRAS, M. **Opinião pública: teoria e pesquisa**. – Petrópolis: Vozes, 1970.

AVEN, T.; RENN, O. **Risk management and governance: concepts, guidelines and applications**. Berlin: Springer, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. – 5. ed. – São Paulo. Editora Martins Fontes, 2010.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **L'or bleu : l'eau, nouvel enjeu stratégique et commercial**. Traduit de l'anglais (Canada) par Paule Noyart. Préface de Louise Vandelac. – 2.ed. – Montréal/CA : Les Éditions du Boréal, 2005.

BARLOW, M. **Vers um pacto de l'eau**. – Montréal/CA : Les Éditions Écosociété, 2009.

BARROS FILHO, C. **Ética na comunicação**. – 6 ed. – ver. e atual. São Paulo: Summus, 2008

BARTHÉLEMY, B. **Gestion des risques: méthode d'optimisation globale**. Paris/France: Éditions d'Organisation, 2000.

BARTHÉLEMY, B.; COURRÈGES, P. **Gestion des risques: méthode d'optimisation globale**. – Deuxième édition augmentée -. Paris/France: Éditions d'Organisation, 2004.

BASTOS, P.C. **Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de uma jovem quilombola**. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Prêmio territórios quilombolas: 2ª edição. – Brasília: MDA, 2007, p. 21-43.

BBC BRASIL. **Transposição corre o risco de ficar para 2016.** (Vídeo). Postado em 3 jun. 2014. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/06/140603_sao_francisco_ep_1_vale_mm>

_____. **Desafios da transposição vão da burocracia à preservação ambiental.** (Vídeo). Postado em 4 jun. 2014. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/06/140604_sao_francisco_b_a_m>

_____. **Distribuição da água após concluída a transposição ainda gera dúvida.** (Vídeo). Postado em 5 jun. 2014. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/06/140605_3_transposicao_2_sao_francisco_mm>

_____. **Transposição já é realidade para comunidades afetadas.** Postado em 6 jun. 2014. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/06/140605_sao_francisco_4_b_mm>

BECK, U. **Sociedade do risco:** rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento – São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, M. A. **Ética e comunicação de risco na transposição das águas do rio São Francisco.** São Cristóvão, 2011. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

_____. **O vídeo estimulando o debate e gerando conhecimento.** Ijuí: Editora Unijuí, 2001. (Coleção trabalhos acadêmicos-científicos. Série monografias acadêmicas). ISBN: 85-7429-251-6.

BECKER, M. A.; SANTOS, A. C. Comunicação de riscos e o discurso da imprensa sergipana na transposição do rio São Francisco. In: **Revista Ambiente e Sociedade.** [Online]. 2014, vol.17, n.4, pp. 55-76.

_____; _____. A crise de paradigma em Thomas Kuhn e Boaventura de Souza Santos. In: SANTOS, A. C., BECKER, E. **Entre o homem e a natureza:** abordagens teórico-metodológicas. – Porto Alegre: Redes Editora, 2012, pp. 115-128.

_____; _____. Comunicação de riscos e a ética no uso da água doce: o caso da transposição do rio São Francisco. In: **IWRA World Water Congress** – Adaptive Water Management: Looking to the future, Porto de Galinhas, 2011.

_____; _____. **Comunicação de riscos e a mediação de conflitos ambientais.** In: 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental, São Cristóvão, 2011. Disponível em <http://licaufs.blogspot.com.br/p/anais-eica-2011.html>. Acesso em 25 maio 2012.

BEDIN, V. (org.). **La reconnaissance :** des revendication collectives à l'estime de soi. Paris/France : Sciences Humaines Éditions, 2013.

BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BESSETTE, G. **Communication et participation communautaire :** guide pratique de communication participative pour le développement. - Québec-Ottawa/Canada : Les Presses de l'Université Laval et le Centre de recherche pour le développement international, 2004.

_____. **Eau, terre et vie:** Communication participative pour le développement et gestion des ressources naturelles. – Québec-Ottawa/Canada : Les Presses de l'Université Laval et le Centre de recherche pour le développement international, 2007.

BESSETTE, G.; RAJASUNDERAM, C.V. **La communication participative pour le développement**. Ottawa, CRDI, 1996.

BEST, J. (org.). **Images of Issue**: typifying contemporary social problems. New York: Aldne de Gruyter, 1989.

BIRD, S.E; DARDANNE, R.W. Mitos, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. -2.ed. – Lisboa: Veja Editora, 1999, pp. 263-277.

BOAS, F. **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro – 4.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOISVERT, J. **Administration de la communication de masse**. – Montréal : Gaëtan Morin Éditeur, 1988.

BONIN, P.-Y. **La justice internationale et la répartition des ressources naturelles**. – Québec/CA; Les Presses d’Université Laval, 2010.

BORGES, A. L. M. **Ser da terra**: o ambiente na produção do imaginário Xocó. São Cristóvão, 2003. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

BOUGNOUX, D. **La communication contre l’information**. – Paris/FR : Hachette, 1995.

BOUZON, A. **La place de la communication dans la conception de systèmes à risques**. Paris : L’Hamarttan, 2004.

BRANDÃO, C.R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

_____. **Analisando o discurso**. Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf Acessado em: 19 jul. 2011.

BRASIL. **Lei 6.938/1981**(Política Nacional do Meio Ambiente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em 10 out 2011.

_____. **Lei Nº9433/1997** (Política Nacional de Recursos Hídricos), 1997a. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 18 de set. de 2010.

_____. **Lei Nº 9.985/2000** (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm Acesso em 29 dez 2015.

_____. **Resolução CONAMA N. 237/1997** (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 1997b. Disponível em www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html. Acesso em: 10 out 2011.

_____. **Decreto 6.040** (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), 2007. Disponível em: C:\Users\Evaldo\Desktop\Decreto nº 6040 - povos tradicionais.mht Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. **DNN 10884** (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) Decreto de 13 de julho de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm Acesso em: 29 dez. 2015.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto Ambiental**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/rima.asp>. Acesso em 18 jun. de 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Comunicação Social PBA 03**. 2005. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c2b6ac20-2931-4390-a24f-9282ef1fa542&groupId=47109 Acesso em: 09 set. 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional da Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres. **Comunicação de riscos e desastres**. Curso a distância. Florianópolis: CEPED, 2010a.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia**. Curso à distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010b.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Audiência Pública**. s/d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/portal-nacional-de-licenciamento-ambiental/licenciamento-ambiental/audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica>. Acesso em: 04 fev. 2014.

BRETON, P.; PROULX, S. **L'explosion de la communication** : introduction aux théories et aux pratiques de la communication – 4 ed. – Paris/France : La Découverte, 2012.

BRUNET, P. J.; DAVID-BLAIS, M. (org.). **Valeurs et éthique dans les médias**: approches internationales. – Québec/Canada : Les presses de l'Université Laval, 2004.

CABIN, P.; DORTIER, J-F (org.). **La communication**. -3ªed. – Paris/FR : Sciences Humaines Éditions, 2008.

CAMPOS, E.F. **Ação de reintegração de posse**. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Sergipe. Aracaju, 18 de jan. 1988

CARRÉ, L. Reconnaissance et « pathologies du social ». Vers une nouvelle Théorie critique de la société avec Axel Honneth. In : **Recherches sociologiques et anthropologiques** [en ligne], 38-2, 2007. Disponível em <http://rsa.revues.org/480>. Acesso em : 16 jan. 2015.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: NASCIMENTO, Milton Santos do. **Opinião Pública e Revolução**: aspectos do discurso político na França revolucionária. – São Paulo: Nova Stella: editora da Universidade de São Paulo, 1989.

CLAVAL, P. A volta do cultural na geografia. IN: **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002, pp. 19-28.

_____. **Terra dos homens**. Tradução Domitila Madureira – São Paulo: contexto, 2010.

COELHO, V. P. **Karl Von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. – São Paulo: Editora USP, 1993.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPI-SP). **Boletim Comissão Pró-Índio-SP**: Perdizes/São Paulo. Nº14, maio/junho 1983

CORRIVEAU, Raymond. **Pour redécouvrir le monde rural**: une exploration de la vie quotidienne. – Québec/Canada : éditions Agence d'Arc, 1993.

_____. La communication en situation d'urgence; l'importance du lien social. In : MAISONNEUVE, D., SAOUTER, C., CHAR, A. (org.) **Communications en temps de crise**. Sainte-Foy, PUQ, 1999.

_____. **Le plan de communication**: une approche pour agir en société, Québec, PUQ, 2009.

_____. **Planification des activités de communication**. (Cours en ligne GCO -1005) Service de soutien pédagogique et technologique (SSPT) de l'Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), 2011. Disponible en https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw031?owa_no_site=2428&owa_no_fiche=26&owa_apercu=N&owa_imprimable=N&owa_bottin=N

_____. **Communication et prise en charge des risques**. (Cours en ligne COM - 1001) Service de soutien pédagogique et technologique (SSPT) de l'Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), 2014. Disponible en https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw030?owa_no_site=2930

_____. **Lien social et espace médiatique** (Cours en ligne ASC- 1001). Service de soutien pédagogique et technologique (SSPT) de l'Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), s/d. Disponible en : https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw030?owa_no_site=2931

_____. **La communication en situation d'urgence**. (cours en ligne PCO-1016). Service de soutien pédagogique et technologique (SSPT) de l'Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), s/d. Disponible en : https://oraprdnt.uqtr.quebec.ca/pls/public/gscw031?owa_no_site=2833&owa_no_fiche=4&owa_apercu=N&owa_imprimable=N&owa_bottin=N

CORRIVEAU, R., SIROIS, G.. **L'information**: la nécessaire perspective citoyenne, PUQ, 2012.

COSSETTE, C. **La planification stratégique** : un outil pour réussir ses projets. – Québec : école des arts visuels, Université Laval, 1987.

COSTA, S. **A mestiçagem e seus contrários**: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. In: Tempo soc. vol.13 no.1 São Paulo, May, 2001.

COVELLO, V.T, McCALLUM, D.B, PAVLOVA, M.T. **Effective risk communication** : the role and responsibility of government and nongovernment organizations. – New York/EUA: Plenum Press, 1989. (Contemporary Issues in Risk Analysis – Volume 4).

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M.C (org.) **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp 277-299.

_____. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. – 1 ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DAGENAIS, B. **Le communiqué** : ou l'art de faire parler de soi – 2 ed. – Québec/canada : Les Presses d'Université Laval, 1997.

_____. **Le plan de communication**: l'art de séduire ou de convaincre les autres. – Québec/Canada : Les Presses d'Université Laval, 1998.

DANTAS, B.G. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, D. M. F. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju, SE: 1991.

- DANTAS, B. G. DALLARI, D. A. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos.** – São Paulo: Comissão Pró-Índio, Editora Parma, 1980.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- DENZIN N.; LINCOLN, Y. (Eds) **Handbook of qualitative research.** Califonia: Sage, 1994.
- DESROCHES, A.; LEROY, A.; VALLÉE, F. **La gestion des risques: principes et pratiques.** Paris/France: Hermes Science Publications et Lavoisier, 2003.
- DÍAZ BORDENAVE, J.E. **O que é participação.** – 6ª reimp. da 8ª ed – São Paulo: Brasiliense, 2013. – (Coleção Primeiros Passos).
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** – 6 ed. ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.
- _____. **Etnoconervação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Annablume/NUPAUB, 2000.
- _____. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** – 2 ed. – São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.
- _____. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica:** coletânea de textos apresentados no Seminário Alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do vale do Ribeira. – 2 ed – São Paulo: Hucitec: NUPAUB: CEC, 2004.
- _____. **Nosso lugar virou parque:** estudo socioambiental do Saco do Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro. -3 ed. – São Paulo: NUPAUB/USP, 2005.
- DI GIULIO, G. M.; FERREIRA, L. C. **Governança do risco:** uma proposta para lidar com riscos ambientais no nível local. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. – Curitiba: Editora UFPR, v. 28, jul/dez 2013, pp. 29-39.
- DI GIULIO, G. M.; FIGUEIREDO, B. R.; FERREIRA, L. C. **Comunicação e governança do risco: um debate necessário.** ComCiência, v. 104, p. 1, 2008.
- DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e cultura :** um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DOYON, S.; SABINOT, C. (org.) **Anthropologie des espaces côtiers et de la conservation environnementale :** pêche, sel et flmants roses dans les réserves de biosphère Yucatèques au Mexique. – Québec/CA : Les Presses de l'université Laval, 2015.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2006, pp. 62-83.
- DUFOUR, L. (org.). **Le risque dans sa diversité: une approche pluridisciplinaire.** Paris/France: Hermes Science Publication et Lavoisier, 2008.
- DUTRA, D. J. V. Rousseau e Habermas. In: **ARGUMENTOS Revista de Filosofia.** Fortaleza, Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-graduação em Filosofia, ano 4, n. 8, semestral jul./dez. 2012, pp. 55-77.
- DUVERGER, M. **Méthode des sciences sociales.** Paris : PUF, 1961.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. – 12. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, L.C. (org.) **A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinar**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

FISCHHOFF, B. Risk Perception and Communication Unplugged: Twenty Years of Process. In : **Risk Analysis**, Vol. 15, No. 2. 1995, pp 137-145.

_____. Public values in risk research. In: **The Annals of the American Academy**, nº 545, May, 1996, pp. 75-84.

FIGUEIREDO, A. **Os enforcados – o índio em Sergipe**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

FONTES, L.C.S. O rio São Francisco após as grandes barragens. In: AGUIAR NETTO, A. O. (Org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011, p. 33-68.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia: pistas para percibir el mundo**. – Barcelona: Paidós, 1993.

FRANCE, C. **Cinema e antropologia**. Tradução Március Freire. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Do filme etnográfico à antropologia fílmica**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

FRASER, N. **Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution**. Traduction e introduction par Estlle Ferrarese. – Paris/FR : Éditions La Découverte, 2005.

_____. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova. São Paulo, n.70, pp 101-138, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Prefácio de Ernani Maria Fiori.- 29.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou comunicação**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira – 10.ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. Apresentação de Roberto DaMatta – 16. ed. – São Paulo: Global, 2006 (Edição comemorativa 70 anos).

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Mapa de conflitos envolvendo injustiças ambientais e saúde no Brasil: **Última etnia indígena de Sergipe, os Xocó-Kuará da Ilha de São Pedro sofrem por falta de atendimento médico, sanitário e educacional**. LIS/ICICT/FIOCRUZ. Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=87> Acesso em 23 nov. 2015.

_____. Mapa de conflitos envolvendo injustiças ambientais e saúde no Brasil: **Pescadores da Resina lutam contra expulsão por construtora de mega resort**. LIS/ICICT/FIOCRUZ. Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=84> Acesso em 23 nov. 2015.

GARDÈRE, E.; GARDÈRE, J.-P. **Démocratie participative et communication territoriale: vers la micro-représentativité**. – Paris/France : L'Harmattan, 2008.

GERAHRDT, C. **Pesquisadores e suas táticas discursivas no debate sobre populações tradicionais e a proteção à biodiversidade**. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. – Curitiba: Editora UFPR, v.21, jan./jun. 2010, pp. 43-67.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Trad. Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILBERT, C. **O fim dos riscos?** In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. – Curitiba: Editora UFPR n. 5, jan./un. 2002, pp. 13-21.

GINGRAS, A-M. **Médias et démocratie: le grand malentendu**. – Québec/CA : Presses de l'Université du Québec, 1999.

GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. – 1.ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Contexto, 2008.

GRONKE, H.; LITTIG, B. Problemas ambientais, ética e políticas ambientais: os riscos ecológicos como desafio para a ética do discurso. Trad. Paulo Astor Soethe. In: **IMPULSO Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, nº 30, 2001.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju, 2008.

GUTTELING, J. M.; WIEGMAN, O. **Exploring Risk Communication**. Dordrecht/Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1996.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Entre a facticidade e a validade. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. – 3.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Teoria do agir comunicativo 1: racionalidade da ação e racionalização social**; Trad. Paulo Astor Soethe; Ver. Flávio Beno Siebeneichler. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo 2: sobre a crítica da razão funcionalista**; Trad. Flávio Beno Siebeneichler. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos medias. In: In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. -2.ed. – Lisboa: Veja Editora, 1999, pp. 224-248.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Trad. Annahid Burnett. – Petrópolis, RJ: vozes, 2009 (Coleção Sociologia).

HANSEN, M. R. **Comunicação, democracia e esfera pública: estruturas e dinâmicas da esfera pública em sociedades midiáticas**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

_____. **Esfera pública, democracia e jornalismo: as representações sociais de cidadania em “Veja” e “IstoÉ”**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave**. Tradução: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Disponível em: www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../551/345. Acesso em 25 jun. 2013.

HASSID, O. **La gestion des risques**. – 2 ed. – Paris : Dunod, 2008.

HECK, J. Habermas e Rousseau: uma relação difícil. In: **INTUITIO** – Revista Eletrônica de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, v 1, nº 2, novembro 2008, pp.11-32.

HILL, S. **Guide d'introduction à la gestion du risque dans la fonction publique**.

Document de référence pour la Table ronde de recherche-action du CCG sur la gestion du risque, 2001 Gouvernement du Canada. Disponível em :

<http://publications.gc.ca/collections/Collection/SC94-118-2001F.pdf>

HOBBS, T. **Os elementos da lei natural e política**. Trad. Bruno Simões. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Clássicos WMF).

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. Organização Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (edição comemorativa 70 anos).

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. – São Paulo : Editora 34, 2003.

_____. **La théorie de la reconnaissance: une esquisse**. In: La Découverte, Revue du MAUSS, nº23, 2004, pp.133-136. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-du-mauss-2004-1-page-133.htm>. Acesso em 16 jan. 2015.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO (IADH). **A Experiência de Desenvolvimento Local na Bomba do Hemetério: um olhar sobre a concepção pedagógica**. Recife, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> Acesso em 12 ago. 2015.

_____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, v.71, p.1-1 - 8-74, 2011. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB2011.pdf> Acesso em 12 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Parecer Técnico I NCRA/ SR-23/F-4/ Nº 01/2013. Disponível em

<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fquiacontece.com.br%2Ffckupload%2Ffiles%2Fparecer-tecnico-conclusivo-brejo-dos-negros-versao-definit.doc> Acesso em 01 out 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Risk management – principles and guidelines on implementation (ISO 31000)**. Genebra/SWZ, 2008. Disponível em: www.iso.org Acesso em: 10 set. 2011.

JACOBI, P.R. (org.) **Novos paradigmas, práticas sociais e desafios para a governança ambiental**. - São Paulo: Annablume; IEE-USP; PROCAM-USP; Fapesp, 2012.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? (*Aufklärung*). IN: KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. – 5.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 63-71.

KASPERSON, R.E; KASPERSON, J. The social amplification and attenuation of risk. In: **The Annals of the American Academy**, nº 545, May, 1996, pp. 95-105.

KERMISCH, C.; HOTTOIS, G. **Techniques et philosophies des risques**. - Paris : VRIN, 2007.

- KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. – 3ªed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- KUNREUTHER, H.; SLOVIC, P. Science, values, and risk. In: **The Annals of the American Academy**, nº 545, May, 1996, pp.116-125.
- LABORIT, H. **Dieu ne joue pas aux dés**. Paris, Grasset, 1987.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnicas de entrevista e pesquisa jornalística**. – 8 ed – Rio de Janeiro: Record, 2009.
- LANE, R.; SEARS, D. **A opinião pública**. Trad. Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. Trad. Marie-Agnés Chauvel ; Prefácio Maria Isaura Pereira de Queiroz, - São Paulo: Brasiliense, 2005.
- LARAMÉE, A. **La communication environnementale: de la problématique à l'évaluation**. – Sainte-Foy : presses de l'université du Québec, 1997.
- LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza: Para uma filosofia do meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. (Coleção Perspectivas Ecológicas).
- _____. **Penser et agir avec la nature : une enquête philosophique**. – Paris : Éditions la découverte, 2015.
- LASSERRE, F. **Les guerres de l'eau: l'eau au coeur des conflits du XXI siècle**. Préface de Michel Rocard. – Paris/FR : Éditions Delavilla, 2009.
- LASSERRE, F.; DESCROIX, L. **Eaux et territoires : tension, coopérations et géopolitique de l'eau**. – Québec/CA : Presses de l'Université du Québec, 2011.
- LE BRETON, D. **Sociologie du risque**. Paris/France : Presses Universitaires de France, 2012.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. - 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.
- LEISS, W. (Org). **Prospects and problems in risk communication**. 2.ed. – Waterloo/Canada: University of Waterloo Press, 1992. (Institute for Risk Research).
- _____. Three phases in the evolution of risk communication practice. In: **The Annals of the American Academy**, nº 545, May, 1996, pp. 85-94.
- LEISS, W., CHOCIOŁKO, C. **Risk and responsibility**. – Montreal/Canada: McGill-Queen's Universty Press, 1994.
- LEONEL, M. **A morte social dos rios**. – São Paulo : Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998.
- LESSARD-HÉRBET, M.; GOYETTE, G. BOUTIN, G. **Recherche qualitative: fondements et pratiques**. – Montréal/CA : Éditions Agence d'Arc, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.
- LIBAERT, T. *Le plan de communication : définir et organiser votre stratégie de communication*. – Paris : Dunod, 2003.
- LOCKE, J. **Ensaio a cerca do entendimento humano**. Trad. Anoar Aiex. – São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- LOUISOT, J-P. **Gestion des risques: 100 questions pour comprendre et agir**. – Paris : Afnor, 2005.

LUCKERHOFF, J.; GUILLEMETTE, F. (Org). **Méthodologie de la théorisation enracinée** : fondements, procédures et usages. – Québec/CA : Presses de l'Université du Québec, 2012.

LUHMANN, Niklas. **Ecological communication**. – Translated by John Bednarz, Jr. Chicago/EUA: The University of Chicago Press, 1989.

_____. **Risk**: a sociological theory. – New York/EUA: Aldine de Gruyter, 1993.

_____. **Social Systems**. - Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUNDGREN, R.; MCMAKIN, A. **Risk communication**: a handbook for communicating environmental, safety, and health risks. - 3 ed.- Ohio/EUA: Battelle Press, 2004.

MAGNE, L. **Histoire sémantique du risque et de ses corrélats** : suivre le Fil d'Ariane étymologique et historique d'un mot clé du management contemporain. 2010. Disponível em : <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00465954/en/>. Acesso em 13 out 2011.

MAISONNEUVE, D. **Um nouveau défi: la communication des risques**. Québec/Canada: Presses de l'Université du Québec, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. – 7.ed. - 2reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARTIN, P. **Le Canada et le Canada autochtone aujourd'hui**: changer le cours de l'histoire. Ottawa/CA : Les Presses de l'Université d'Ottawa, 2014 (Lauréat de la médaille Symon en 2013).

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. Trad. Luiz Paulo Rouanet – 12. ed. – São Paulo: Loyola, 2009.

MAXWELL, J.A. **La modélisation de la recherche qualitative**: une approche interactive. Traduit de l'anglais par Marc-Henry Soulet. – Fribourg : Editions Universitaire Fribourg Suisse, 1999.

McCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Trad. Jacques A. Wainberg. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. – 2.ed. – São Paulo: Summus, 1988.

MELO, R. **O uso público da razão**: pluralismo e democracia em Jürgen Habermas. – São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MELLO, C.C.A. **Se houvesse equidade**: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. In: Novos Cadernos NAEA, v.16, n.1, p. 125-147, jun.2013.

MENDES, G.; LACERDA, R.S; BRITO, G.F.R. Territorialidade e pedagogia Griô: caminhos para pesquisa em comunidades tradicionais. In: MELO E SOUZA, R.; SANTOS, S. S. C.; SANTOS, E. A. (org.) **Vivências e práticas socioambientais**: metodologias aplicadas em comunidades. – São Cristóvão: GEOPLAN/CNPQ/UFS, 2015, pp. 44-59.

MENDONÇA, J. T.; LUCENA, A. **Avaliação do seguro defeso concedido aos pescadores profissionais no Brasil**. In: Série Relatórios Técnicos, São Paulo, nº 50, 2013, pp.1-20.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MICHEL, X.; CAVAILLÉ, P.; **Management des risques pour um développement durable.** – Paris : Dunod, 2009.

MIKAÏL, B. **L'eau, source de menaces?** – Paris/FR : Éditions Dalloz/ IRIS, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação civil pública de reintegração de posse.** Processo nº 00.00011088-8 Classe V – 3ª Vara, Aracaju, 18 de janeiro de 1988.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** -2.ed. – Lisboa: Veja Editora, 1999, pp. 34-51.

MONTEIRO, M. G. M. F. **Ciência e risco:** a controvérsia como procedimento da comunicação pública num contexto democrático. Brasília, 2009. s/p. Tese de Doutorado UNB, em 16 de fevereiro de 2009.

MONTE-MÓR, P. Tendências do documentário etnográfico. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org.). **Documentário no Brasil:** tradição e transformação. – São Paulo: Summus, 2004, pp. 97-116.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: n: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2006, pp.269-279.

MORGAN, M. G.; FISCHHOFF, B.; BOSTROM, A.; ATMAN, C. J. **Risk Communication:** a mental models approach. EUA: Cambridge University Press, 2002.

MORIN, E. **La méthode 2, La vie de la vie.** –Paris : le Seuil, 1985. Collection Points, Éditions de poche.

MUCCHIELLI, A. **La nouvelle communication:** épistémologie des sciences de l'information-communication. Paris/France : Armand Colin, 2000.

_____. Les modèles de la communication. In : CABIN, P.; DORTIER, J-F (org.). **La communication.** -3ªed. – Paris/FR : Sciences Humaines Éditions, 2008, pp 57- 72.

MUCCHIELLI, A.; CORBALAN, J.-A.; FERRANDEZ, V. **Études des communications :** approches par les processus. – Paris/FR : Armand Colin, 2004.

NASCIMENTO, M. S. **Opinião Pública e Revolução:** aspectos do discurso político na França revolucionária. – São Paulo: Nova Stella: editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. O Círculo Social: esboço de uma Teoria da Opinião Pública na Revolução Francesa. IN: COGGIOLA, O. (org.) **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina.** – São Paulo: Nova Stella: editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: CNPq, 1990, pp. 71-94.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL (NRC). **Improving risk communication.** – Washington, D.C/EUA : National Academy Press, 1989.

NEIVA JR., E. **Comunicação:** teoria e prática social. – São Paulo: Brasiliense, 1991.

NELSON, C.; TREICHLER, P.A.; GROSSBERG, L. Cultural Studies. In L. Grossberg, C. Nelson e A. Treichler (Eds), **Cultural Studies.** New York: Routledge, 1992, pp.1-16.

NEVES, P.; DOMINGUES, P. (org.) **A diáspora negra em questão:** identidade e diversidade étnicos-raciais. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

NIELSON, N.; KLEFFNER, A.; LEE, R. The evolution of the role of risk communication in effective risk management. In: **Risk management and insurance review**. vol. 8, nº 2, 2005, pp. 279-289.

NUNES, M.T. **Sergipe colonial I**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

O'DWYER, E. C. **Terras de quilombo: identidades étnicas e o caminho do reconhecimento**. In: Revista TOMO. – São Cristóvão, n.11, jul./dez 2007.

_____. **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombos no Estado do Rio de Janeiro**. – Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

OGRIZEK, M. **Environnement et communication**. – Rennes/France : Éditions Apogée, 1993.

OLIVEIRA, T.R.A. **Meu lugar é o rio : aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores do povoado Resina, Brejo Grande/SE**. Paulo Afonso, 2012. 82p. (Dissertação) – Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia.

OLIVEIRA, T.R. Peixes, gentes e territórios tradicionais no Submédio e Baixo São Francisco: uma discussão com base na Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. In: **Revista Ouricuri**. Volume 1, Número 1. Salvador: EDUNEB, 2009, pp. 39-61.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169** (Sobre povos indígenas e tribais), 1989. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/513> Acesso em: 14 jul. 2013.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Curso de Auto-aprendizagem em Comunicação de Risco**. Produzido pela Unidade de Avaliação e Gestão de Riscos da Área de Desenvolvimento Sustentável de Saúde Ambiental. Disponível em <http://www.opas.org.br/ambiente/risco>. Acesso em: 29 mar. 2009.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Fontes, 1999.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. – São Paulo: Brasiliense, 2006.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: < <http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

PALMLUND, I. Social drama and risk evaluation. In: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (eds.) **Social Theories of risk**. Westport: Praeger, pp. 197-212.

PASQUALI, A. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação: para clarear e melhorar o entendimento mútuo. In: MELO, J.M.; SATHLER, L. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. – São Bernardo do Campo: UESP, 2005, pp. 15-48.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (DHESCA BRASIL). **Relatório da missão à Petrolina e região do rio São Francisco (PE): violação de direitos humanos de comunidades quilombolas e ribeirinhas, povos indígenas e famílias assentadas de reforma agrária às margens do rio São Francisco**. Relator: Sérgio Sauer, Assessoria: Jackeline Florêncio. Brasília e Recife, 2010.

PAILLÉ, P.; MUCCHIELLI, A. **L'analyse qualitative em sciences humaines et sociales**. - 2.ed – Paris/FR : Armand Colin, 2004.

PAIVA, A.T. **Os conceitos de Etnogênese**: uma abordagem historiográfica. In: MATA, S.R.; MOLLO, H.M.; VARELLA, F.F. (org.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. – 4. ed. - Campinas, Ed. UNICAMP, 2009.

PEIXOTO, C. Filme etnográfico e documentário: questões conceituais, marcas históricas e tradições. In: PARENTE, J. I., MONTE-MÓR, P. (org.). **Cinema e antropologia**: horizontes e caminhos da antropologia visual. Editora Interior, 1994.

PEIXOTO, E.S.P. Povos indígenas e o direito internacional dos direitos humanos. In: GUERRA, S.; EMERIQUE, L.B. (org.) **Direitos das minorias e grupos vulneráveis**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

PEREIRA, L.F.M. **Controle social das águas**: o poder local como base do desenvolvimento. -1. ed.- Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. -2 ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

_____. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2006, pp. 125-145.

POWELL, D.A.; LEISS, W. **Mad Cows and mother's Milk**: The Perils of Poor Risk Communication. Montréal: McGill-Queen's University Press, 1997.

POTTER, L.R. **The communication plan**: the heart of strategic communication. IABC, 1997.

PRICE, V. **La opinión pública**: esfera pública y comunicación. Trad. Pilar Vásquez Mota. Barcelona: Paidós, 1994.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUÉRÉ, L. Au juste, qu'est-ce que l'information? In : **Réseaux**, vol. 18, n°100, 2000. Communiquer à l'ère des réseaux. p. 331-357. Disponível em : http://www.persee.fr/docAsPDF/reso_0751-7971_2000_num_18_100_2227.pdf Acesso em : 19 out 2015.

RAMALHO, C. W. N. **“Ah, esse povo do mar!”**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Editora Polis; Campinas: Ceres, 2006.

REGHEZZA, M. **Réflexions autor de la vulnérabilité métropolitaine** : la métropole parisienne face au risque de crue centennale. Thèse dirigée para Yvette Veyret, Université de Nanterre Paris –X, 2006. Disponível em : <http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00123255/en/>.

RENN, O. Concepts of risk: a classification. In: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (eds.) **Social Theories of risk**. Westport: Praeger, pp. 53-82.

_____. **The Role of Risk Communication and Public Dialogue for Improving Risk Management**. Risk, Decision and Policy, 3(1), 1998, 5-30. DOI: 10.1080/135753098348310

_____. **Risk communication**: insights and requirements for designing successful communication programs on health and environmental hazards. In: Health, 2008, pp. 81-97.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio imaterial e biodiversidade**. N. 32, 2005.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 7º ed., 6ª reimp.– São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Meus índios, minha gente.** – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

_____. **Falando dos índios.** – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, J. S. Antropologia visual: práticas antigas e novas perspectivas de investigação. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2005, V. 48, Nº 2, pp.613-648.

RIBEIRO, W. C. (Org.) **Rumo ao pensamento crítico socioambiental.** – São Paulo: Annablume, 2010.

RICE, R.E.; ATKIN, K.A. **Public communication campaigns.** – 2ª ed. – Newbury Park, sage, 1989.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil.** 4. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. (Org.). **Geoeecologia das paisagens: uma visão geossitêmica da análise ambiental.** 3 ed. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RODRIGUES, A.D. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na Era da Informação.** Lisboa, Presença, 1994.

_____. A experiência cultural na era da informação mediática. In: QUEIROS, A.; ALMEIDA, F. (org.). **Comunicação e mudanças sociais.** – Piracicaba: Ponto final/INTERCOM, 1999, pp 11-14.

ROCHLITZ, R. (Org.). **Habermas: o uso público da razão.** – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

ROSANVALLON, P. **La contre-démocratie : la politique à l'âge de la défiance.** – Paris/France : Éditions du Seuil, 2006.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia : «saberes tradicionais » e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000. pp 67-79.

ROUSSEAU, J.-J. **Do contrato social.** Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Considerações sobre o governo da Polônia.** Brasília: Editora UNB, 1992.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Apresentação e comentários de Jean-François Braunstein; Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.

ROUTIER, J.; LABRÈQUE, A. **La communication collective: sa découverte et ses méthodes.** Québec/Canada : Les éditions JCL : 2004.

RUEL, M.; POULIN, A.; TREMBLAY, É.; PROVENCHER, L. **Une approche de gestion des risques environnementaux: le cas de la zone d'influence et de coopération du Parc**

National Kouchibouguac, Nouveau-Brunswick, Sherbrooke/Canada: Université de Sherbrooke, 1999 (Bulletin de Recherche)

SÁ, A. F. A.; BRASIL, V. M. (Org.). **Rio sem história?:** leituras sobre o rio São Francisco. Aracaju: FAPES, 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** – Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVATORI, M. **Honneth, Axel.** Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. In: Conjecturas, Caxias do Sul, v.16, n.1, jan./abr. 2011.

SALVIANI, R. **Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil:** a experiência da Itaipu Binacional. – Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

SANTOS, A. D. (org.). **Metodologias participativas:** caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. – São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, A. C.; BECKER, E. **Entre o homem e a natureza:** abordagens teórico-metodológicas. – Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SANTOS, A. C. Os sentidos de natureza na filosofia de Rousseau. In: SANTO, A. C. (org.). **Filosofia & natureza:** debates, embates e conexões. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008.p. 28-40.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** - 10 ed. – Porto/PT, Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. – 4 ed. 7 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. – 6 ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, M. S. T. **Comunicação participativa e ação libertadora: a influência de Paulo Freire no pensamento comunicacional das décadas de 70 e 80.** COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, v. 3, p. 257-268, 2001.

SANTOS FILHO, A. A. **Crise ambiental e Habermas:** um enfoque sistêmico. – São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2011. (Dissertação em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

SANTOS JÚNIOR, A. A. **Terra Xokó:** um espaço como expressão de um povo. – Aracaju: Editora Diário Oficial, 2011.

SANTOS LOBO, H. A. Método para avaliação do potencial espeleoturístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, MS. In: **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 7, núm. 3, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro/RJ, 2007, pp. 99-110.

SAUVY, A. **L'Opinion Public**, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), 1977. (Collection Que Sais-Je?)

SCHUDSON, M. A política da forma narrativa : a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** -2. ed. – Lisboa: Veja Editora, 1999, pp. 278-293.

- SENA, N. M. Espaço público, opinião e democracia. IN: **Revista Estudos em Comunicação** nº1, abril de 2007, pp. 270-304.
- SERGIPE. Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (Codise). **Mapa político de Sergipe**. Aracaju, SE, s/d. Disponível em <http://www.codise.se.gov.br/> Acesso em 20 jul. 2011.
- SERPA, R. R. Gerenciamento de riscos ambientais. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR, n. 5. jan./jun. 2002, p. 10 I-I 07
- SERRA, P. **Os riscos da comunicação na comunicação de riscos**. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt.>> Acessado em 20 maio 2009.
- SFEZ, L. Communication. In: CANTO-SPERBER, Monique. **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris : Quadrige/PUF, 2004. Tome 1, pp 343-348.
- SHIRAISHI NETO, J. (org.) **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.
- SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual. IN: **Revista Scripta**. Belo Horizonte: Editora PucMinas, V.1, n. 1, 1999, pp. 87-106.
- SLOVIC, P. **Perception of risk**. In: Science, New Series, v. 236, issue 4799, (Apr.17), 1987, pp. 280-285.
- SOARES, J. W. B. **Percepção do meio ambiente, da paisagem e da qualidade de vida: o caso de Ribeirópolis, Sergipe**. 2003. (Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente).
- SOUSA, M.W. O lugar social da comunicação mediática. In: SOARES, I.O. **Caminhos da educomunicação**. São Paulo: Ed. Salesiana, 2003, p. 21-34. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>. Acesso em : 17 jul. 2015.
- SOUZA, R. M. **Redes de monitoramento e tramas da sustentabilidade**. – São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.
- _____. **Território, planejamento e sustentabilidade: conceitos e práticas**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2009.
- SOUZA FILHO, B. **Quilombo e quilombolas: entre o conceito e a politização semântica**. In: Novos Cadernos NAEA, v 16, n. 1, p-61-78, jun. 2013.
- SPEIER, H. **Historical development of public opinion**. IN: Revista Análisi, nº 26, 2001, pp. 209-221. (Reprodução facsímil do texto original “Historical development of public opinion. American journal of Sociology, 55 (4). University of Chicago Press, 1950, p. 376-388). Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/analisi/02112175n26p209.pdf> Acesso em: 22 dez 2013.
- SPERBER, D; WILSON, D. **La pertinence: communication et cognition**. – Paris : Minuit, 1989.
- SPLICHAL, S. A teoria de Ferdinand Tönnies sobre opinião pública como uma forma de vontade social. In: MARROCO, B.; BERGER, C. (Org.). **A era glacial do jornalismo - teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais**. – Porto Alegre: sulina, 2006, pp. 45-82.
- STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: n: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2006, pp.51-61.

SZPACENKOPF, M. I. O. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal.** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TERROU, F. **L'information.** – 4 ed. – Paris/France: PUF, 1974.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

TÖNNIES, F. **Comunidad y asociacion:** el comunismo y el socialismo como formas de vida social. Prólogo a la edición castellana de Iluís Flaquer y Salvador Giner. Tradución de José-Francisco Ivars y Salvador Giner. Barcelona, Ediciones Península, 1979.

_____. Opinião Pública. In: MARROCO, B.; BERGER, C. (Org.). **A era glacial do jornalismo - teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais.** – Porto Alegre: sulina, 2006a, pp. 83-92.

_____. Opinião Pública e “a” Opinião Pública. In: MARROCO, B.; BERGER, C. (Org.). **A era glacial do jornalismo - teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre os jornais.** – Porto Alegre: sulina, 2006b, pp. 94-154.

TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** -2.ed. – Lisboa: Veja Editora, 1999.

_____. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** -3. ed. ver. – Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do jornalismo.** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. – 3.ed. ver. - Vol. II, Florianópolis: Insular, 2013.

TRAVANCAS, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: n: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2006, pp. 98-109.

VARGAS, M.A.M. **Desenvolvimento regional em questão: O Baixo São Francisco Revisitado.** São Cristóvão: NPGeo/UFS, 1999.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** – 1 ed. - São Paulo; Editora 34, 2013.

VENTURA, T. **Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito.** In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 159-170, out. 2011.

VIANNA, B. **Etnogênese no espaço da linguagem Xocó.** In: Anais do IV Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas: Dilemas Éticos, o Campo e a Pesquisa, São Cristóvão: UFS, 2015. Disponível em http://gerts.com.br/seciri/v1/?page_id=259 Acesso em 30 out 2015.

VIEIRA, T. C. M. **Quando o vazio do rio espelha o vazio existencial: uma interpretação fenomenológica do sentido de ser ribeirinho.** São Cristóvão, 2004. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

VOIROL, O. **A esfera pública e as lutas por reconhecimento: De Habermas a Honneth.** In: Cadernos de Filosofia Alemã, n.11, pp. 33-56, jan-jun 2008.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.H.; JACKSON, D.D. **Une logique de la communication.** Traduit de l'américain par Janine Morche. – Paris/FR : Éditions du Seuil, 1972.

WINKIN, Y. **Anthropologie de la communication**: de la théorie au terrain. - 2.ed. – Paris : Éditions De Boeck /Éditions du Seuil, 2001.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. Trad. Karina Jannini. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLTON, D. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997.

_____. **Il faut sauver la communication**. Paris/FR: Flammarion, 2005.

_____. **Informar não é comunicar**. Tradução Juremir Machado da Silva. – Porto Alegre: Sulina, 2011.

WORLD BANK. **Natural disasters**: counting the cost. World Bank, Washington, DC, USA, 2004. Disponível em:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:20169861~pagePK:64257043~piPK:437376~thesitePK:4607,00.html>. Acesso em: 27 jan. 2015.

XOKÓ, A. Xokó. In: THYDÊWÁ. **Índio na visão do índio: memória**. – Stampgraf, 2012.

XOKÓ. **Carta Xokó**. - Ilha de São Pedro, Aldeia Indígena Xokó: Porto da Folha/SE, 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
FORMULÁRIO DE PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO: _____ DATA DE APLICAÇÃO: ____/____/____

PRIMEIRA PARTE

NOME COMPLETO: _____

IDADE: _____ NATURALIDADE: _____

ONDE MORA: _____ A QUANTO TEMPO: _____

PROFISSÃO: _____

ESCOLARIDADE:

- ☐) ANALFABETO
- ☐) ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
- ☐) ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
- ☐) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
- ☐) ENSINO MÉDIO COMPLETO
- ☐) ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
- ☐) ENSINO SUPERIOR COMPLETO

ESTADO CIVIL:

☐) SOLTEIRO ☐) CASADO ☐) UNIÃO ESTÁVEL ☐) SEPARADO ☐) VIUVO

TEM FILHOS: ☐) SIM ☐) NÃO QUANTOS: _____

ELES ESTUDAM: ☐) SIM ☐) NÃO

RENDA FAMILIAR:

- ☐) MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO
- ☐) 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
- ☐) 4 A 6 SALÁRIOS MÍNIMOS
- ☐) 7 A 11 SALÁRIOS MÍNIMOS
- ☐) MAIS DE 11 SALÁRIOS MÍNIMOS

INFRA-ESTRUTURA:

- ☐) ENERGIA ELÉTRICA
- ☐) ÁGUA ENCANADA
- ☐) ÁGUA TRATADA
- ☐) SANEAMENTO BÁSICO
- ☐) ESCOLA
- ☐) POSTO DE SAÚDE
- ☐) INTERNET

BENS DURÁVEIS EXISTENTES NO DOMICÍLIO

- ☐ GELADEIRA
- ☐ FOGÃO
- ☐ FILTRO DE ÁGUA
- ☐ MÁQUINA DE LAVAR ROUPA
- ☐ RÁDIO
- ☐ TELEVISÃO
- ☐ TELEFONE FIXO
- ☐ TELEFONE CELULAR
- ☐ COMPUTADOR

SEGUNDA PARTE

QUAL O MEIO DE COMUNICAÇÃO MAIS UTILIZADO PARA RECEBER INFORMAÇÕES ENTE OS ANOS DE 2000 E 2007?

- ☐ JORNAL
- ☐ RÁDIO
- ☐ TELEVISÃO
- ☐ INTERNET
- ☐ OUTROS _____

QUAL O MEIO DE COMUNICAÇÃO MAIS UTILIZADO ATUALMENTE?

- ☐ JORNAL
- ☐ RÁDIO
- ☐ TELEVISÃO
- ☐ INTERNET
- ☐ OUTROS _____

COMO RECEBEU AS INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO?

- ☐ JORNAL
- ☐ RÁDIO
- ☐ TELEVISÃO
- ☐ INTERNET
- ☐ OUTROS _____

COMO VOCÊ AVALIA A INFORMAÇÃO RECEBIDA SOBRE O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO?

- ☐ EXCELENTE
- ☐ ÓTIMO
- ☐ BOM
- ☐ RUIM
- ☐ PÉSSIMO

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a), como voluntário (a), a participar da pesquisa “Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do rio São Francisco em comunidades tradicionais no seu baixo percurso” que integra o projeto intitulado “Ética socioambiental em comunidades tradicionais do Baixo São Francisco em Sergipe”.

Nosso objetivo é analisar o nível de participação das comunidades tradicionais do Baixo São Francisco no processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição e quais foram suas contribuições para a formação da opinião pública sergipana sobre este projeto hídrico.

A pesquisa será realizada por meio da observação participativa, quando o pesquisador participa das atividades do grupo pesquisado em determinado período de tempo, utilizando os sentidos (ver e ouvir) para a produção do diário de campo, com anotações, fotografias e captação de imagens do ambiente. Entrevistas filmadas e aplicação de formulário também fazem parte da coleta de dados e serão utilizadas unicamente para fins de divulgação desta pesquisa. As pessoas a serem entrevistadas serão escolhidas pelo pesquisador em função daquilo que tem a dizer sobre o tema estudado.

Consideramos que o risco da pesquisa é mínimo, centrando-se apenas no que diz respeito ao constrangimento na vida pessoal e comunitária que a presença do pesquisador poderá causar.

Quanto aos benefícios diretos às comunidades, consideramos que são relevantes por possibilitarem a troca de conhecimentos entre a universidade e as comunidades e a ampliação da participação das comunidades nos temas que afetam diretamente o seu modo de vida e o ambiente em que vivem. Os benefícios indiretos são a ampliação da participação das comunidades tradicionais na formação da opinião pública de Sergipe, bem como a sensibilização das comunidades acadêmica e civil para os problemas vivenciados pelas comunidades pesquisadas.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será arquivada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe e outra será fornecida a você.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer

momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE:

Eu, _____ fui informado
 (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. A doutoranda Michele Amorim Becker certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamá-la ao telefone (79) 99870-1977 ou pelo e-mail micheleab@gmail.com.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

Nome	Assinatura da Testemunha	Data
------	--------------------------	------

APÊNDICE 3 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E NOME



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E NOME

Eu _____,
(ESTADO CIVIL) _____, (PROFISSÃO) _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o
nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço _____,

autorizo, de forma expressa, o uso e a reprodução de minha imagem, do som da minha voz e do meu nome, sem qualquer ônus, em favor de Michele Amorim Becker, portador(a) da carteira de identidade nº 7054119016 SSP/RS, inscrito(a) no CPF sob o nº 931.707.690-49, residente e domiciliado(a) no endereço Rua E, 480 – bloco 3 apto 101, bairro Jabotiana, Aracaju, Sergipe, para que a mesma os disponibilize para fins de divulgação da pesquisa de doutorado intitulada Opinião Pública e Comunicação dos riscos socioambientais da transposição do rio São Francisco em comunidades tradicionais em seu baixo percurso, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS) sem custo para a doutoranda ou para a UFS.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a qualquer título que seja sobre direitos à minha imagem, conexos ou a qualquer outro.

Data

Assinatura

TESTEMUNHAS:

Assinatura

Nome:

CPF:

Identidade:

Assinatura

Nome:

CPF:

Identidade:

ANEXO

ANEXO A – CARTA DO POVO XOKÓ



Ilha de São Pedro, Aldeia Indígena do Povo Xokó, 19 de abril de 2013

CARTA DO POVO XOKÓ

O povo Xokó, habitante primeiro das terras da Caiçara, nas margens do Rio São Francisco (Opará- rio mar), aproveitando o período de comemorações do dia do Índio, na aurora do século XXI, torna pública esta Carta que retrata em poucas linhas, sua história de lutas; suas angústias e intenções.

Apesar de habitar estas terras, desde tempos imemoriais, sua posse e uso tranquilos, são recentes. Muitas foram às violências que ao longo de séculos ameaçaram e espoliaram nosso povo, chegando quase ao ponto de nos dizimar por completo. Conflitos com os conquistadores portugueses, com o Estado brasileiro que nascia e já nos ignorava, com seus representantes, fazendeiros e grandes proprietários, que insistiam e nos colocar à margem da formação da cultura nacional e de suas políticas de desenvolvimento. Tentativas de integração forçada que não reconheciam nossa identidade e procuravam nos integrar de forma que já não fôssemos o Xokó que fomos, somos e queremos continuar a ser. Seja através das armas, das doenças, da religião de Doroteu e de outros tantos ou mesmo de uma educação que negava nossa cultura, nossa língua, nossa forma de compreender e habitar estas terras, sempre fomos estranhos à pátria que nascia e se desenvolvia em nosso território originário.

Apesar das diversas tentativas de nos assegurarmos da posse tranquila e harmônica de nosso território e da manutenção de nossa cultura ancestral, que passou por conversas e negociações com o Imperador Dom Pedro II, e com vários presidentes e governantes que o sucederam e que nos reconheceram em suas leis, continuamos sendo ignorados e violentados em nossos direitos.

Fomos levados à guerra que no século XX, ameaçando dizimar nosso povo, acabou por uni-lo e fortalecê-lo. Expulsos da Caiçara, berço da nossa gente, por pessoas que se dizem representantes da lei e da justiça, as vinte e duas famílias que lá habitavam, no entorno de tamarindos e mangueiras, bem como as quatro famílias que habitavam o Belém; com barcos e a nado atravessamos rumo à Ilha de São Pedro.

As vinte e duas casas que lá ficaram, foram destruídas pelos fazendeiros. Destruíram tudo o que foi construído pelos nossos antepassados, incluindo o terreiro e o cemitério primitivo. Da Caiçara hoje só resta o nome e as lembranças históricas. Não bastasse a violência imposta pelos fazendeiros, também sofremos com as interferências realizadas em nosso rio, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Xingó que mudou sua brutalmente o volume e a força de suas águas. A lagoa que durante vários anos

foi fonte de sobrevivência do nosso povo, na colheita do arroz e na pesca, hoje está seca e cheia de mato. A Caiçara não é mais a mesma e seus filhos choram pelo que fizeram com ela.

Atravessamos o rio que em outros tempos era só fartura e alegria, mas que por meio de projetos que não respeitam suas leis naturais, está sendo esvaziado e aterrado. Um rio que chegava a ter uma profundidade de trinta a quarenta metros, e no qual se navegava com grandes embarcações; hoje, depois das interferências feitas pela mão do “homem civilizado”, expõe bancos de areia e pouca profundidade. Este é o legado deixado por engenheiros e doutores, que não nos escutaram e tudo destruíram. Dói muito ver toda essa história destruída pela força do homem.

Bravos guerreiros e guerreiras morreram por lutar para viver enquanto povo livre e com jeito próprio de entender a vida. Tudo isso nos tornou experientes, pois a dor machuca, mas também ensina. Ensina que há sempre uma grande distância entre as belas palavras gravadas com tinta nos documentos legais e a sua aplicação na vida prática de nosso povo.

A chegada na Ilha de São Pedro, que até então era reconhecida como terra das Missões – ocupada pelos jesuítas e missionários que no século XVII construíram a Missão de São Pedro - e a sucessão de conflitos que se seguiram, acabaram por desencadear os processos legais que levaram o então Presidente da República, senhor Fernando Collor de Mello a assinar, em 24 de dezembro de 1991, o Decreto n 401/91 que reconheceu a demarcação da área indígena Caiçara realizada pelo órgão tutor FUNAI, em 1988. Contudo, foi só em março de 1993 que ocorreu uma reunião entre o Ministério Público Federal de Sergipe, a FUNAI, as Lideranças Xokó e os fazendeiros, onde foi acordado que a União pagaria pelas benfeitorias construídas no território indígena Caiçara. Finalmente, nos dias 22 e 23 de maio de 1993, os bravos guerreiros Xokó tomaram a posse definitiva da área Indígena Caiçara, marcando uma nova fase da vida de nosso povo.

Apesar das mazelas e das violências, sobrevivemos enquanto povo e nação. Nossas lutas e reivindicações, somada a de outros povos e grupos que sempre lutaram para que todos tivessem o direito de viver com autonomia, habitando este mundo que nos abriga a todos, fizeram com que novas leis e convenções fossem aprovadas e comessem a se efetivar na prática. No âmbito internacional, a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, lembrando “a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e a cooperação e compreensão internacionais”, declara ao longo de seus quarenta e quatro artigos a importância da promoção efetiva dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos. A mesma resolução ressalta que devem ser valorizados os costumes, tradições, instituições e demais traços que compõem a identidade social e cultural dos povos tradicionais por meio de políticas públicas diferenciadas que atendam às especificidades dos povos indígenas. Nesse sentido, se faz necessária e com urgência a implementação de uma Escola verdadeiramente diferenciada, de uma saúde indígena também diferenciada e de qualidade. É preciso que nosso povo tenha seus direitos constituídos e sagrados garantidos, bem como o seu direito a um meio ambiente saudável.

Esta resolução assim como as Leis que a ratificam e fortalecem no âmbito nacional, estejam elas presentes na atual Constituição Federal, a exemplo dos artigos 215, 216 e 231 que tratam dos vários direitos indígenas, ou estejam elas presentes na lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estão impressas em tinta nos documentos oficiais, mas precisam de fato ser implantadas na prática. Estamos atentos a estes direitos e dispostos a trabalhar e lutar para que os mesmos se efetivem. Este

é o momento atual vivenciado pelo povo Xokó, momento tão ou mais importante que os momentos passados, que nos trouxeram até aqui.

Contudo, a longa experiência de descumprimento de acordos e de retrocessos na aquisição e efetivação de nossos direitos fez com que ficássemos permanentemente atentos para a situação, não apenas formal de nossos direitos fundamentais, mas para a sua efetiva implementação.

É a partir dessas ideias que surgiu o I Seminário Indígena Xokó. Esperamos que este Seminário, que buscou integrar os vários setores governamentais e não governamentais, seja um marco que sirva para reforçar o interesse em implementar de fato, nosso direito a participar e a contribuir para a melhoria do Estado de Direito no Brasil e mais especificamente no Estado de Sergipe, haja vista que o povo Xokó é a única nação indígena sobrevivente do genocídio realizado nos últimos 513 anos de conquista dos colonizadores. Esperamos que as diversas Secretarias de Estado cumpram seu papel na efetivação da legislação vigente. Esperamos também que a Universidade sirva como elo de ligação entre estes setores, e se efetive enquanto um espaço de debate, de crítica e de elaboração de projetos que nos auxiliem na luta pela melhoria das condições de vida do povo Xokó e da sociedade brasileira.

Finalmente, aproveitamos este espaço para divulgar que o II Seminário Indígena Xokó está agendado para os dias 18 e 19 de abril de 2014. Essa ocasião será de fundamental importância para que o povo Xokó possa fazer uma avaliação dos avanços obtidos a partir deste primeiro encontro e possa projetar parcerias para reforçar nossas lutas futuras.

Saudações Indígenas Xokó.



NOSSO FUTURO COMEÇA AGORA...

Nossa história nos ensina que as palavras nem sempre se concretizam, mas é importante que ideias e propostas orientem nossa ação presente com vistas a um futuro melhor. Nesse sentido, a partir dos debates realizados sistematizamos a seguir os seguintes pontos centrais a serem trabalhados e implementados pelo povo Xokó e seus parceiros, sejam eles a Universidade ou os diversos órgãos governamentais e não governamentais.

Dentro das Políticas Especiais para Mulheres, a secretária de Estado de Políticas para Mulheres, Maria Teles, enfatizou a necessidade haver um estreitamento nos laços entre o governo e as mulheres Xokó no intuito de promover ações que busquem a autonomia financeira para as mulheres da nossa comunidade. Neste sentido, faz-se urgente a representação do povo Xokó junto a Coordenadoria de Políticas para Mulheres.

Em relação à Educação, que esteve representada pela Coordenadora do Núcleo de Educação Indígena e Quilombola, Maria Conceição, ficou clara a necessidade de um maior comprometimento da Secretaria de Estado da Educação no que tange a implantação de uma Escola Indígena verdadeiramente diferenciada, conforme prevê a legislação em vigor no Brasil. As ações realizadas até agora por esta Secretaria, a exemplo do que foi apresentado por meio de publicações, foram importantes para o nosso povo, mas já não são suficientes para o momento atual de nossa história. Nossas crianças e jovens precisam ter, no ambiente escolar, um contato de qualidade com os conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação (PCN/MEC), amparado em um profundo conhecimento da sua própria cultura. Além disso, precisam buscar uma formação universitária, dentro das demandas da comunidade, sem com isso perder sua identidade. Pois, qual é o propósito dessa formação se não for para o bem-estar de nosso povo? Quem tem condições de dizer qual educação diferenciada é necessária para os Xokó? Essas são algumas das perguntas que necessitam de um diálogo mais apurado para se chegar às respostas concretas.

No que diz respeito aos Direitos Humanos, o secretário de Estado dos Direitos Humanos, Luís Eduardo Oliva, se comprometeu em buscar os meios legais e servir como via de acesso aos demais órgãos governamentais sempre que os direitos fundamentais do Povo Xokó estiverem sendo ameaçados e/ou violados.

Em se tratando da Saúde Indígena, o debate promovido durante este 1º Seminário Indígena Xokó foi extremamente necessário, pois até dezembro de 2012 nosso povo era assistido pelo Estado de Alagoas, devido a um acordo firmado entre os governos de Alagoas e Sergipe. Contudo, desde o início de 2013, o povo Xokó está desassistido pelos dois Estados. Sabemos que o processo de transição não é fácil, mas também temos consciência de que a Secretaria de Estado da Saúde precisa assumir sua responsabilidade perante o Povo Xokó. Neste sentido, é preciso estabelecer, por meio de diálogo com o governo, quais são as necessidades de média e alta complexidade, além de priorizar a atenção à saúde de mulheres, crianças e idosos.

A Codevasf, por meio do seu diretor-administrativo, Antônio Porfírio, ficou responsável em promover um debate sobre quais os projetos que estão previstos ou em andamento na região do Baixo São Francisco e seus possíveis impactos para os Xokó. Porém, a temática não foi tratada conforme o previsto, deixando novamente nossa comunidade à margem da discussão e sem informações suficientes para possamos nos organizarmos e nos posicionarmos sobre este importante tema. A Codevasf aproveitou a ocasião para divulgar a doação de três kits de Irrigação à Comunidade Xokó e colaboração da instituição para a criação de Abelhas.

Em se tratando da Universidade Federal de Sergipe, o Reitor Dr. Ângelo Roberto Antonioli, ressaltou a importância de se promover o estreitamento das relações entre a Universidade e a sociedade em geral e particularmente da importância de induzir e direcionar trabalhos de pesquisa e extensão na aldeia Xokó. O reitor ressaltou que tais trabalhos e pesquisas devem ser desenvolvidos nas mais variadas áreas, tanto no campo da saúde, quanto no campo da educação e das ciências da terra, fomentando projetos e estágios de final de curso que aproximem os professores e estudantes universitários do povo Xokó, propiciando apoio técnico aos projetos de interesse comuns a serem aí desenvolvidos. Ressaltou ainda que a Universidade é um espaço de reflexão permanente que pode

servir para fomentar o diálogo entre os vários setores envolvidos no processo, sejam eles governamentais, acadêmicos ou da sociedade civil.

Por fim, aproveitamos este momento singular para agradecer a presença de um homem que, ao longo dos últimos anos, esteve constantemente ao nosso lado, nos defendendo, apoiando e também aconselhando. Um homem de fala mansa e de atitudes concretas, merecedor de nosso profundo respeito. Ao professor Luiz Alberto dos Santos, nosso sincero e humilde agradecimento por compartilhar conosco mais um momento de nossa história.

Aracaju, 20 de maio de 2013.